

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DOUTORADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
CIRLANA RODRIGUES DE SOUZA**

**DOS PARADOXOS DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E DAS
TENTATIVAS DE SABER-FAZER COM A LÍNGUA: A AMARRAÇÃO
SINTHOMÁTICA NAS VIAS DE UM AUTISMO**

**UBERLÂNDIA
2014**

CIRLANA RODRIGUES DE SOUZA

**DOS PARADOXOS DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E DAS TENTATIVAS DE
SABER-FAZER COM A LÍNGUA: A AMARRAÇÃO SINTHOMÁTICA NAS VIAS
DE UM AUTISMO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, no Curso de Doutorado, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, na área de concentração Linguagem, texto e discurso e linha de pesquisa Linguagem e Constituição do sujeito como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo
Coorientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Uberlândia
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S729d Souza, Cirlana Rodrigues de, 1976-
2014 Dos paradoxos da constituição do sujeito e das tentativas de
saber-fazer com a língua: a amarração sinthomática nas vias de um
autismo / Cirlana Rodrigues de Souza. -- 2014.
255 f.
- Orientador: Ernesto Sérgio Bertoldo.
Coorientador: João Luiz Leitão Paravidini.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Inclui bibliografia.
1. Linguística - Teses. 2. Crianças – Linguagem - Teses. I.
Bertoldo, Ernesto Sérgio. II. Paravidini, João Luiz Leitão. III.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Estudos Linguísticos. IV. Título.

CDU: 801

CIRLANA RODRIGUES DE SOUZA

**DOS PARADOXOS DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E DAS TENTATIVAS DE
SABER-FAZER COM A LÍNGUA: A AMARRAÇÃO SINTHOMÁTICA NAS VIAS
DE UM AUTISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Curso de Mestrado e Doutorado, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Linguagem, texto e discurso
Linha de Pesquisa: Linguagem e constituição do sujeito

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo (PPGEL/ILEEL/UFU)

Coorientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (PPGP/IP/UFU)

Membro efetivo interno1: Profa. Dra. Carla N. V. Tavares (PPGEL/ILEEL/UFU)

Membro efetivo interno 2: Profa. Dra. Anamaria Silva Neves (PPGP/IP/UFU)

Membro efetivo externo 1: Profa. Dra. Maria Francisca Lier-DeVitto (LAEL/PUC-SP)

Membro efetivo externo 2: Profa. Dra. Ângela Maria Resende Vorcaro (PPGP/UFMG)

Suplente interno: Profa. Dra. Fernanda Mussalim (PPGEL/UFU)

Suplente externo: Prof. Dr. Fuad Kirillos Neto (PIIP/UFSJDR)

Uberlândia, 12 de fevereiro de 2014

Para Mariana, minha filha.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e avó, Edna e Sirley, pelo apoio neste trabalho e na vida.

Ao meu irmão Fábio Rodrigues, sempre querendo saber se “está tudo indo bem”.

À minha sobrinha Isadora, sempre perguntando o que eu estou fazendo.

À amiga Aline Aciolly Sieiro com seus balões: voe Aline, voe!

Aos amigos do GECLIPS: Germano, Camila, Telma, Bárbara.

A Rosa Eliza e Tereza Cristina, amigas pragmáticas.

Às professoras Anamaria Silva Neves, Ângela Vorcaro, Carla Tavares e Maria Francisca Lier-DeVitto pelas contribuições e orientações inestimáveis neste percurso.

Aos professores do PPGEL cujo trato com o “saber” foi formador.

A Fernanda Mussalim por sua generosidade, e também meu respeito por sua ética como “educadora” e pesquisadora.

À equipe do PPGEL, Maria Virginia e Lorena, cujo trabalho coloca em funcionamento nosso curso.

Às coordenadoras do PPGEL, Alice Cunha e Dilma de Mello, meus agradecimentos pelo apoio nas empreitadas desses últimos anos. Mesmo agradecimento que faço ao colegiado desse programa.

Aos colegas do GELS, pela interlocução.

À Clínica de Psicologia do Instituto de Psicologia da UFU, por me acolher no tempo do meu impasse.

À FAPEMIG pelo incentivo financeiro na reta final.

Às crianças angustiadas e embarçadas em si mesmas e em seus Outros e às suas famílias que encontrei pela clínica nesses últimos anos. Agradeço-lhes por impor questões que muitas vezes são ignoradas (como acontece em serviços que deveriam tentar respondê-las), mas que me levaram, em minhas tentativas de respostas, a assumir um difícil caminho de oposição àquilo que se constata como abandono político, social e cultural dessas crianças e suas famílias. O pequeno Cadu que existe nesta tese é sua metáfora, um mito cujas interrogações são as interrogações de todas essas crianças e famílias.

Minha gratidão aos meus orientadores, e meus amigos, Ernesto Sérgio Bertoldo e João Luiz Paravidini.

A você, Ernesto, agradeço por mais uma vez ser aquele que depois do susto apostou nas minhas escolhas difíceis de modo sensato e fazendo borda.

E a você, João Luiz, agradeço, reconheço e assumo a inscrição de sua letra e voz na clínica que faço.

[...] Ali, diante de meu silêncio, ela estava se dando ao processo, e se me perguntava a grande pergunta, tinha que ficar sem resposta. Tinha que se dar – por nada. Teria que ser. E por nada. Ela se agarrava em si, não querendo. Mas eu esperava. Eu sabia que nós somos aquilo que tem que acontecer. Eu só podia servir-lhe a ela de silêncio. E, deslumbrada de desentendimento, ouvia bater dentro de mim um coração que não era o meu. Diante de meus olhos fascinados, ali diante de mim, como um ectoplasma, ela estava se transformando em criança.

Não sem dor. Em silêncio eu via a dor de sua alegria difícil. A lenta cólica de um caracol. Ela passou devagar a língua pelos lábios finos. (Me ajuda, disse seu corpo em bipartição penosa. Estou ajudando, respondeu minha imobilidade.) A agonia lenta. [...]

Já há alguns minutos eu me achava diante de uma criança. Fizera-se a metamorfose.

(CLARICE LISPECTOR, 1999)

RESUMO

Nesta tese abordamos os paradoxos da constituição do sujeito e sua relação com a linguagem embasados na teoria psicanalítica de Jacques Lacan e na teoria da linguística estrutural de Ferdinand de Saussure no que concerne ao significante e seu funcionamento pela distinção que possibilita a inscrição da alteridade constitutiva. Da Psicanálise, delimitamos conceitos como pulsão, Real, Simbólico e Imaginário, o Sinthoma como uma possibilidade para o sujeito em constituição, a repetição e a língua. De modo específico, tratamos dos impasses subjetivos instaurados no percurso de constituição estrutural de uma criança em tratamento psicanalítico em vias de uma resolução autista e de suas tentativas de saber-fazer com a língua nesse percurso. A língua, em seu funcionamento pela distinção entre significantes, deu a direção do tratamento por ser o operador dessa condição do sujeito e de seus impasses no laço com o Outro. A tese desta pesquisa gira em torno da seguinte questão: Qual a função da língua insistente da criança em uma fala que não servia para ela se comunicar? Temos como hipótese paradoxal a tomada da língua, pela criança, como tentativa de saber-fazer com seu sintoma conferindo-lhe um estatuto de sinthoma, de uma amarração sinthomática como o modo de resposta do sujeito em constituição frente ao imperativo do Real. A partir dessa questão temos como objetivos: sustentar a suposição de um sujeito em constituição no tempo da infância; descrever o funcionamento distintivo da articulação significante da língua da criança mostrando que esse funcionamento tem efeito de laço social; considerar a posição de alteridade na linguagem como primordial nesse processo; supor que ela se constitui como sujeito do inconsciente sustentada pela amarração sinthomática da língua em função de elemento estruturante. Também, como objetivo geral, pretendemos discutir sobre a relação linguagem e inconsciente e os efeitos dessa relação nos Estudos Linguísticos. Considerando o efeito dos acontecimentos de linguagem da clínica psicanalítica sobre o campo da Linguística e a impossibilidade de instauração de um campo que contemple a Linguística e a Psicanálise, trabalhamos na tensão desse encontro buscando a descrição analítica por meio da narrativa enunciativa desses acontecimentos: no lugar de dado linguístico esses acontecimentos serão sempre não-todo em relação à condição de sujeito do inconsciente. De fato, a tomada do dado linguístico merece outra visada quando o que possibilita um deslocamento na *práxis* é justamente aquilo que escapa à apreensão, à coleta do dado de fala: o inaudível ao gravador. Ressaltando a relação da língua com o Outro como campo da linguagem e as montagens metafóricas dos significantes, o funcionamento de língua da criança em vias de um autismo possibilitou inscrevê-la no campo da linguagem e, mesmo em detrimento de sua comunicação com os semelhantes, trata-se de uma possibilidade estrutural de fazer laço social.

Palavras-chave: criança; linguagem; sujeito; constituição.

ABSTRACT

In this thesis, we address some issues on the paradoxes of subject's constitution and its relation with language having in mind Jacques Lacan's psychoanalysis and structural linguistics by Ferdinand de Saussure. From this author we consider the signifier and its role in the language structure distinction. From Psychoanalysis we consider some concepts such as instinct, Real, Symbolic and Imaginary; the Sinthome as a possibility for the subject in constitution, repetition and *lalangue*. We start with subjective impasses established in the course of structural constitution of a child who is experiencing a process of an autistic resolution, during his psychoanalytic treatment. Thus, this thesis aims at answering: What is the meaning of an insistent child language during a talk that would not allow her to communicate? What function does this language have? Our hypothesis is that the child takes language as an attempt to know-how with his symptom giving it a status of Sinthome; a *sinthomatic* thread as a mode of response coming from the subject facing the establishment of the imperative Real. But our main objective is to discuss the relations between language and subject constitution and its effects on Linguistic Studies. Our specific foci are: sustaining assumption of a constituting subject during its childhood; and describing distinctive function of signifying articulation in a child language, showing that this operation has the effect of social ties; considering the position of Otherness in language as paramount within this process as well as ratifying the child is not at all subject to that Otherness. Thus, we assume the child is constituted as a subject of sustained unconscious through *sinthomatic* threads occurring because of structuring element and because of psychoanalytical clinic treatment is given through the singularity of the child. The methodological choices are grounded on the proposition of a science that causes the inconsistency and incompleteness. In this science perspective, which begins from enunciative narratives and language occurrences within psychoanalytical clinics with children, a linguistic data is always a not-all that enables a shift. That is to say, this not-all linguistic data is what escapes from the recorded sessions; it seems to be inaudible to the recorder. We highlight that the functioning of the language to a child, in the process of a possible autism, created possibilities for the child to enter in the language field. Although the child could not communicate as expected, it seems to be a structural way to some possible social ties.

Key words: child; language; subject; constitution.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse, nous abordons les paradoxes de la constitution du sujet et son rapport avec le langage basé sur la Psychanalyse de Jacques Lacan et dans la linguistique structurale de Ferdinand de Saussure. De celle-là, la référence est au signifiant et son fonctionnement par la distinction dans la structure de la langue. De la psychanalyse, nous délimitons des concepts tels que pulsion, Réel, Symbolique et Imaginaire, le Sinthome comme une possibilité pour le sujet en constitution, la répétition et la langue. Nous partons des impasses subjectives instaurées dans le parcours de constitution structurelle d'un enfant en traitement psychanalytique en voie d'une résolution autiste. De ce fait, cette thèse a comme question: Quelle est la fonction de la langue insistante de l'enfant dans une parole qui ne lui servait pas à communiquer? L'hypothèse est que l'enfant prend la langue comme une tentative de savoir-faire avec son symptôme en lui donnant un statut de sinthome, d'un nouage sinthomatique comme le mode de réponse du sujet en constitution face à l'impératif du Réel. L'objectif général est de discuter sur la relation langage et constitution du sujet et leurs effets sur les Etudes Linguistiques. Les objectifs spécifiques sont les suivants: soutenir la supposition d'un sujet en constitution au temps de l'enfance; décrire le fonctionnement distinctif de l'articulation signifiante de la langue de l'enfant en montrant que ce fonctionnement a l'effet de lien social; considérer la position d'altérité dans le langage comme essentiel dans ce processus ainsi que ratifier que l'enfant n'est pas totalement conditionné à cette altérité, et donc supposer qu'il se constitue en tant que sujet de l'inconscient soutenu par le nouage sinthomatique de la langue en fonction de l'élément structurant et que la direction du traitement dans la clinique psychanalytique est donnée par le singulier de l'enfant. Les choix méthodologiques tournent autour de la proposition d'une science qui comporte l'inconsistance et l'incomplétude en apportant, par le récit énonciatif, les événements de langage dans la clinique psychanalytique avec l'enfant dont la donnée linguistique est toujours pas-tout en méritant une autre démarche, car ce qui permet un déplacement dans cette clinique est ce qui échappe à l'enregistrement de cette donnée de parole: l'inaudible à l'enregistreur. En soulignant la relation de l'enfant avec l'Autre comme champ du langage et les assemblages signifiants, le fonctionnement de la langue de cet enfant en voie d'un autisme a rendu possible l'inscrire dans ce domaine du langage et, même au détriment de sa communication avec les semblables, il s'agit d'une possibilité structurelle de faire du lien social.

Mots-clés: enfant; langage; sujet; constitution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – LINGUÍSTICA E PSICANÁLISE: A LINGUAGEM E O INCONSCIENTE	30
1.1 Linguagem e inconsciente	37
1.2 A estrutura não decidida e o impasse subjetivo	44
CAPÍTULO 2 – SOBRE AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS	50
2.1 Linguística e Psicanálise: a mesma lógica	57
2.2 A fala da criança, o dado linguístico e seu recorte	59
2.3 A escrita do caso e o dado linguístico	63
2.4 A narrativa enunciativa	67
CAPÍTULO 3 – O SIGNIFICANTE IMPRESCINDÍVEL NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO	78
3.1 O significante nascido no campo da Linguística.....	79
3.1.1 A língua como valor:	80
3.1.2 As relações associativas e sintagmáticas	82
3.2 O significante a propósito da Psicanálise.....	83
3.2.1 O significante como a instância da letra no inconsciente	84
3.2.2 O significante e as formações do inconsciente	86
3.2.3 O significante não é o signo	88
3.2.4 O significante é pura diferença	89
3.3 Retornando a Saussure via Lacan.....	96
CAPÍTULO 4 – A AMARRAÇÃO SINTHOMÁTICA NOS PARADOXOS DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO.....	98
4.1 Os elementos fundamentais na constituição do sujeito.....	103
4.1.1 As operações de alienação e a separação	104
4.1.2 O nó borromeano como suporte do sujeito.....	111
4.1.3 Nos movimentos de subjetivação, a amarração sinthomática	133
4.2 A amarração sinthomática e a repetição: significantes e o Realincontornável.....	150
4.3 Do sintomático ao sinthomático na linguagem	158
CAPÍTULO 5 – A AMARRAÇÃO SINTHOMÁTICA: AS CERZIDURAS ELEMENTARES PELA LÍNGUALINHA.....	169
5.1 Dos fenômenos de linguagem à amarração sinthomática na psicose e no autismo	170
5.2 Reforçando o funcionamento da língua como a amarração sinthomática.....	176
5.3 Os <i>shifters</i> na linguagem da criança	186
CAPÍTULO 6 – CADU NÃO SE COMUNICA, MAS TENTA COM SUA LÍNGUALINHA SABER - FAZER LAÇO.....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	238

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	244
ANEXOS.....	252
APÊNDICE.....	255

INTRODUÇÃO

Mas ouvir forma parte da palavra. O que evoquei no concernente ao talvez, ao ainda não, poder-se-ia citar outros exemplos, prova que a ressonância da palavra é algo constitucional. [...] Que o senhor faça a pergunta de que há seres que nunca escutam nada, é sugestivo, certamente, mas difícil de imaginar. O senhor me dirá que há gente que talvez só escute o barulho, isto é, que tudo a seu redor murmura. [...]

Como o nome o indica, os autistas escutam a si mesmos. Eles ouvem muitas coisas. Isto desemboca inclusive normalmente na alucinação, que sempre tem um caráter mais ou menos vocal. Nem todos autistas escutam vozes, mas articulam muitas coisas e se trata de ver precisamente onde escutaram o que articulam. [...]

Tudo o que disse implicava isso. Trata-se de saber por que há algo, no autista ou no chamado esquizofrênico, que se congela, poderíamos dizer. Mas o senhor não pode dizer que não fala. Que o senhor tenha dificuldade para escutá-lo, para dar seu alcance ao que dizem, não impede que se trate, finalmente, de personagens de preferência verbosos.

(LACAN, 1975)

Esta tese versa sobre uma impossibilidade: juntas, Linguística e Psicanálise não podem constituir um mesmo campo discursivo de saber. Com base nisso, o trabalho que se segue é efeito dos acontecimentos de linguagem na clínica psicanalítica com uma criança em sofrimento psíquico. Nesses acontecimentos opera a distinção entre os elementos da língua como foi elaborada por Ferdinand de Saussure. E, ainda, neles é possível acompanhar o percurso de constituição estrutural da criança, admitindo-se que o sujeito do inconsciente nasce no campo de linguagem que lhe pré-existe, conforme Jaques Lacan.

A relação entre Linguística e Psicanálise é inconsistente no sentido de que aquilo que a sustenta é mais o desencontro do que o encontro entre a elaboração do linguista genebrino e a elaboração do psicanalista francês: como nos paradoxos da constituição do psiquismo, é nos pontos de impasses causados pela articulação da lógica da língua com a lógica do inconsciente que é possível estabelecer um efeito de saber. Logo, ser inconsistente é uma qualidade e não um defeito ou impedimento, porque ressalta a diferença entre os campos. Na constituição do psiquismo, os impasses mostram justamente o que é possível ao sujeito em constituição tentar saber-fazer com a estrutura e com a alteridade, com o universal e com o particular dando, a tudo isso, sua versão singular.

Diante disso, transito entre o campo de pesquisa dos Estudos Linguísticos, gostando das tentativas de ser pesquisadora nesse campo, e o campo da clínica psicanalítica com crianças em sofrimento psíquico, ou seja, em uma clínica na qual o sujeito é chamado pelas contingências constitutivas em seu percurso a enfrentar impasses causados por sua relação com a alteridade. Impasses esses que determinam os modos de laço social desse sujeito no mundo e os modos do mundo fazer laço com esse sujeito: trata-se do mal-estar causado pelo encontro entre os seres de linguagem, desde sempre, a questão da Psicanálise. A direção dessa clínica é marcada por meu desejo em possibilitar as condições de subjetivação que podem – no encontro com a criança – ter efeito de deslocamento ante seu impasse subjetivo, não prescindindo de que esse encontro é uma experiência de linguagem. Por ser, essa clínica, o *locus* dessa experiência, é preciso compreender como os acontecimentos de linguagem nessa clínica contribuem para o que a Linguística propõe sobre a linguagem e a língua, mesmo que essa contribuição seja apenas a inscrição de dúvida ante a certeza de seus fundamentos e, também, compreender qual o efeito do inconsciente sobre essa certeza.

Por que esse vetor, nesta pesquisa, e não o contrário? Porque o que está em pauta é a constituição psíquica de uma criança em sofrimento psíquico e o que a língua (e a linguagem) pode contribuir para fazer compreender esse percurso e, minha tese está delimitada nessa articulação. Todavia, antes de apresentá-la como questão, gostaria de mostrar como ela se estabeleceu na subversão de uma certeza.

O espaço de sua inscrição discursiva é o de tratamento de crianças acometidas de condições psíquicas graves que são classificadas pelo discurso médico, pedagógico e psicológico com base em seus fenômenos e comportamentos que lhes causam algum tipo de perda, prejuízo ou transtorno em suas vidas e de seus familiares. De modo geral, essas crianças são rapidamente circunscritas a diagnósticos variados e, muitas vezes, a solicitação é para que se confirme este ou aquele diagnóstico que justifique essa ou aquela perda ou problemas gerais. Para isso, usam-se sintomas que vão alocar a criança na posição de um particular dentro do vasto campo das ditas psicopatologias infantis. Essa alocação instaura o fim da constituição estrutural do sujeito, um fim traumático por desconsiderar a hipótese fundamental da Psicanálise com crianças. Tal hipótese é a de que a criança, em termos de psiquismo, não está pronta. Também, impede-se que a criança possa, em seu percurso, construir modos de enfrentar sua condição de sofrimento que não seja pela rendição ao fenômeno sintomático.

Nesse espaço público de cuidado psicossocial chega, em agosto de 2010, um menininho, com seus três anos e onze meses de idade, acompanhado por dois tios adolescentes e pela avó materna que ganhará, em sua história, estatuto de maternante. A cena inicial, em nosso primeiro encontro, não me causou qualquer tipo de embaraço que me levasse a supor haver ali um problema que justificasse a ida àquele serviço: ele sorria, se direcionava aos tios e à avó, havia afeto e era uma criança bem cuidada, conforme meu imaginário. Então, de modo inesperado, a voz da avó causa uma fissura nesse imaginário: ***“Ele não se comunica. A mãe nunca achou que ele tivesse problema. Mas, agora ela foi para outro país e eu trouxe ele aqui.”***¹ Contudo, alguma coisa não fazia sentido, pois o menino falava sem parar, se dirigia a mim de modo insistente, para os tios, olhava para o teto e perguntava pelo que via. Sua fala, em tom suave e melódico, que comportava afeto, não tinha, pela minha escuta naquele instante, problemas sintáticos e nem problemas fonoarticulatórios. Também não ouvi erros gramaticais que justificassem problemas de comunicação. Mas, a avó me dizia que ele não se comunicava, e, assim, a dificuldade era no nível do discurso e do pragmático, em como ele usava a língua: Por que fala tanto e de modo insistente se não é para se comunicar? Por que insiste em falar? Além do mais, me atentei para o fato de que ele não recusava de todo o outro² e direcionava suas falas repetitivas para mim, para a avó e para os tios.

Nesse instante, o possível diagnóstico de autismo – comum a essa idade e para crianças que não falam – poderia ser dado (e não fechado), pois era a isso que se pedia confirmação. Porém, havia ali um paradoxo que vai nos acompanhar pelo caminho que percorremos nos três anos seguintes: recusar e não recusar o outro, responder e não responder à invocação do outro, e são nesses entremeios que ele vai usar a língua a seu modo e para seu propósito como tentativa de constituir-se sujeito do inconsciente. Por conseguinte, reduzi-lo a ser um autista seria constatar que de fato ele não se comunicava, que ele era isso e nada mais.

Desse modo, não tenho o objetivo, nesta tese, de pintar um retrato psicopatológico de uma criança em vias constitutiva de autismo e que, vez ou outra, colocou (e ainda coloca) a possibilidade de psicose em jogo em seu percurso constitutivo. Menos ainda de pressupor que o caminho percorrido era na direção de cura. Meu objetivo é dar lugar, no campo discursivo, a uma criança em suas tentativas de saber-fazer com os impasses e paradoxos de sua

¹ Doravante, as falas da criança, minhas e de seus familiares serão reproduzidas em itálico negrito e entre aspas quando aparecerem no corpo do texto.

² Ao longo deste texto, o outro com o minúsculo é referente ao semelhante e, o Outro com O maiúsculo como função de alteridade, tesouro de significantes (no campo da linguagem) primordial à constituição do sujeito. Este no registro do Simbólico e aquele no registro do Imaginário.

constituição estrutural. Ainda, não pretendo dar conta dos elementos psicopatológicos dos autismos ou da psicose na infância não sucumbindo ao fascínio dos sintomas psicopatológicos. Minha proposição é a tomada do singular dessa criança, para além do particular de ocorrência de cada quadro clínico, reconhecendo o valor dessa fala insistente e o discurso de sua família naquilo que ela faz como corpo Real sobrepondo-se ao Imaginário da delimitação do discurso social.

Para fazer ver onde se inscreve o furo nesse discurso, segue-se o encaminhamento feito pelo psicólogo da unidade de saúde:

“Solicito avaliação para a criança acima, devido ao fato de não conseguir se comunicar, fala coisas desconexas, desligadas do contexto, repete várias vezes essas palavras, assim como repete atos nos brinquedos, numa brincadeira sem sentido. Não se coloca na primeira pessoa...(ilegível). Baixa tolerância à frustração, se irrita e fica nervoso por pouca coisa. Concentra em filmes (Barbie vê cinco vezes num dia) e cliques musicais. Mãe está em [...] há um mês. Não se refere a ela com emoção.”

Nesse pequeno texto, têm-se os sinais da descrição psicopatológica da possibilidade de autismo. Mas, insisto, ele não recusava o outro. Havia uma demanda no meio desse isolamento sobre si mesmo, pois tudo que foi escrito impedia a criança de estar com o outro, de se comunicar, de interagir. Havia, também, uma desorientação no menino, um estar à deriva. Nesse encaminhamento, um enigma já estava inscrito: ***“Não se coloca na primeira pessoa...(ilegível).”*** Coloca-se em que pessoa? Isso estava indeterminado, nessa tradução do menino. Quem o apresenta o faz pelo ilegível e pela indeterminação: não o reconhece e ele é apenas aquele que não se comunica. Parafraseando Roman Jakobson (2003), por acaso, ele falava uma língua desconhecida?

Juntamente a isso, a avó conta – e esta é sua versão sobre o neto: ***“Ele nasceu prematuro de uma mãe adolescente, ficando dez dias internado para ganhar peso.”*** Ela já informa que o ***“pai do menino ele conhece, mas não convive muito”***, e que ***“ele não queria o menino”***. Conta que ***“pai e mãe brigavam muito”*** e que ***“aos três meses foi viver com ela”*** e que ***“ele sempre foi um bebê apavorado”*** que ***“vivia gritando”***, segundo ela. Ele ***“não consegue brincar com outras crianças; não gosta que mexam em suas coisas; não consegue brincar com nada; corre o dia todo pra lá e pra cá; destrói os brinquedos; tem mania de cheirar os alimentos; alimentação é restrita; ainda usa mamadeira”***; ele ***“se bate muito”***; a avó tentou colocá-lo na educação infantil, mas ele ***“não foi aceito devido ao seu comportamento”***; ele ***“fala com ele mesmo”***, afirma a avó de modo enfático. Frente a tudo

isso, na ficha de acolhimento, escrevo: *“fala ecológica, repete o tempo todo, palavras desconexas e/ou frases curtas fora do contexto (Contexto de quem?)”* e, precisando de um diagnóstico para justificar seu atendimento na instituição, escrevo: *“Transtorno invasivo do desenvolvimento, pois os sintomas de autismo são acompanhados de uma espécie de funcionamento psicótico, ele parece atado e colado à avó materna, há contato com os pares, mas me parece invasivo e evasivo ao mesmo tempo, preciso de mais tempo.”*

Crianças ditas autistas não se comunicam segundo o imperativo do texto fundador de Leo Kanner (1943/1968). O psiquiatra austríaco, radicado nos Estados Unidos, no trabalho intitulado *Autistic Disturbances of Affective Contact* (Distúrbios autísticos do contato afetivo) estabeleceu os aspectos comuns às crianças portadoras da síndrome denominada por ele de autismo³. Ele acompanhava um grupo de onze crianças entre dois e oito anos com *déficits* neurológicos, e que tinham, em comum, atrasos no desenvolvimento geral, eram incapazes de se relacionarem com outras pessoas e não usavam a linguagem para se comunicar. Kanner ficou fascinado pelas peculiaridades dessas crianças: de Donald, Frederick, Richard, Paul, Bárbara, Virginia, Herbert, Alfred, Charles, John e Elaine.

Das observações de Kanner sobre essas crianças, retomo aquelas que fizeram das crianças ditas autistas seres que não se comunicam, logo, por trivialidade, seres fora da linguagem. Dessas onze crianças, oito adquiriram a fala na idade esperada ou depois de algum atraso, três eram mudas e não falavam em nenhuma circunstância. Segundo Kanner (1943/1968), mesmo as oito crianças que falavam não conseguiam se comunicar com as outras crianças e não conseguiam estabelecer significação ao que diziam. Elas não tinham problemas fonoarticulatórios, conforme se pode constatar com base nas descrições do autor das falas dessas crianças; não tinham dificuldades para nomear os objetos empíricos e eram capazes de aprender palavras novas. Os pais dessas crianças, de acordo com o psiquiatra, diziam ter muito orgulho de seus filhos terem aprendido cedo a repetir um grande *número de rimas infantis, preces, lista de animais, o rol de presidentes, o alfabeto de frente para trás e de trás para frente* e mesmo *canções estrangeiras de ninar*. Entre o *recital de sentenças contidas nos poemas feitos ou outras peças lembradas e repetidas*, Kanner (1943/1968) observou um *longo hiato de tempo antes que elas comessem a juntar as palavras* fora

³ Em 1906, o psiquiatra Plouller introduziu o adjetivo autista na literatura psiquiátrica. Na época, ele estudava o processo do pensamento de pacientes que faziam referências a tudo no mundo e à sua volta, consigo mesmo, num processo considerado psicótico. Esses pacientes tinham o diagnóstico de demência precoce, que ele mudou para esquizofrenia, também introduzindo este termo. Bleuler, em 1911, difundiu o termo autismo como condição da esquizofrenia, em que os pacientes tinham como sintoma uma fuga da realidade, uma espécie de encapsulamento em si mesmos, sendo um dos sintomas negativos da esquizofrenia, de acordo com a fenomenologia psiquiátrica.

dessas sentenças. A linguagem, para essas crianças, servia para nomear de modo direto os objetos e os adjetivos, antes de qualificar, apenas identificavam e não significavam. Era esse o uso que conseguiam fazer da linguagem e o médico chama a atenção para o fato de que esses pais, orgulhosos, supriam os filhos dessa linguagem sem se atentarem para o fato de que não havia nesse uso da linguagem um propósito de comunicação e nem o estabelecimento de qualquer tipo de vínculo social ou afetivo. Incentivavam, desse modo, uma autossuficiência nessas crianças, uma semântica e conversa sem valor, apenas estimulando o exercício da memória. Para as crianças de dois a três anos de idade, diz Kanner (1943/1968), todas as palavras, números e poemas (*perguntas e respostas de catecismo presbiteriano, concerto de violino de Mendelssohn, o Salmo Vinte e Três, a canção de ninar francesa, a página de índice de uma enciclopédia*) não tinham função de significação dificultando a comunicação, e incitar isso era prejudicial ao desenvolvimento da linguagem nessas crianças, segundo esse autor.

Kanner (1943/1968) é claro sobre a função comunicativa da fala nessas onze crianças: esta não cumpre essa função comunicativa. Quando falam, falam como *papagaios, repetindo as combinações de palavras ouvidas* que são palavras ecoadas imediatamente ou retomadas mais tarde em uma ecolalia tardia (ecolalia *retardada*, conforme Kanner). As frases afirmativas consistiam na repetição de uma pergunta. As funções sintáticas da fala eram tomadas na sua literalidade, o que Kanner mostra no caso ao menino Alfred, quando lhe perguntaram: *Sobre o que é essa gravura?*, ao que ele respondeu: *Pessoas movendo sobre*.

Nessas construções sintáticas, não existia dificuldade com plurais e tempos de verbo, desse modo, a conjugação da língua não era um problema. A ecolalia das sentenças estava ligada, nessas crianças, a um peculiar fenômeno gramatical, observado por Kanner: os pronomes pessoais eram repetidos exatamente como eram ouvidos, sem as mudanças que uma situação entre locutor e interlocutor exigiria; as crianças não conseguiam assumir uma posição no enunciado ao retomar a fala do outro de modo ecolálico. Portanto, falavam de si própria como *você* e da pessoa a quem se dirigiam como *eu*. Se pensarmos no *eu* e *tu* de uma enunciação, as posições não se alternam. Kanner (1943/1968) também observou que a entonação da fala estava *conservada na memória*. Outro ponto examinado, pelo autor, era o fato de que, as crianças fazerem eco de coisas ouvidas, não significava que elas estavam escutando quando outras pessoas falavam com elas, por isso sete das onze crianças

acompanhadas foram consideradas surdas. Em 1944, em outro trabalho, Kanner nomeará essa síndrome de *Autismo Infantil Precoce*, com uma determinação biológica⁴.

Kanner (1943/1968), como psiquiatra, descreveu o fenômeno observável e por se esquecer que a comunicação precisa minimamente de dois, não fez ver aí, de modo específico, que a escuta do outro é balizadora da comunicação, assim como não cogitou o fato de que essas crianças não responderem não significava que eram mudas ou que não escutavam. Ao assistir seu extraordinário grupo de crianças, ele também não as escutou, apenas as ouviu no imaginário de suas falas. Veremos que esses fenômenos de linguagem que se presentificam nos quadros nosográficos de crianças ditas autistas (e psicóticas) podem ganhar estatuto de singularidade na lógica da linguagem constitutiva do psiquismo humano.

Retomando o encaminhamento do menininho para o serviço público de saúde, podem-se ver nele muitas das descrições de Kanner. Porém, nesse garotinho algo parecia refutar essa lógica que reduz uma criança ao seu sintoma e não permite que se suponha uma outra ordem de comunicação, ou uma outra ordem de linguagem.

Continuando sua história, nessa primeira sessão de entrevista preliminar, investiguei mais sobre seus primeiros anos para ver se aí havia se presentificado ou não algo da ordem de uma pulsão invocante entre o bebê e seu outro, se ele havia estabelecido algum vínculo com seu campo de linguagem mesmo que por meio de objetos empíricos e sobre seus primeiros movimentos como a entrada na língua, o seu andar e seu controle esfinteriano. Enfim, a avó só disse que ele era um *“bebê apavorado”* que ficava sozinho no berço *“fazendo sons estranhos”* e que, mesmo morando com ela, era a mãe quem cuidava dele e que essas informações estavam em um álbum que ela havia levado consigo para outro país.

Naquele momento, uma informação que me pareceu importante: não era um menino de todo fora da linguagem, mesmo que esses balbucios fossem da ordem do Um solitário, sem uma entrada plena na cadeia de linguagem, ainda assim havia uma entrada mesmo que no ponto zero antes da cadeia, entrada essa significada por um outro como estranha.

⁴ O artigo de 1943, de Leo Kanner, dá início a mais intensa discussão sobre a causa do autismo gerando equívocos teóricos pelas próximas décadas tanto na psiquiatria como na psicanálise e na psicologia, culminando em uma espécie de guerra entre grupos de mães e cientistas contra grupos de psicanalistas que sustentaram a proposição de Kanner, que ele vai rejeitar no artigo de 1944, recuando frente aos ataques sofridos. Ele ressalta, em 1943, mesmo considerando que o autismo é biologicamente previsto que: “[...] todas as crianças vêm de famílias extremamente inteligentes [...]” (s/p), “[...] raros são os pais realmente calorosos [...]”, construindo um perfil de “[...] pais intelectuais [...]” e “[...] mães emocionalmente frias [...]” que estariam na origem deste distúrbio. Evidentemente, a psicanálise lacaniana na proposição de um sujeito do inconsciente que se funda na linguagem, na relação com o Outro, não confirma a proposição de Kanner, por vários fatores que serão discutidos nesta tese. Contudo, a seu modo, Kanner antevê que a relação entre um bebê e seu outro tem um efeito constitutivo. Porém, à psiquiatria isso não interessa, pois descaracterizaria o campo orgânico e biológico em que está inscrita.

Também, sem o mito de sua origem, decidi que para escrever esse mito seria preciso marcá-lo no discurso de modo legível e, por uma espécie de chiste com seu nome próprio composto, em que sílabas se aglutinaram metaforicamente, ao me referir a ele surgiu um novo personagem naquela cena: Cadu. Em determinado momento dessa primeira sessão de acolhimento, ao invés de chamá-lo pelo nome, eu disse “**Cadu, vem aqui perto de mim.**” A avó, então, me corrigiu dizendo o nome dele. Foi assim que Cadu nasceu nesse mito que escrevo: como um nó de significantes.

Minha questão, nesta tese, nasce diante da constatação de que Cadu refuta e subverte a certeza de Kanner, a certeza da pessoa que escreveu o encaminhamento e a certeza da escola: ele se comunica a seu modo, no uso que vai fazendo da língua implicando a posição de um outro semelhante e de uma alteridade nesse processo. A posição da avó colabora para isto: ela entende o que ele fala, ela fala com ele, ela identifica seus sentimentos e, por alguns instantes, é possível vê-lo assumindo o sentido que ela engendra ao mundo e às suas palavras. É ela quem vai antecipar haver em Cadu alguém para além de “um autista” e, por todo esse tempo, sua palavra foi a ordenadora do percurso constitutivo dele e foi por meio da invocação alienante desse Outro primordial que ele ascendeu de sua posição de isolamento, de Um do autismo, me fazendo supor haver aí uma espécie de *Um não-todo solitário*. Mas, mesmo nessa articulação de linguagem, prevaleceu o impasse em diversos momentos desse percurso.

Diante disso, me perguntei, desde o início, qual a função da língua insistente de Cadu presentificada em uma fala que não servia para ele se comunicar? A hipótese paradoxal é sobre a língua e as tentativas da criança de saber-fazer com seu sintoma conferindo-lhe um estatuto de sinthomático, de uma amarração sinthomática, nesse percurso.

Com base na imprescindível relação entre linguagem e constituição do sujeito estabelecida pela psicanálise elaborada por Jacques Lacan, tenho como objetivo geral, nesta tese, discutir sobre essa relação e seus efeitos nos Estudos Linguísticos. E, tenho como objetivos específicos: sustentar a suposição de um sujeito em constituição no tempo da infância; descrever o funcionamento distintivo da articulação significativa da língua de Cadu mostrando que esse funcionamento tem efeito de laço social; considerar a posição de alteridade na linguagem como primordial nesse processo, assim como ratificar que a criança não está de todo condicionada a essa alteridade e; desse modo, supor que ela se constitui como sujeito do inconsciente sustentada pela amarração sinthomática da língua em função de elemento estruturante e que a direção do tratamento na clínica psicanalítica é dada pelo singular de uma criança.

Atualmente, tempo desta escrita, Cadu está com sete anos completos. Daquele menino, aparentemente frágil do primeiro encontro, ele é um pequeno em fúria: a agitação de sempre está a serviço da agressividade caminhando para outras formas de linguagem, além da língua. Agride a si mesmo pelas automutilações quando nada dá sentido ao que lhe acontece como tentativa de ‘tirar’ algo do corpo, de fazer furo, mais que às vezes é só buraco; agride os colegas de escola com seus brinquedos nas raras vezes em que vai para a escola como tentativa de se “**socializar mais**”, me diz a avó. A educação institucional de Cadu está fora de cogitação, pois nenhuma escola foi boa para ele nesses anos e por isso, aos sete anos, ele está fora do ganho cognitivo esperado: ponto de exaustão em meus encontros com a avó. O menino que era superprotegido pelos tios e avó para que não fosse agredido na escola, no centro de atendimento, agora agride, bate e cospe em seus semelhantes. A seu modo, Cadu retorna ao princípio: foi para tratamento porque não se comunicava e a fala não cumpria sua função. Foi para tratamento porque a avó materna, agora em cena, o levou, pois ele está sob sua responsabilidade, já que a mãe foi para outro país. Agitado, Cadu invocava o Outro em suas insistências, na demanda de sua fragilidade. Nos próximos meses, Cadu vai para outro país viver com a mãe, pois a avó, exaurida de tentativas de cuidar dele, de levá-lo a médicos, e de educar Cadu, cedeu a esta investida, o que não fez na primeira tentativa da mãe. Agora, o juiz autorizou sua ida porque a mãe dele conseguiu uma escola integral e, segundo a avó, quem vai cuidar dele é essa escola. Cadu, como a avó concluiu, às vezes fica insuportável e incontrolável: ele não suporta o quê? Não controla o quê? A fala não dá conta de sua angústia, mas ele não é mais definido como aquele menino que não se comunica.

Os médicos, um neurologista que insiste em medicá-lo diante da recusa da avó, e um geneticista que o nomeou autista pela primeira vez de modo enfático, nesse momento, fazem exames e exames e se questionam sobre a causa desses comportamentos do menino, pois isso não tem a ver com o caso dele, com o que ele tem: com o autismo. Conversando com a avó, digo-lhe que isso tem a ver com o que Cadu é, com Cadu falando como sempre fez a seu modo, insistindo e insistindo e que não existe um modo único de ser sujeito autista: cada um estabelecerá sua distância do Outro a seu modo. É da avó que vem a significação do que estaria acontecendo com o menino: “***Ele está assim porque vai embora, ele sabe***”.

Nesse tempo com o menino nunca estive em presença física com a mãe e nem com o pai de Cadu. A mãe fala com o filho pela internet, o que impõe reconhecer uma oposição nessa impossibilidade de vínculo com o filho: é supostamente invasivo em vários momentos, em outros a avó conta que ele pegava o computador e ficava esperando a mãe chamar pelo

Skype, segundo me informa. O efeito disso? É preciso ainda saber. Quando voltou ao Brasil (apenas uma vez, por poucos dias) não conseguiu me encontrar: o endereço que marquei com ela foi trocado e ela foi para outro lugar. Morando em outro país, a mãe de Cadu sempre se presentificou provendo o filho de todos os cuidados que pudessem enviar e de todo vínculo que pudesse ser mantido pelo computador e pela fala da avó.

Há, nessa particularidade do caso clínico de Cadu, algo de extrema importância. Sabe-se que o trabalho com crianças em sofrimento psíquico conta com a presença ativa das figuras parentais. Existem propostas de intervenção – principalmente a dita intervenção precoce com crianças em risco de autismo – que não prescindem dessa participação frente ao entendimento de que é preciso inscrever e sustentar a posição do Outro primordial, entre outros aspectos. A história de Cadu mostra que se trata de uma presença, em alteridade, no discurso e que o Outro primordial é uma função assumida por aquele que ao tomar o corpo da criança vai transmitir-lhe sua herança simbólica, seja ela qual for.

Sobre o pai de Cadu: escrevendo este texto não consegui me lembrar de seu nome e não encontrei em nenhuma de minhas anotações e gravações esse nome. O pai não existe? Existe na versão de ausência que uma criança em desamparo pode tomá-lo, como um vazio e uma indeterminação em sua nomeação: marca na língua de Cadu. Esse pai nunca respondeu às minhas solicitações enviadas pela avó que, a seu modo, o manteve distante. Em meio a questões judiciais, foram feitas tentativas de contato entre filho e pai, porém isto se perdeu.

Esse é o tempo de nosso percurso analítico que se encerra enquanto escrevo, quando faço minhas amarrações: o percurso de Cadu continua e ele vai arrastar-se nele unicamente a seu modo. A amarração sinthomática psicótica se presentifica novamente, dessa vez com mais intensidade, para além da língua como possibilidade de Sinthoma, como era no princípio. Cadu não é mais só verbo, agora é ato direcionado ao Outro: bate e, pelo olhar e sorriso, diz que sabe que está batendo e o porquê. Esse tempo se encerra como começou: diante do desamparo, sem que o campo da linguagem seja provedor em sua totalidade (lembremos que a mãe foi para outro país para melhorar de vida). Na cidade, não há uma escola que consiga cuidar dele e educá-lo pela constatação da avó, mesmo em face de todos os esclarecimentos sobre os direitos de Cadu e de sua família e sobre capacitação de professores e cuidadores. De fato, não é disso que se trata.

Contudo, nesse percurso, a história construída em nosso encontro na clínica possibilitou a Cadu reconhecer-se sujeito e colocar-se na relação que lhe é possível com o Outro: descontínuo, angustiado, faltoso, mas com uma direção, com satisfação (no jogo

infantil do prazer/desprazer) e tentando costurar os buracos que iam emergindo nesse caminho, fazendo ali hiância.

Na clínica que faço, aprendi, com a história de Cadu, sobre o imperativo do paradoxo, da contradição nos modos como a criança vai se constituindo sujeito e que são esses modos que dão a direção do tratamento: é preciso olhar a criança e escutá-la; é preciso falar com ela; é preciso senti-la em seus afetos pulsionais. A *theoria* tem por função explicar e fazer compreender o que aconteceu preparando para outros percursos: é o caso a caso e a caso... A cadeia que continua em seu tempo lógico da dúvida, do cogito e da construção do saber.

Nos Estudos de Linguagem que faço, aprendi que a linguagem deve ser tomada em sua incompletude como a mais humana das experiências. Também, foi possível ratificar que a língua que causa o sujeito é a que vem da *boca do Outro* e que a Linguística e seus linguistas não devem esquecer-se dessa importância de seu objeto.

Da mesma forma, foi possível compreender que curar-se é fazer-se com seu *Sinthoma* e quanto mais difícil parece ser a inscrição da falta mais angústia incide nos movimentos do sujeito. Aprendi que para uma criança, em vias de enredar-se no autismo, a língua pode não operar, mas, por outro lado, aprendi que essa língua pode ser a saída dessa criança, sua possibilidade de ascensão como sujeito do inconsciente.

Nesta tese de doutorado estão as minhas respostas às questões que foram surgindo impulsionadas pela dúvida inicial. Por vezes, muitas respostas derrubaram minhas certezas, minhas assertivas. Seus capítulos são minhas amarrações *sinthomáticas* como sujeito implicado nessa ficção. Não se trata de resolver minha angústia (isto é da ordem da análise pessoal), mas de me resolver como investigadora da linguagem e da clínica, a meu modo, como ensinou Cadu e todas as crianças que vão se enodando pela vida: estas vão construindo seu saber como sua verdade de sujeito do inconsciente no encontro singular com o Outro, mesmo aquelas crianças que principiam pela recusa desse encontro, quando o Outro deve insistir nesse encontro. Mas, houve um saber construído com Cadu: a insistência faz furo, possibilita ao sujeito se deslocar no seu percurso, tomar outra direção.

Para Sigmund Freud, a linguagem sempre foi possibilitadora da experiência psicanalítica: o que funda a Psicanálise como campo de saber é o discurso da histérica que interrogou, de modo infalível, todo o conhecimento do século XIX sobre os conflitos psíquicos. E, foi pela palavra que Freud ousou responder a esse discurso. Contudo, foi a partir do trabalho do psicanalista francês Jacques Lacan que a linguagem ganhou estatuto de elemento estruturador do psiquismo humano e constitutivo do sujeito do inconsciente.

Mas, ser efeito de uma linguagem que lhe pré-existe não torna a criança um ser à mercê dessa linguagem. Ao contrário, é justamente ao se ver determinado pelo que vem do Outro que se abre a possibilidade pulsional de haver um sujeito do inconsciente. Vale ressaltar que o Outro para a Psicanálise é tomado na acepção geral de alteridade constitutiva, de tesouro dos significantes e ordenação simbólica que pré-existe ao sujeito, podendo ser tomado a partir de sua realização imaginária, como outro semelhante. Esse Outro é uma função constitutiva como alteridade e é assumida por quem responde à demanda da criança inscrevendo-a nesse campo de linguagem. Porém, é preciso reconhecer a incompletude desse campo. Dizendo de outro modo, o Outro não tem todos os sentidos, sendo preciso vir desse sujeito um sentido outro.

Sabe-se que com crianças a lógica da linguagem não é a lógica do adulto – aliás, nada na criança tem a lógica do adulto – na medida em que está submetida a uma carga de fantasia e de pulsão em que o jogo entre prazer e desprazer determina as significações e dão lugar a um certo modo concreto de lidar com a linguagem e de usá-la em sua forma que implica uma função de diferença, de valor e não um significado *a priori*. Uso a palavra preferida de Clarice Lispector para dizer sobre a linguagem (e todas as manifestações) da criança: *é*. Para a criança a linguagem *é*, a língua *é*, a brincadeira *é*, a fala *é*, a escrita *é*, o desenho *é*. E, pode ser isto ou aquilo com a marca do semelhante ou da alteridade, dependendo do que está em jogo na identificação, como acontece no filme de Alice Guy-Blaché, *Folhas caindo*, de 1912. Nele uma menininha cola as folhas que caem das árvores no outono com o objetivo de prolongar a vida da irmã, pois escutou o médico dizendo que a irmã estaria morta antes que as folhas das árvores caíssem: é possível às crianças se arranjam com as palavras que vêm do Outro.

A clínica psicanalítica se guia pela transferência como o efeito do (des)encontro entre dois, em uma singular forma de amor que antecipa e se sustenta em uma suposição de saber.

Por tudo isso apresentado, minha questão entrelaça a linguagem da criança e a constituição do sujeito naquilo que têm de fundamental, o ato de mudar, dispor seus elementos de tal modo que seja possível outra direção.

A abordagem psicanalítica sobre a constituição do sujeito está atrelada à linguagem no fato de que o sujeito do inconsciente nasce no campo da linguagem, nesse campo que lhe pré-existe e que é depositário dos significantes em relação distintiva entre si tendo como efeito esse sujeito.

Em se tratando de criança, estamos falando em sujeito (do inconsciente) em constituição. A hipótese psicanalítica sobre a criança, localizada no tempo lógico de constituição psíquica, em uma diacronia, possibilita sustentar a não definição estrutural da criança em termos psíquicos, o que é fundamental para supor a hipótese de uma estruturação em termos de amarrações sinthomáticas, das possibilidades do sujeito ante seus impasses e paradoxos constitutivos.

Essa hipótese, dentro do campo psicanalítico, é polêmica na medida em que há versões para a proposição de Jacques Lacan de uma concepção estrutural do psiquismo. Os impasses e paradoxos nesse tempo de constituição são coerentes tanto com a lógica desse tempo de estruturação não definido, de um percurso de estruturação, como para a proposição de uma clínica de Estados Paradoxais (PARAVIDINI, 2006; SILVA, 2011), em que as manifestações sintomatológicas da criança não permitem a redução a um único modelo diagnóstico podendo se referir tanto ao autismo, como à neurose ou como à psicose e, me parece, caminha para a lógica das diferentes formas de subjetivação na contemporaneidade, elaborada a partir de uma leitura particular do Seminário *O Sinthoma*, de Jacques Lacan. Nessa lógica, o que se propõe é que mesmo com uma hipótese estrutural estabelecida (fundamental para a direção do tratamento), o sujeito poderia ascender, em seu enodamento psíquico, a uma amarração privilegiada em outra estrutura e, o limite definitivo entre Real, Simbólico e Imaginário seria paradoxal: é além de uma inconsistência nos diagnósticos, está alhures de uma dimensão que não se limitaria a algo como pode ser isto, mas, também não pode ser tudo e nem qualquer coisa.

O que questiono não são as estruturas psíquicas e o não-limite paradoxal entre elas: sustento o singular de um sujeito frente a essa condição particular de cada estrutura possível. Assim, eu poderia responder ao médico de Cadu ao questionar seu modo de ação e de endereçamento invasivo e agressivo ao outro: “***Realmente, isso não é do que ele tem [do autismo], é dele.***”, o paradoxo é o singular. É preciso, então, não perder de vista que da estrutura autística algo não se perde: o gozo com o próprio corpo, o Outro barrado, o não endereçamento ao outro, suas qualidades de resposta à invocação do Outro e evitamento do lugar do objeto *a*. Também, da estrutura psicótica algo não se perde: a alienação ao Outro. Na primeira, o pequeno sujeito estaria fora da linguagem, na segunda, estaria assujeitado a ela. Mas, veremos que, em nenhuma das duas condições, existe uma totalidade.

Assim, questiono os radicalismos na clínica psicanalítica que, por vezes, pode parafrasear o discurso do médico de Cadu e de Kanner: o autista não se afeta com a língua,

está de todo fora da linguagem, a língua não tem função constitutiva, é apenas funcional, sua relação com o mundo é por meio de objetos empíricos e ele não fala. É uma exaltação ao Um do gozo solitário, ao Real e à proposição de uma a-estrutura. O sujeito do inconsciente não funcionaria como uma estrutura a partir de uma leitura dos textos lacanianos sob a égide de uma invenção do Real que prescindiria do Simbólico e do Imaginário. Sustentam essa hipótese autores como J.A.Miller, os Lefort, Érik Laurent, Maleval e significativa gama de psicanalistas brasileiros da Escola Brasileira de Psicanálise como se pode constatar em trabalhos como *Autismo(s) e atualidade: Uma leitura lacaniana*, organizado por Murta, Calmon e Rosa (2013). Fora da linguagem não haveria a possibilidade de um sujeito no autismo, ou um sujeito autista e o autismo encarnaria a impossibilidade própria do Real supondo uma ex-sistência a-semântica. Assim como o discurso médico, me parece que está em jogo aí o gozo do gozo em um discurso radical e auto-referente, pois não haveria uma dimensão de horizonte e perspectiva no campo da linguagem. Desse modo, o Real não seria no e pelo impossível que o Simbólico faz realizar.

Assim sendo, trabalhar na lógica de um fenômeno estrutural na constituição do sujeito já me situa na lógica de uma linguagem que supõe uma oposição que só pode ser tomada nos furos e buracos da linguagem: o sujeito nasce na linguagem, conforme Lacan e, nos limites de meu saber, não me recordo dele ter prescindindo disso.

Nessas condições, haveria, no campo psicanalítico, três posições possíveis sobre a questão da estrutura e dos autismos, de modo bastante generalizado. Uma primeira posição que comporta uma espécie de unidade estrutural e se sustenta nas operações de constituição do psiquismo da alienação e separação, forclusão do nome-do-pai, da criança na posição de objeto *a* no fantasma materno. Nessa posição a criança estaria na linguagem, mas antes da alienação. A segunda posição propõe uma quarta estrutura: o autismo, alguém da alienação, mas na linguagem em posição de exclusão (diferencial com a psicose em que o sujeito é só inclusão), seria uma quarta estrutura. E, por último, uma terceira posição, já mencionada, de uma falha primordial que impediria qualquer possibilidade de captação do sujeito no significante e, desse modo, o autismo seria a-estrutura, não haveria possibilidade de sujeito do inconsciente.

Nesse assunto, minha posição tende para a segunda posição, na medida em que a relação de Cadu com a língua e com o ritmo em sua fala vai me mostrando haver possibilidade de inscrição de traços no tempo que antecederia a alienação, no tempo zero: não haveria uma matriz simbólica completa, mas o ritmo sonoro em jogo deixaria um traço

apagado na função dessa matriz e algo poderia se inscrever como possibilidade de um quarto elemento em função constitutiva. Esse traço possibilitaria um impasse psicótico para a criança dita autista e mesmo a ascensão do sujeito ao campo da linguagem. Talvez a paixão das crianças ditas autistas por ritmos, corpos que se balançam nos ajudem a supor isso, de modo geral. Mas, com Cadu será possível supor esses traços naquilo que vai escapar de seu território de lalíngua. Também, propor pensar que no percurso de constituição estrutural do sujeito se estabeleceria um elemento em função de suas tentativas de saber-fazer com seu gozo solitário – a amarração sinthomática – supondo um estatuto de quarto elemento do nó borromeano quando da definição estrutural, comportando uma estrutura singular. Esse elemento seria o operador dos impasses subjetivos (entenda-se constitutivos) que se realizam no percurso de constituição da criança.

A expressão impasse subjetivo (SOUZA e PARAVIDINI, 2013) é uma alternativa aos diagnósticos fechados e definitivos para as variadas condições de sofrimento psíquico da criança e que são incompatíveis com sua condição estrutural de sujeito em constituição. Essa expressão é usada, nesta tese, como referência aos enodamentos do pequeno ser que tenham efeito de uma angústia paralisante e que dificultam o laço do sujeito.

No texto que se segue, busco suporte para a experiência de linguagem que se sustenta na articulação (im)possível entre Psicanálise e Linguística.

No capítulo um, *Linguística e Psicanálise: a linguagem e o inconsciente*, discuto o que tornaria (im)possível um encontro entre Psicanálise e Linguística: o paradoxo entre o que a linguagem realiza e o que o inconsciente não realiza. Serão abordados os conceitos de inconsciente estruturado como uma linguagem da Psicanálise com base em Sigmund Freud e Jacques Lacan, o conceito de língua de Ferdinand de Saussure (1916/1995) e a experiência de linguagem de Giorgio Agamben (2008). Ainda nesse capítulo, estabeleço, com base nos pressupostos psicanalíticos, a relação entre linguagem, estrutura não decidida e impasse subjetivo.

No Capítulo dois, *Sobre as escolhas metodológicas*, o objetivo é propor um modo de escrita do caso em que seja possível apreender a língua, considerando que todo método é uma criação singular fundamentada em princípios delimitados de um saber. Inicialmente, abordo a problemática tanto da Psicanálise como da Linguística com a ciência, pois “método” é uma questão da ciência. Com base nas elaborações de Jacques Lacan sobre o tema, e em sua leitura de Alexandre Koyré, é preciso não perder de vista que a Psicanálise trabalha com o que fica de fora da ciência: é uma espécie de ciência do resto da ciência. A partir dessa elaboração

inicial, abordo a questão do dado linguístico e sua possibilidade de extração (ou não) da clínica psicanalítica, enfatizando a tentativa de articular escrita do caso clínico e o dado linguístico. Porém, a direção será, ao logo do texto, retirar a necessidade de que os acontecimentos de fala na clínica sejam reduzidos a dados de fala para que sejam tomados nessa condição de um acontecimento na experiência de linguagem, nessa clínica. Assim, não seria necessário reduzir um acontecimento de linguagem a um dado linguístico para que inscrevê-lo dentro dos Estudos Linguísticos. Ao final desse capítulo, proponho a narrativa enunciativa como suporte imaginário para a tomada desse acontecimento de linguagem na clínica embasada nos conceitos lacanianos de tempo lógico e do deslocamento significante.

No capítulo três, *O significante imprescindível na constituição do sujeito*, retomo a noção de significante e seu funcionamento para a Linguística e o fundamento de Lacan para esse elemento da língua que de uma forma de elemento da linguagem ganhará estatuto de uma função: a função do significante é representar um sujeito para outro significante por meio de seu funcionamento distintivo. Nessa discussão, entra em pauta a relação a noção de língua e seus os efeitos sobre o significante da Linguística.

No capítulo quatro, *A amarração sinthomática nos paradoxos da constituição do sujeito*, o objetivo é dar ao funcionamento significante estatuto de sinthomático: tentativas da criança saber-fazer com a língua – de suas articulações significantes – no enfrentamento de seu drama constitutivo. A ênfase é na lógica de sinthoma de Jacques Lacan, nas elaborações de Ângela Vorcaro sobre o percurso de constituição do sujeito suportado pelo trançamento entre Real, Simbólico e Imaginário e minha proposição de que é possível que um elemento – como quarto elemento nessa trançamento – se introduza aí para manter o sujeito em seu percurso e, com isso, os impasses não se caracterizariam como paradas nesse processo. Em Cadu, como apresentado na hipótese dessa tese, é a língua que teria essa função de quarto elemento inscrito no tempo zero de seu psiquismo. Ressalto que não se trata de um quarto elemento do nó da estrutura do sujeito, pois a estrutura não está fechada em nó: mas, seria um elemento que ganharia essa função de quarto elemento na definição estrutural. Nesse capítulo, também busco estabelecer alguns aspectos para essa amarração sinthomática. Na sequência, fundamento a relação dessa amarração com a repetição naquilo que a Psicanálise toma como função de repetição: constitutiva do sujeito. Também, as falas ditas sintomáticas, constatadas na clínica da linguagem, ganham estatuto de amarração sinthomática, nesse capítulo.

No capítulo cinco, *A amarração sinthomática: as cerzaduras elementares pela língualinha*, discorro sobre os modos, fundamentados pela articulação significante, da

amarração sinthomática de Cadu: pelas ecolalias em seus funcionamentos maciço/Real e alienante/Simbólico; pela reprodução/Imaginário da fala do Outro; pelas inversões pronominais, pela rigidez estrutural dessa língua e por seu ritmo e entoação singulares e que nos aproximam de sua lalíngua. Também, os *shifters* compõem essa cerzidura do pequeno sujeito na possibilidade do autismo e em funcionamento psicótico como consistência imaginária.

No capítulo seis, *Cadu não se comunica, mas tenta com sua língualinha saber-fazer laço*, analiso episódios das sessões de tratamento de Cadu para estabelecer, no funcionamento da língua, das articulações distintivas estabelecidas, o estatuto de amarração sinthomática dessa língua e supor um sujeito se constituindo pelas vias de um autismo e se enodando por essa língua que lhe permite fazer laço social.

Nas *Considerações finais*, retomo a questão desta pesquisa e o caminho percorrido de Cadu para fazer ver o estatuto de amarração sinthomática que ele opera com a língua. Ainda, retomo a questão entre Linguística e Psicanálise. Seguem-se, então, as *Referências Bibliográficas*, os *Anexos* e o *Apêndice*, desta tese.

Para encerrar essa introdução, trago as palavras do menino em nossa primeira sessão, depois de andar pela sala em silêncio, por algum tempo: “**Cê va-i ba-TÊ?. Cê qué brin-CÁ?. Fa-iz xi-xi bain-e-RU?**.” O ponto de interrogação junto ao ponto final já é para mostrar a indecisão que vai nos acompanhar em nosso percurso no ritmo entoado desde seu princípio e para subverter a certeza de um autismo de todo solitário. Também, para mostrar a estrutura e a entoação silábica e melódica de Cadu que vão fazendo rastro em seu percurso de constituição estrutural.

CAPÍTULO 1

LINGUÍSTICA E PSICANÁLISE: A LINGUAGEM E O INCONSCIENTE

[...] existe pelo menos um ponto em todo o sonho no qual ele é insondável – um umbigo, por assim dizer, que é seu ponto de contato com o desconhecido. [...] é num certo lugar em que essa malha é particularmente fechada que o desejo onírico se desenvolve, como um cogumelo de seu micélio. O obscuro do sonho a ser deixado sem interpretação é o que move o desejo.

(FREUD, 1900/1996)

Pela delimitação temática feita na *Introdução* deste texto, é fato direcionador de que a clínica psicanalítica atualiza a visada dos Estudos Linguísticos sobre a linguagem e a língua da criança impondo que se discuta o efeito do cerne dessa clínica sobre esses Estudos: o inconsciente, seu sujeito e os conceitos que o definem – a transferência, o objeto *a*, a repetição, o significante, a pulsão e a lógica do Real, do Simbólico, Imaginário e o *Sinthoma*. Se é possível propor uma (des)articulação entre Linguística e Psicanálise, é no encontro entre linguagem e inconsciente que esta se torna possível, no paradoxo entre o que a linguagem realiza e o que o inconsciente não realiza. Por ser uma proposta na clínica com criança, é necessário não perder de vista que se trata de um inconsciente em estruturação sob os efeitos da linguagem.

Diante disso, o limite que se busca estabelecer parte inicialmente de um não limite, de uma possível relação entre o que a Linguística diz sobre a linguagem e que interessaria à Psicanálise considerando que o objeto da Psicanálise, o inconsciente, é, desde Freud, elaborado e sustentado pela sua estrutura de linguagem. Assim, duas perguntas a serem feitas são: primeira, o que de específico, a linguística da língua poderia contribuir com a Psicanálise, sobre a linguagem, já que Freud fundou esse campo sem os conhecimentos epistemológicos sobre a língua e a linguagem elaborados pela Linguística; e a segunda pergunta, em que condições um acontecimento de linguagem, na clínica psicanalítica, poderia ser relevante para a Linguística justificando seu interesse por esses acontecimentos de linguagem tão singulares,

considerando que para Saussure, na fundação da Linguística como campo, não deixou de sustentar que todo e qualquer acontecimento de linguagem é matéria desse campo de estudo?⁵

O psicanalista francês Jacques Lacan, que trabalhou a partir dessa articulação no início de seu ensino, deu um passo além de Freud e de Saussure indo na direção de que aquilo que move os seres de linguagem é o que vai justamente escapar a essa linguagem, sendo, então, importante delinear os efeitos dessa linguística em seu discurso e na proposição de um inconsciente estruturado como uma linguagem. Ver-se-á não apenas nesse capítulo, mas ao longo de todo esse texto, que a Linguística, na vertente estrutural, e a Psicanálise, a linguagem e o inconsciente, não são sem que “algo” se perca de suas elaborações epistemológicas nos causando um desagradável afeto e que nos impulsiona a buscar – a todo custo de teorias e técnicas – isso que fica de fora. Porém, como nos alerta Lacan (1962-1963/2005), devemos buscar essa aproximação com prudência porque se algo nos angustia é porque é perigoso: por isso foi perdido?

Meu trabalho se situa na clínica psicanalítica com crianças, de tal modo que um olhar sobre a segunda questão merece uma reflexão mais enfática, pois faz parte das construções psicanalíticas fazer uso das elaborações simbólicas acerca do homem em seu processo de compreender esse homem e os conflitos originários de sua condição psíquica, o inconsciente. Não que isso torne desnecessário especificar de qual elaboração se trate em cada questão, pois o farei posteriormente na tomada do significante e seu funcionamento. Assim, entra em jogo o fato de que a Linguística ao trazer, historicamente, para seus estudos a questão da subjetividade – da relação da língua com sujeitos falantes – estabelece um caminho sem volta de enfrentamento de todas as possibilidades dessa subjetividade, inclusive as de crianças falantes⁶ em sofrimento psíquico. Porém, Jacques Lacan foi à Linguística para, de início,

⁵ Lerner (2008, p.176-178) ao discutir sobre as relações de pesquisas que articulam diferentes campos discursivos, nos chama a atenção para o fato de que não devemos reduzir um campo ao outro, evitando estender a explicação de um campo para outro campo. Para ele, trata-se de “[...] de uma aproximação que permita o debate [...]” entre os aspectos considerados na pesquisa que articula campos heterogêneos. Sobre o relato de caso, em pesquisas que envolvam diferentes campos discursivos, Lerner nos chama a atenção para não incorrerem no equívoco de buscar respostas a questões de um campo em outro campo: “[...] não se deve esperar que algum elemento clínico seja mais bem explicado por uma ou por outra perspectiva. Cada perspectiva tem definições específicas do que é um elemento clínico, que não se restringe à sua descrição fenomênica. Não se deve esperar que perguntas oriundas de um campo que não é a psicanálise sejam respondidas pela atividade clínica da última. É mais favorável que sejam construídas e endereçadas perguntas que não estejam previamente no programa de pesquisa dos campos envolvidos, partindo da consideração de que tais campos, sozinhos, não contam com recurso metodológicos para fazer-lhes face.” Para o autor, então, cada prática discursiva deve propor seu procedimento metodológico sem estabelecer a garantia de resultados.

⁶ O termo *falantes* merece esclarecimento: é uma referência generalizada a crianças imersas no campo da linguagem e que estabelecem algum tipo de relação com esta.

estruturar o inconsciente *como* uma linguagem, e isso não sem consequências⁷. Eu friso a conjunção para dizer que o inconsciente é estruturado da mesma forma que uma linguagem, diferente de dizer que é linguagem. Mas, esse *como* também pode, pela associação que a Língua Portuguesa permite, ser substituído por *porque*: o inconsciente é estruturado *porque* uma linguagem. Mas que linguagem? Aquela que vai comportar furos de Real.

A definição de Ferdinand de Saussure de língua como um sistema de signos e seu funcionamento estrutural no *Curso de Linguística Geral* (1916/1995) estabelece um sistema fechado e autônomo no sentido de que nada do que lhe é exterior teria efeito sobre esse funcionamento. Em termos estruturais, o que fica de fora? Algo que se perdeu desse sistema quanto este “se fechou” e se constituiu como um conceito, um conjunto simbólico que definiu a Linguística como ciência. Para a Psicanálise, algo também fica de fora da linguagem. Contudo, ela trabalha a partir do efeito disso que fica de fora.

A articulação linguagem e inconsciente ajudará na aproximação – com prudência – disso que ficou de fora desse sistema e que retorna na questão desta tese.

Diante disso, apresento os conceitos de linguagem e inconsciente que orientam esta pesquisa. Vale lembrar Saussure (2004), que preocupado com o estatuto do objeto da Linguística, esclareceu que todo e qualquer objeto de estudo não é determinado em si, não existe em si mesmo, é sempre uma construção de linguagem. Porém, o importante é que para a Linguística a ênfase é sobre a natureza e análise desse objeto, enquanto para a Psicanálise interessam as questões sobre esse objeto: completude e incompletude em jogo entre Linguística e Psicanálise. Trata-se, também, de saber o quanto a Linguística e seus estudos suportam de furo, já que a Psicanálise não suporta é a ausência desse furo.

Saussure (1916/1995), no *Curso de Linguística Geral*, enfatiza que a Linguística deve delimitar seu objeto de investigação para ser ciência. Fazendo isso, ele define, inicialmente, a língua como esse objeto, como um “[...] sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas [...]” (1916/1995, p. 18). Nessa definição existe o aspecto distintivo como o fundamental desse sistema e que, posteriormente, será tomado na lógica do valor, da distinção dos elementos. Mas, uma leitura possível desse *Curso* é a de que os Estudos Linguísticos deveriam se limitar ao estudo desse sistema fechado. Dada a dimensão das diferentes áreas desses estudos estabelecidas epistemologicamente como o campo semântico e o discursivo, entre outras, e o fato dessa dimensão se ampliar para além do “sistema fechado”, pois teorias

⁷ Importante frisar que para Lacan, o interesse foi pela lógica da estrutura e sua relação com o inconsciente e seu sujeito, indo além do falante e da fala. A língua, e seu funcionamento distintivo entre significantes, permitiu justamente, que Lacan dessubstancializasse e dessubjetivasse seu sujeito.

e campos sustentam, cada um a seu modo, elementos subjetivos e históricos concernentes aos usuários desse sistema, o que parece fundamental é que o que foi excluído, na fundação da ciência Linguística, retorna como conhecimentos para além da língua e que devem ser tomados na perspectiva da linguagem, que o próprio Saussure definiu, no *Curso*, como o conjunto de produções simbólicas do homem em que a língua está inserida. Nos *Escritos de Linguística Geral* (2004), a linguagem está alçada a esse estatuto de objeto da Linguística e não apenas a língua.

Saussure (2004) coloca em discussão a “identidade da Linguística”: para ele existe, intrínseca à linguagem humana, uma duplicidade, uma essência dupla. O fato de linguagem, percebido por diferentes pontos de vista, é sempre signo (significado/significante) e significação, língua e discurso. Segundo ele, ao abordar a natureza do objeto da Linguística, devemos considerar:

2º que não há nenhuma entidade linguística, entre as que nos são dadas, que seja simples porque, mesmo reduzida à sua mais simples expressão, ela exige que se leve em conta, ao mesmo tempo, um signo e uma significação, e que contestar essa dualidade ou esquecê-la equivale diretamente a privá-la de sua existência linguística, atirando-a, por exemplo, ao domínio dos fatos físicos. (SAUSSURE, 2004, p.23).

Com base nessa afirmação de Saussure, todo fato de linguagem contempla uma forma (signo) e uma significação e essa dualidade constitutiva da linguagem se refere ao fato de que, ainda conforme Saussure (2004), um signo só existe em virtude de sua significação e esta em virtude daquele, e que ambos existem em virtude da distinção entre os signos. Também, o signo como elemento do sistema comporta essa dualidade entre significante e significado. Essa dualidade, por sua vez, impõe à linguagem um signo funcionando como um sistema (a língua) e uma significação decorrente desse sistema em funcionamento, constituindo fatos de linguagem (o discurso). É essa dualidade da linguagem e o funcionamento distintivo da língua, entre significantes, que me interessa. Frente a isso, enfatizar, nesta pesquisa, o significante na constituição do sujeito não implica tomá-lo a mercê dos fatos de linguagem, isolando-o da criança que fala. É preciso, se caminho para um encontro com a lógica do inconsciente, que a cadeia significante (em suas regularidades e descontinuidades) seja tomada em uma dimensão que permita situar aquilo que a coloca em movimento, como causa do sujeito, portanto.

Sobre o inconsciente, inicio com Freud (1896/1996), na *Carta 52* a Fliess. Nessa carta Freud indaga sobre a formação do psiquismo supondo que é a linguagem que possibilita essa formação. Ele escreve a seu interlocutor, do seguinte modo:

Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um *rearranjo* segundo novas circunstâncias - a uma *retranscrição*. Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações. [...]. (FREUD, 1896/1996, p.281-282)

Para Freud, *os traços de memória*, na gênese do psiquismo humano, estariam sujeitos a um *rearranjo segundo novas circunstâncias*, a uma retranscrição em diferentes registros que são ao menos três, segundo ele: o das percepções, o da inconsciência e o da pré-consciência. Como registros do psiquismo, estes transcrevem a realidade, respectivamente, por associações simultâneas, por relações entre traços conceituais (da inconsciência) e por representações verbais. Ainda no início de sua nova psicologia, o inconsciente não existe como conceito. O que temos é a primeira tópica, porém, é por ser um registro cuja formação se dá por expressão simbólica que o inconsciente será construído a partir da linguagem que possibilita essa transcrição.

Na construção de sua obra, Freud fará da linguagem um refratário da Psicanálise, ao que Lacan dará um tom de radicalidade estruturando o inconsciente – já substantivo – como uma linguagem e, dessa linguagem, o significante e seu funcionamento distintivo terá como efeito o sujeito do inconsciente. De modo geral, Lacan falará da língua como sistema opositivo, de seu funcionamento, do signo, de *lalíngua* (como a língua do inconsciente), mas trata-se sempre da linguagem com seu aspecto de incompletude. Essa incompletude da linguagem é o que funda o inconsciente: a hiância, a falha que aponta uma falta anterior ao funcionamento da cadeia.

Para Lacan (1964/2008, p.28), a Linguística possibilitou compreender a estrutura de linguagem do inconsciente por meio “[...] de seu modelo de objeto [...]”, do “[...] jogo combinatório operando em sua espontaneidade [...]” e regularidade (autonomia para Saussure)⁸, situando as relações humanas em uma ordenação simbólica que nos é anterior. Para ele, em

⁸ Posteriormente, abordarei o fato de que o binarismo do algoritmo saussuriano (signo como significado e significante) não comporta a falha e o jogo combinatório será afetado pela incompletude (pelo Real), devendo comportar essa falha.

referência a Lévi-Strauss e à sua obra *Pensamento Selvagem*, haveria uma estrutura (de linguagem) ⁹ que contempla uma organização com funções e causas que nos é anterior comportando os elementos mínimos da língua, como sistema de signos. É essa lógica inicial que Lacan dará à estrutura do inconsciente como linguagem, e, a partir de sua leitura de Freud e d'*A Ciência dos Sonhos*, fará da metonímia e da metáfora, de assonâncias e ressonâncias, de aliteraões, aglutinação o funcionamento desse inconsciente. Mas, esse *Seminário* de 1964 em que ele aborda os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise, sucede o *Seminário* sobre a angústia de 1962/1963 quando já havia entrado em cena para o sujeito do inconsciente a função de causa. Lacan (1962-1963/2005, p.101) ao longo desse *Seminário*, dá ao objeto *a* o estatuto dessa função de causa: aquilo que cai do próprio ser em sua entrada na linguagem, isto que é deixado para trás e que coloca o sujeito em circuito pulsional e a cadeia significante em movimento. O objeto da angústia é faltoso e está para sempre perdido: “[...] ele não é sem tê-lo [...]” passa a ter função de causa.

A virada radical de Lacan é propor que a causa, e não o que produz efeito, é o estrutural em jogo no funcionamento inconsciente e é falha, é manca. Para o autor, o vazio, justamente o lugar de furo, de algo que não se realiza (*não-realizado*) na estrutura de linguagem que constitui o inconsciente, aquilo não interpretável no sonho, o ponto, o *umbigo do sonho* de Freud sobre Irma. Contrapondo-se a Aristóteles e suas causas da Física, a causa do inconsciente – causa como aquilo que faz esse inconsciente funcionar – é indeterminada, como é seu sujeito, também indeterminado na gramática. É o estatuto do Real em cena na Psicanálise.

A esse vazio, pois há um ponto, na estrutura, que algo não se realiza, Lacan (1964/2008) propõe que se reconheça nele uma hiância causativa anterior ao domínio da lei significante em que o que interessa são as bordas dessa hiância, aquilo que contorna o que não se realiza. Essa hiância abre e se fecha em ritmo pulsional deixando uma fenda, deixando entrever o Real.

A princípio, a ênfase de Lacan (1964/2008) é sobre as primeiras inscrições significantes na formação do psiquismo: “[...] A natureza fornece, para dizer o termo, significantes, e esses significantes organizam de modo inaugural as relações humanas, lhes dão as estruturas e as modelam.” De modo inaugural, (como os traços, de Freud) o que temos é seu pertencimento à linguagem que, conforme Saussure, tem sua essência dual permitindo

⁹ Vale ressaltar que Lévi-Strauss se refere às produções de linguagem como os mitos, ficção estrutural responsável pela ordenação e transmissão simbólica. O olhar de Lacan será sobre as unidades mínimas distintas da língua nesses mitos.

esse jogo combinatório pela distinção em todos os níveis dos fatos de linguagem: fonológico, morfológico, lexical, textual, enunciativo e discursivo. Ao atrelar a possibilidade do inconsciente àquilo que falha na dualidade da linguagem e sustentar que “[...] isso fala e funciona [...]”, Lacan é enfático ao dizer que o que interessa é o modo de tropeço em que as formações do inconsciente se realizam:

Tropeço, desfalecimento, rachadura. Numa frase pronunciada, escrita, alguma coisa se estatela. Freud fica siderado por esses fenômenos, e é neles que vai procurar o inconsciente. Ali, alguma coisa quer se realizar – algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo *produzir-se*, se apresentando como um achado [...]. (LACAN, 1964/2008, p.32 – Itálico da edição)

Ao *produzir-se* está posto que isto que se abre e se fecha, o não-realizado, é do próprio inconsciente, portanto, daquele que se enuncia a partir de sua perda fundamental: do sujeito do inconsciente. O *se*, como pronome, torna esse sujeito reflexivo sobre si mesmo em que aquilo que se produz será causa de si mesmo, cujo efeito será a cadeia significante em funcionamento, representando um sujeito entre seus significantes. Assim, o sujeito é predicado nessa sentença que se inscreve a partir do vazio, da indeterminação.

Ao reler o inconsciente freudiano [e o nosso], Lacan (2008/1964), reconhecendo nele a hiância causativa, propõe, como efeito desse vazio estruturante, outros aspectos de funcionamento para essa estrutura de linguagem constituída de furo e em um movimento de *achado* e *reachado*, pois o perdido claudica sempre na cadeia de linguagem. Assim, a cadeia agora é descontínua, o sentido vacila e a opacidade se presentifica. No entre significantes existe (ex-siste) a falta como uma possibilidade de realização de qualquer inscrição, de qualquer sentido. Isso que é não-realizado terá efeitos de sentido e a cadeia perderá sua continuidade, pois não se trata mais de um significante e significado, na lógica de reciprocidade entre forma e sentido. O Real tem função de livrar o significante do significado, libertá-lo. Por vezes, algo retornará como inesperado marcando um movimento de descontinuidade em uma lógica subversiva.

Diante disso, é essa linguagem dual e o inconsciente descontínuo (mas com um funcionamento e ordenador, portanto, estruturado) que dão a direção, nesta pesquisa. Os Estudos Linguísticos, ao trabalhar com o conceito de inconsciente, na proposta de Jacques Lacan, não podem se eximir dos efeitos dessa hiância na linguagem, do fato de que há na linguagem e em todas as suas manifestações que esta comporta, algo que não se realiza e que

é justamente o que a torna possível: o fato de ser incompletude e que o vazio vai sempre (re)aparecer como marca do Real. O sistema fechado proposto por Saussure tem furo¹⁰.

1.1 Linguagem e inconsciente

A relação linguagem e inconsciente que me interessa é aquela que pressupõe uma falha na estrutura como única possibilidade de haver sujeito do inconsciente.

Na tentativa de especificar as relações possíveis entre linguagem e inconsciente me embaso, inicialmente, em Jean Claude-Milner, linguista que questiona o que é possível haver entre Linguística e Psicanálise.

Para Milner, a relação Linguística e Psicanálise somente é possível a partir da noção de *lalíngua*, elaborada como a língua do inconsciente por Jacques Lacan. Como linguista, a questão de Milner é sobre a incompletude da língua atestada pela Psicanálise como efeito do Real e do inconsciente: “O que é língua se a psicanálise existe?” (MILNER, 2012, p.12). O autor tem como objeto de discussão a língua se apoiando na orientação de Saussure de que esta é o objeto da Linguística. Das várias implicações dos trabalhos de Milner, sua visada sobre a língua e o inconsciente é importante por sustentar que a língua não diz tudo, o que é coerente na aposta de que a linguagem também é faltosa.

Considerando que a crítica que o autor faz da Linguística e de seu radicalismo em limitar-se à questão da língua (que para ele é uma questão de *lalíngua*¹¹) e fazendo no final o mesmo que Saussure, restringindo o estudo da Linguística à língua, o trabalho de Milner (seu Amor da [pela] Língua), sustentando que a Linguística deveria considerar a hipótese do inconsciente, do desejo e da incompletude, ajuda a ver que o que está “fora” desse sistema é imprescindível, como são os falantes. As palavras do autor:

¹⁰ O *não-realizado* na hiância é o Real, como propõe a tradução do texto de Lacan (1964/2008). Talvez pensar na lógica do (in)realizado seria mais proveitoso para a proposição lacaniana, pois consideraria que algo (de sentido, de saber) se realiza pelo sujeito e pelas ciências, mas há algo que se opõe a essa realização, à completude. Seria uma oposição nos moldes de um (in)realizado. O *não* nega que algo se realiza, o *in* possibilita haver algo que não é realizado como oposição ao que se realiza, não negando haver, portanto, realização em termos simbólicos e imaginários. Em se tratando de sujeito do inconsciente, costurar e amarrar, fazendo borda a essa hiância, são primordiais para a vida psíquica.

¹¹ *Lalíngua* é território do sujeito. Portanto, o que fica de fora do sistema da língua comum a todos os membros de uma comunidade. Tem a ver com a causação, com as primeiras inscrições (traços unários) como borda ao Real que inscreve o furo.

Ainda que existisse um único ser falante – fosse ele Deus ou não –, ele seria falasser: nele o ser e o falar não se destacam e se corrompem um ao outro. Mas, enfim, o que é que esse ser falante fala? O que é preciso para que seu ser possa e deva nele se inscrever em suspenso? (MILNER, 2012, p.195)

Trata-se, para o autor, com base em Lacan, de lalíngua e não da língua da Linguística representada por seu algoritmo sem falha. Se a questão está articulada ao inconsciente, lalíngua seria o máximo que poderíamos supor desse inconsciente, como língua do tropeço. Porém, isto estaria restrito a momentos muito singulares em que poderíamos supor um efeito de significante? Mas, esse falasser fala a língua em suas possibilidades: lalíngua é a língua do sujeito do inconsciente.

A dimensão de lalíngua foi apresentada por Lacan (1972-1973/1985, p.190) como a estrutura de linguagem do inconsciente, a língua falada pelo sujeito do inconsciente e, assim sendo, é o que escapa ao falante como estrutura gozante e como resíduo, resto. Lalíngua é o saber do inconsciente, seu saber-fazer com a língua na proposição lacaniana de uma *linguisterie*, demarcando a relação histórica entre linguagem e inconsciente que interessa à Psicanálise, sempre de um mais-de-gozar:

Alíngua nos afeta primeiro por tudo que ela comporta como efeitos que são afetos. Se se pode dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é no que os efeitos de alíngua, que já estão lá como saber, vão bem além de tudo que o ser que fala é suscetível de enunciar. É nisto que o inconsciente, no que aqui eu o suporto com sua cifra, só pode estruturar-se como uma linguagem, uma linguagem sempre hipotética com relação ao que a sustenta, isto é, alíngua.¹²

¹² Alíngua conforme está na tradução do Seminário, livro 20, *Mais, ainda* citado. Porém, prefiro a transcrição de Haroldo de Campos para *lalangue* como lalíngua mantendo a relação entre o significante e sua fonia cara a Lacan: “No mesmo Livro 20 (“Le rat dans le labyrinthe”, 1973) Lacan expõe o que entende por LALANGUE. Aqui, desde logo, discrepo de tradução que vem sendo proposta em português para esse nevocábulo: **alíngua**. Diferentemente do artigo feminino francês (LA), o equivalente (**a**) em português, quando justaposto a uma palavra, pode confundir-se com o prefixo de negação, de privação (**afasia**, perda do poder de expressão da fala; **afásico**, o que sofre dessa perda; **apatia**, estado de indiferença; **apático**, quem padece disso; **aglossia**, mutismo, falta de língua; **aglossia**, o que não tem língua). Assim, **alíngua**, poderia significar carência de língua, de linguagem, como **alingüe** seria o contrário absoluto de **plurilíngue**, **multilíngue**, equivalendo a “**deslinguado**”. Ora, LALANGUE, pode-se dizer, é o oposto de não-língua, de privação de língua. É antes uma língua enfatizada, uma língua tensionada pela “função poética”, uma língua que “serve a coisas inteiramente diversas da comunicação”.

Esse idiomateno (recurso a uma cunhagem do meu poema “Ciropeédia ou a Educação do Príncipe”, de 52) é “lalangue dite maternelle” (“lalíngua dita maternal”), não por nada - sublinha Lacan - escrita numa só palavra, já que designa a “ocupação (l'affaire) de cada um de nós”, na medida mesma em que o inconsciente “é feito de lalíngua”. Então prefiro LALINGUA, com LA prefixado, este LA que empregamos habitualmente para expressar destaque quando nos referimos a uma grande atriz. a uma diva (La Garbo, la Duncan, la Monroe). **Lalia**, **lalação** derivados do grego **laléo**, têm as acepções de “fala”, “loquacidade”, e também por via do lat. **lallare**. verbo onomatopaico, “cantar para fazer dormir as crianças” (Ernout/Meillet); **glossolalia** quer dizer: “dom sobrenatural de falar línguas desconhecidas” (Aurélio). Toda a área semântica que essa aglutinação

Essa dimensão de um bem além da língua só pode ser suposta pelos ciframentos que o falasser opera no campo da linguagem. Acredito que o importante é como supor essa lalíngua que está lá como um saber que se elabora na entrada do ser no campo da linguagem que o antecede, em seu encontro primordial com o Outro constitutivo: minha aposta, sobre Cadu, é a de que se trata do enodamento significante da (la)língua como quarto nó em um ritmo pulsional da repetição, da insistência significante em que a hiância nesse percurso de linguagem vem como a abertura para o território de lalíngua desse sujeito em constituição, sua efetivação pela voz, pois é o *isso* falando, conforme Lacan (1973/2003, p.510):

O inconsciente, isso fala, o que o faz depender da linguagem, da qual pouco sabemos, apesar do que designo como linguisteria, para nela agrupar o que pretende -, essa é a novidade - intervir nos homens em nome da linguística. A linguística é a ciência que se ocupa de lalíngua, que escrevo numa palavra só, para com isso especificar seu objeto, como se faz em qualquer outra ciência.

Minha ocupação será tomar a linguagem da criança e a ascensão possível de lalíngua nesse campo frente a sua determinação subjetiva, pois é do sujeito se constituir em um campo de linguagem, na lógica do encontro limítrofe entre língua e discurso, que o mesmo Saussure elaborou em seus *Escritos*. Parece-me que, na perspectiva de Milner, o Outro (como heterogeneidade constitutiva) não há aí lugar e o amor da língua do linguista desejante é o mesmo que o amor do linguista científico, não desejante: narcisista, com seu ponto de vista sobre um único ponto no universo da linguagem, a língua em que a hipótese do Real prescindiria do Simbólico e do Imaginário. Com base no próprio Milner, uma possibilidade de supor que o sujeito do inconsciente está frequentando o território de lalíngua é por meio das falhas que se inscrevem nas regularidades da língua, tornando esse funcionamento descontínuo.

Nesse sentido, é que me posiciono na dimensão de uma experiência com a linguagem da criança, tomando o trabalho na Linguística como se toma o trabalho na Psicanálise: uma experiência de linguagem em que a falha é o que o torna possível.

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2008), em suas elaborações sobre o homem moderno e a *experimentum linguae*, situa a infância no hiato entre a língua e o discurso e

convoca (e que está no francês **lalangue**, mas se perde em **alíngua**) corresponde aos propósitos da cunhagem lacaniana [...].” (CAMPOS, 1989/2005, p.14- Grifos do autor).

infância é o conceito de onde esse autor parte para dizer que a humanidade (moderna) deve voltar à sua infância (e ao infantil decorrente daí) para preencher o vazio e a superficialidade de suas experiências. Vale ressaltar que Agamben trabalha, ainda, no encontro possível entre a Psicanálise de Freud e Lacan com a Linguística, de modo específico, entre o inconsciente e a estrutura linguística de Ferdinand de Saussure e as questões enunciativas e de subjetividade na linguagem construídas por Émile Benveniste.

Para esse autor, a infância – tempo lógico de constituição subjetiva do homem moderno – nasce na fenda entre a estrutura e o acontecimento de linguagem. Nasce, portanto, entre o que é próprio do homem, ser falante, e o mundo, seu campo de linguagem: entre um eu e um outro. Frente a isso, justifica-se a importância das elaborações de Agamben sobre linguagem e infância para definir linguagem neste trabalho, pensando na constituição do sujeito e a criança que encarna essa infância.

Sobre a infância e a criança, é importante esclarecer que para a Psicanálise há uma importante diferenciação entre a infância, como esse tempo lógico de constituição subjetiva, e o infantil, aquilo que, desse tempo, estará inscrito e recalcado no sujeito constituído e será retomado na análise. Em Freud, pode-se, de modo breve, tomar o trabalho com o pequeno Hans e o trabalho com o Homem dos Lobos para marcar essa importante diferenciação. No primeiro, a ênfase de Freud é sobre a neurose fóbica defensiva em um garoto de quatro anos frente a um possível conflito edípico precipitado pelo nascimento de uma irmã. Uma das contribuições deste trabalho, mesmo que Freud não tenha analisado o pequeno, é entrever o conflito psíquico na infância e não apenas no adulto. No segundo, trata-se do retorno de um infantil em reminiscências do passado, em que o paciente de Freud busca no que está recalcado as determinações de seu conflito psíquico, de sua obsessão. Ainda, nesta pesquisa, lido com o que é ainda da infância, pois estou nesse tempo de constituição do sujeito. Diante disso, a efetivação desse sujeito e de sua estrutura comporiam o infantil da criança.

In-fância, *infans*, *infantia*, é o que não fala. O prefixo *in-* sugere a negação, a ausência da fala no pequeno, também como um contraponto a quem fala. Para Psicanálise a criança encontra-se em seu tempo lógico, o da infância, tempo de tomar a palavra e responder por ela. Ou seja, não basta a criança falar, tem que responder por sua posição subjetiva, por seu gozo.

Conforme De Lemos (2007), o infantil contempla essa condição de vir a ser sujeito:

[...] *infans*, de que deriva infância, compõe-se do particípio presente de *fari*, verbo latino que quer dizer “falar”, precedido de um prefixo negativo [*in*]. Significa, então, o que não fala, apontando aparentemente para algo que se define negativamente como um antes da fala, tanto sob a forma do bebê que

literalmente ainda não fala quanto sob a forma daquele que ainda não toma a palavra, ou melhor, que por ela não responde. (DE LEMOS, 2007, p. 118).

Retorno a Agamben (2008) que em sua reflexão assim define a infância:

[...] A in-fância que está em questão no livro não é simplesmente um fato do qual seria possível isolar um lugar cronológico, nem algo como uma idade ou um estado psicossomático que uma psicologia ou uma paleoantropologia poderiam jamais construir como um fato humano independente da linguagem. (AGAMBEN, 2008, p.10)

Essa infância será pensada, por esse autor, nos questionamentos dos limites da linguagem, limites esses definidos justamente pela pressuposição de haver um não linguístico, de algo que escaparia ou faltaria à linguagem e, dessa maneira, a infância se oporia a essa condição: opondo-se ao inefável da linguagem a infância existiria no “[...] supremamente dizível, a *coisa* da linguagem [...].” (*ibid*). Nesse sentido, só é possível pensar a infância como linguagem¹³, como uma experiência de linguagem: “[...] uma experiência que se sustém somente na linguagem, um *experimentum linguae* no sentido próprio do termo, em que aquilo de que se tem experiência é a própria língua.” (*ibid*, p.11). E, ainda mais, essa experiência é transcendente.

Porém, Agamben (2008) sustenta que transcender, ir além dos limites do que conhecemos, somente é possível mesmo na linguagem. Mas, dessa elaboração do filósofo, o fundamental é de onde essa infância é feito: do não dizível, de onde haveria o inefável, portanto, da falta. Essa experiência é a gênese de todas as coisas: a infância “[...] na qual os limites da linguagem não são buscados fora da linguagem, na direção de sua referência, mas em uma experiência da linguagem como tal, na sua pura autoreferencialidade.” (*ibid*, p.12). Autoreferencialidade que é indeterminada considerando a infância como tempo lógico de constituição do sujeito e, de acordo com Lacan (1964/2008), é o tempo do inconsciente evasivo cercado por uma estrutura de linguagem entre dois pontos, o inicial e o terminal onde algo ficará em suspensão.

Nessas condições propostas pelo filósofo italiano, negando a referência com o mundo como definidora da linguagem, é necessária a suspensão da significação imediata para

¹³ Podemos nos lembrar da construção histórica feita por Philippe Ariés (1978) mostrando que infância é um conceito construído pela modernidade e apresentando o lugar social e histórico que a criança ocupou na sociedade. Para Ariés (1978), o singular da criança e da infância só foi construído na idade moderna a partir das especialidades e das demandas do mercado. De todo modo, existe a importante diferenciação entre o adulto e a criança e a consideração de uma lógica própria à infância, mesmo que fundamentada em princípios educacionais, psicológicos, sociais e culturais que buscavam a homogeneização e o uso dessa nova categoria histórica de indivíduos.

suscitar, na própria linguagem, a falta, o vazio. Diante dessa experiência fundante, Agamben (2008) conta, de modo enfático, que todo o seu trabalho filosófico é para saber “[...] o que significa ‘existe linguagem’”, o que significa ‘eu falo’?” (*ibid*). Por ora, basta ressaltar haver, nessas indagações, uma possibilidade de que a existência da linguagem, portando da experiência fundadora, seja uma experiência do ‘eu falo’ e a aposta do autor é de que a infância como experiência de linguagem tem uma lógica, um lugar e uma fórmula. Esses aspectos estão atrelados à língua e ao discurso como a exterioridade dessa língua em Agamben (2008) que sustenta a linguagem como uma dupla articulação entre língua e discurso que estrutura a relação saber e privação (de saber, falta de saber) do homem.

Para Agamben (2008), essa experiência de linguagem tem como sujeitos o ser-falante e o ser-dito, o sujeito e o Outro, que ao se depararem com a fratura entre língua e discurso estão diante não apenas de uma impossibilidade de dizer devido ao inefável, mas diante do fato de que é na própria experiência a resposta possível para essa impossibilidade. A ênfase do autor nessa experiência de linguagem, como o lugar da infância, somente é possível considerando que a linguagem é anterior ao ser-falante e ao ser-dito. Segundo ele:

[...] O simples conteúdo do *experimentum* é de que *existe linguagem*, e isto não nos podemos representar, segundo o modelo que dominou a nossa cultura, como uma língua, como um estado ou um patrimônio de nomes e de regras que cada povo transmite de geração a geração; é antes a *ilatência* impresumível que os homens habitam desde sempre, e na qual, falando, respiram e se movem. [...].¹⁴ (AGAMBEN, 2008, p.17 – Grifos do autor)

Essa experiência de e na linguagem, nisto que nos é anterior, deve ser constatada no sentido de que não há um oculto a ser desvelado. Mas, haveria, sim, uma relação do ser-falante e do ser-dito (o que implica um outro nessa experiência: aquele que diz esse ser-dito) direta com a própria linguagem (língua e discurso) se contrapondo com o que faz o homem moderno que tem sempre intermediários em suas experiências¹⁵. Sobre essa experiência, o autor a coloca como uma experiência do inconsciente, uma experiência que não pertenceria ao sujeito cartesiano, pertenceria ao *Es*, sujeito do inconsciente, aquele a quem nos referimos na

¹⁴ Sustentar que existe linguagem como *ilatência* coloca Agamben tocando no que Saussure e Lacan dizem sobre a linguagem que nos antecede: um fato social para o primeiro e tesouro de significantes para o segundo.

¹⁵ Sobre isso, Agamben (2008) nos dá o exemplo daqueles que, diante das maravilhas do mundo, ao invés de “ter a experiência delas” com essas maravilhas, colocam a máquina fotográfica entre elas e essas maravilhas. Pensando em nosso trabalho, é o lugar do gravador entre o investigador e a fala da criança: a escuta do que está gravado e não uma experiência com esse ser-falante.

terceira pessoa¹⁶. Assim, para o autor, nessa passagem do eu, primeira pessoa, para o *Es*, terceira pessoa, retornaríamos à infância, modo de decifrar nossa experiência constitutiva. E, considero importante, tudo isso na própria linguagem.

Agamben (2008) estabelece a infância também como definidora do aspecto fundamental da linguagem: sua dualidade marcada pelo signo e pelo discurso. Conversando com Benveniste, que enfatiza em seus estudos enunciativos essa dualidade da linguagem, o filósofo dá ao signo (semiótico/ a língua) o lugar daquilo que da linguagem deve ser reconhecido e ao semântico (o discurso) o lugar daquilo que deve ser compreendido. Entretanto, esses dois aspectos que integram a linguagem mantêm um hiato entre si, aquele da emergência da infância entre língua e discurso e que é uma falta:

A dimensão histórico-transcendental que designamos com este termo, na realidade situa-se precisamente no ‘hiato’ entre o semiótico e semântico, entre língua pura e discurso, e fornece, por assim dizer, a sua razão. É o fato de que o homem tenha uma infância (ou seja, que para falar ele tenha de expropriar-se da infância para constituir-se como sujeito da linguagem) a romper o ‘mundo fechado’ do signo e a transformar a pura língua em discurso humano, o semiótico em semântico. Na medida em que possui uma infância, em que não é sempre já falante, o homem não pode entrar na língua como sistema de signos sem transformá-la radicalmente, sem constituí-la como discurso. (AGAMBEN, 2008, p. 68)

Essas palavras do filósofo italiano trazem, considerando a articulação linguagem e constituição do sujeito, a dimensão de efeito e causa própria a esse sujeito de linguagem (sujeito do inconsciente): sua possibilidade de existir é naquilo que falha entre língua e o discurso, no seu momento inicial de alienação na estrutura que lhe pré-existe e, transformá-la em sentido, é passar ao discurso, é nascer sujeito da linguagem. Porém, esse ato de e na linguagem, a entrada da criança na língua, é radical: transforma essa estrutura em discurso.

Diante disso, é preciso que a linguagem da criança seja tomada por uma dualidade e pela falha que a constitui. Assim, é preciso reconhecer a língua da criança como a estrutura que a constitui e compreendê-la como discurso, como atos de linguagem no mundo. Há problemas quando contingências estruturais ou discursivas não permitem essa passagem, esse entre, o vazio e, desse modo, dificultam a efetivação de um sujeito da linguagem que responda por sua fala (tornando-se falante) e faça laço social.

¹⁶ Vale ressaltar que o *Eu penso, logo existo*, de Descartes não pode ser considerado como uma experiência de linguagem, pois essa existência *Eu penso, logo existo* seria uma experiência de pensamento: *Eu penso* continua pensamento e não linguagem no mundo.

1.2 A estrutura não decidida e o impasse subjetivo

Nas elaborações dos dois itens anteriores em que abordei a linguagem e o inconsciente, demarquei que a infância é uma experiência de linguagem e é nessa experiência que o sujeito do inconsciente se constitui; também, assumi que uma investigação nos Estudos Linguísticos que considere a hipótese do inconsciente e que trate da linguagem da criança deve considerar esse corpo falante e seus movimentos no campo da linguagem. Considerando, então, essas delimitações, junto a elas duas outras que também são imprescindíveis para a apreensão da constituição do sujeito, da linguagem e da criança em sofrimento psíquico: a noção de estrutura não decidida e o impasse subjetivo como noções articuladas à linguagem e ao inconsciente.

A condição estrutural da criança, no tempo lógico do infantil, é a de um percurso de estruturação que define um sujeito em constituição, pois o que tem efeito de um sujeito ainda não está ‘fechado’, pronto.

A hipótese de uma condição psíquica ainda não definida, na infância, é sustentada por vários autores (JERUSALINSKY, 1993; VORCARO, 1999, 2004, 2008, 2010; BERNARDINO, 2004, entre outros) e é um dos fundamentos da clínica psicanalítica com a criança, o “passo além dos outros” a que Lacan se referiu (1954-1955/1985).

Um momento importante para a discussão acerca dessa condição psíquica da infância, é a entrevista de Alfredo Jerusalinsky para o *Boletim da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, de 1993: *Psicose e Autismo na infância: uma questão de linguagem*. Com base no esclarecimento do autor em relação ao termo estrutura, como “[...] a lógica que articula a posição do sujeito a respeito do significante [...]” (JERUSALINSKY, 1993, p.63) e situando a problemática da *criança psicótica* (expressão usada pelo autor) como aquela que “[...] recebe a demanda do Outro numa posição em que a inscrição produzida do Nome-do-pai [dos significantes primordiais] exige, para se manter, sua repetição no Real [...]” (*ibid*), vale ressaltar que ele se refere às *formas precocíssimas de psicose infantil*, considerando a diferenciação com a criança autista abordada. Segundo o autor:

[...] se poderia dizer que as psicoses infantis precocíssimas devem ser consideradas, de um modo global, como não decididas. Precisamente porque ainda está para se decidir até que ponto esta inscrição poderia vir a adquirir uma formulação metafórica. [...]

Isto quer dizer que, pelo fato da infância estar caracterizada pela não ligação definitiva entre o significante e o ato, por não se ter produzido a solda entre a inscrição e o real ainda, é possível um deslocamento dessa inscrição original. Dito de um modo mais simples e clínico, concreto, é possível que um significante qualquer na infância venha a adquirir uma força que lhe dê uma capacidade substitutiva de inscrição original. Um sujeito assim constituído pagará seu preço; quer dizer, nas suas determinações neuróticas poderá alastrar o pesado destino de um resto sem resolução, como o Homem dos Lobos. Mas, certamente, temos aqui um registro de como a psicose na infância pode não estar decidida, embora se manifeste clinicamente. (JERUSALINSKY, 1993. p.63-64)

Tem-se, nesse argumento de Jerusalinsky (1993), uma posição teórica que parte do fundamento lacaniano sustentado na lógica estrutural do significante, em que o sujeito do inconsciente é efeito de significantes. Mesmo falando em pulsão e Real, não parece haver uma relação com outra falta constitutiva, a falta representada pelo objeto *a*, causadora do sujeito e que advém do próprio sujeito. Porém, o fundamental é que essa lógica do simbólico possibilita sustentar uma não decisão estrutural na infância e, no que se refere ao psicopatológico, haveria uma possibilidade de alienação subjetiva no caso da psicose, de exclusão no caso do autismo.

O autor se refere às manifestações clínicas precoces na primeira infância, o que corresponderia aos primeiros tempos de constituição psíquica e à denominada clínica com bebês. Mas, a hipótese de um percurso de estruturação psíquica possibilita ampliar essa não decisão estrutural para além da lógica do efeito de significante. Essa hipótese não prescinde da determinação significante, porém entra em causa a segunda falta constitutiva do sujeito e a estruturação é pensada em termos de nó borromeano, possibilitando ao sujeito enodamentos subjetivos antes de sua definição estrutural. Pode-se supor que “falhando” o efeito significante não haveria, então, sujeito. Como veremos, a lógica borromeana é para lidar com as contingências estruturais possibilitando a constituição de um sujeito mesmo diante de uma espécie de colapso na estrutura.

Em termos de um percurso de estruturação psíquica, a hipótese de Vorcaro (2004, 2008, 2010) sobre os movimentos de estruturação ajuda a ver clinicamente esses movimentos em que não haveria as inscrições lógicas, para além da primeira infância. A autora utiliza-se dos termos *acidentes* e *desastres* para as manifestações da criança como referência às condições psicopatológicas denominadas de autismos, psicoses, fenômenos psicossomáticos e a debilidade mental:

É possível constatar que os acidentes implicados nos entrecruzamentos entre Real, Simbólico e Imaginário [...] são acontecimentos constitutivos da estrutura tridimensional da realidade psíquica de um sujeito qualquer. São suas impossibilidades que permitem deduzir os desastres que a série psicopatológica grave diferenciada pela psicanálise localiza, nas manifestações da criança qualificadas como autismo, psicose, fenômenos psicossomáticos e debilidade mental. Tais condições subjetivas podem ser consideradas a partir da impossibilidade de operar algum dos cinco primeiros cruzamentos da trança borromeana produzindo a impossibilidade dos acontecimentos da estrutura. A hipótese da constituição de um quarto elo, na função de suplência, capaz de produzir nova modalização na estrutura, é a aposta do tratamento destes quadros. (VORCARO, 2008, p.15)

Vale ressaltar que essa hipótese de Vorcaro trabalha com a possibilidade de uma estruturação diferenciada entre autismo e psicose, como manifestações clínicas frente aos *acidentes* estruturais. Essa diferenciação é importante, pois Cadu manifesta-se, clinicamente, em uma posição psicótica que sugere um enfrentamento diante da possibilidade de definição de uma estrutura autística.

Tanto em Vorcaro (2004; 2008; 2010) como em Jerusalinsky (1993) é evidente a ênfase em uma não resolutividade da estrutura psíquica na infância: a não ligação definitiva entre significante e o ato, e os acidentes nos movimentos de estruturação psíquica são coerentes com a condição da infância submetida ao tempo lógico de sua constituição como sujeito. Trata-se, na clínica, diante do sofrimento da criança, de delimitar uma hipótese diagnóstica e supor uma possibilidade estrutural, o que é imprescindível para a direção do tratamento e, fundamental, supor qual elemento poderia se inscrever nesse percurso como estruturador e organizador. Além disso, há uma coerência paradoxal com o aspecto da linguagem da criança: a mudança, o heterogêneo que apontaria tanto para o lugar do outro nessa linguagem como para seus movimentos na linguagem.

Considerando os autores citados, defendo a possibilidade de uma leitura diferenciada para a questão levantada por Jerusalinsky (inclusão/exclusão/forclusão) com base na proposição de Vorcaro sobre a trançagem, em que o “desastre” aconteceria na articulação Real/Simbólico/Imaginário. Nesse caso, minha hipótese é que nesse percurso o pequeno sujeito vai lançar mão de uma espécie de tentativa de amarração sinthomática em que se inscreveriam movimentos marcados, por exemplo, pelo impasse da psicose. Nessa argumentação, o Sinthoma, em se fechando o nó, funcionaria também pela psicose em uma estrutura autista. Então, como Cadu não é de todo precossíssimo, não seria uma outra resolução estrutural como uma saída para a estrutura psicótica de uma estrutura autista. Seria, sim, a entrada de um elemento enodador dessa estrutura inconsistente.

Em conformidade com os dois autores citados, Bernardino (2004) propõe que a expressão *psicose não decidida* seja tomada como um operador clínico mais coerente com a condição da infância em estruturação psíquica e constituindo-se como sujeito implicando na entrada da criança no campo da linguagem em relação com um Outro. Essa hipótese diagnóstica, da autora, é preciso esclarecer, se sustenta nos traços singulares de um sujeito, traços que constituem sua estrutura psíquica e têm a ver com o modo como este se engendra na linguagem. Assim, é que na infância temos a estrutura psíquica como não decidida, qualquer que seja ela¹⁷.

Acerca dessa expressão “impasse subjetivo”, trata-se de uma referência à condição de sofrimento psíquico de crianças cuja estruturação apontaria para dificuldades e impossibilidades de relação com o Outro, de fazer laço social e afetivo. Essa expressão coaduna com a observação de Bernardino (2002), em substituição ao que poderia ser designado por “criança dita psicótica”, lembrando Maud Manoni, e como alternativa aos diagnósticos fechados e improdutivos.

Essa hipótese da autora de psicose não decidida e sua relação com a minha de impasse subjetivo é a de que:

[...] entre uma e outra [das] operações psíquicas, encontraríamos momentos de vacilação, como tempos de suspensão, nos quais o pequeno sujeito, ao não encontrar nos outros que encarnam para ele esse Outro do qual ele espera as confirmações necessárias, ficariam num tempo de paralisação, de indefinição quanto ao seu lugar de falasser. Em vez de se precipitar numa afirmação sobre si, ficaria parado no próprio momento de suspensão. [...]. (BERNARDINO, 2002, p.64)

Nesta pesquisa, esse momento de suspensão, seu ponto inicial, é aquele do tempo lógico da alienação subjetiva tomada como impasse subjetivo por não ser seguida da separação, segunda operação psíquica imprescindível para a constituição do sujeito, na ascensão ao funcionamento psicótico da criança em vias de um autismo.

Essa suspensão, na linguagem da criança e que afeta a escuta de seus pares, no campo do sentido, chegando como sintoma, como algo que representaria, em algumas perspectivas do desenvolvimento, uma perda, um defeito ou *déficit* de linguagem é a possibilidade do

¹⁷ Frente ao discurso científico contemporâneo sobre o autismo e seus espectros também podemos supor uma não decisão estrutural, algo indefinido: a ideia de uma escala entre menos autista e mais autista, autista de baixo rendimento, autista de auto rendimento, autista leve, autista moderado, autista grave, tudo dependendo das habilidades cognitivas desenvolvidas de uma criança em hipótese clínica de autismo, não havendo nenhuma consideração em termos afetivos e de laço social. Nunca a ciência foi tão paradoxal. Essa extensão de possibilidades de autismos são tentativas de borda do Real tão caro aos autistas.

sujeito enfrentar seu impasse: paradoxo de sua constituição, pois aquilo que parece dificultar sua estruturação é justamente a possibilidade de sua efetivação. Mas, situo esse sintoma como os pontos de impasses, um sintoma como “[...] representante da verdade [...]” (LACAN, 1970[2003], p.369), portanto do sujeito¹⁸, como manifestação da subjetivação da criança, como um ato que escreve o texto cifrado da relação dessa criança “[...] com a alteridade, constituindo sua realidade psíquica [...]”, conforme Vorcaro (2004, p. 65). Cifrar esse texto é inscrever sobre o (in)realizado um saber: o Simbólico enfrentando o Real. Não se tratando, desse modo, de um deciframento do Simbólico. Esse ciframento na cadeia significante terá como efeito o surgimento do furo, porém em outro lugar fazendo-a funcionar.

Diante disso, é preciso me situar em relação à posição de Bernardino (2004) sobre *suspensão* e o *tempo de paralisação* do sujeito. Concordo sim com a suspensão (de sentido), porque ela é parte da constituição psíquica e é justamente nessa suspensão que o pequeno sujeito ficaria embaraçado em sua estruturação. Mas, esse *tempo de paralisação* é um tempo, em minha perspectiva, de movimentos nesse lugar subjetivo em que haveria tentativas, por parte do sujeito em constituição, de se deslocar desse tempo embaraçoso, pois não é tempo de paralisação e as manifestações clínicas e sintomáticas (os impasses subjetivos) apontariam para possibilidades de amarrações estruturais como tentativas do pequeno se desembaraçar dessa difícil situação cuja saída, *a priori* impossível, seria sua efetivação como sujeito do inconsciente.

Desse modo, os impasses subjetivos teriam a função de enfrentamento desse enredamento do falasser nesse tempo de suposta parada. Suposta, pois minha aposta é a de que a criança se constitui sujeito caminhando com seus impasses: ela vai mudando. A questão é que tipo de laço é possível a ela ir estabelecendo no campo da linguagem.

Neste capítulo apresentei os fundamentos sobre as possibilidades de uma criança em impasse subjetivo enfrentar esse impasse por sua amarração com a língua, delimitando os aspectos dessa linguagem e a hipótese de uma estrutura ainda por se decidir.

Retomando a questão da psicose na infância, a questão levantada por Bergés e Balbo (2003, p.33) é importante nesta pesquisa: *Há um infantil da psicose?* Também, os autores questionam: “[...] essa psicose infantil, admitindo que se ouse nomeá-la, será um estado

¹⁸ Ser “representante da verdade” tem como efeito a angústia, lugar, na clínica, do sofrimento psíquico. Segundo Lier-DeVitto (2006, p. 185): “*Sintoma* é aquilo que leva o sujeito à clínica [...] e envolve, portanto, sofrimento – efeito de um enlaçamento peculiar do sujeito à sua fala. De fato, um sintoma diz de uma diferença radical, uma marca na fala que implica o próprio sujeito à medida que ‘isola o sujeito dos outros falantes de uma língua’”. De fato, a fala aqui considerada não pode ser considerada patológica no sentido de ser apreendida por esta ou aquela marca, mas por um funcionamento singular que aponta para uma condição subjetiva e não uma patologia de linguagem. Mas, parece fundamental essa marca – traço singular – que isola e dificulta o laço social.

estável ou um estado absolutamente temporário? [...]” Esta investigação se coaduna com esse *estado absolutamente temporário* na medida em que o infantil é um tempo lógico – de uma dialética do sujeito com o Outro – de constituição psíquica. Mas, preciso enfatizar que não fazer um diagnóstico definitivo de psicose ou de autismo na infância, não é negar essa condição de sofrimento agudo e, menos ainda, não considerar a estrutura que, nesse tempo lógico de constituição psíquica, daria indícios de fechar-se nessa escolha psicótica ou autística. É fundamentalmente privilegiar o modo pelo qual o pequeno sujeito vai se estruturando: é privilegiar o singular desse sujeito em detrimento da generalização de sintomas psicopatológicos.

Para dar consistência ao que elaborei, neste capítulo, apresento um diálogo com a avó de Cadu, quando a mesma me conta sobre a ida dele ao médico geneticista e ao neuropediatra, indicado pelo geneticista. Segundo ela, o neuropediatra pediu mais exames para entender o estava causando ‘aquilo’ em Cadu, pois isso não tinha no quadro de autismo (*sic*). O médico se referia aos comportamentos agressivos de Cadu com as outras crianças e com a família, sua dificuldade em ‘obedecer’ e ficar quieto na mesma época em que a mãe decidiu levá-lo para morar com ela. Conversamos sobre Cadu e como não há possibilidade de todos os meninos autistas serem iguais e retomei as saídas psicóticas de Cadu que já havia conversado com ela e que isso não iria aparecer em exames. O interessante é que novamente as tentativas de Cadu em saber-fazer tocaram o Imaginário ao seu redor e, também, contornaram o Real de sua condição solitária, assim como colocou abaixo o “***Ele não se comunica***”. Agora, ele fura a rigidez de seu diagnóstico dado pelo médico: sua nomeação como autista é per-vertida por algo que ele não deveria ter, pois não é do quadro. De fato, é mesmo disso que se trata: não é do quadro nosográfico dos autismos, mas, é dele: de Cadu.

CAPÍTULO 2

SOBRE AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

*O tempo só anda de ida.
A gente nasce cresce amadurece envelhece e morre.
Pra não morrer tem que amarrar o tempo no poste.
Eis a ciência da poesia:
Amarrar o tempo no poste.
(BARROS, 2005)*

Acompanhar o percurso subjetivo de uma criança e seus impasses subjetivos é tarefa constitutiva da clínica psicanalítica. As manifestações da criança são tomadas como escritas subjetivas (inscrições psíquicas/traços mnêmicos) de sua condição psíquica considerando suas referências familiares, sociais e culturais. Nessa clínica, é no encontro entre criança e analista pela transferência, como lugar da dialética do sujeito e do Outro da experiência do inconsciente, que as questões do sujeito são colocadas, como o diagnóstico estrutural, definido pelo modo de enlaçamento entre analista e analisante e sustentado na suposição de um saber (LACAN, 1960-1961/1992). A transferência permite acompanhar esse percurso subjetivo que vai na direção da falta, da causação desse sujeito.

Analisar a linguagem de uma criança na posição de analisante é uma tarefa metodológica complexa em se considerando que é preciso ouvir a Linguística em relação a essa linguagem saindo, desse modo, da perspectiva psicológica que impera sobre esse assunto e que não é coerente com a noção de inconsciente. Essa perspectiva toma a linguagem como um comportamento a ser adquirido ou como um conhecimento inato a ser desenvolvido pela interação da criança com o meio, e não como uma condição da possibilidade de haver sujeito do inconsciente. Também, não é corente com a proposição de Saussure sobre a língua.

Esse caminho complexo e paradoxal deve considerar os tropeços e as falhas que o integram, pois é isso que dará a direção ao impossível que determina esse caminho. Diante disso, é fundamental uma noção de ciência (campo de construção epistemológica) que garanta fazer esse caminho e não nos desviar dele em nome do ‘científico’.

A Linguística, com Ferdinand de Saussure, é fundada como uma ciência partir da definição de seu objeto, a língua (SAUSSURE, 1916/1995). Em relação a isso, é preciso fazer um deslocamento para a apropriação desse objeto em outro campo da ciência diferente do objetivismo em que o linguista genebrino estava inscrito - e que o fez recuar diante do enigma dos anagramas. Esse deslocamento torna possível a relação entre o sistema da língua e o

inconsciente descontínuo, relação que instaura um furo no saber. Esse outro campo, aqui em pauta, se sustenta na noção de ciência moderna elaborada por Alexandre Koyré, da qual Jacques Lacan irá se apropriar.

A Psicanálise é uma ciência? A Psicanálise trabalha com aquilo com que fica de fora, com aquilo que é evitado pelas ciências empíricas que buscam a generalização, a exatidão e a completude de seus objetos. Portanto, a Psicanálise é uma ciência da impossibilidade, uma ciência do resto: do Real. Logo, cabe ao discurso psicanalítico problematizar os discursos científicos e sua inevitável incompletude, o que torna esses discursos não-todo (na lógica do feminino) e impossível de dizer sobre uma verdade única e absoluta sobre qualquer objeto, pois algo não se realizará.

Não se trata de negar ou invalidar as ciências (como a genética que reduz o homem a letras ou a neurociência que reduz o homem a neurotransmissores), mas de opor-se a elas na lógica mesma do Real, implicando-as nessa impossibilidade constitutiva. Nessa condição, as problematizações partem do fato de que a subjetividade não está em jogo para essas ciências e, desse modo, poderia se perguntar se, afinal, isto é sobre o homem? Uma pergunta como essa também vale para a Linguística: afinal, um acontecimento de linguagem não é uma experiência do homem?¹⁹

Para Lacan (1965/1998), o objeto da Psicanálise (o objeto *a*) impossibilitaria a realização do ideal científico, por ser aquilo que falta. Ora, há em Lacan, e havia em Freud (para quem o objeto de investigação psicanalítica era o inconsciente), um desejo pela ciência como construção rigorosa de linguagem sobre essa experiência chamada Psicanálise, buscando uma precisão teórica. Cito Koyré (1982) para situar a qual ciência Lacan, então, se refere:

[...] a ciência da nossa época, assim como a dos gregos, é essencialmente *theoria*, pesquisa sobre a verdade, e dessa maneira ela tem e sempre teve uma vida própria, uma história imanente e que é somente em função de seus próprios problemas e de sua própria história que ela (a ciência moderna) pode ser compreendida pelos historiadores. [...] o caminho em direção à verdade é cheio de percalços e repleto de erros, e nesta via os fracassos, a propósito, às vezes mais reveladores e instrutivos do que os próprios sucessos. (KOYRÉ, 1982, p. 399)

¹⁹ Há uma diferenciação entre saber e conhecimento fundamental: Para a Psicanálise o que interessa é o saber como verdade do sujeito do inconsciente, portanto, singular, irrepitível e distintivo. Para as ciências empíricas vale o conhecimento construído pela generalização, aplicação de métodos, validação e conceitos exatos. Para a primeira, há furo em todo saber, para a segunda, não há furo nos saberes que produzem.

Essa ciência sobre a verdade comporta a contradição, o conflito, o singular, o inesperado, o que é compatível com meu espaço de investigação: a clínica psicanalítica. A Psicanálise é uma investigação sobre a verdade do sujeito. Consequentemente é preciso discutir se é compatível com a Linguística e seu objeto, a língua.

Para formalizar a Psicanálise, Lacan (1968-1969/2008) busca na matemática a lógica para a prática psicanalítica como aquela em que nunca se sabe se o que é dito é verdade, pois trata-se da verdade do sujeito do inconsciente vetada ao cogito. Os conceitos psicanalíticos e as relações entre os elementos que constituem o inconsciente e seu sujeito serão, por Lacan, inscritos em fórmulas, letras, matemas e símbolos topológicos passíveis de ordenações operatórias bem definidas, porém sem uma antecipação semântica. Nessa formalização da Psicanálise, a proposta lacaniana é dar às características gerais do discurso psicanalítico, aos seus conceitos fundamentais (tanto em relação ao discurso analista/analisante, como à teoria), uma possibilidade de apreensão a partir de uma lógica que coloca em xeque princípios como o da não contradição. Desse modo, é um corpo linguístico-formal que possibilita definir e delimitar as invariantes da psicanálise como o inconsciente, o objeto *a*, o sujeito, o Outro, o tempo lógico, o desejo e o gozo, entre outras.

Na referência que faz à lógica matemática na aula de 08 de janeiro de 1969, do *Seminário De um Outro ao outro*, Lacan (1968-1969/2008) chama a atenção para o fato de que o formalismo na matemática seria uma tentativa de garantir que o discurso [matemático] funcione sem o sujeito assegurando, então, que nenhum *erro subjetivo* ocorra. Porém, Lacan enfatiza que existe o matemático e que o discurso da matemática para se defender diante dessa subjetividade se apresenta sob duas condições.

A primeira condição do discurso da matemática é aquela que garante uma linguagem *sem equívoco* sobre o objeto da matemática. Sobre isso, Lacan retoma um aspecto de toda a linguagem, portanto de todo discurso, que é ser dúbia e feita de deslizamento da significação. Com isso, ele propõe que a linguagem formal da matemática seja *inequívoca* e não sem equívoco. Todavia, ser *inequívoca* não é a mesma coisa que ser *sem equívoco* cogitando que Lacan não usou esses dois sintagmas adjetivais sem um propósito. Depreende-se, assim, que a preposição *sem* instaura o sentido de ausência de equívoco a algum substantivo e tem-se a não ocorrência de uma interpretação equivocada e ambígua a alguma formalização da matemática. Desse modo, pode-se dizer que a linguagem da matemática é *sem equívoco*. Por outro lado, de modo paradoxal, dizendo que a linguagem da matemática é *inequívoca*, o prefixo *in-* aglutinado ao adjetivo *equivoca* pode tanto negar essa qualidade como também opor-se a ela,

pois esse adjetivo traz em seu campo de significação além da negação, a oposição. De modo tênue, opor-se a algo não é negar-lhe a existência, ao contrário, é reconhecendo a existência do equívoco na linguagem e é possível opor-se a ele. Assim sendo, a linguagem matemática é inequívoca reconhecendo a ambiguidade e o deslizamento na significação, portanto, reconhecendo uma certa subjetividade faltosa nessa tentativa de excluí-la de seu discurso²⁰.

A segunda condição do discurso da matemática, conforme Lacan (1968-1969/2008, p.95), é que sua linguagem “[...] deve ser pura escrita [...]”, constituindo-se como interpretação inequívoca formalizada e isomórfica: ou seja, os pressupostos da matemática são formalizações redutíveis.

Diante da linguagem inequívoca e formalizada da matemática, Lacan lança mão do próprio discurso matemático para tornar possível que a escrita dessa lógica comporte o sujeito do inconsciente, portanto a falta. Para isso, Lacan vai discutir sobre a consistência, sobre o discurso consistente que comportaria essa linguagem. Nesse ponto do *Seminário*, ele faz referência ao matemático Gödel e ao discurso da aritmética²¹. O interesse de Lacan é sobre o que acontece no desenvolvimento de um teorema, melhor dizendo, sobre aquilo que escapa aos processos de formalização, construído pelo discurso primeiro da matemática e sua metalinguagem, em que a linguagem prima pela incompletude. Para Lacan, o segundo tempo da formalização implicará reconhecer a incompletude da escrita pura, ou seja, um teorema da aritmética deve implicar essa mesma linguagem que o limita. Segundo Lacan (1968-1969/2008, p.95-96):

A consistência de um sistema significa que, quando enunciam uma proposição, vocês podem dizer, sim ou não, *esta é aceitável, é um teorema*, como se costuma dizer, ou então, *esta não o é, é a negação dele é que o é*, se as pessoas acharem que devem ter o trabalho de transformar em teorema tudo o que pode ser postulado como negativo. Esse resultado é obtido por meio de uma série de procedimentos sobre os quais não paira nenhuma dúvida, e que são chamados de demonstrações.
[...]

Foi a partir da distinção entre o discurso primário e a metalinguagem que Gödel evidenciou que a suposta consistência do discurso aparentemente mais seguro do campo matemático, o discurso aritmético, implica aquilo que

²⁰ Saussure ao excluir a subjetividade do sistema da língua reconhece, por oposição, sua existência, pode-se supor.

²¹ Matemático austríaco, naturalizado americano. O trabalho mais conhecido de Gödel é seu teorema da incompletude, no qual afirma que qualquer sistema axiomático suficiente para incluir a aritmética dos números inteiros não pode ser simultaneamente completo e consistente. Isto significa que se o sistema é autoconsistente, então existirão proposições que não poderão ser nem comprovadas nem negadas por este sistema axiomático. E se o sistema for completo, então ele não poderá validar a si mesmo sendo, então, inconsistente: “In any sufficiently strong formal system there are true arithmetical statements that can’t be proved (in the system).” (FEFERMAN, 2006, p.04).

o limita, ou seja, a incompletude. Isso quer dizer que, a partir da própria hipótese da consistência, aparece em algum lugar uma fórmula – e basta haver uma para que haja muitas outras – à qual não é possível responder sim nem não, se passarmos pelas vias da demonstração aceita como lei do sistema. Primeiro tempo, primeiro teorema.

De modo mais contemporâneo, essa lógica abordada por Lacan foi (re)elaborada como a lógica paraconsistente que refuta a lógica clássica que se sustenta no princípio geral da não contradição, aquele em que duas proposições para serem contraditórias não podem ser, as duas, falsas ou verdadeiras simultaneamente, pois se assim fosse não teriam o mesmo valor de verdade. Dessa maneira, para haver uma contradição seria sempre necessário que uma afirmação fosse falsa e outra verdadeira, e dadas duas proposições, uma sendo negação da outra, uma delas é falsa. Isto pode ser visto na contradição entre a afirmativa *Todo homem é mortal* e a afirmativa *Algum homem é imortal* que é regida pelo princípio da contradição, pois *Se Todo homem é mortal* for a afirmativa verdadeira consequentemente a afirmativa *Algum homem é imortal* é falsa. Mas, se *Todo homem é mortal* for a afirmativa falsa, então, pela lógica da contradição, a afirmativa *Algum homem é imortal* é verdadeira. Entretanto, se *Algum homem é imortal* for a verdadeira, *Todo homem é mortal* tem que ser falsa, porque existe uma contradição redutível e possível entre essas proposições restritas ao verdadeiro e falso.

Uma lógica assim não permitiria o rigor flexível nos estudos psicanalíticos, pois tomando o inconsciente como a questão é impreterível uma ‘investigação’ que lide com o contraditório como efeito do Real, com a possibilidade de lidar com um não saber, com a indeterminação e com a não redução do contraditório a falso ou verdadeiro. Essa lógica clássica permite apenas uma contradição consistente, imaginária e trivial, no sentido de que suas possibilidades estariam restritas aos limites das próprias contradições: ou se é falso ou se é verdadeiro, com uma ênfase em proposições absolutamente homogêneas estabelecidas por relações entre seus elementos formais estáveis e diretas em que a significação possível estaria limitada a esse funcionamento.

Nesse sentido, a lógica do algoritmo saussuriano para o signo linguístico, visando a objetividade científica de sua época, por meio de seu binarismo, está pautada nesse princípio clássico: na relação entre significante e significado e, na relação signo e signo não considerando aspectos heterogêneos a esse sistema sustentado por sua autonomia de funcionamento. Talvez, essa possa ser uma das explicações para o fato de Lacan ter desestabilizado esse algoritmo instaurando a indeterminação semântica nesse sistema, a diferença sexual na linguagem em que o significante não está atado a um significado. E,

considerando essa diferença sexual, considera-se o não-todo e o todo em jogo, respectivamente, no feminino e no masculino.

A proposta, com isso, ao se pensar no funcionamento do inconsciente estruturado como uma linguagem que comporta um furo, como fez Lacan, é considerar regras para esse sistema a partir de sua inconsistência, em que uma proposição poderia ser falsa e verdadeira, ser contraditória em si mesma, o que acabaria por negar a contradição lançando mão de valores além do falso e verdadeiro, como valores de indeterminação e inconsistência. Desse modo, a relação entre os elementos da linguagem caracterizada por essa indeterminação e inconsistência seria a lógica do próprio inconsciente e de sua tradução em epistemologia.

Para entender essa lógica que admite a inconsistência vou, de modo breve, elencar alguns de seus princípios de funcionamento, na sequência deste texto.

Em seu trabalho, o matemático e lógico brasileiro Newton C.A. da Costa²² desenvolveu sistemas lógicos que pudessem envolver contradições nos sistemas matemáticos. Seu trabalho foi a gênese da lógica paraconsistente²³, aquela fundamentada em sistemas dedutivos inconsistentes construídos em uma linguagem que permite a contradição e que permite a escolha diante de paradoxos formais. De modo geral, essa lógica sustenta que a partir das contradições tudo pode ser demonstrado.

Segundo Costa (1985), a contradição, na lógica, não inviabiliza as teorias e deve-se buscar as invariantes de uma teoria em um recurso linguístico-formal que viabilize a contradição. O matemático conta que foi a partir de sua própria análise pessoal que ele começou a se perguntar se seria possível formalizar discursos contraditórios como os produzidos pelos analisantes e pela teoria psicanalítica, assim como aqueles produzidos na dialética de Hegel e de Marx. Para ele, as contradições devem ser aceitas e não tornar as teorias triviais.

²² Professor da Universidade de São Paulo que integrou o chamado “Grupo de São Paulo” de pioneiros estudiosos da lógica e da matemática que se reuniam em seminários no Departamento de Matemática dessa universidade, de acordo com as informações contidas em Moraes (2008). Em 1963, o professor Newton Costa, publica a tese “Sistemas Formais Inconsistentes”, também na mesma universidade. Atualmente os estudos fundamentados na lógica paraconsistente estão muito presentes nos campos das ciências da computação, especificamente na área conhecida como Inteligência Artificial na abordagem de dados que contenham inconsistências. Exemplo dessa aplicação – o termo é mesmo esse nessa teorização – é o de um robô que está equipado com vários tipos de sensores e esses sensores gerariam informações contraditórias em situações do tipo que demanda o uso do visor ótico em que este não detectaria uma parede de vidro e diria ‘posso passar’, enquanto um sonar detectaria essa parede de vidro e diria ‘não posso passar’. Nesses robôs seu sistema permite que mesmo diante do falso e verdadeiro contraditório, da dificuldade imposta, o robô poderia escolher entre posso passar e não posso passar. Sem essa lógica não poderia tomar outra direção diante da verdade ‘não posso passar’ ao se deparar com uma porta de vidro, tendo, portanto, seu caminho interrompido.

²³ Termo cunhado pelo filósofo peruano Francisco Miró Quesada em 1976 trabalhando com o brasileiro Newton Costa.

Segundo Venson e Lemes (2002), áreas de conhecimento como a filosofia, a inteligência artificial e a robótica estudam a teoria da Lógica Paraconsistente, pois em suas realizações são constantes as incertezas e as inconsistências. Desse fato, o interessante é que esta lógica permite pensar em graus variados de certeza, contradição, indeterminação e inconsistências dentro do limite totalmente certeza, totalmente contradição, totalmente indeterminação e totalmente inconsistente. De modo específico, conforme os autores supracitados:

Supondo que a linguagem L, subjacente a uma teoria dedutiva F, contém um símbolo para a negação. Então, F é dita ser inconsistente se e somente se possuir dois teoremas, dos quais um é a negação do outro; caso contrário, F é dita consistente. A teoria F é dita trivial se e somente se todas as fórmulas (ou todas as sentenças) da linguagem de F são teoremas de F; caso contrário F diz-se que F é não-trivial. (VENSON E LEMES, 2002, p.02)

Essas lógicas não triviais são as que se contrapõem às triviais, estas também conhecidas como supercompletas, pois suas proposições são todas expressáveis em linguagem não havendo possibilidade da incompletude e da inconsistência: “De maneira geral, um sistema de lógica é chamado de paraconsistente se puder ser empregado como subjacente a teorias inconsistentes, porém não triviais [...]” (VENSON E LEMES, 2002, p.03). Nesse sentido, a contradição não inviabiliza um sistema tornando-o trivial.

Sobre isso, ainda conforme Venson e Lemes (2002, p.03):

As lógicas paraconsistentes tratam da lei da contradição. Seja uma proposição que contenha a premissa: “Esta maçã é vermelha”. Sob a perspectiva de lógicas clássicas só poderemos afirmar que ela é vermelha (Verdadeiro) ou não é vermelha (Falso). Entretanto, sabemos que a maçã pode possuir diversas tonalidades, variando do verde ao vermelho.

Essa variação determinada pela realidade instaura, no campo do conhecimento, as incertezas, ambiguidades e paradoxos desse mundo real em que a ciência deveria, nas palavras de Newton Costa, lidar com a “[...] quase verdade [...]” das coisas²⁴ e com a incompletude dessas coisas.

²⁴ “Penso que conhecimento científico é uma crença quase verdadeira e justificada. Essa é minha versão da concepção clássica de conhecimento que remonta a Platão. Nesta, o conhecimento deveria ser verdade estritamente falando; o que fiz foi substituir verdade por quase verdade.” (COSTA *apud* SILVA FILHO, 2009, p.12)

Uma ciência como essa permitiria a convivência de sistemas aparentemente incompatíveis, pois:

Em síntese, não há uma *lógica verdadeira*. Distintos sistemas lógicos podem ser úteis na abordagem de diferentes aspectos dos vários campos do conhecimento. Há que se aceitar presentemente uma forma de *pluralismo* lógico, no qual vários sistemas (mesmo que incompatíveis entre eles) podem conviver, cada um se prestando ao esclarecimento ou fundamentação de um determinado conceito ou área do saber, sem que isso apresente qualquer problema envolvendo contradições; afinal, a *metalógica* que rege tudo isso é paraconsistente. (KRAUSE, 2002, s/p)

Nessa citação, está estabelecido o fundamento para o trabalho entre diferentes campos epistemológicos que podem, aparentemente, ser contraditórios. Nesse caso, é a distinção entre os sistemas que permitirá a abordagem de um problema na lógica da paraconsistência. Isso é o que permite a relação (im)possível entre Linguística e Psicanálise: uma entra com a completude e a outra com a incompletude.

Com base no que foi exposto, minha proposta é uma escrita que contemple a inconsistência da linguagem, pois não seria possível outra formalização quando se trata da constituição do sujeito e da linguagem da criança. Desse modo, trazer à prova os equívocos, os impasses, as indeterminações e insistências nessa linguagem indo além do que a língua possibilitaria, é elaborar de tal modo que a incompletude seja o que impõe o próprio rigor ao discurso na direção do Real, causador desse furo e da descontinuidade do inconsciente: distinção em que a diferença estabelece o valor; também, o heterogêneo como lógica para as relações a serem estabelecidas e, tendo como efeito, o singular como resposta a esse furo e a essa descontinuidade universal.

2.1 Linguística e Psicanálise: a mesma lógica

O ponto de maior tensão em um trabalho com a Linguística e a Psicanálise é o modo como aquela lida com seus fatos de linguagem e o modo como esta lida com esses fatos de linguagem, na clínica.

Saussure, no *Curso de Linguística Geral* (1916/1995), define a Linguística como ciência a partir da definição de seu objeto de estudo, a língua. Por hora, interessa uma colocação do genebrino que possibilita aos Estudos Linguísticos se articularem com a subjetividade, mesmo que para a Linguística não se trate, em nenhum momento, em sujeito do inconsciente, pois como nos colocou Lacan (1965/1999) a Linguística trata de sujeito falante, que não é o sujeito do inconsciente. O linguista apresenta do seguinte modo sua proposta sobre o recorte desse objeto de estudo:

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que podem considerar segundo vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. Alguém pronuncia a palavra *nu*: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto linguístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão de uma ideia, como correspondente ao latim *nudum* etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (SAUSSURE, 1916/1995, p.15).

Com base nesse imperativo do ponto de vista de um pesquisador buscando uma *empíria* de seu objeto de estudo, seja por meio de fonemas, morfemas, frases, sentenças, textos e discursos, ou simplesmente na forma de significantes associados ou não a significados, não seria possível pensar que tratar a língua como objeto de investigação parte sempre de uma particularização e depende da subjetividade do investigador? Conforme essa proposição de Saussure, o objeto é recortado por uma subjetividade sempre no singular, de modo único e irrepetível em que o conhecimento linguístico encontraria o saber psicanalítico onde as inconsistências da linguagem são contempladas. Esse ponto, como particular dentro do universal da língua, não perde de vista o sistema em jogo, a estrutura da língua estabelecida pela relação entre seus elementos (distintos) em qualquer um dos níveis da língua, tratando-se, portanto, de relações estabelecidas em cada particularização desse objeto.

Assim, um trabalho em que se articule linguagem e inconsciente somente é possível na abordagem de fatos de linguagem que contemplem o inequívoco e as inconsistências. De modo geral, as teorias enunciativas contemplam essa lógica assim como as teorias do discurso, mas não necessariamente atreladas à lógica do inconsciente. Porém, insisto na necessidade do sujeito do inconsciente e de suas especificidades que vão além do inesperado na língua, mas que devem contemplar o ser e sua linguagem e, como já discutido, a

Linguística ainda não parece à vontade para dizer sobre falantes. Estes são tomados, por vezes, como evidência nos discursos ou como posições enunciativas e discursivas de determinados contextos sócio-históricos: o ser é separado da fala, na Linguística; na Psicanálise, trata-se do ser falante, do *falasser*.

Diante disso, a abordagem da linguagem da criança na clínica psicanalítica é sempre de uma posição, da posição do analista nesse processo. Como se dá esse encontro entre a emergência de desejo do analista (que responde como sujeito pelo seu gozo) e a emergência do desejo de um sujeito em constituição (que ainda não responde pelo seu gozo)? “Trata-se de referi-la a uma experiência”, diz Lacan (1960-1961/1992, p.12). Experiência essa ímpar que se sustenta justamente no *desencontro* entre duas subjetividades, que não se limita à descrição, a uma narração ou a uma técnica. De fato, a tomada dessa linguagem implicaria as várias dimensões da linguagem mobilizadas na transferência como efeito dessa situação: a sintaxe dos enunciados da criança, sua enunciação contemplando o discurso do outro, seu léxico, sua prosódia, sua semântica, seu corpo pulsional e seus atos, seus diálogos e suas falas muitas vezes isoladas compondo seu campo de linguagem e possibilitando entrever o corte, o efeito de possíveis significantes para possibilidade de haver sujeito em constituição. Além disso, deve contemplar a hiância e o que torna essa linguagem incompleta, seu furo.

Nesse sentido, a Psicanálise permite ver a determinação inconsciente sobre a incompletude da linguagem e a Linguística permite formulações conforme suas proposições teóricas e epistemológicas sobre a língua. Por outro lado, em se tratando de linguagem e inconsciente, não está claro o quê determina o quê: se o inconsciente – condição do psiquismo humano – determinaria a incompletude da linguagem ou se a linguagem incompleta estrutura o inconsciente. O que há é o fato de que algo não se inscreve nesse circuito, algo fica de fora, o Real. Dependendo do ponto de vista, a ênfase será sobre um ou outro, porém, essa problemática impõe um outro lugar de trabalho aos modos de uma terceira margem, o que é diferente de um terceiro campo. Dizendo de outro modo, uma terceira margem é o lugar do não sentido e das inconsistências.

2.2 A fala da criança, o dado linguístico e seu recorte

Nas proposições que venho elaborando sobre minhas escolhas metodológicas, um objeto de estudo que contemple os traços de tropeços, as inconsistências e as indeterminações merece um delineamento que comporte esses traços, já que o interesse é sobre a língua como acontecimento de linguagem na clínica com crianças. Também, nesse ponto, o paradoxo que pode caracterizar a impossibilidade de se trabalhar com a Linguística e a Psicanálise se apresenta quase de modo incontestável, pois é com a fala da criança – no contexto de minha experiência de linguagem na clínica – que se trabalha.

Para a Linguística, a fala é uma consistência no sentido de possibilitar as ocorrências das regularidades da língua nas relações entre os indivíduos. Em contraponto, para a Psicanálise, a fala tem função de comportar as manifestações do inconsciente, o que somente é possível no corte, no equívoco, na opacidade e nas variadas formações do inconsciente como os chistes e os atos falhos. Ainda, para a Psicanálise, tudo isso que é descontínuo, que causa embaraço ao ouvinte e ao falante, tem um funcionamento e que é justamente o funcionamento distintivo dos significantes na língua. Esta, em Saussure (1916/1995), dentre outras maneiras, pode ser concebida como herança cultural e, conseqüentemente, a fala torna-se uma condição individual a partir da apropriação que o falante faz de parte da língua. Assim, a fala se sustenta na oposição dos signos linguísticos, envolvendo uma articulação física, fisiológica e psíquica em que o signo linguístico recorta a massa amorfa do pensamento permitindo, dessa maneira, a exteriorização, a fala e seu circuito de ocorrência. Todavia, a língua que comparece na clínica, não é individual (particular). Essa língua é singular e, por isso, não pode ser apreendida no recorte de um dado de fala: somente pode ser suposta nos acontecimentos de linguagem nessa clínica. Desse modo, o dado linguístico é a informação que se tem sobre a existência de enigmas na fala, melhor dizendo, sobre suas inconsistências e indeterminações.

Considerando isso, a fala da criança, o dado linguístico e seu recorte são tomados como *empíria* e sintagmas concernentes a uma pesquisa sobre a linguagem da criança, no campo dos Estudos Linguísticos. Porém, como estou trabalhando dentro do limite da indeterminação e da certeza, do contraditório e da inconsistência, esses sintagmas nominais (pois suas funções são nomear um objeto sob diferentes aspectos) são meramente triviais, porque tendem à completude, melhor dizendo, se limitam ao comum e generalizável do conhecimento linguístico. Faz-se necessário, então, torná-los paradoxais para que sejam condizentes com o inconsciente e a possibilidade de um sujeito em constituição.

Inicialmente, faço como nos ensinou Saussure (1916/1995): parto de meu ponto de vista sobre a língua e a linguagem da criança. Nesse sentido, interessa-me os níveis de linguagem que permitem a escuta do funcionamento da língua em sua lógica distintiva que suporta o impasse nessas ocorrências: o impasse em sua sintaxe, em sua semântica, em seus enunciados, em seu funcionamento fonológico, na enunciação, pois esses impasses constroem os agentes do Outro diante da criança e lhes impõe imperativos como o “***Ele não se comunica***”, dito sobre Cadu. Contudo, tomar esses impasses como dado linguístico, por meio de um recorte, implica uma definição paradoxal do que é dado linguístico como aquilo que mostra as falhas nesse circuito de linguagem.

Primeiramente, fiz como todo pesquisador da Linguística que trabalha com falas: registrei o objeto de estudo gravando os diálogos entre eu e a criança, portanto, colocando o gravador entre nós, já limitando nossa experiência de linguagem. Como abordei anteriormente, sendo o encontro na clínica psicanalítica de fato um (des)encontro, esse gravador passa a ter função de “resolver esse problema” preenchendo a distância entre a criança e a analista, portanto, ligando falante e ouvinte. Assim, seria possível escutar de modo mais preciso possível o que era dito nas sessões.

Na história da Linguística o advento do gravador tornou os estudos da fala ilimitados e, o investigador, no próprio ato da gravação delimita seu dado linguístico: uma ou outra ocorrência da língua pertinentes aos objetivos de seu estudo (só essa escolha já tende a diminuir o desencontro). Também, são inúmeros os bancos de dados de fala que podem ser alçados a objeto de pesquisa, ocorrendo um isolamento desse dado que permitiria apenas a análise descritiva dos fatos de linguagem, pois o que é da ordem da enunciação ou do discurso está perdido na gravação. Desse modo, tem-se uma prevalência da sincronia ficando o diacrônico fora dessa análise. Todavia, o funcionamento da língua é efeito desses dois aspectos e, também, há que se ponderar as relações diacrônicas perdidas na gravação.

Pois então, a gravação um dos atos que dão origem ao dado linguístico, não o define, em meu ponto de vista. Exemplificando: de uma gravação passa-se a audição, da audição passa-se à transcrição por meio dos mais variados sinais e símbolos fonéticos e fonológicos que vão depender da área de estudo, dessa transcrição passa-se a uma descrição dos elementos linguísticos nos diferentes níveis da língua, dessa descrição passa-se à análise (esta feita com base em um quadro hermenêutico), essa análise irá gerar uma interpretação que resulta em um sentido para aquele fato de linguagem, se não um sentido, pelo menos uma constatação dessa ocorrência. Assim, um dado linguístico seria esse sentido último, ou seja, aquilo que tem

sentido. Entretanto, o ponto a ser resolvido seria: e quando não é possível um sentido? Isso porque em se tratando do inconsciente e da incompletude da linguagem é preciso tomar o não sentido como dado linguístico. Em Cadu, não fazia sentido, inicialmente, ele não se comunicar e, ao mesmo tempo, falar de modo tão insistente.

Em relação à delimitação do dado linguístico, também é preciso não desconsiderar aquilo que se perde ao longo desse percurso em uma gravação (provavelmente, o mesmo que se perdeu ao se constatar que o menino não se comunicava). De fato, dependendo da área, como a teoria gerativa, são as inconsistências e os inequívocos o que se perde (deixa-se intencionalmente de fora do recorte).

Com base nisso que foi exposto, o estatuto paradoxal do dado linguístico em um estudo que articula linguagem e inconsciente é o de ser definido por sua incompletude, pela suspensão de sentido nessa terceira margem onde o desencadeamento da cadeia significativa está enodado de tal forma que é suspenso e, nessa cadeia, prevalece uma espécie de retorno sobre si mesma. Vale ressaltar, sempre, que esse dado é irrepetível, instaurando, com isso, nos Estudos Linguísticos, a lógica do um a um da clínica psicanalítica: um caso leva a outro caso e, da mesma forma, uma ocorrência de língua desencadeia outra devendo, por isso, se tomada como acontecimento singular nessa experiência de linguagem.

Ainda considerando as gravações como delimitadoras do dado linguístico, nesta pesquisa a contradição está no fato de que aquilo que ficou de fora dessas gravações – que denominei de inaudível ao gravador, momentos sem possibilidade, para mim, de transcrição –, é o lugar de inscrição da hiância causativa desse sujeito em vias de se constituir, de seu deslocamento de uma estrutura da língua que inscrevia o menino em posição solitária, dificultando o laço social, para uma possibilidade de sua inscrição no discurso. Certamente, é a clínica psicanalítica atualizando o dado linguístico, possibilitando aos Estudos Linguísticos dizer sobre o inconsciente descontínuo e sua impossibilidade. Mas, não apenas como dado linguístico, porque esse inaudível ao gravador é importante fundamento do caso clínico. Por ora, pode-se colocar que nessa ausência de fala deu-se esse encontro entre linguagem e inconsciente, e isto será retomado no momento da análise clínica e linguística, momento em que o pequeno Cadu (e sua língua) dirá sobre sua verdade como sujeito em constituição.

Nesta pesquisa, optei pela gravação sonora de sessões clínicas para que fosse possível analisar o funcionamento das falas da criança depois de transcritas. Com isso, essas gravações mostrariam de modo literal um processo terapêutico possibilitando explicar como as leis de funcionamento da língua se manifestavam na fala da criança em impasse subjetivo,

considerando o que esse funcionamento poderia dizer de sua constituição estrutural em um percurso recortado de três anos aproximados de tratamento. Porém, isto é o trivial por ser coerente demais com o que se espera de uma análise linguística e com a busca de um objeto de investigação completo. Em uma busca como essa todos os elementos em jogo na questão da constituição do sujeito e da linguagem da criança ficariam de fora, como as especificidades da linguagem da criança, o campo do Outro, a transferência (melhor dizendo, seu efeito), o impasse subjetivo, a própria criança (como corpo pulsional), o cenário enunciativo, o histórico e o cultural constitutivo dessa criança, os atos da criança (atos de linguagem, o brincar, o manuseio de objetos empíricos) e da analista. Diante disso, nesta pesquisa, o dado linguístico deve contemplar esses aspectos, o que o torna *irrecortável*, impossível de recortar, daí ter que ser narrado.

2.3 A escrita do caso e o dado linguístico

No item anterior, defini o dado linguístico como o fato de linguagem paradoxal que se constrói com uma forma e um inesperado, a língua e o discurso em que o aspecto fundamental é o hiato entre o dois. Mas, é preciso que o dado – isto que é oferecido pelo inconsciente para dizer da condição da criança - seja escrito como texto tentando dar forma ao saber construído. Nesse ponto, a Psicanálise ajuda com a escrita do caso clínico que é ato integrante da experiência psicanalítica. Essa escrita é um ciframento e não um deciframento, sendo então preciso que o enigma do sujeito se presentifique nesse ciframento e não que seja resolvido pelo deciframento de sua significação.

Para desenvolver isso, tomo por base Erik Porge (2009, p.57) que, ao discorrer sobre o estilo de Lacan, coloca-o como “[...] um operador situado na confluência da verdade da cura com o saber transmissível dessa verdade [do sujeito] [...]”. Esse autor me ajuda a pensar que esse dizer sobre essa experiência clínica não é meramente relato de caso, mas que comporta a existência de “[...] um conflito entre teoria, dever de transmissão de um saber proveniente do tratamento e da prática, do dever terapêutico e do respeito à verdade do paciente que, segundo entendemos, deve ser lido em função da dialética do saber e da verdade [...]” (*ibid*, p.53-54). Conforme essas palavras há, nesse percurso, uma inexatidão entre a verdade da experiência na clínica e transcrição de sessões clínicas. E isso se justifica por ser essa experiência uma

experiência de linguagem e, como tal, mataria essa experiência primeira. Ainda, que o sujeito do inconsciente não prescinde dessa inexatidão, desse desencontro.

Porge (2009) faz referência ao *traço de caso* que Lacan sustenta ao escrever para a revista da Escola Freudiana de Paris *Scilicet*, em 1968. Para Lacan, segundo Porge nos conta, um caso clínico deve se sustentar por seu traço, ou seja, aquilo do caso que o torna único e singular como propõe Freud (1937/1996) para na construção da análise: um ponto fixo em torno do qual um caso será elaborado. Para Freud, e para Lacan também, trata-se do enigma do sujeito, do *micelium* que escapa à interpretação, apontando para uma espécie de fracasso de sentido. A Nota do Tradutor, em Porge (2009) esclarece:

Tait du cas é a expressão criada por Lacan no primeiro número de *Scilicet*. Cf. Seminários reunidos por Claude Dumézil em *Le trait du cas*, *Le psychanalyse à la trace*, que insistem no fato de não ser possível teorizar apenas a partir das falas dos pacientes ou do analista, mas essencialmente a partir desse traço, que significa, ao mesmo tempo – o que faz laço, une, e o que corta, separa, escreve. (N.T., PORGE, 2009, p.57)

No dado linguístico, tal como venho definindo, o paradoxal é justamente a suspensão de sentido, a indeterminação, a rigidez na linguagem da criança que faz esse laço, que corta e instaura a angústia, o não saber como fio condutor da narrativa: é o fundamento da língua insistente de Cadu que faz traço, que lhe permite fazer laço e, é isto o que deve ser cifrado na escuta do caso e delimitado como dado linguístico.

Igualmente, um caso clínico é parte daquilo a que uma análise de criança se propõe e que é participar, pela transferência, do processo de subjetivação dessa criança:

Se nos parece óbvio que a análise de uma criança deva conduzi-la de um lugar *infans* à sua efetuação estrutural subjetiva, trata-se, para o analista, de criar condições para a transmissão simbólica: resgatando a criança do anonimato do desejo, reconduzindo-a a herança de sua linhagem simbólica própria, para que o sujeito, constituído, possa fazer dela algo de novo. (VORCARO, 2003, p.95)

Tomando-se por base essas palavras da autora, o dado linguístico deverá possibilitar nomear essa criança, reconstruir seu mito familiar e determinar sua demanda ao Outro inscrevendo seu lugar no campo da linguagem,

Em sua explanação sobre as *escritas do caso*, a autora supracitada ainda ressalta a *literalidade da narrativa escrita do caso* sem antecipar significações, em que:

[...] o encadeamento significativo permite ler, no escrito, a construção real, ou seja, a singularidade do caso que não é nem apenas de estrutura do paciente nem de suas manifestações sintomáticas, mas refere-se ao encontro desencontrado do sujeito com o analista. (VORCARO, 2003, p.110-111)

Esse encadeamento significativo é o traço da narrativa que proponho por supor um entre significantes distintivos em que se inscreverá o sujeito do inconsciente. Além disso, esse encadeamento significativo comporta as marcas do Real no Simbólico, possibilitando esse traço contraditório e verdadeiro.

Vorcaro (2010, p.21) também ressalta que o caso clínico, na pesquisa psicanalítica – não tem a função de exemplificar e nem demonstrar um fenômeno. Sua função é justamente a de problematizar o aspecto de “[...] generalização necessária à teoria, explodindo a imaginarização de universalidade da teoria sempre avessa à presença do singular surpreendente implicado no inconsciente.” Diante disso, é preciso questionar a ‘natureza’ generalista da Linguística se a investida se dá articulada à Psicanálise como em trabalhos em que se solicitam respostas a participantes por meio de questionários: Qual o singular aí inscrito? Um questionário responde por um sujeito do inconsciente? Ainda, em relação à questão estrutural da língua não é possível repetir e nem generalizar ocorrências e descrições: a regularidade da língua, como uma ordem autônoma e própria, é singular em se tratando do sujeito do inconsciente.

Desse modo, e considerando que o caso clínico se refere ao (des)encontro que a clínica promove pela transferência entre dois, é preciso indagar a psicopatologia por meio da descontinuidade no relato do sintoma feito pela narrativa, atribuindo, dessa forma, dignidade de objeto de investigação ao inesperado e sem sentido, conforme Vorcaro (2001). Tem-se, nas palavras dessa autora, uma conformidade com o que venho falando sobre o dado linguístico como paradoxal e que é um acontecimento de linguagem, portanto, merece ser visto pela Linguística²⁵.

²⁵ Em texto específico sobre a tomada do dado linguístico na clínica psicanalítica, Vorcaro (2001, p.132) ressalta, entre outros aspectos, a importância de se entender, antes de qualquer coisa, o que é a clínica e o que ela permite: “Como lembra Michel Foucault, a clínica é uma prática discursiva que não responde aos critérios formais do rigor científico, mas comporta um acúmulo, apenas organizado, de observações empíricas, de tentativas e de resultados, de prescrições terapêuticas e de regulamentações institucionais. Esse conjunto de elementos, formado de maneira regular por uma prática discursiva, é chamado de *saber*. O saber da clínica não coincide com a elaboração científica; é o conjunto das funções de observação, decifração e decisão, exercidas pelo clínico, a cada ocorrência, nas apropriações permitidas pelo discurso. Portanto, na clínica, o recrutamento e a interpretação do dado linguístico não obedecem ao critério de julgamento da ciência linguística: referem-se à decisão interpretativa de um outro falante, investido da função de agente da clínica, em relação à modalidade de desarranjo de uma língua num falante. Essas ocorrências, que apontam desvios e violações, sejam do léxico ou das posições gramaticais, apresentam uma gama enorme de lugares difíceis de interpretar e, muitas vezes,

Ainda sobre essa relação entre dado linguístico e clínica, a discussão levantada por Maria Francisca Lier-DeVitto (2009, s/p) sobre o que é acessível daquilo que se escuta da fala de uma criança e o que se recorta como *empíria* colabora para minha posição nesta pesquisa, porque vai na direção de sustentar o singular da criança que fala e o heterogêneo que aparece nessa fala. A autora, trabalhando com a clínica da linguagem, sustenta que o clínico que lida de alguma forma com a fala não deve sustentar essa escuta no desconhecimento acerca da língua e seu funcionamento, sua escuta não pode ser *leiga*. Ao constatar, com base também nos trabalhos De Lemos, a indissociação entre criança e fala, a ênfase é na escuta é de um corpo que fala, estabelecendo o lugar dos estudos da linguagem na clínica psicanalítica, não apenas da clínica da linguagem:

Ora, é a fala *in vivo* que o clínico de linguagem encontra e com o que deve se haver: deve se haver com um *corpo que fala* e com o *corpo de uma fala* e, diga-se, ele não poderá fazê-lo como falante/ouvinte leigo, mas como seu corpo-teórico.

Desse modo, na possível relação entre escrita do caso e dado linguístico tem-se um ponto que torna possível abordar os enunciados da clínica como dado linguístico: é o fato de que quem assume a posição de investigador da linguagem é, antes de tudo, analista e, como tal, nos dirá Laznik-Penot (1989, p.48): “Na qualidade de analista, supõe-se que se esteja aí para ouvir alguma coisa.” Também, na qualidade de investigador da linguagem da criança supõe-se que se esteja aí para ver e escutar essa experiência e discernir o que nela há de funcionamento da língua.

Logo, enquanto o dado linguístico, fora da clínica psicanalítica, visa classificações, regularidades e descrições, o caso clínico visa o *sinthoma*²⁶ do sujeito. Desse modo, é preciso sustentar, que o dado atualizado nessa clínica deve tomar ares de *sinthoma*, no sentido de ser

indecidíveis. Enfim, na clínica, o dado linguístico é a materialidade lingüística, ocorrência episódica que indicia o fato bruto da interrogação sobre a condição singular de realização de uma língua num falante.”

²⁶ Neologismo criado por Jacques Lacan no Seminário, *Livro 23, O Sinthoma* (1975-1976/2007): aquilo do próprio sujeito (de seu gozo) que, ao final da análise, ele deve se identificar, distanciando-se de uma lógica de cura analítica. Trata-se do que enoda o sujeito, do que possibilita a amarração sinthomática entre Real, Simbólico e Imaginário. Também, por hora de modo vago, trata-se do que o sujeito faz de seu sinthoma. Frente à importância da lógica paradoxal e contraditória – o homem é aquilo que lhe fracassa e é preciso que se faça algo disso – posta nesse seminário, manterei a escrita sinthoma para as manifestações da criança, para seus impasses subjetivos que têm essa função de amarração sinthomática, diferenciando de sintoma que remete ao psicopatológico da psiquiatria e da psicologia.

singular, não podendo ser “analisado” com o objetivo de torná-lo universal. Mas, na universalidade tanto de regularidades linguísticas como de invariantes psicanalíticas, deve-se torná-lo único e impossível de ser generalizado tomando-o como sempre incompleto, pois algo ficará de fora das gravações. Diante disso, uma das funções do dado linguístico seria enfrentar, pelas vias do Imaginário e do Simbólico (na possibilidade distintiva nesse dado), o Real inevitável.

2.4 A narrativa enunciativa

Diante das especificações em minhas escolhas metodológicas sobre ciência, dado linguístico e caso clínico, apresento, agora, minha escolha pela narrativa enunciativa para mostrar que, na fala de Cadu, há língua em funcionamento.

Conforme Bogdan e Biklen (1994), o caso clínico é o relato crítico de uma história que vai se delineando ao longo de seu desenvolvimento como tentativa de compreender o sujeito em causa. Assim, busco fundamentar como narrativa enunciativa esse relato crítico do caso clínico que contemple a criança em análise e sua linguagem.

Nesse sentido, Lacan (1971/2009, p.115) afirma que “Ninguém no mundo jamais segue a linha reta, nem o homem, nem a ameiba, nem a mosca, nem o ramo, nem nada [...]”. Dessa afirmação fica estabelecido, para o que proponho como o modo de apresentar o dado linguístico recortado do caso clínico, um percurso não linear que permite tanto um retorno sobre determinado ponto, como uma parada mesmo em descontinuidade. Essa escrita em linha tortuosa não implica uma sucessividade, mas uma lógica estrutural em que o que interessa é o efeito da relação entre os elementos que compõem essa história: a criança e sua linguagem, a clínica, a transferência, o Outro ali implicado, o mito familiar da criança. Por isso, nesse percurso, o que determinará o passo seguinte são justamente os pontos de suspensão de sentido e de impasses e, nessas condições, isto que é o impasse e o paradoxo, é importante porque “Algo de que não se compreenda nada é a esperança absoluta, é o sinal de que se foi afetado por aquilo.” (LACAN, 1971/2009, p.99).

Nesse ponto, justifico minha ênfase nos impasses subjetivos da criança, pois não é da ordem de uma sintomatologia negativa que colocaria a criança à mercê da alienação em que está imbricada ou que a reteria na solidão autista. Mas, esses impasses mostram a afetação da criança diante dessas possibilidades subjetivas como amarração sinthomática em seu percurso

de constituição resultantes desse afetamento e, assim, correspondendo ao seu modo de ir na direção de seu destino de vir a ser falante, mesmo que a psicose ou o autismo se efetive.

Também, importante que em minha escrita as cenas clínicas remetem aos acontecimentos de linguagem. Essas cenas são enunciativas por se tratarem da linguagem como acontecimento tal como interessa à Psicanálise e que permitem à criança fazer laço social a seu modo pela circulação de significantes. Essa circulação se dá no cenário analítico e na enunciação agora em pauta e que corresponde ao instante desta escrita. Desse cenário, uma característica é intrínseca quanto a essa circulação e à circulação como um todo no campo da linguagem: esta é incessante e insistente.

Do mesmo modo, conforme Laznik-Penot (1989), a linguagem em que está imersa a criança com possibilidade de psicose é incessante: os cenários e discursos se desdobram aos moldes do deslizamento metonímico operado por Lacan em sua leitura do conto *A Carta Roubada*, de Edgar Allan Poe²⁷. Segundo a autora, se questionando se a criança dita psicótica não seria como essa carta roubada, há um desdobramento e uma alternância de posições entre os sujeitos envolvidos nos cenários analíticos. A similaridade entre os deslocamentos da criança nesses cenários são importantes, porque se trata de manifestações de linguagem da criança em seu percurso de subjetivação. Com isso, tem-se um percurso em que determinadas especificidades de linguagem tem ares de ecolalias, de rigidez sintática, de inversão pronominal, entre outras, manifestando os impasses subjetivos que assumem a posição de elementos a serem deslocados para outra função nesse percurso, como a língua de Cadu que faz laço, mas não comunica. Portanto, buscar o que não cessa como a estratégia de enfrentamento, como um trabalho incessante da criança de se desvencilhar de seu enodamento sinthomático patológico é parte da intervenção do analista, o que essa narrativa contribuiria permitindo o ciframento desse trabalho.

Diante dessa proposta de narrativa, retomo a leitura do conto de Edgar Allan Poe, *A Carta Roubada*, feita por Lacan (1956/1998, p.45) para mostrar como um significante puro vai se deslocando, deixando marcas e constituindo sujeitos até chegar a seu destino: “Uma carta sempre chega a seu destino.” Esse significante puro é aquele destituído de significado, que não tem sentido, mas tem efeito: é aquele que constitui um discurso sem palavras (pois, se não há significante/significado, não há signo) e que, no campo da linguagem, vai se deslocando e fazendo emergir no *nonsense* aquilo que é inconsciente. Nesse conto de Poe, a carta roubada é esse significante puro, esse discurso sem palavras: nela, não sabemos o que

²⁷ Contudo, como será abordado ainda neste texto, esse deslizamento metonímico pode operar pela lógica da substituição entre significantes, de modo metafórico.

está escrito, mas sofremos, sem dúvida, de seu efeito²⁸ como a lógica do significante que é a de ter efeito, pois o que interessa de um significante é seu efeito.

Para acompanhar a leitura de Lacan recupero, de modo breve, o conto do poeta e escritor norte-americano Edgar Allan Poe. *A carta roubada* (*The Purloined Letter*, 1844) é o último conto do detetive Auguste Dupin, personagem presente nos contos *Os assassinatos da rua Morgue* (1841) e *O mistério de Marie Roget* (1842).

Nesse conto, o tempo cronológico são os idos de 1800, sem exatidão do ano, portanto, não se tratando de uma certeza localizada. As personagens do conto são quatro: o Narrador que mora com o detetive Auguste Dupin e, que apesar de conduzir a história, não tem seu nome revelado; o detetive Auguste Dupin que por ter ajudado o delegado de polícia a solucionar outros casos é procurado para ajudar a encontrar a carta roubada; o Delegado G. da polícia de Paris que pede ajuda a Dupin para solucionar o roubo da carta; e o Monsenhor D., o ministro que rouba a carta dos aposentos da rainha para chantageá-la. Além do detetive, ninguém mais é nomeado no conto, assim como o conteúdo da carta roubada também não é revelado, enfatizando o enigma como o que movimenta a linguagem. Pode-se supor que foi por essa ausência de conteúdo da carta que Lacan lhe conferiu estatuto de significante. Passo, na sequência, à história dessa carta roubada.

Em Paris, o narrador encontra-se refletindo sobre os dois casos anteriormente solucionados pelo amigo, o detetive Auguste Dupin: o caso da Rua Morgue e o mistério do assassinato de Marie Rôget. Esses dois personagens estão no gabinete de leitura de Dupin quando, por acaso e coincidência, chega Monsieur G., o delegado de polícia de Paris, para consultar Dupin sobre um caso que lhe estava causando transtorno. Dupin prefere manter-se no escuro do gabinete, pois é melhor para refletir sobre o sigiloso, estranho e simples caso apresentado pelo delegado e que lhe escapava à compreensão por ser evidente demais, já que se sabe quem cometeu o crime: o Ministro D. roubou uma carta escrita para uma pessoa importante (a pessoa roubada) de dentro do gabinete real, permitindo inferir que se trata da Rainha essa pessoa roubada. Esse roubo conferia ao Ministro D. relativo poder e, desse modo, ascensão política por meio de chantagens.

Dupin observa que é a posse da carta que confere poder ao ladrão e, portanto, ele não irá revelar o que nela está escrito. Assim, o objetivo, para solucionar o caso, é recuperar a carta roubada, o que o delegado não conseguiu após meses de tentativas malsucedidas, pois o

²⁸ Posteriormente, essa carta será alçada, por Lacan, ao posto do próprio *objeto a*. Sobre Edgar Allan Poe, vale lembrar que ele é o mestre das narrativas curtas e enigmáticas, que trazem sempre um enigma no limite estrutural, na sincronia de seus contos. Em seus contos há sempre um mistério que dita a direção da narrativa.

Ministro previra as buscas em todos os cantos secretos possíveis de seu apartamento, por ser poeta, conforme nos conta o narrador.

O delegado relata todas as buscas feitas no apartamento do Ministro, sem sucesso, enfatizando o modo minucioso dessas buscas feitas por meio de métodos conhecidos da polícia, buscas feitas pelos caminhos mais evidentes, porém, improdutivos.

Dupin, depois de ouvir o delegado, o aconselha a fazer uma nova busca na casa do Ministro e solicita uma descrição precisa da carta roubada sugerindo uma nova revista ao apartamento do Ministro, o que desanima o delegado.

Após um mês, o delegado retorna ao apartamento do narrador e de Dupin sem obter nenhum sucesso nas buscas. Ele, então, informa que há uma recompensa pelo resgate da carta. O detetive aceita o desafio e se compromete a entregar a carta ao delegado, por causa do dinheiro. Depois de receber o cheque da recompensa (pela certeza antecipada de Dupin em recuperar a carta), ele, de modo inesperado retira de sua escrivaninha a carta roubada e a entrega ao delegado. No momento seguinte à partida deste, Dupin explica ao narrador como encontrou a carta roubada. O detetive pensa como o Ministro: como um poeta, por isso consegue resolver o caso, acompanhar o percurso da carta até seu destino final, seguindo não as evidências, mas os mistérios na continuidade de um evento. Dupin não subestimou o Ministro considerando que o enigma do destino da carta não era simples e provável: para ocultar a carta, o Ministro não a escondeu, deixando-a a vista de todos.

Dupin narra como encontrou a carta: ele foi visitar, em uma manhã, o Ministro em seu apartamento estabelecendo um diálogo com este, ao mesmo tempo em que observava minuciosamente o que estava à vista, no local. Foi no porta-cartas do Ministro que o detetive encontrou a carta roubada, uma carta diferente daquela descrita pelo delegado e que estava em desacordo com as outras cartas do Ministro. Essa carta estava amassada, suja, dobrada e (re)dobrada como se estivesse em constante movimento, como se o Ministro não soubesse o que fazer com ela. Dupin, na manhã seguinte, retorna ao apartamento do Ministro e, de modo ágil, pega a carta roubada substituindo-a por outra, por uma cópia por ele preparada. O detetive devolveu a carta à sua dona sem que o Ministro soubesse deixando-o, agora, sob o poder dela, da “certa pessoa” dona da carta roubada. A cópia deixada por Dupin no porta-cartas do Ministro não estava em branco. Ele deixou uma mensagem para o Ministro, sem assinar. Contudo, o Ministro o reconhecerá pela sua letra (a carta, como significante, representará o detetive para o Ministro por meio de um traço de nome apagado). Daquela

carta roubada, no entanto, nada sabemos sobre o que nela estava escrito, apenas que era diferente das outras e podia se supor sempre em movimento, como um significante.

Em sua leitura desse conto, Lacan (1956/1998, p.33) prefere a carta *desviada*²⁹ como tradução para o título do conto, porque roubada sugere que ela foi retirada por alguém (pelo Ministro) e guardada ou escondida, onde essa carta é inerte e está submetida às ações das personagens. Para ele, ela foi desviada, pois continua em movimento, continua se deslocando e, é essa carta, em função significante, que é determinante da subjetividade das personagens, não o contrário: é a relação entre a determinação simbólica e o sujeito na lógica do inconsciente estruturado como uma linguagem. Esse desvio de seu movimento primeiro – deslizamento metonímico – não é efeito, mas causa efeito, vai sendo determinante desse campo em que se desloca: “[...] é por sofrer um desvio que ela tem um trajeto que lhe é próprio.” Seu trajeto desviado a leva a seu destino: a suposta Rainha, seu princípio. Esse é mesmo nosso destino, e:

Se o que Freud descobriu, e redescobre com um gume cada vez mais afiado, tem algum sentido, é que o deslocamento do significante determina os sujeitos em seus atos, seu destino, suas recusas, suas categorias, seu sucesso e sua sorte, não obstante seus dons inatos e sua posição inicial, sem levar em conta o caráter ou o sexo, e que por bem ou por mal seguirá o rumo do significante, como armas e bagagens, tudo aquilo que é da ordem do dado psicológico. (LACAN, 1956/1998, p.33-34)

Assim sendo, é que proponho a narrativa enunciativa para a construção de um campo de linguagem onde seja possível acompanhar o rumo dos significantes da língua da criança, melhor dizendo, seus efeitos das amarrações da língua, como sinthoma, ao Real, Simbólico e Imaginário frente aos seus impasses (desvios). Da mesma forma, considerando o determinismo da cadeia significante na questão da constituição do sujeito, de acordo com Lacan (1956/1998) a narrativa deve trazer isso que é incessante, repetitivo dentro da linguagem, pois é a escuta disso que se repete nas formas de língua de Cadu: as ecolalias maciça e alienante, a reprodução por espelhamento, as não inversões pronominais e suas indeterminações, cuja invariante é a repetição. Repetição no sentido do que retorna como *autômaton* ou *tyché*, e que será o fio condutor dessa narrativa, em que é preciso “[...]”

²⁹ Lacan menciona o título em inglês do conto, *The Purloined Letter*, como um elaborado arranjo de significantes de diferentes línguas, como o prefixo *pur-*: que supõe um “detrás antes do qual ele se aplica”, para dar-lhe garantia; e *loigner*, “verbo do atributo de lugar *au loing*”, que significa “ao longo de”, *mettre à gauche*, dissimular (LACAN, 1955/1998, p.32-33). Lacan também se refere à polissemia do título do conto em francês *La lettre volée*, significando carta roubada ou desviada (*ibid*, p. 30), em que desviado remete a um sentido à deriva.

examinar as coisas passo a passo [...]” (*ibid*, p. 52) buscando a aproximação possível daquilo que pega e arrasta os seres falantes nesse cenário clínico: o significante que pode representar esse sujeito falante (o *fallasser*), pois isso que insiste pode fazer furo na cadeia de linguagem inscrevendo o lugar da possibilidade de haver sujeito do inconsciente.

Sendo a linguagem uma estrutura (de elementos formais e enunciativos/discursivos) é preciso que seja lida em suas impossibilidades, conforme Lacan (1971/2009) ao falar sobre discursos. Estes não seriam semblantes e que é justamente nos pontos em que não se compreende os acontecimentos é que se é afetado por isso, nos pontos de suspensão de sentido. É essa estrutura de ficção que confere verossimilhança à narrativa dando-lhe a dimensão de verdade: da verdade do sujeito que somente pode ser suposta na penumbra de um enigma. Assim como fez o detetive Dupin, é preciso inscrever o mistério na história, no mito de um sujeito.

Diante disso, pergunto: qual o tempo e o espaço dessa narrativa em que as personagens colocam em cena o enredo enigmático de um drama subjetivo?

Em relação ao tempo, trata-se do tempo lógico em que se inscreve essa narrativa, tempo da descontinuidade do inconsciente e da constituição do sujeito, dos movimentos que o sujeito vai realizando em seu percurso de constituição até a sua definição estrutural. O tempo lógico de constituição do sujeito se refere, também, aos enodamentos sinthomáticos do pequeno ser, das dobras e substituições de significantes que vão deixando traços nesse percurso. Destarte, como no conto de Poe, não há uma definição cronológica, porque isso já limitaria o mistério.

No texto *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada*, Lacan (1945/1998) discorre sobre as escansões no processo lógico como as paradas em que a dúvida surge nesse processo e que antecipam os três tempos lógicos da estruturação: o instante de olhar (da dúvida), o tempo para compreender (do cogito) e o momento de concluir (da construção do saber). Segundo o autor, essa lógica temporal sustenta uma descontinuidade na narrativa como parte de sua ordenação, de sua lógica, ao contrário de uma cronologia na qual não se permitiria a descontinuidade, mas apenas uma linearidade em torno de um eixo central em uma espécie de começo, meio e fim. Dessa maneira, o tempo lógico começa com uma certeza antecipada e é suspenso pela dúvida na sucessão das estruturas que marcam a passagem de uma para outra.

Assim, tempo lógico e espaço (de deslocamento) são os mesmos, para corroborar com Lacan ao estabelecer a relação tempo e espaço e que os movimentos de estruturação se dão

em uma mesma superfície, o que torna possível que aquilo que se desvie chegue sempre ao seu destino. Esse é um dos efeitos do deslocamento de um significante por mais que pareça voltar ou tomar outra direção, pois a lógica desse funcionamento é própria e estamos à mercê dela, por ser autônomo (como será possível constatar, instaurado por um ponto faltoso e que é para esse ponto que se retorna).

Na sequência de sua elaboração, para colocar em pauta a relação tempo e certeza (do sujeito) como um problema de lógica, Lacan (1945/1998) traz o apólogo dos três prisioneiros para questionar o valor lógico dessa certeza, argumentando que é nos pontos de parada, das escansões no processo lógico em que a dúvida surge, a possibilidade de sujeito: justamente no que falha, no corte e não na certeza.

Passo à narrativa feita por Lacan sobre os três prisioneiros em que, para que algum consiga a liberdade, eles terão que resolver um problema apresentado pelo diretor do presídio. As razões de se libertar apenas um preso não são ditas – há sempre um mistério – e, é preciso que os três prisioneiros estejam de acordo em participar do processo e, também, eles não podem comunicar entre si. Eis o problema: três prisioneiros, cinco discos que só diferem pela cor (três são brancos e dois pretos). O diretor prende um disco nas costas de cada um dos prisioneiros de tal modo que nenhum possa olhar o próprio disco, apenas o disco do outro. O que está em jogo, então, é o raciocínio lógico: não se conhece a razão de tal prova, não se pode contar com a observação direta sobre si mesmo. Os prisioneiros passam à avaliação pelo exame de seus companheiros e dos discos de cada um deles. Trata-se, desse modo, de concluir qual a cor de seu próprio disco e, é isto, o que dará a quem conseguir primeiro chegar a essa conclusão, a liberdade. Essa conclusiva deve ser fundamentada em motivos de lógica e não de probabilidade. Ou seja, o raciocínio de cada um deve ser validado por argumentos, inferências e abstrações simbólicas. O prisioneiro que resolver o problema deverá se encaminhar para uma porta e apresentar sua assertiva conclusiva, sua certeza. Lacan (1945/1998) se pergunta não quem, mas como podem os três sujeitos adornados com os discos pretos resolverem o problema?

Nessa situação, a solução perfeita apresentada por cada um dos prisioneiros que entraram juntos pela porta é a de que era branco, os três, segundo eles próprios em suas conclusões, eram brancos, pois cada um sabia que os dois outros eram brancos e se algum fosse preto não teria entrado junto com os outros, portanto não havia nenhum preto já que todos entraram juntos, nenhum dos dois saiu primeiro.

Diante disso, o questionamento de Lacan (1945/1998) é sobre o valor lógico dessa solução aparentemente perfeita apresentada como um sofisma, melhor dizendo, como um enunciado que se apresenta como verdadeiro, porém seu valor lógico o torna falso por seu erro, também lógico. Dessa maneira, o objetivo retórico de Lacan é mostrar que nas etapas dedutivas dos três prisioneiros sobre o problema, dentro do rigor coercitivo do processo lógico visando evitar qualquer dúvida, há um tempo, um ponto nesse percurso que antecipa a conclusão, em que essa certeza está suspensa permitindo as escansões suspensivas: diante da conclusão assertiva o sujeito, por um tempo, se encontra em posição da dúvida³⁰. Sua função, dirá Lacan, é inscrever a ambiguidade no processo lógico e nos mostrar que o que está em jogo, nessas moções suspensas, é o que não é visto pelos prisioneiros e sua função significativa nesse tempo lógico, de parada, de escansão revelando o processo subjetivo em termos estruturais: é preciso que se inscreva uma hiância, um vazio nessa estrutura.

A partir dessas elaborações sobre a lógica, Lacan (1945/1998) aponta para a relação espaço e tempo em que o tempo lógico corresponderia àquele necessário para percorrer uma superfície, um lugar (topologia). Nessa asserção, o tempo de movimento do sujeito não pode ser diferenciado do espaço desse deslocamento: um tempo é aquele necessário para se percorrer um caminho e voltar ao início, já que sempre se volta ao início. Por isso, essa é a

³⁰ Lacan (1945/1998) reescreve assim o problema como sofisma, enfatizado as etapas de dedução e suas escansões/paradas: **A** como sujeito real que conclui por si, sujeito da certeza; **B** e **C** sujeitos cujas condutas servem como base da dedução de **A**. Se a convicção de **B** se fundamenta na expectativa de **C**, então na falta desta aquela se dissipa; o mesmo ocorre de **C** em relação a **B**, permanecendo os dois na indecisão e nada exigem que partam se **A** for preto. Então, **A** só pode deduzir que é branco. Lacan refuta essa lógica, por que: i) é o fato de nenhum dos dois ter saído primeiro que permite a cada um pensar-se branco, excluindo qualquer hesitação nessa primeira etapa de dedução lógica; ii) mas, a hesitação/objeção aparece na segunda etapa dedutiva de **A**: quando este conclui que é branco, pois se fosse preto os outros se saberiam brancos e sairiam, ele tem que voltar atrás após essa conclusão, pois no momento de seu deslocamento como efeito dessa assertiva, ele vê os outros dois saírem juntos com ele, então essa conclusão é falsa. Lacan chama a atenção para o fato de qualquer um dos prisioneiros quando na posição de **A** (de sujeito real a concluir ou não com base no comportamento dos outros dois) também irá se deparar com a mesma dúvida no mesmo momento que ele. Mas, continua Lacan, sendo assim, qualquer que seja a conclusão de **A** sobre **B** e **C**, ele sempre concluirá que é branco, pois se fosse preto, **B** e **C** deveriam ter prosseguido e entrado na sala, ou, caso **A** admitissem a hesitação dos outros dois, eles andariam antes dele, pois sendo **A** preto este daria a exatidão necessária para **B** e **C** concluírem-se brancos. Porém, **A** é visto como branco pelos outros dois e estes, por isso, não se movimentam. Diante disso, **A** toma a iniciativa de se movimentar em direção à porta e todos recomeçam a andar juntos, declarando-se, por esse movimento, que são todos brancos. Sem obstáculos (sem hesitação) essa lógica reproduziria a mesma dúvida e a mesma hesitação em todos os sujeitos ao se alternarem nas posições. Mas, Lacan argumenta que, desta vez, a conclusão de **A** diante da parada antes do movimento em direção à porta é *inequívoca*, pois se ele fosse preto **B** e **C** não deveriam ter refutado o movimento, de modo algum, porque é impossível hesitar pela segunda vez: “[...] uma única hesitação, de fato, é suficiente para eles demonstrarem um ao outro que, certamente, nem um nem outro são pretos.” (LACAN, 1945/1998, p.201). Se **B** e **C** pararam é porque **A** é branco, único lugar, nesse processo, em que não se permite a dúvida. Decorre, dessa leitura lacaniana, que a certeza não pode ser antecipada antes da dúvida, antes que se presentifique a hesitação e a possibilidade de equívocos, e a proposta é que esse valor como efeito dessas paradas (*escansões suspensivas*/hesitações) sejam integrados ao percurso lógico de um sujeito: o efeito dessas escansões é a certeza, importante paradoxo da psicanálise lacaniana em que a certeza/verdade do sujeito se constrói em um percurso marcado pela dúvida e se define nos pontos em que a certeza é suspensa.

relação entre estrutura, espaço e tempo que Lacan faz a partir da topologia, buscando o lugar de uma estruturação psíquica que é, sempre, de movimento (GRANONT-LAFONT, 1990).

Destarte, em qualquer superfície que o sujeito percorra em sua constituição seu tempo é aquele necessário para isso e é nele que se dá o encontro entre o Simbólico, o Real e o Imaginário – o furo, a existência e a consistência –, articulados por um quarto elemento em função de reparação nessa estruturação. Desse modo, em uma superfície (referência à Banda *Moebius* que mostra não haver diferença entre avesso e direito, portanto o espaço é um só; mostra que sempre se volta ao começo, ao ponto de partida) um movimento ‘completo’ é aquele que volta à sua origem, ao seu início e o tempo, aí, é o tempo dessa volta. Assim como o espaço e o movimento, o tempo também é contínuo até ser submetido a algum furo: o que o sujeito busca ficou para trás em sua entrada na linguagem e está perdido como causa e é para lidar com isso que ele faz seu percurso subjetivo. No caso da criança, é antes instaurar e reconhecer essa causa como fundamento de sua condição constitutiva.

Contudo, é necessário enfatizar que o retorno, esse destino, só é possível produzir sentido a cada corte, a cada cena, a cada furo e a cada suspensão de sentido já que só passa a outra cena com um corte³¹. Essa também é a função da escansão suspensiva em deslocamentos ao longo de uma superfície lógica: o corte (furo simbólico) se dá justamente no ponto onde há um vazio de sentido, fazendo-se necessário a significação, a palavra do Outro para instaurar o sentido e manter o deslocamento descontínuo, o percurso do sujeito. Logo, a cada corte o que se tem é uma suspensão de sentido: uma *escansão suspensiva*. Por isso que, buscando a lógica da estrutura de ficção, portanto sua ordenação e relação entre os eventos, os pontos de impasses na narrativa serão tomados como *escansões suspensivas* permitindo a (des)continuidade do percurso de subjetivação da criança, dando a direção do Real.

Nessa perspectiva, o tempo lógico (LACAN, 1945/1998) desse percurso manifesto nos modos enunciativos de linguagem pode ser assim posto: um instante inicial de olhar o

³¹ Diante do Real e da impossibilidade de todo sentido (o que não implica a ausência total de sentido) é preciso um pouco de sentido (do sujeito e do Outro). Não acredito na possibilidade de um sujeito diante de uma existência *a-semântica*, fora do campo da linguagem, negando o sentido. Um discurso como esse é corente com a lógica do discurso de uma genética radical. Sabe-se que nem mesmo na genética desconsidera a heterogeneidade como constitutiva do ser humano, o que vem nos moldes de uma epigenética, da dita influência do ambiente, na individualidade dos genes e, também, nas porcentagens que um gene implica que sempre deixam um resto da totalidade: um gene não nos dá cem por cento de certeza disto ou daquilo e esse resto de possibilidade implica na escolha do sujeito diante de uma constatação. A lógica do Real, dentro do discurso psicanalítico, somente é possível como oposição ao Simbólico e Imaginário e não como exclusão destes. O radicalismo em se tomar o que é do sujeito contemporâneo como um gozo total do Real é, em si mesmo, um discurso gozante em nome de domínio do vazio. Nesse ponto, reitero minha posição com a posição de Agamben (2008) e de minhas leituras dos textos lacanianos: não há homem fora da experiência de linguagem com tudo o que ela comporta.

tempo ao longo do deslocamento para compreender a sucessão de eventos e a chegada ao seu destino, no momento de concluir:

- a. O primeiro momento é o da *exclusão lógica*, pois todo movimento de estruturação começa por uma exclusão: a cena inicial não tem anterior, é a posição zero da cadeia, o *tempo zero* onde se abrirá um primeiro intervalo: o *instante do olhar*, que fará passagem para o segundo tempo, que se instaura pela dúvida;
- b. O tempo para compreender: tempo de meditação, sentido e limite e “[...] pode reduzir-se ao instante do olhar, mas esse olhar, em seu instante, pode incluir todo o tempo necessário para compreender.” (LACAN, 1945/1998, p.205). O que caracteriza esse tempo de compreender é a indefinição de sentidos e sujeitos envolvidos; na alternância das cenas tudo parece indefinido e caótico, mas é constitutivo e é preciso depreender, desse tempo, seus efeitos;
- c. Momento do concluir: a partir do tempo anterior de compreender evidencia-se a “decisão de um juízo”. Nesse momento, o sujeito constrói uma asserção, uma certeza – *a verdade do sujeito*. No caso da criança, sujeito ainda em constituição, é o momento de uma certeza que antecipará a possibilidade de haver sujeito e que vem com o reconhecer-se faltoso.

Tomando por base isso que foi exposto, a estrutura de minhas narrativas trarão os aspectos elencados, a saber: as ocorrências de linguagem incessantes e insistentes recortadas na sincronia da linguagem para construir o percurso diacrônico dos deslocamentos da criança em sua constituição; as cenas recortadas serão compostas como cenários analíticos havendo preponderância dos atos ali efetivados, dos diálogos, os seres falantes e os ditos, o tempo lógico de ver, compreender e concluir essas cenas nesse percurso.

Também, é importante considerar o que Lacan (1998/1945) diz sobre os comentários dos diálogos das cenas do conto de Poe, *A carta roubada*. Nesse texto, Lacan vai apresentado as cenas e os diálogos entre as personagens seguidos de comentários na lógica do ver e compreender, pois se não houvesse esses comentários o que haveria seria a ausência de sentidos, um vazio de significação. Desse modo, a narrativa das cenas será acompanhada de comentários analíticos e, sobre isso, é fundamental esclarecer que não é uma interpretação, já que interpretar é destituir a palavra de um em detrimento de ‘minhas palavras, minha interpretação’ e, também, porque estou lidando com estrutura e o sentido deve ser efeito do funcionamento dessa estrutura. Ao aclarar um sentido por meio de uma interpretação, suspende-se a dúvida e, por conseguinte, o enigma. Então, é preciso ver e dizer o que se vê

por meio de descrição, narração e explicação, em uma relação direta com a escrita como parte da estrutura desses cenários analíticos.

Dessa maneira, nessa narrativa enunciativa, o instante de olhar corresponderá ao instante de descrever os acontecimentos que se vê e se escuta como efeito da dúvida inicial: Cadu não se comunica?; o tempo para compreender é o tempo de reconhecer e nomear o que foi descrito para em uma consistência imaginária lidar com o caótico, com a indefinição de sentidos e sujeitos e fazer ver aí a hiância causativa; o momento de concluir é o momento de apostar na possibilidade de sujeito do inconsciente diante da efetivação de uma estrutura psíquica. Importante, porém, não perder de vista as falhas e impasses desse processo lógico que contemplarão o enigma desse sujeito em constituição. Além disso, se encontram o dado linguístico e o caso clínico, o que a clínica com a criança em sofrimento psíquico pode atualizar sobre a língua e a linguagem.

Todo esse trabalho enunciativo é coerente com a proposta de Lacan (1945/1998) que, partindo da atemporalidade do inconsciente, aposta na antecipação do sujeito, porém não pela certeza, mas pela ascensão de uma dúvida diante das assertivas. Em virtude de tudo isso, na criança, antecipa-se pela via da linguagem e de seu percurso (narrativa) esse sujeito que poderá vir a responder por sua fala e, na infância, trata-se de escrever sua história em que a criança possa se incluir pelas vias de um *eu* enunciativo³² em um percurso de um tempo lógico de constituição marcado pelo enodamento sinthomático que vai se realizando na linguagem.

³² Conforme Ramalho (2006, p.26): “O sujeito começa a existir, isto é, passa a obter lugar no mundo a partir da rede de narrativas com que tece a sua vida. Porém, isso só de fato acontece quando ele começa a narrar, uma vez que o narrar possibilita a experiência do eu, possibilita a consistência imaginária ao eu. O que permite a alguém responder à questão *princeps* quem sou eu é sempre alguma ficção, isto é, é a narrativa através da qual concebe a sua história.”

CAPÍTULO 3

O SIGNIFICANTE IMPRESCINDÍVEL NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

[...] tudo isto tem que ver com um suplício chinês que reveza seus quadros em disposições geométricas pode não parecer mas cada palavra pratica uma acupunctura com agulhas de prata especialmente afiladas e que penetram um preciso ponto nesse tecido conjuntivo quando se lê não se tem a impressão dessa ordem regendo a subcutânea presença das agulhas mas ela existe e estabelece um sistema simpático de linfas ninfas que se querem perpetuar por um simples contágio de significantes essa torção de significados no instante esse deslizamento de superfícies fônicas que por mínimos desvãos criam figuras de rociado rosicler et volucres veneris mea turba columbae mas é também um suplício [...]
(CAMPOS, 2004)

Quando decidi por investigar o estatuto da linguagem no processo de constituição do sujeito de uma criança em sofrimento, eu parti da máxima lacaniana do sujeito efeito de linguagem. De modo específico, da distinção entre significantes que antecedem a criança e que, vindo do Outro, atuam sobre o corpo – organismo vivo – fazendo nascer o sujeito do inconsciente, a partir da divisão simbólica.

De início, a tentativa foi de tomar esses significantes encarnados em uma impressão sonora advinda da criança de modo inesperado – de forma isolada de toda a natureza enunciativa da clínica, inclusive da condição da criança falante e do diálogo possível entre criança e analista. Nesse sentido, o significante era a linguagem que interessava e que eu acreditava ser possível apreender de modo isolado.

Minha experiência com a fala da criança na clínica mostrou que aquilo que marca, como desejo e gozo advindo do Outro, é efeito do encontro com esse Outro. Marca de modo ecológico a cadeia da fala, no ponto em que o sentido está suspenso restando a impressão deixada por uma marca sonora. Esse significante só pode ser pensado aos modos de uma decantação como nos sugeriu Lacan, pois é pela mais apurada escuta que se deve chegar ao significante que pode representar a possibilidade de haver sujeito do inconsciente.

Da mesma forma, nessa tentativa inicial, havia um efeito de minha insistência em isolar os elementos linguísticos: a mera descrição linguística com o objetivo de decantação de signo ao significante me enredou em uma hipótese diagnóstica inicial de possibilidade de psicose e, desse modo, mesmo como hipótese, tamponando a condição paradoxal de todo sintoma na infância. Assim, foi preciso considerar esse paradoxo no início desse percurso sustentando que o sintoma é o modo do sujeito se legitimar em sua verdade diante de algo que

estaria por vir, definitivo e dramático: sua resolução psíquica. Frente a isso, é somente a tomada do todo da linguagem (todo incompleto) naquilo que a experiência da transferência permite como o lugar de aproximação ao sujeito que nela se constitui.

Mas, desde esse início, fazia-se notar, na fala de Cadu, um fundamento que o distinguia daquele pequeno que, diziam, não se comunicava.

Por essa constatação, é necessário saber o que é significante e o quê, de seu funcionamento, permite a distinção e, também, permite a Cadu fazer borda ao Real. Desse modo, considerando, nesta tese, a importância dessa definição, inicio com o significante no campo da Linguística e continuo com o que Lacan depreendeu sobre o funcionamento do significante, a partir da Linguística, em suas elaborações sobre o sujeito do inconsciente para articulá-lo como função significante e sua relação com a função causativa do objeto *a*. Das duas abordagens, a congruência se dá no aspecto distintivo entre os significantes na cadeia linguística.

3.1 O significante nascido no campo da Linguística

No *Curso de Linguística Geral* (1916/1995), Saussure estabelece os princípios da linguística estrutural definindo os aspectos de seu objeto de estudo, a língua. Essa língua é, primeiramente, definida como um sistema de signos compostos por significante (a forma/sema) e significado (ideia/conceito). Na sequência do *Curso*, esse sistema de signos passa a ser “[...] um sistema de valores puros [...]” (p.130), em que o funcionamento entre os elementos que compõem o signo passam a ter preponderância sobre esses mesmos elementos: é a relação de oposição em que a diferença é determinante. Essa diferença é positiva e produtiva e dela advém (como efeito e causa) o próprio sistema e, fundamental, ela ocorre no ‘entre’ elementos, no lugar em que um e outro estão separados, mas são juntados pela diferença. Por isso, o efeito é sempre outra coisa, porque faz o sistema caminhar em uma espécie de dialética entre significantes.

Ainda no *Curso*, no capítulo sobre a *Natureza do signo linguístico*, Saussure estabelece o aspecto de duplicidade desse elemento, coerente com a duplicidade da linguagem, que abordei no primeiro capítulo desta tese, discorrendo sobre a união de dois elementos, do significante (uma impressão acústica) e do significado, em que o primeiro é

arbitrário em relação ao segundo. Ou seja, essa relação não dependeria da vontade do falante, pois é uma convenção desse sistema em uso e sua ocorrência é uma extensão linear que permite a sucessividade desses elementos. Ao usar o termo impressão para definir o significante, Saussure mostra não se tratar do fonema, nem do morfema e nem da palavra. Mas, do efeito de língua sobre o falante e que interessará a Lacan. Assim sendo, pensar na relação da constituição do sujeito em relação ao significante é pensar nesse efeito de linguagem, em que uma impressão advinda da língua do Outro deixará uma inscrição no pequeno ser, em seu corpo.

3.1.1 A língua como valor

Ainda em suas elaborações sobre a natureza de seu objeto, a língua, ao tratar da questão da significação, Saussure (1916/1995) chama a atenção para o fato de que o signo linguístico não tem características intrínsecas que lhe dariam significado, conceito ou sentido. Saussure vai, no *Curso*, falar em valor do signo linguístico. Esse valor é determinado pela diferença entre os elementos da cadeia em sucessão e, também, determinado por um elemento que o antecede e um que o precede. Nessa relação, são necessários dois elementos (significantes) para ter efeito de um terceiro, no entre aquele que antecede e aquele que precede, pressupondo aí um vazio na cadeia para a ocorrência desse significante. Esse funcionamento instaura uma ausência nessa linearidade em que há a possibilidade de emergência de um outro significante, como efeito. Desse modo, existe a hiância na própria estrutura da língua e esta, como a parte formal da linguagem, contempla a dualidade da linguagem. Precisamente, nessas elaborações de Saussure, é possível ler que o que coloca a cadeia significante em funcionamento é o vazio instaurado pela oposição entre os significantes. Portanto, o vazio, é parte do sistema fechado da língua.

Não obstante, em seus *Escritos*, Saussure (2004) apresenta alguns aspectos a mais para o valor do signo linguístico. A saber, de acordo com suas palavras:

Nós não estabelecemos nenhuma diferença séria entre os termos *valor*, *sentido*, *significação*, *função* ou *emprego* de uma forma, nem mesmo com a *ideia* ou *conteúdo* de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto, é preciso reconhecer que *valor* exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma

forma não *significa*, mas *vale*: esse é o ponto cardeal. Ela *vale*, por conseguinte ela implica a existência de outros *valores*.

Ora, no momento em que se fala em *valores* em geral, em vez de se falar, ao acaso, do *valor* de uma forma (que depende absolutamente dos valores gerais), percebe-se que é a mesma coisa colocar-se no mundo dos signos ou no mundo das significações, que não há o menor limite definível entre o que as formas *valem* em virtude de sua diferença recíproca e material, e aquilo que elas *valem* em virtude do sentido que nós atribuímos a essas diferenças. É uma disputa de palavras. (SAUSSURE, 2004, p.30)

Nessas palavras do linguista, três pontos são fundamentais para a relação que empreendo entre linguagem da criança e a constituição do sujeito: primeiro, o termo *valor* para exprimir a significação na linguagem; segundo, a diferença implica a existência de outros valores que antecede determinado significante; e, terceiro, é uma *disputa de palavras*. E, novamente, todos esses pontos são perpassados pela ideia de que a relação que faz a língua funcionar é entre palavras e definida pela diferença de onde se tem um efeito.

O primeiro ponto é sobre o uso do termo *valor*. Nessa tese de Saussure, usar o termo *valor* para definir o que é um elemento linguístico – no caso, seu significante em relação ao significado –, é conferir importância indelével a esse elemento, de tal modo que o sistema não possa prescindir desse elemento. Trata-se, na linguagem, de fincar tal elemento nessa estrutura ressaltando sua função primordial no funcionamento da língua. Ou seja, sem determinado elemento teríamos outro sistema. Portanto, pode-se considerar esse valor distintivo em termos de uma qualidade desse elemento pensando no funcionamento da linguagem em seus vários níveis. Por exemplo, na sentença *Francisco é um grande homem*, em termos de sintaxe (posição que os elementos ocupam no eixo sintagmático) a simples substituição por inversão muda a relação nessa sentença e, desse modo, sua significação: *Francisco é um homem grande*, em que a palavra *homem* assume outro valor em relação a *grande* que o antecede e a *grande* que o precede. Assim, o significante passa a outro efeito de significação, sendo justamente essa determinação de um elemento sobre o outro que dá ao significante um lugar distintivo primordial quando sustento que o sujeito do inconsciente nasce na linguagem: esse é valor que dirá sobre o sujeito.

O segundo ponto a ser considerado, refere-se à diferença entre esses elementos que determinará o valor: é preciso a alteridade e a distinção para que seja possível ir de um ao outro, para que se instaure uma espécie de ausência nessa cadeia devido a esse desencontro.

E, por fim, o terceiro ponto que é sobre a *disputa das palavras*: de fato, o que se tem são as posições na linguagem a serem assumidas, a sobreposição de um sobre o outro

impediria a linguagem, a relação e a diferença, e assim, não há como dois elementos assumirem a mesma posição na cadeia. Essa disputa é uma disputa rigorosa no sentido que não se prescindiria da força de cada elemento distinto.

Conforme exposto, esses aspectos do *valor* de um elemento significante correspondem ao valor que se instaura nas relações entre esses significantes e seus pares na cadeia da língua e que estabelecem a natureza distintiva do significante. No próximo item, abordarei o fato de que essas relações são coerentes com a dualidade da língua, pois existem aquelas que ocorrem na estrutura da língua e as que se estabelecem com o que está além dessa estrutura.

3.1.2 As relações associativas e sintagmáticas

Mais uma vez, de acordo com Saussure (1916/1995; 2002) o fato semântico do signo linguístico comporta uma significação e um valor. Essa significação é resultado da relação entre os elementos que constituem o signo (significado/significante) e esse valor é tomado em relação aos outros signos do sistema.

Com base nisso, ao estabelecer o *valor* do signo linguístico, Saussure (1916/1995) fixa dois fatores como necessários para a existência desse valor: a dessemelhança e a semelhança e que mesmo fora da língua os valores estão regidos por esses fatores. Nessa circunstância, o importante é Saussure reconhecendo o valor distintivo como do campo da linguagem e que se refere à sua existência de um fora da língua. Segundo Saussure (1916/1995, p. 134), esses fatores determinantes do valor são:

- 1º por uma coisa dessemelhante, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar;
- 2º por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa.

Também, vale ressaltar que essas relações que determinam o valor do signo linguístico dependem das relações que existem no sistema e que são as relações associativas e as relações sintagmáticas, aquelas que se dão nos eixos paradigmáticos (*in absentia*) e sintagmáticos (*in praesentia*) da língua, respectivamente. Precisamente, as associações, por semelhança, no eixo paradigmático do sistema são conceituais ou sonoras do tipo significante/significante e

significante/significado. Por exemplo: o signo *gato* estabelece relações de semelhança de significado com outros elementos como *leão* e *lince* e, ainda, relações de semelhança sonora com elementos como *pato*, *tato* e *rato*. Essa semelhança é estabelecida de fora da língua, no discurso. De modo diferente, nas relações sintagmáticas os signos se relacionam na cadeia linear, por diferença ou oposição sonora e são as relações por dessemelhança. Como exemplo disso: *O meu coelho sumiu*, em que tomando o signo *coelho* e sua posição na cadeia (núcleo nominal) seu valor é estabelecido a partir da diferença entre *O meu* e *sumiu*, que o antecede e o precede, um determinante artigo, um termo nominal e o verbo, respectivamente.

Diante disso, pode-se constatar que nessas relações as trocas entre os elementos são fundamentais das quais decorrerão os funcionamentos metafóricos e metonímicos da língua como operações constitutivas da língua por semelhança e dessemelhança em substituições e continuidade nesse sistema de valor. De fato, são essas relações, sempre marcadas pela distinção, marcadas na linguagem da criança e naquilo que se tem de sua língua, que possibilitam acompanhar seu percurso constitutivo e suas amarrações sintomáticas com a língua. Por ora, é suficiente esse breve esclarecimento sobre essas relações, pois estas serão retomadas em referência ao funcionamento da língua de Cadu.

3.2 O significante a propósito da Psicanálise

O termo significante é presença constante nas elaborações de Jacques Lacan sobre o inconsciente e seu sujeito. Essa presença é levada a efeito no fato constitutivo de que esse *sujeito é o que um significante representa para outro significante*. Frente a isso, é necessário apreender o que Lacan diz quando diz significante, haja vista que o termo é deslocado do campo da Linguística. Sobre isso, Le Gaufey (2010), no capítulo “El significante como tal”, chama a atenção para o fato do termo “significante”, na obra de Jacques Lacan, manter certa opacidade e que essa opacidade se deve pelo deslocamento realizado por Lacan que o tira dos imperativos da ciência de Saussure e o coloca sobre os imperativos da ciência de Freud. Todavia, o significante da Linguística não perderá seu valor na problemática do sujeito do inconsciente, uma vez que lhe será conferido uma função na constituição do sujeito, porém não mais a única posição central nas construções que Lacan fará sobre o tema.

Assim, para essa apreensão, farei uma leitura de sete textos lacanianos recortando como o significante é tomado em cada um deles. A proposta não é buscar a linearidade na narrativa lacaniana, mas escandir os deslocamentos operados por Lacan em relação a esse termo. São os textos: *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, de 1957, o *Seminário, Livro 5, As formações do inconsciente*, de 1957-1958, o *Seminário, Livro 8, A transferência*, de 1960-1961, o *Seminário, Livro 9, A identificação*, de 1961-1962, o *Seminário, Livro 10*, de 1963-1964, *A Angústia*, o *Seminário, Livro 16, De um Outro ao outro*, de 1968-1969, e o *Seminário, Livro 20, mais ainda*, de 1972-1973.

Nesses textos é possível acompanhar quando a forma (a letra do simbólico, a imagem acústica) vai dando lugar a uma função³³ significante cujo efeito é o sujeito do inconsciente, estando essa função atrelada à falta como causativa do sujeito. Vale ressaltar, por tanto, que a questão do significante não se limita, na obra lacaniana, a esses textos e que fiz esse meu recorte fundamentada na relação língua e sujeito que venho realizando, ao longo deste texto.

3.2.1 O significante como a instância da letra no inconsciente

No texto de 1957, *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, Lacan (1957/1999, p. 498) discorre sobre “[...] a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente [...]” sustentando que o inconsciente não é a sede de instintos, mas de “letra” que, neste momento de seu ensino, ele designa como o “[...] suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem [...]” (*ibid*). Nesse texto, o significante é esse suporte material próximo às elaborações de Saussure, pois sua entrada na questão do significante é pela Linguística estrutural e que essa entrada na linguagem (Simbólico) se deu via o estruturalismo antropológico de Lévi-Strauss.

³³ A acepção do termo função é interessante. Sabemos que Lacan irá enfatizar a lógica da função na matemática, chegando a fórmulas (matemas, símbolos e, até mesmo, equações) para operar a natureza do psiquismo. Do latim *functione*, independente do campo discursivo, impõe o sentido de uma ação própria de algo. Na língua, se refere à relação entre forma e significado ou entre um sistema e seu contexto. De modo específico, entre significante e significado, entre língua e discurso. Na matemática, *função* apresenta, de modo geral, a correspondência entre o conjunto de domínios e os subconjuntos, de contradomínio, que obedecem às relações nesses domínios. O importante, me parece, é a ênfase na relação, em uma ação entre elementos que terá um efeito, sem uma significação que anteceda essa relação: é a lógica da função significante no psiquismo, em que é a relação, a articulação que terá efeito de sentido. Posteriormente, “função” dará lugar, na teoria lacaniana, à lógica do literal, sem significação. Mas, a lógica da significação como efeito não será prescindida, pois seria prescindir o sujeito de seu Simbólico lançando-o às impossibilidades do Real.

De modo específico, essa entrada é pelo *status* científico da Linguística simbolizado no algoritmo binário S/s (significante sobre significado) como Lacan apresenta: invertido em relação ao algoritmo saussuriano (significado/significante). Lacan (1957/1999, p. 501), mostra que é uma ilusão o significante ter que “[...] responder por sua existência a título de uma significação qualquer [...]”. Assim, Lacan aparta o significante do significado e coloca a diferença sexual em pauta, no lugar do significado na discussão que faz sobre os termos homens e mulheres. Nesse texto, isto é um importante passo para chegar ao sujeito como efeito de significante já que essa diferença instaura uma falta na estrutura, uma hiância que a barra no algoritmo viria tamponar. Porém, acontece que nesse corte instaura-se uma fenda na estrutura de linguagem.

Ainda nesse texto *Instância da Letra* (1957/1999, p. 504), Lacan apresenta certa “[...] função do significante [...]” cuja estrutura se caracteriza em ser articulado como elemento diferencial e submetido a uma ordem própria sustentando a impossibilidade de não se considerar o significante somente enquanto forma. Mesmo assim, significante continua como o que insiste na letra do inconsciente, encarnado nos fonemas que “[...] presentificam validamente aquilo a que chamamos letra, ou seja, a estrutura essencialmente localizada do significante [...]” (LACAN, 1957/1999, p.505).

Ao longo desse texto, essa “função significante” é ainda suprimida pela dimensão material desse significante dada pelos conhecimentos linguísticos e chamada de metonímia, uma “figura de estilo” que se sustenta no deslizamento entre os significantes impossibilitando a aderência de significação (neste ponto, a referência é explícita, também, aos trabalhos do linguista Roman Jakobson). Mas, além disso, esse significante é metáfora e ao falar da dimensão metafórica – do sentido – Lacan diz: “Ela brota entre dois significantes dos quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia [...]” (LACAN, 1957/1999, p.510), produzindo a “centelha poética” (*ibid*).

Ao tratar a letra do inconsciente, em sua leitura da *Interpretação dos sonhos*, de Freud, Lacan volta a firmar o significante como a instância do inconsciente (e do sonho) como a “[...] estrutura literante (em outras palavras, fonemática) [...]” (LACAN, 1957/1999, p.513). Articulando com a elaboração anterior, a condensação tem a “estrutura da superposição”, portanto da metáfora, e o deslocamento é o “transporte da significação” (*ibid*, p.515), a metonímia: são as leis do inconsciente dadas por Freud e mostradas por Lacan nas fórmulas da metáfora e da metonímia. Com essa formalização Lacan dá lugar ao sujeito do

inconsciente. Entretanto, esse lugar provisório é o lugar da transposição da barra, da passagem “[...] do significante para o significado [...]” (*ibid*, p. 519). Nesse ponto de seu texto, Lacan se detém na “função do sujeito”, ao “[...] lugar que ocupo como sujeito do significante, em relação ao que ocupo como sujeito do significado, será ele concêntrico ou excêntrico? Eis a questão” (*ibid*, p. 520). Diante disso, ao diferenciar o sujeito do *cogito* do sujeito do inconsciente e considerando a relação que vem fazendo entre significante e a letra do inconsciente, Lacan cunha a expressão “sujeito do significante” que é (existe) onde não pensa, portanto, no vazio. Com base na resposta que Freud dá à fobia do pequeno Hans, sintoma de sua questão edípica e constitutiva (“Lá de onde ele estava antes que o sujeito viesse ao mundo”), Lacan diz que “Trata-se aqui daquele ser que só aparece no lampejo de um instante vazio do verbo ser [...]” (*ibid*, p. 524).

Na sequência, Lacan retoma seu primeiro esboço de sujeito, o *eu* do estádio do espelho, imaginário e ainda reflexivo, para ir além, na direção da “[...] eminente falta-a-ser da qual Freud revelou o significante privilegiado [...]” (LACAN, 1957/1999, p.527) da “língua esquecida” da instância do sujeito, devendo existir lá onde *Isso* foi.

Nesse momento de seu ensino, ao tratar da estrutura do inconsciente, do significante e seu funcionamento, Lacan esboça o modo como esse significante determinará o sujeito do inconsciente delineando a intrínseca relação sujeito e significante e apontando para o lugar dessa existência como o lugar, na estrutura, destituído de significado, como uma fagulha que se destaca nessa cadeia.

3.2.2 O significante e as formações do inconsciente

No *Seminário, Livro 5, As formações do inconsciente* (1957-1958/1999), Lacan retoma o significante como a estrutura do inconsciente, dedicando cada aula às elaborações iniciadas no texto *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* (1957/1999) e que abordei no item anterior. Nesse seminário, a expressão “a função significante” é, por vezes, usada por Lacan dando a perceber que a matéria do inconsciente (o significante) não é uma forma por si e em si, mas tem uma função no homem, portanto, um efeito, pois o que interessa à Psicanálise está além das formas descritíveis da língua, posto que está onde o significante, articulado a outro significante, instaura um vazio nesse entre significantes

articulados e que, em alteridade, não podem ocupar o mesmo lugar na linguagem. Nesse momento, a função do significante é instaurar um vazio na estrutura, aquele corte cujo efeito é a possibilidade de haver sujeito do inconsciente.

Na continuação desse *Seminário*, na aula de 13 de novembro de 1957, tratando do *Fátuo-milionário* (essa personagem que nasce de um chiste), Lacan nos faz ver na análise dos termos *aterrado* e *terror*, alçadas a significantes, que *aterrado* contém um fonema que se encontra na palavra *terror* enfatizando a relação de “[...] significante a significante, da ligação do significante daqui com o significante dali [...]” (LACAN, 1957-1958/1999, p.37), dizendo de outro modo, segundo ele, “[...] é na relação de um significante com outro significante que vem gerar-se uma certa relação significante sobre significado [...]” (*ibid*, p.36).

Assim, é que ao começar a discorrer sobre a constituição do sujeito, na aula X – *Os três tempos do Édipo*, ele pergunta “O que é um sujeito?” (*ibid*, p.185) e a resposta deve ser construída com base nas elaborações do significante no inconsciente que vem ele realizando cujo princípio fundamental é “[...] o de que não há sujeito se não houver um significante que o funde [...]” (LACAN, 1957-1958/1999, p.193). Logo, a função do significante é fundar o sujeito do inconsciente, como sendo efeito de seu funcionamento distintivo.

No seguimento desse *Seminário*, *Isso que funda o sujeito do inconsciente* é relacionado com o traço na aula XIX – *O significante, a barra e o falo*, de 23 de abril de 1958, traço esse marcadamente atado ao lugar vazio, efeito da função significante. Nessa aula, Lacan enuncia que:

[...] Um traço é uma marca, não um significante. A gente sente, no entanto, que pode haver uma relação entre os dois, e, na verdade, o que chamamos de material significante sempre participa um pouco do caráter evanescente do traço. Essa até parece ser uma das condições da existência do material significante. No entanto, não é um significante. A marca do pé de Sexta-feira, que Robinson Crusoe descobre durante seu passeio pela ilha, não é um significante. Em contrapartida, supondo-se que ele, Robinson, por uma razão qualquer, apague esse traço, nisso se introduz claramente a dimensão do significante. A partir do momento em que é apagado, em que há algum sentido em apagá-lo, aquilo do qual existe um traço é manifestamente constituído como significado.

Se o significante, portanto, é um vazio, é por atestar uma presença passada. Inversamente, no que é significante, no significante plenamente desenvolvido que é a fala, há sempre uma passagem, isto é, algo que fica além de cada um dos elementos que são articulados, e que por natureza são fugazes, evanescentes. É essa passagem de um para o outro que constitui o essencial do que chamamos cadeia significante. (LACAN, 1957-1958/1999, p. 355)

Da relevância desse enunciado, ressalto que a função do significante é tanto de instaurar esse “vazio” como representá-lo, e ainda, de significar o que é apagado e que existe como apagado em que o essencial é o entre significantes da cadeia: o vazio como o lugar do sujeito. Além disso, esse traço, anterior ao significante, é o que faz cair do sujeito aquilo que lhe causa.

3.2.3 O significante não é o signo

Dando continuidade a essa narrativa sobre o significante na Psicanálise, trago, agora, o *Seminário, Livro 8, A Transferência* (1960-1961/1992), quando Lacan diz que a função do significante é representar o sujeito para outro significante, marcando a entrada em cena do termo representação, pois a função do significante é representar o ser que existe no vazio instaurado pelo traço destituído de significação. Nesse *Seminário*, ao dizer do sujeito como essa existência em um lugar vazio destituído de sentido *a priori* como o que é representado por significantes, Lacan se distancia da ênfase dada às formas significantes apreensíveis em unidades fonêmicas.

O significante para Lacan é, agora, o efeito, o que faz corte para a emergência do sujeito do desejo. Assim, abrindo-se para a incompletude, para o vazio como o primordial na linguagem, é que o significante que interessa à Psicanálise se diferencia do significante que interessa à Linguística que responde por uma completude na cadeia linguística.

Exatamente o que Lacan faz é diferenciar signo de significante e, tomando a definição de signo de Pierce (na teoria geral dos signos), ele, também falando do analista (e de seu desejo), esclarece que este “[...] Só pode lhe fazer um signo. *Aquilo que representa alguma coisa para alguém, esta é a definição do signo.*” (LACAN, 1960-1961/1992, p.232 – Grifo meu).

O fato é que dessa noção de signo que Lacan chegará ao *significante como o que representa o sujeito para outro significante* [*sujeito é aquilo que um significante representa para outro significante*]. Ora, há uma determinação nesse aforismo: o significante como o que representa o sujeito e o sujeito como o que é representado. Esse paralelismo sintático permite

ver que a questão do sujeito do inconsciente é uma questão sobre si mesmo, sendo o *produzir-se* ao qual Lacan fará menção no *Seminário, Livro 11*, de 1964³⁴.

Ao debruçar-se sobre esse caminho – do signo ao significante –, Lacan esclarece que:

[...] o significante não consiste simplesmente em fazer signo *para* alguém, mas, no mesmo momento da mola significante, da instância significante, fazer signo *de* alguém – fazer com que o alguém para quem o sujeito designa alguma coisa, este signo o assimile, que o alguém se torne, ele também, este significante. (LACAN, 1960-1961/1992, p.258)

Desse modo, ser representado por um significante para outro significante torna o sujeito do inconsciente efeito do significante na medida em que este representa alguém instaurando a possibilidade de haver um sujeito inapreensível nas formas da língua.

3.2.4 O significante é pura diferença

Assim, é que chego ao *Seminário, Livro 9, A identificação* (1961-1962) e à tomada lacaniana do significante alçada a uma função de representar o sujeito para outro significante.

Nesse *Seminário*, na Lição IV, de 6 de dezembro de 1961, Lacan trata do fato de que a identificação não é fazer um pelas vias de uma referência imaginária, mas do “[...] fundamento do que somos como sujeitos [...]” (LACAN, 1961-1962, p.53). Essa problemática do sujeito é articulada ao estatuto do significante, à função e valor do significante. Para ele, “[...] é do efeito do significante que surge o sujeito como tal [...]” (*ibid*, p.54), havendo algo que se articula antes desses efeitos. Diante disso, e retomando a relação significante e traço já apresentada no *Seminário, Livro 5*, e aqui citada, Lacan diz que traço e o rastro do traço (o significante) formam uma cadeia e “[...] que é entre as duas extremidades da cadeia que o sujeito pode surgir, e em nenhum outro lugar [...]” (*ibid*). Lacan questiona a identificação como efeito de uma suposta igualdade do tipo *A é A*, direcionando a questão para a diferença como o primordial do sujeito e que o significante tem o efeito de sujeito por não ser *idêntico a si mesmo*, por ser *pura diferença* e, também, por não ser uma distinção qualitativa (como é o

³⁴ Ver capítulo anterior.

significante de Saussure) porque o sujeito do inconsciente não tem qualidades: ele é um sujeito desqualificado.

Nessa aula, um momento fundamental na visada lacaniana sobre o significante é o de reconhecimento do valor, da distinção entre significantes que Lacan lê, novamente, em Saussure e que conhecemos como a teoria do valor:

[...] o ponto em que está dito que A, como significante, não pode, de nenhuma maneira, se definir senão como não sendo o que são os outros significantes. Do fato de ele não poder se definir senão justamente por não ser todos os outros significantes, depende dessa dimensão, igualmente verdadeira, de que ele não poderia ser ele mesmo. (LACAN, 1961/1962, p.57)

Desse modo, A não pode ser A e Lacan, continuando, se pergunta: “O que é um significante?” (LACAN, 1961-1962, p.57), e que ele mesmo responde mantendo a diferença com o signo, tomando a letra como suporte do significante e depreendendo “[...] a essência do significante [...]” (*ibid*, p.58) como o *traço unário* e não um traço único, mas como um “[...] conjunto de traços, como uma linha de bastões [...]” (*ibid*, p.59) em que não há traços semelhantes e nem idênticos, mas definidos em termos de diferença em estado puro e não em termos de diferenças qualitativas e que compõem esse conjunto como uma cadeia linear.

Depois disso, o traço (e seu valor distintivo) é de modo primoroso esboçado por Lacan a partir da “costela de um mamífero”. Ele, então, conta de sua experiência em um museu que acabara de visitar:

[...] inclinando por sobre uma dessas vitrines vejo, sobre uma costela fina, evidentemente a costela de um mamífero – não sei bem qual, e não sei se alguém saberá melhor do que eu – do gênero cabrito montês, uma série de pequenos bastões, dois primeiramente, logo um pequeno intervalo, depois como cinco, e depois recomeçando. (LACAN, 1961/1962, p.60)

É dessa magnífica cadeia de traço unário destituída de qualquer significação que Lacan depreende a função significante de representar a “[...] diferença em estado bruto [...]”, pois não há semelhança entre os traços feitos na costela do mamífero. À vista disso, a função do significante é instaurar a diferença no real, fazendo corte, abrindo o lugar do vazio na cadeia como o lugar do sujeito existir. Também, representar um sujeito para outro significante é dizer de uma diferença, da alteridade constitutiva e não de uma significação em que o

sujeito seria um conceito atrelado a um significante. Dessa sequência narrada por Lacan, alguns aspectos do sujeito do inconsciente são inferidos: ser indeterminado, pois não se sabe bem qual é o ser representado; uma seriação de traços instaurando a cadeia significante (S1 e S2); a hiância (pequeno intervalo); depois outra seriação, e assim caminha o sujeito nessa representação na linguagem.

Desse modo, cabe ao significante a função de manifestar a presença da pura diferença, a presença do não sentido. Ainda retomando o signo como o que representa algo para alguém e suporte para o significante cuja função de marcar a diferença se revela na repetição e nos ‘apagamentos’ de sentido, Lacan afirma que: “O significante, ao contrário do signo, não é o que representa alguma coisa para alguém, é o que representa, precisamente, o sujeito para outro significante.” (LACAN, 1961/1962, p.65). De fato, ser pura diferença confere ao sujeito do inconsciente estatuto de singular, daquilo que não se repete como um mesmo, mas somente se repete como diferença.

Com base nisso que Lacan elaborou nessa aula de 06 de dezembro de 1961, e diante do significante e sua seriação em cadeia, duas questões se impõem: primeira questão, o que coloca essa cadeia em funcionamento instaurando o devir do sujeito? E, segunda questão: a falta se articula a quê nessa história de que um significante representa o sujeito para outro significante?

Essas questões entram em pauta no *Seminário, Livro 10, A Angústia* (1962-1964/2005). Ao abordar a estrutura da angústia, a proposta de Lacan é discorrer sobre certa função de causa como *status* do objeto nomeado *a* (letra da álgebra que tem função de permitir reconhecer diferentes incidências para esse objeto já perdido e deixado para trás) e sobre a função da angústia na rede de significantes. Afinal, é preciso compreender onde se localiza a angústia na rede de significantes que, de modo paradoxal, possibilita o devir do sujeito, coloca em circuito pulsional essa rede de significantes.

Lacan, nesse *Seminário*, determina o estatuto do objeto *a* como objeto efeito da divisão como seu resto sempre faltoso causando furo na linguagem, na rede de significantes. Esse vazio é o lugar da angústia, da falta. Desse modo, somente é possível considerar o sujeito como efeito de significantes, melhor dizendo, efeito dessa rede de significantes, a partir dessa falta, dessa hiância que faz furo na linguagem causado pela perda daquilo do sujeito deixado pra trás (causando gozo) e que o pulsional para mais adiante (causando desejo). Nessa rede, o sujeito se desloca em suas amarrações e cifrações pela linguagem e pelo que nela se realiza fazendo borda ao que fica de fora, do Real. Isto é, também é possível que a função

significante seja uma função de borda, de contorno ao Real e, esse Real causa o furo no Simbólico, precisamente o *entre* significantes de onde escapa a centelha poética.

Contudo, instaurada essa hiância causativa pela perda do dito objeto *a* na divisão do sujeito pela linguagem, como principia essa rede de significantes? Importante que não se trata de um começo e um fim, mas de um movimento sobre si mesmo, sem avesso ou direito: mas, de um retorno paradoxal em direção ao gozo permutado com os objetos parciais da pulsão como a voz e a repetição na fala da criança, esta resultante da amarração entre língua e repetição em seu percurso constitutivo. Vejamos o que diz Lacan, e que também contribui para minha hipótese:

[...] só há aparecimento concebível de um sujeito como tal a partir da introdução primária de um significante, e do significante mais simples, aquele que é chamado de traço unário.

O traço unário é anterior ao sujeito. *No princípio era o verbo* quer dizer *No princípio é o traço unário*. Tudo que é possível de ser ensinado deve conservar a marca de *initium* ultra-simples. Essa é a única coisa que pode justificar, a nosso ver, o ideal de simplicidade.

Simplex, singularidade do traço, é isso que introduzimos no real, queira o real ou não. Uma coisa é certa: é que isso entra, e que já se encontrou nisso antes de nós. Já é por esse caminho que todos esses sujeitos que dialogam há alguns séculos, afinal, têm que se arranjar como podem com uma certa condição: a de que, justamente, entre eles e o real, existe o campo do significante, porque foi a partir desse aparelho do traço unário que eles se constituíram como sujeitos. Como haveríamos de nos admirar por encontrar sua marca no que constitui nosso campo, se nosso campo é o do sujeito? (LACAN, 1962-1963[2005], p. 31 – Itálicos do autor).

Conforme Lacan, dessa forma o traço é apagado, por isso deixa furo: nada fica em seu lugar e é o que faz o corte deixando caído o objeto causa do desejo, e objeto do gozo. Nisso, se faz ver que a causa do sujeito apresenta-se como vazio na rede de significantes que o direciona para o Outro, campo da linguagem. Na linguagem, o sujeito somente se presentifica quando há o apagamento, o vazio, o entre significantes que representam entre si um sujeito: é do significante Um a ser interrogado como causa³⁵.

Sobre essa relação entre objeto *a*, a rede de significantes e o primeiro traço como aquele que não será recuperado, Lacan (1962-1963/2005, p.75) esclarece, nesse momento, que se há um sujeito falante, há um sujeito como causa e a “[...] a causa original é a causa de traço que se apresenta como vazio, que quer fazer-se passar por um falso traço [...]”. Nesse

³⁵ Vale esclarecer que Lacan (1962-1963/2005) diz não haver falta no Real (este é o não-realizado que fica fora da linguagem), mas essa falta somente é apreensível por intermédio do Simbólico, fazendo borda a esse Real.

sentido, dirigindo-se ao Outro e levando em conta o não-sabido do Outro em jogo, o significante somente revela o sujeito apagando seu traço: “No início, portanto, existe um *a*, o objeto da caça, e um *A*, no intervalo entre os quais aparece o sujeito *S*, com o nascimento do significante, mas como barrado, como não-sabido” (*ibid*). Consequentemente, o destino do sujeito será sempre reconquistar esse não-sabido original.

Porém, não se pode esquecer que esse objeto que somente é causa por se tê-lo perdido (*Ele não é sem tê-lo*) é o resto da entrada do significante no Real, é o nascimento do sujeito do inconsciente, considerando o que permite que esse significante se encarne: “O que lhe permite isso é, primeiro, o que temos aí para nos tornar presentes uns aos outros – nosso corpo [...]”, esclarece Lacan (*ibid*). Decorre daí, que é o corpo atravessado pela linguagem, o corpo do sujeito em constituição, o lugar das inscrições significantes advindas do Outro.

Assim, a cadeia significativa que contempla o furo da linguagem, via pela qual a Psicanálise trabalha, estará em pauta sempre no modo como o sujeito se desloca e avança em direção a isso que foi perdido.

Em relação a essa via pela qual a Psicanálise trabalha, Lacan (1968-1969/2008), ao iniciar seu *Seminário 16, De um Outro ao outro*, escreve o que deve estar na palma da mão do psicanalista: *A essência da teoria psicanalítica é um discurso sem fala*. Nessa contrapartida ao comum da prática psicanalítica, trata-se, para a Psicanálise, da função do discurso, do mais-de-gozar em torno do qual gira a definição do objeto *a*: a renúncia ao gozo dá lugar ao objeto faltoso, de acordo com o autor. Das várias implicações dessa sentença escrita por Lacan, para o campo psicanalítico, resalto a definição, por ele enunciada, de que o *significante é aquilo que representa um sujeito para outro significante*, e que não é na fala que temos esse significante, já que ele não se representa, pois é uma função significativa e não de uma forma significativa, e que as diferentes unidades da língua e da linguagem podem vir a ter essa função de corte, de instaurar essa falta constitutiva. Sobre isso, Lacan (1968-1969/2008, p. 21) esclarece:

Observem bem que, quando falo do significante, falo de algo opaco. Quando digo que é preciso definir o significante como aquilo que representa um sujeito para outro significante, isso significa que ninguém saberá nada dele, exceto outro significante. E o outro significante não tem cabeça, é um significante. O sujeito aí, é sufocado, apagado, no instante mesmo em que aparece. Como é que alguma coisa desse sujeito que desaparece por ser o que surge, que é produzido por um significante para se apagar prontamente em outro, pode se constituir e, no fim, fazer-se tomar por um *Selbstbewusstsein*, isto é, por algo que se satisfaz por se idêntico a si mesmo? É justamente isso que se trata de examinar agora.

O sujeito, seja qual for a forma em que se produza em sua presença, não pode reunir-se em seu representante de significante sem que se produza, na identidade, uma perda, propriamente chamada de objeto *a*. É isso que é designado pela teoria freudiana concernente à repetição. Assim, nada é identificável dessa alguma coisa que é o recurso ao gozo, um recurso no qual, em virtude do sinal, uma outra coisa surge no lugar do gozo, ou seja, o traço que o marca. Nada pode produzir-se aí sem que um objeto seja perdido.

De acordo com esse esclarecimento de Lacan, para se constituir o sujeito do inconsciente é preciso que o corte dessa função significante exercida pela estrutura da linguagem instaure a falta, que algo seja perdido desse sujeito representado, o objeto *a*. Nesse ponto, o conceito de infância elaborado por Agamben (2008) tem lugar na hiância da linguagem, entre a língua e o discurso. Também, é fundamental não perder de vista essa função significante na clínica com a criança e sua linguagem: não se trata das formas fonológicas, das palavras, da letra, e da fala, mas do manejo da linguagem da criança cujos elementos estruturais (da língua e do discurso) possam ter efeito de significante, um ato de linguagem, uma brincadeira, uma entonação, uma cantiga, uma palavra, o olhar do outro, o toque, o diálogo, a fala e seus signos, os traços de um desenho, o movimento de um objeto, de um brinquedo, o discurso parental. Enfim, de tudo o que pode ser nomeado como o discurso, a enunciação (linguagem como ato entre dois na transferência³⁶) nessa clínica pode ter efeito sobre a criança, organismo vivo e simbólico, sujeito em constituição. Também, o funcionamento distintivo dos significantes da língua operada pela criança em sua fala pode instaurar uma possibilidade de tratamento dando sua direção na transferência.

Desse ponto em diante, Lacan vai mais além ainda com a proposição de *lalangue* e do Real: mas qual a relação significante, lalíngua e Real?

Em sua homenagem *A Jakobson*, Lacan (1972-1973/1985, p.25) argumenta que a relação da linguagem com a fundação do sujeito não é da Linguística, mas do que ele chamou de linguisteria e “[...] dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não é do campo da linguística”. A distância entre as duas é que a linguisteria fala de gozo (do Outro e do sujeito). Mais adiante, na sequência da aula de 19 de dezembro de 1972, na página 29, Lacan se pergunta “O que é um significante?” com o objetivo de estruturá-lo em termos topológicos. Segundo ele: “[...] O significante é primeiro aquilo que tem efeito de

³⁶ Um contraponto à enunciação de Benveniste (1989) como ato individual da língua em uso. Para Benveniste é esse ato que instaura o *Tu* da enunciação. Para a enunciação na Psicanálise, devemos lembrar que o campo da linguagem (o Outro) pré-existe ao sujeito que se enuncia. Aliás, é esse campo que instaura esse sujeito do inconsciente, pelo corte de linguagem que se opera no imaginário que até então prevalece sobre o real desse organismo vivo e não se trata de exterioridade, como algumas teorias do discurso abordam o exterior e a língua.

significante, e importa não elidir que, entre os dois, há algo barrado a atravessar”. Lacan sustenta que esse significante não pode se limitar ao seu suporte fonemático como propõe a fonologia em que o significante encarnaria nos fonemas. Ele se pergunta novamente: “[...] O que é um significante?” O realce de Lacan é sobre o *um* nessa sentença interrogativa, artigo indeterminado que dá ao substantivo *significante* uma natureza de coletivizado, um termo que pode abranger muitas coisas – um significante pode ser muita coisa com função de significante, de corte.

Dessa forma, abre-se o leque de significância e que se trata de efeitos de significado e o significante é o que tem efeito de significado e isto parece (retomando o arbitrário de Saussure) que não concerne com o que os causa. Mas, o que causa tem relação com o Real, com aquilo para fora da linguagem e que não se sabe. Diante disso, a proposição não é mais interrogar o que é esse *Um significante* e nem determiná-lo na coletividade: “[...] Na verdade, veremos que é preciso reverter e, em lugar de um significante que interrogamos, interrogar o significante *Um [...]*” (LACAN, 1972-1973/1985, p.31), aquele significante que deixará o traço unário no vazio que instaura a cadeia. O que interessa nessa relação significante e significado é o que o significado *rateia*, melhor dizendo, no que em seu limite, ele falha, pois um significante pode significar qualquer coisa e, por isso ser *substância gozante* que marca o corpo do *falasser* instaurando sua divisão primordial.

Na tentativa de acompanhar as elaborações de Lacan sobre o significante busquei depreender alguns aspectos do significante na máxima *O sujeito é o que um significante representa para outro significante* que instaura, na Psicanálise, a lei simbólica que nos antecede como causa do sujeito do inconsciente. Sobre isso, alguns aspectos merecem destaque, na sequência.

Um primeiro aspecto concerne ao fato de que não se trata, para Lacan, do significante da Linguística, aquele unido a um significado, mas de um significante pensado junto ao sujeito do inconsciente implicando a falta como constitutiva dessa estrutura e esclarecendo que sujeito, então, não pode ser tomado em termos de significado ou significação.

O segundo aspecto do significante é sua tomada como uma função significante, função de instaurar a falta, o vazio de sentido na cadeia de linguagem onde o *Isso* pode advir. Desse modo, o significante para a Psicanálise é o que tem efeito de corte, de ruptura: um fonema, uma letra, um gesto, um discurso. Tudo, no campo da linguagem, que representa ‘alguém’ justamente no lugar do vazio e pode, até mesmo, marcar o corpo tornando-o gozante.

O terceiro aspecto, decorrente do segundo, é que instaurar o corte é efeito da condição significante de ser pura *diferença*, pois no inconsciente não há significado, caso houvesse não haveria o conflito psíquico determinante da condição humana.

Um quarto aspecto mostra que a rede de significantes funciona a partir de um objeto causa do sujeito por ter sido perdido, nas inscrições de traços apagados no corpo do ser. Assim, o percurso do sujeito nessa rede de significantes, no campo da linguagem, está fadado a um avanço em direção a um encontro destinado ao fracasso, ao que foi perdido. Diante disso, resta ao sujeito inventar seus modos de tentar reconquistar essa perda e enfrentar seu fracasso e, nessa amarração, uma aproximação possível a lalíngua, por supor haver lalíngua é ser sujeito do inconsciente.

Por fim, valeria ressaltar que em minha leitura dos textos de Lacan depreendo o elemento estrutural significante como aquele que nomeia pela distinção o sujeito do inconsciente como uma *centelha poética*, um lampejo, efeito da incompletude da linguagem que se presentificará nos enodamentos estruturais do sujeito em constituição, apreendido no funcionamento distintivo dos significantes que fazem esse enodamento.

3.3 Retomando a Saussure via Lacan

Considerando que a ênfase desta tese recai sobre o sujeito em constituição, é com a visada de Jacques Lacan sobre a língua que caminho nesta investida. Entretanto, os aspectos fundamentais elaborados por Saussure não se perdem: a distinção entre significantes, o encadeamento e o arbitrário do signo linguístico. Ou seja, tudo que está em jogo na língua como um sistema de oposição, ressaltando que enquanto os termos “estrutura” e “significante” se inscreverem no discurso psicanalítico, faz se ver, aí, o legado do linguista genebrino Ferdinand de Saussure. Mas, vale ir além justamente nesse aspecto da diferença e tomar a oposição entre significantes como pura e não mais apenas como qualitativa.

De fato, a meu ver, é mesmo esse aspecto distintivo como ressaltado por Jacques Lacan que merece destaque nos Estudos Linguísticos atrelados a uma certa subjetividade e, lembrando Lacan, no texto *Televisão* (1973/2003), também é preciso que a Linguística não seja um saber inútil diante da hipótese do inconsciente.

Desse modo, a Linguística e seus Estudos deveriam lançar seu olhar para a realização dessa diferença pura nos acontecimentos de linguagem, pois é isto a singularidade entendida na direção do inconsciente. Entretanto, fazer isso tem um preço e começa por se fazer cair as certezas antecipadas e a se sustentar pela dúvida, de início. Mais ainda, é preciso reconhecer que a língua (e a linguagem) não é toda; é preciso reconhecer a impossibilidade de generalizar e de aplicar o que se produz nos estudos linguísticos, pois algo vai sempre restar ficando de fora; é preciso também, reconhecer que a questão da subjetividade na linguagem, articulada à lógica descontínua do inconsciente, somente pode ser tomada nos pontos em que se inscreve essa diferença pura, mas que pode, de modo inconsistente, muitas vezes se definir por aquilo que justamente não se realizou deixando efeitos dessa falha em determinado acontecimento de linguagem.

Diante disso, é na inscrição de um elemento distinto a possibilidade de encontro entre o significante de Saussure e o de Lacan. Mas, isto não é simples. A Linguística, ao tratar do singular tanto em termos estruturais como discursivos, de fato está abordando a questão do particular, daquilo do sujeito que pode ser apreendido na linguagem, como ocorre no sintoma. A lógica singular é aquela em que se aborda a questão sempre em termos de seus efeitos de deslocamentos e que chega sempre pelo inesperado e indeterminado. Estabelecendo-se uma qualidade qualquer anterior ao efeito, não se trata mais do singular. Todavia, para a Linguística e seus estudos é possível prescindir desse singular, dessa diferença como pura e trabalhar na lógica de uma diferença qualitativa, bastando definir o ponto de vista sobre seu objeto e, dessa forma, não tomá-lo pela lógica do inconsciente. Mas, por outro, para a Psicanálise na proposição de um inconsciente estruturado como uma linguagem e seu sujeito do inconsciente (de desejo e de gozo), não é possível essa escolha, abrir mão da diferença pura inscrita na linguagem, pois isso é distanciar de um Simbólico capaz de suportar o furo do Real.

CAPÍTULO 4

A AMARRAÇÃO SINTHOMÁTICA NOS PARADOXOS DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Levei muito tempo para compreender de onde viera. O príncipezinho, que fazia milhares de perguntas não parecia sequer escutar as minhas. Palavras pronunciadas ao acaso e que foram, pouco a pouco, revelando tudo. [...]
(SAINT-EXUPÉRY, 2005)

O percurso de constituição do sujeito do inconsciente é paradoxal. Com base nessa premissa, minha proposição é do paradoxal como contraditório e inconsistente em contraponto à exatidão psicopatológica que áreas como a psiquiatria e psicologia sustentam nos diagnósticos feitos na infância. A contradição se efetivaria no que suponho ser a amarração sinthomática como momento da criança frente à sua resolução estrutural.

Na clínica psicanalítica, por vezes, a criança transita, pela transferência, numa espécie de entre estruturas opositivas: como pode a criança invocar um Outro em determinado ponto e em outro não responder à invocação desse Outro? Como uma criança não se reconhece como imago, mas em outro momento é capaz de responder pelo afeto ao seu semelhante? Esses são os paradoxos de Cadu enfrentando seu drama constitutivo nas vias do autismo em que a psicose entra como o primordial nesse enfrentamento. Esse paradoxo pode ser considerado como a marca Real e que só se compreende em seus efeitos sobre o Simbólico e, também, sobre o corpo da criança.

Na infância, é comum um não limite entre os chamados quadros clínicos, o que justifica a prevalência de um diagnóstico transferencial/estrutural, necessariamente vinculado ao modo da criança fazer laço social e que ao tipo de laço estabelece com seus pares.

Assim, a proposta é dar à língua da criança estatuto de sinthoma na proposição de Jacques Lacan: como um quarto elemento com função de quarto nó amarrando Real, Simbólico e Imaginário frente aos impasses do sujeito nas primeiras operações de construção do psiquismo. Frente a isso, o paradoxo na constituição estrutural se ratifica no fato de que para as crianças em vias de autismo a linguagem e suas manifestações como a fala não teriam função simbólica e nem imaginária, assim como a estrutura da língua não teria função constitutiva. Portanto, a hipótese é a de que a língua de Cadu tem função de sinthoma sendo a

amarração sinthomática sua experiência com a linguagem. Vale ressaltar, contudo, que não é sinthoma, mas sempre função de sinthoma instituída pelo funcionamento distintivo da articulação significante. Essa amarração poderá ganhar estatuto de sinthoma em sua definição estrutural.

Nos paradoxos da constituição de Cadu, os impasses subjetivos em sua linguagem integram a amarração sinthomática (psicótica e autista), o modo de enfrentamento de seu possível fechamento autístico: ele vai se recusando ao Um solitário e, desse modo, se enodando na linguagem. Nessa linguagem, é a insistência estrutural da língua de Cadu que tem essa função de quarto elemento, função de fazer furo na queixa imaginária “***Ele não se comunica***”.

Com a criança não é possível se prescindir da lógica significante (Simbólico) e nem da lógica da impossibilidade (do Real), de efeito e da causa do sujeito, pois para efetivar-se o sujeito do inconsciente precisa dessa dupla causação. Na clínica com o pequeno Cadu, foi possível ver – fazer compreender – que os significantes de sua língua fazem furo no que é maciço, ou seja, Cadu insiste em ser sujeito do inconsciente (sujeito de desejo e sujeito de gozo).

Para sustentar meu ponto de vista sobre os paradoxos constitutivos do percurso estrutural de Cadu, apresento, na sequência deste texto, minha leitura da proposta psicanalítica sobre essa questão.

Na lógica da estrutura, a articulação entre os elementos para constituir o sujeito do inconsciente, tanto os significantes como os elementos do enodamento borromeamo, conforme a proposição de Jacques Lacan, no *Seminário, Livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica*, não é a mesma no adulto e na criança, como posso inferir com base em sua exposição sobre a psicose e, que é a seguinte:

[...] Durante décadas, recusava-se a pensar que pudesse haver na criança verdadeiras psicoses – procurava-se vincular os fenômenos a certas condições orgânicas. A psicose não é estrutural, de jeito nenhum, da mesma maneira na criança e no adulto. Se falamos legitimamente de psicoses na criança, é porque, como analistas, podemos dar uma passo além dos outros na concepção da psicose. (LACAN, 1985, p. 134-135 – Grifo nosso).

Isso que foi dito por Lacan, confere à condição estrutural da criança alguns dos aspectos da condição do adulto e que são os significantes que remetem a outros significantes pela diferença cujas relações determinam as posições desses significantes nessa estrutura, que em como efeito o sujeito do inconsciente. Mas, também aponta para uma diferenciação

primordial para a questão estrutural do psiquismo: sobre a criança, o sujeito de que se trata está em constituição. As implicações disso tanto para a clínica quanto para as teorizações sobre o tema não podem ser ignoradas e, o mais importante, é o fato de que na constituição estrutural do sujeito os conceitos envolvidos nesse processo devem ser pensados em termos de mudança, movimento e nos modos como o sujeito vai se amarrando, porque não há um *a priori* e nem um *a posteriori* quando a questão é o sujeito em constituição, pois, conforme VORCARO e CAPANEMA (2010, p.496): “Determinar as propriedades específicas do processo de estruturação que qualificam a condição de criança é estatuto balizador ao que permite, ou não, sua clínica.”

Assim, é uma leitura sincrônica dessa estrutura, do instante, porém é preciso esclarecer que isso não excluiu a diacronia. Ao contrário, o percurso, em sua continuidade vai sendo construído por esses instantes sincrônicos. Além disso, em termos diacrônicos, por vezes, é a fundação de um mito sobre a criança que consiste na invenção de seu lugar no campo da linguagem.

Inicialmente, sobre estrutura, é preciso definir o que é estrutura para Jacques Lacan. Este, ao supor um inconsciente estruturado *como* uma linguagem se refere ao modo desse inconsciente funcionar, ao modo como os traços, letras, imagens e afetos se organizam. Como foi exposto no capítulo sobre o significante, é o funcionamento pela distinção pura desse elemento mínimo na cadeia de significantes que terá efeito de sujeito do inconsciente e, desse efeito, a divisão que implica na falta causativa.

Nas elaborações que vai fazendo sobre a temática do inconsciente e da linguagem, segundo Milner (2003), o foco de Lacan é nas propriedades de estrutura da linguagem³⁷. O que é essa estrutura? Conforme Milner, é o sistema de linguagem com propriedades mínimas, definido como a língua constituída pelo signo formado pela relação distintiva entre significante e significado e essas propriedades mínimas ascendem do território de lalíngua.

No entanto, Lacan, ainda conforme Milner (2003), interessa-se não pela forma das unidades mínimas, mas pelo funcionamento na cadeia significante de um elemento em

³⁷ Milner (2003, p. 146) faz uma interessante leitura sobre a tomada lacaniana do significante, deslocado do campo da Linguística. Segundo ele, se trataria de uma noção antilinguística: “[...] Para ser aún más precisos, si el nombre de lingüístico designa em um sistema de lenguaje aquello que lo distingue de cualquier outro sistema posible, entonces lós nombres de estructura e cadena designan, em um sistema semejante, aquello que justamente no es pasible de lo lingüístico en especificidad; en particular, el nombre significante, tomado en el sentido indicado supra, designaria ló que em un elemento lingüístico no es pasible de ló lingüístico em especificidad. En este sentido, las nociones de estructura, cadena, significante, son propriamente antilingüísticas y no se las puede articular con precisión más apartándose de la lingüística efectiva.” Desse modo, é o que escapa à Linguística que estrutura o inconsciente da Psicanálise, o distinto do significante, como propriedade antilinguística.

específico: o próprio significante, aquele elemento antilinguístico por ser destacado do significado, desconstruindo o signo linguístico. Desse modo, o inconsciente não tem a língua da Linguística, mas é estruturado, funciona como a linguagem que comporta esse elemento distintivo. Com isso, Lacan fará da estrutura do inconsciente o funcionamento da letra (literal) matematizando esse funcionamento em que a função do fonema, rompendo a cadeia, se aproximaria desse funcionamento inconsciente.

Ainda assim, pode-se inferir que o interesse pelo efeito de corte das unidades mínimas por Lacan, como se vê na instância da letra no inconsciente, será lançado às várias unidades de linguagem que teriam esse efeito de instaurar o vazio. Isso se deve ao fato de que o sujeito se constitui em um campo de linguagem que lhe é ao mesmo tempo (lógico e topológico), externo e interno a ele: paradoxo do sujeito, em que sua exclusão é interna, existindo uma falta que lhe constitui, portanto, que lhe é interna. Por conseguinte, em termos de constituição, o sujeito do inconsciente nasce no campo da linguagem, mas se efetiva na paradoxal relação entre esse campo e o que lhe é excludente, o que lhe falta.

Novamente com Milner (2003), essa exclusão interna tem seu funcionamento em termos de relações sintagmáticas e paradigmáticas. Porém, o autor é preciso ao esclarecer que “[...] lo paradigmático no es otra cosa que lo sintagmático, pero es lo sintagmático *posible*. En Lacan, es lo sintagmático *actual*. [...]” (MILNER, 2003, p.159 – Itálicos do autor) ³⁸. Desse modo, esse funcionamento mínimo – e o que nele falha – são as propriedades da estruturação psíquica da criança, considerando que o sujeito falante é sujeito do inconsciente porque há momentos em que a fala fracassa em sua função, porque o *Isso* fala. Esse paradigmático como sintagma atualizado é o percurso do sujeito em constituição, é a sincronia, o corte em jogo na diacronia.

Da mesma forma que esses esclarecimentos sobre estrutura, também é importante delimitar o que é estruturação e constituição. Nesse sentido, conjecturar sobre estruturação psíquica é considerar a estrutura desse psiquismo estabelecida pelas inscrições advindas do campo da linguagem, supor esse campo da linguagem (o Outro tesouro de significantes) e considerar o organismo vivo que estabelece a necessidade de se responder às possibilidades maturacionais da criança, porque toda criança tem um corpo que precisa ser atravessado pela linguagem e cuidado pelo semelhante, pois é imaturo.

Esses aspectos mencionados funcionam em um tempo lógico de constituição: aquele tempo que o sujeito percorre – no campo da linguagem – para efetivar-se como sujeito do

³⁸ “[...] o paradigmático não é outra coisa que o sintagmático, mas o sintagmático possível. Em Lacan, é o sintagmático atual [...]” É a língua atualizada na clínica. Tradução minha.

inconsciente e encerrar sua estrutura psíquica (neurose, psicose, perversão e autismo), fazendo-se necessário constatar uma determinação estrutural. Lacan (1932/2011) se refere à constituição como *a fixação precoce de uma estrutura*, que aparece na infância. Para o autor, fixar é uma operação psíquica e que o que se fixa são traços psíquicos aos moldes de letras e traços unários. Sobre isso, Dunker (2006, p.132) ajuda a compreender a constituição do sujeito que encontramos em Lacan:

Fixação precoce de uma estrutura é uma afirmação que alude a uma operação reguladora (fixação), a um modo estável de relações (estrutura), e a uma temporalidade própria (precoce). É por isso que encontramos em Lacan uma tripla acepção de constituição: constituição do sujeito, constituição dos objetos e constituição da realidade. São três regimes distintos de causalidade que se entrelaçam ao longo de todo ensino de Lacan. [...] (Itálico do autor).

Com base nesses apontamentos sobre estrutura e constituição do sujeito, passo, agora, às especificações teóricas dos elementos em jogo.

De modo geral, nesse assunto, versa-se sobre as relações entre sujeito e Outro, sobre as relações narcísicas do sujeito com os objetos e a construção da realidade psíquica e um entrelaçamento entre Real, Simbólico e Imaginário articulados por um quarto elemento do nó borromeano, o Sinthoma.

Novamente, vale ressaltar, a infância é entendida como o tempo de crescimento e desenvolvimento do ser humano que vai do nascimento até a adolescência, caracterizado por mudanças ao longo desse processo. Mas, para a Psicanálise, a infância corresponde ao tempo lógico de estruturação psíquica em que os elementos advindos do campo da linguagem em relação ao que é do próprio ser terá como efeito o sujeito psíquico e, a condição psíquica desse sujeito corresponderia ao infantil.

Também, é preciso reforçar que infância e criança são construções históricas e culturais modernas e a criança corresponderia a um ser social e dotado de um corpo biológico em crescimento, corpo sobre o qual a linguagem irá operar. Em contraponto, para Lacan (1969/2003), a criança é aquela que realiza a falta na fantasia das figuras parentais e, uma definição como esta, mostra que o sujeito que se constitui no campo da linguagem nasce assujeitado a essa fantasia. Desse modo, nascer alienado ao Outro é condição do sujeito, entretanto é preciso desvencilhar-se nesse percurso para que não se instaure condições psíquicas da ordem do sintoma e da impossibilidade do laço social que possam caracterizar-se como um impasse.

Além do mais, para a Psicanálise, o infantil não corresponde à ideia pejorativa que nos é comum. Esse infantil não “passa”, não acaba, não pode ser destruído e é atemporal, porque o inconsciente é infantil e, na clínica do adulto, é o infantil recaldo que retorna, aquilo que é posto em pauta como “*fragmentos, ecos de um saber arcaico*”, atualizados na clínica. Assim sendo, não há um recobrimento entre os termos infantil e criança, pois na criança se trata de um sujeito em constituição, e isto na clínica com a criança, não implicaria em atualizações, mas do próprio tempo de sua constituição.

No capítulo sobre a sexualidade infantil de seus “Três ensaios sobre a teoria sexual” (1905/1996, p.96), Freud põe em contraste o que ele chama de “*amnésia infantil*”, isto é, o fato de que os adultos só guardam da infância algumas lembranças isoladas e incompreensíveis, com o fato de ser a infância o período da vida em que a memória é mais capaz de registrar o vivido. Ele continua dizendo que “[...] essas mesmas impressões que esquecemos deixaram os traços mais profundos na nossa vida psíquica e que se tornaram determinantes para o nosso desenvolvimento ulterior.” Então, para Freud, trata-se do recalque e o infantil tem haver com esse recalque inapreensível.

Considerando essa elucidação de Freud, como contraponto, no tempo lógico de constituição do sujeito tem-se o ato próprio de deixar esses traços mais profundos na criança. Ou seja, sua estrutura psíquica e seu arranjo determinarão a neurose, a psicose o autismo e a perversão e, estes, se manifestarão na amarração sinthomática que o sujeito vai operando. Cabe, nesse sentido, seguir o rastro (sincrônico) desses traços no percurso (diacrônico) de constituição psíquica, nas relações que a criança vai estabelecendo com os outros e com sua alteridade. Afinal, essa é a condição estrutural da criança que a difere do adulto, da estruturação de sua realidade psíquica, daquilo que Freud nomeou de *Id*, *Ego* e *Superego* e que, posteriormente, Lacan abordou pelo viés do sujeito do inconsciente, disto que não é nomeado e que se constitui na relação da criança com o Outro, dessa condição psíquica que é efeito do encontro de um corpo biológico com o campo da linguagem.

4.1 Os elementos fundamentais na constituição do sujeito

Tendo por base o que foi exposto, dos fundamentos para o processo que constituição estrutural do sujeito do inconsciente pertinentes a esta tese, os elementos fundamentais são as operações de alienação e separação, os movimentos de subjetivação considerando as

amarrações entre Real, Simbólico e Imaginário e a efetivação do nó borromeano. Desse modo, a proposta é especificar as relações entre esses conceitos concernentes à constituição do sujeito e sua relação com a linguagem e o que dela interessa, nesta tese: seu funcionamento significativo considerando a incompletude dessa estrutura, pois tanto a falta como o sentido são efeitos do funcionamento e da função significativa que instauram o furo na linguagem, o vazio entre significantes.

4.1.1 As operações de alienação e a separação

O percurso de constituição do sujeito se instaura no lugar do corte sincrônico no campo da linguagem, pois para nascer sujeito do inconsciente o ser precisa ser capturado pela linguagem que o antecede, porém há um inesperado que irrompe nesse campo como efeito do nascimento do pequeno ser. Desse momento em diante, as relações se sustentarão por encontros e desencontros entre o pequeno ser e seu Outro primordial, entre o prazer e o desprazer, entre um sentido posto e o imperativo do *nonsense* instaurando um jogo de linguagens e atos em que da hiância nasce o sujeito. Porém, nascer só instaura um processo.

Ao propor um modo de funcionamento do psiquismo humano que respondesse por seus conflitos – o inconsciente – Freud (1911/2004), nas *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico*, mostra que o aparelho psíquico se funda a partir do jogo entre o princípio da realidade e o princípio do prazer. Esse aparelho psíquico se estabelece com a intervenção de outro representante do princípio da realidade sobre o bebê, até então um corpo à mercê do princípio do prazer. Nesse começo se dão as primeiras inscrições psíquicas por meio da intensificação das sensações do corpo do bebê que começam a receber – desse outro – as primeiras significações e representações, o que deixa marcas no aparelho psíquico, as inscrições primordiais como primeiros traços. Dessas inscrições, advindas do campo da linguagem nasce o sujeito do inconsciente, melhor dizendo, instaura-se o processo de constituição do sujeito.

Freud (1911/2004), ao investigar as relações do ser humano com a realidade, e partindo dos processos psíquicos inconscientes regidos pelo princípio do prazer e pelo princípio da realidade, formula o início do acontecimento psíquico do seguinte modo:

[...] desde o início exigências imperiosas oriundas de necessidades internas do organismo perturbavam o estado de repouso psíquico. Nesse estado, de modo análogo ao que ainda hoje ocorre todas as noites com nossos pensamentos oníricos, o pensado (o desejado) apresentava-se simplesmente de forma alucinatória. Foi preciso que não ocorresse a satisfação esperada, que houvesse uma frustração, para que essa tentativa de satisfação pela via alucinatória fosse abandonada. Em vez de alucinar, o aparelho psíquico teve então de se decidir por conceber [*vorzustellen*] as circunstâncias reais presentes no mundo externo e passou a almejar uma modificação real deste. Com isso foi introduzido um novo princípio da atividade psíquica: não mais era imaginado [*vorgestellt*] o que fosse agradável, mas sim real, mesmo em se tratando de algo desagradável. Essa instauração do princípio da realidade mostrou-se um passo de importantes consequências. (FREUD, 1911/2004, p. 65-66)

De acordo com Freud, a falta é o elemento organizador do psiquismo e é decorrente da insatisfação infligida ao bebê pelo mundo real. Nesse sentido, parece haver um prazer impetuoso na posição de alienação referida por Lacan e um desprazer absolutamente necessário para a separação, para a diferenciação de desejos, melhor dizendo.

Diante disso, abordo, agora, o percurso iniciado após a perturbação do estado de repouso psíquico, perturbação essa oriunda do encontro entre o ser e o Outro, de sua demanda e das respostas desse Outro e do próprio sujeito a essa demanda: instaura-se no tempo de estruturação do psiquismo o circuito pulsional da constituição do sujeito, tempo em que o sujeito poderá recusar o Outro ou foracluir a ordem simbólica advinda desse Outro, situando-se, desse modo, em uma definição autista ou em uma definição psicótica, respectivamente. Não obstante, é importante frisar que essas definições estruturais são hipotetizadas com base nas amarrações que podem ocorrer nesse tempo: uma criança que caminha para uma resolução autista pode elevar-se em algum ponto de seu percurso a uma posição psicótica e seguir por meio dessa amarração, e vice-versa. Mas, é preciso esclarecer que assumir uma posição pode não ser uma mudança na direção estrutural, pois dependeria do que já estaria inscrito, fixado na estrutura desse sujeito em constituição.

Lacan (1964/2008), ao discorrer, em seu décimo primeiro seminário, sobre os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise (o inconsciente, a pulsão, a repetição e a transferência) apresenta duas operações lógicas (e de linguagem) que nos faz ver que todo sujeito – independente da estrutura psíquica que se efetivará – nasce pela alienação subjetiva ao desejo do Outro e a essa alienação deverá seguir-se a separação³⁹. De fato, a não efetivação dessa

³⁹ Posteriormente, sobre a hipótese do autismo esse ponto será retomado, pois se sustenta, de modo geral, que o autismo antecederia essa posição de alienação. Porém, a clínica mostra que a criança dita autista estaria inscrita no campo da linguagem como um sujeito de gozo e a dita criança psicótica como sujeito de desejo. A

lógica para além da mera contradição (aliena e separa) implicará um impasse nesse percurso. Porém, trata-se de uma outra lógica que permite o não trivial: aquela que torna possível ir além por outro caminho que não aquele do aliena e do separa. Mas, a constituição do sujeito do inconsciente não se dá de modo assim tão simples, pois para os envolvidos há sempre perdas, faltas, desencontros de desejos e de gozo, e do singular de cada um.

Nesse *Seminário*, precisamente nas aulas XVI e XVII, Lacan (1964/2008) aborda a constituição do sujeito com base na lógica dos conjuntos enfatizando as operações de alienação e separação. Para ele: “O sujeito nasce no que, no campo do Outro, surge o significante. Mas por este fato mesmo, isto – que antes não era nada senão sujeito por vir – se coagula em significante.” (p.194). A partir dessa abertura no campo do Outro, instaura-se o processo de constituição do sujeito que se dá na relação sujeito e Outro⁴⁰.

Sobre isso, Lacan (1964/2008) esclarece que é o sujeito que se ‘funda’ a partir da alienação em que duas faltas se recobrem: a dependência do sujeito ao significante que está no campo do Outro, daí ser esta relação imprescindível e que vem retomar outra falta que é a *falta real*⁴¹ conferindo ao processo de constituição um estatuto de dupla causação que sustenta o trânsito pela linguagem da criança, na clínica. Na sequência, as exatas palavras do autor sobre essa dupla causação:

Duas faltas se recobrem. Uma é da alçada do defeito central em torno do qual gira a dialética do advento do sujeito a seu próprio ser em relação ao Outro - pelo fato de que o sujeito depende do significante e de que o significante está primeiro no campo do Outro. Esta falta vem retomar a outra, que é a falta real, anterior, a situar no advento do vivo, quer dizer, na reprodução sexuada. A falta real é o que o vivo perde, de sua parte de vivo, ao se reproduzir pela via sexuada. Esta falta é real, porque ela se reporta a algo de real que é o que o vivo, por ser sujeito ao sexo, caiu sob o golpe da morte individual. (LACAN, 1964/2008, p.201)

Assim, conforme Laurent, (1997, p.37), no estatuto da alienação existe um “[...] resto que define o ser sexualmente definido do sujeito [...]”, e que “[...] o caráter fundamentalmente

problemática é tomar gozo e Real sem qualquer estatuto de linguagem, como algo a-semântico. Minha posição é a de que o Real só é possível como hipótese com base nos furos na linguagem e os efeitos de impossibilidade de todo sentido decorrentes.

⁴⁰ Laurent (1997) ao comentar os capítulos sobre alienação e separação, no *Seminário, Livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, de Lacan (1964/2008), mostra que esses operadores são tomados como as duas operações constituintes do sujeito e que, até então, Lacan havia falado dos processos metafóricos e metonímicos como funcionamento do inconsciente. Ele nos esclarece algo importante: até esse seminário o sujeito era abordado como efeito de significantes; a partir dessas operações de alienação e separação o sujeito é, também, de uma causa, melhor dizendo, sua causação é um objeto perdido no tempo da pulsão: o objeto *a*, o não simbolizado. Assim, sujeito é efeito e advém de uma causa, duas faltas que são uma.

⁴¹ Importante que esse real – com *r* minúsculo – é mesmo o realístico do organismo e não o Real – com *R* maiúsculo – que se instaura com a entrada do ser no campo da linguagem.

parcial das pulsões introduz uma falta que Lacan designa marcando o sujeito com uma barra (\$).” Portanto, o significante é a parte do Outro que tem como efeito o sujeito e desse efeito fica um resto: o objeto *a*, caído pelo corte do significante.

Para Lacan (1964/2008), retornando a seu *Seminário*, a alienação tem como efeito uma não diferenciação entre o sujeito (o ser) e o Outro (o sentido) no ponto de junção do não sentido, lugar de ausência do sentido onde não é possível haver *nem um* sujeito e *nem outro*, o Outro. Nesse primeiro tempo da relação com o Outro, esse ser é impedido pelo desejo desse Outro de aparecer, de ser sujeito desejante, pois sua função, nesse lugar, é recobrir o fantasma do Outro. Logo, é nesse ponto de suspensão de sentido que é possível a inscrição de significantes advindos desse campo do Outro para o advento da separação. Porém, é preciso haver um corte nessa opacidade, uma hiância para que o sujeito deixe de recobrir a falta do Outro e passe a ser faltoso, reconhecendo o Outro como faltante.

Diante disso, pergunto como o significante poderia representar o sujeito para outro significante, no tempo da alienação subjetiva, já que há aí um sujeito nascido no campo da linguagem? De modo hipotético, do significante primordial, S1, seria preciso um S2 para haver essa representação, pensando em cadeia e em uma diferença pura. Mas, se S1 advém do Outro, seria desse mesmo Outro que S2 seria efeito? Nessa proposição é preciso considerar que o significante, como corte no corpo pulsional da criança, instauraria nesse pequeno ser a falta que remeteria o sujeito ao seu próprio desejo e não apenas ao desejo do Outro e, isso que faltar, isso do qual o sujeito é destituído de si mesmo pela linguagem, é nomeado de objeto *a* que coloca a cadeia em funcionamento⁴².

Na sequência dessa aula XVI sobre alienação e separação, Lacan enfatiza ser a alienação uma junção, e que o fato de sujeito e Outro estarem reunidos não os torna uma só coisa. Também, ressalta que esses elementos pertencem simultaneamente a espaços em comum e aos espaços singulares do sujeito e do Outro:

O *vel* da alienação se define por uma escolha cujas propriedades dependem do seguinte: que há, na reunião, um elemento que comporta que, qualquer que seja a escolha que se opere, há por consequência um *nem um*, *nem outro*. A escolha aí é apenas a de saber se a gente pretende guardar uma das partes, a outra desaparecendo em cada caso. (LACAN, 2008, p.206, *itálico do autor*)

⁴² Vale ressaltar que ser desejo do Outro inscreve a criança dentro de uma ficção, de sua invenção como sujeito do inconsciente. Mas, inscrever a criança como objeto de gozo, objeto *a*, é colocá-la com função do que está perdido, haja vista que esse objeto é o que está perdido para sempre.

Nessa operação, como seu efeito, ocorre a afânise do sujeito: este desaparece ali onde há o não sentido. Nesse primeiro tempo da relação com o Outro, o ser é impedido pelo desejo desse Outro de aparecer, de ser sujeito desejante. Essa supressão antecede a segunda operação, a separação. Assim, haveria, na alienação, uma não diferenciação entre significantes, o que impediria o advento do sujeito, pois para Lacan é a oposição entre esses elementos a determinante do sujeito⁴³. Não haveria sujeito, então, na alienação subjetiva já que é preciso a hiância para sua possibilidade de existir? Questão essa importante, na clínica, supondo que não haveria sujeito na posição de psicose e, considerando que a clínica atualiza a linguagem, em momentos de assujeitamento não se poderia falar em sujeito nessa linguagem.

Também, nessa lógica isolada da alienação, não haveria nos ditos autismos a possibilidade de sujeito do inconsciente, pois é preciso que essa alienação se efetive, que o Simbólico tenha efeito. Desse modo, antes que o pequeno ser se reconheça faltoso é preciso reconhecer-se no desejo do Outro. Minha suposição é a de que há, sim, um sujeito tanto nos autismos como na psicose se constituindo e isso se sustenta pelo fato estrutural de que não é possível considerar um significante sozinho, um significante é possível sempre a partir de outro significante e dizer S1 é reconhecer a possibilidade de S2, de uma cadeia significativa. Portanto, o que aconteceria, na alienação, é que nessa cadeia não haveria a extensão pela diferenciação e, pensando na linguagem da criança, os signos tenderiam a ecoar essa cadeia indiferenciada até o ponto em que poderia efetivar a diferença mesmo que na reprodução por espelhamento da fala do Outro, passando, então, para a repetição em que o sujeito, ao repetir essa cadeia, a repetiria em outro funcionamento em que se poderia cogitar um traço identificatório parcial (e unário), pois haveria um corte instaurado nessa cadeia.

Nessas condições, ao definir o Outro como o lugar dos significantes primordiais, sujeito e Outro estão ligados e o sujeito está aí alienado na medida em que se constitui no espaço do Outro. Porém, essa operação de reunião não é total na medida em que o sujeito não é de todo esse significante e não está de todo no campo do Outro, mas, como já mencionei, há uma falta introduzida pelas pulsões parciais que o define como \$ (sujeito barrado). Em um adendo, lembro que para Lacan, toda pulsão é parcial na medida da impossibilidade da total satisfação frente ao imperativo da linguagem e frente à perda fundamental do sujeito, por isso os objetos pulsionais para responder sobre essa incompletude e pela fundamental instabilidade do psiquismo.

⁴³ Vale lembrar que é a distinção pura entre significantes que interessa a Lacan da estrutura da língua.

Sobre essas operações, Lacan, na aula XVII, vai apresentar a operação de separação como a segunda operação psíquica, e que tem a lógica de funcionamento da operação matemática de interseção: nesta, o espaço do não sentido é constituído por elementos advindos tanto do sujeito como do Outro. Para Lacan (1964/2008), o sujeito deve, ali onde é desaparecido, se procurar e, pela via pulsional, responde a duas faltas: a primeira é a falta constitutiva do Outro (ser também desejante, portanto faltante e pelo fato de que não há Outro do Outro). O autor mostra o belo questionamento da criança frente ao discurso alienante do Outro: “[...] ele *me diz isso, mas o que é que ele quer*”⁴⁴. Nesse acontecimento, o pequeno sujeito reconhece que esse discurso encobre uma falta: “O desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola, nas faltas do discurso do Outro e todos os *por-quês* da criança testemunham [...] o enigma do desejo do adulto.” (Lacan, 1964/2008, p.209, *italico do autor*). Em relação a isso, lembrando Freud, a não satisfação total é necessária e, também, não é possível todo o sentido, pois a linguagem é incompleta e, na relação com o desejo, muitos desses *porquês* ficam sem repostas.

Em continuidade, uma vez tomada essa falta no Outro (aquele que me constitui também é causado por uma falta), instaura-se a dialética do sujeito e a resposta dele à primeira falta é instaurar uma segunda, se perguntando: Pode ele me perder? Pode ele sobreviver sem mim? Dialeticamente, deve ser possível ser perdido e deixar-se perder, conforme explica Lacan (1964/2008, p.210): “Uma falta recobre a outra, daí, a dialética dos objetos do desejo, no que ela faz a junção do desejo do sujeito com o desejo do Outro”. Assim, uma falta é resposta a outra e reconhecida a impreterível incompletude do ser, o sujeito passa, pela operação de separação, a ser desejante, efeito da distinção entre os significantes (do corte) advindos do Outro e causado pela falta, pois dessa distinção algo se perde: o objeto *a*.

Uma vez esclarecidos os aspectos das operações de alienação e separação, ressalto que o importante é que estas mostram a entrada de um elemento, no processo de constituição do sujeito, já apresentado por Lacan, no *Seminário sobre A angústia*: o objeto *a*. Diante disso, o sujeito efeito de significantes na visada de seu desejo será, por sua perda causativa, faltoso e não se trata de realizar um desejo, mas de fazer-se com a falta de um objeto que nem mesmo é possível não se saber que é perdido, dizendo de outro modo, sobre esse objeto é preciso não sabê-lo como objeto perdido.

Esse momento das elaborações lacanianas é primoroso para minhas elaborações, nesta tese, porque é o momento em que o significante (da alienação) encontra o gozo (da separação)

⁴⁴ Essa construção lacaniana mostra, de modo preciso, que as questões sobre o sujeito do inconsciente não se dão no imaginário da fala nem do sujeito e nem do Outro.

decorrente de seu objeto perdido, pois mesmo que uma falta recubra a outra o vazio não será preenchido: o sujeito efeito de significantes é também causado por aquilo que dele se perde.

Nesse ponto, na problemática da constituição do sujeito, entra em cena o circuito pulsional, o gozo e o *sinthoma*, este como o saber-fazer (*savoir-faire*) do sujeito com sua falta. Com isso, nas articulações que se seguem, uma questão não deve ser perdida: será possível a um sujeito em constituição um saber-fazer diante da não constatação dessas faltas?

A resposta a essa questão vai na direção de que na infância não é possível prescindir do Outro, pois é na relação/identificação com esse Outro que se constrói esse saber-fazer que, da universalidade do Simbólico, se realizará na singularidade do sujeito, em sua amarração *sinthomática*. De modo mais específico, na infância não é possível o Outro de todo barrado com predominância do sujeito do gozo, já que esse gozo é a identificação com esse saber-fazer. Assim sendo, necessário efetivar-se o sujeito barrado. Essa proposição se sustenta na lógica apresentada por Lacan de que o gozo se encarna no significante: sujeito e Outro na alienação, gozo e objeto *a* na separação, afinal o objeto *a* é o elemento que tocado pelo significante se perde e isso que se perde só se dá a saber no vazio da cadeia.

O estatuto das operações de alienação e separação é impreterível para o sujeito, como se pode constatar com Lacan, pois é o lugar em que o sujeito, ao ser encoberto pelo desejo do Outro, descobre-se faltoso, retorna sobre si mesmo e depara-se com sua falta (e não com o que lhe falta). Para a relação entre linguagem e constituição do sujeito, é o lugar da inscrição da *hiância* causativa: o ser não está mais de todo assujeitado à linguagem (campo do Outro), porque nas faltas que se inscrevem ele deve lançar-se ao discurso. Logo, a consequência dessa dupla causação do sujeito para a articulação linguagem e constituição do sujeito inconsciente é o fato de que tendo a linguagem função constitutiva (e a língua função estruturante) trata-se, de agora em diante, de uma linguagem faltosa.

Em termos teóricos, o Simbólico não é mais todo: há uma impossibilidade causativa do sujeito como efeito do próprio corte instaurado pela falta encoberta. Assim, deslocando-se desse Outro, o olhar é sobre o sujeito em constituição. Todavia, o caso não é de uma precedência ou de uma antecedência, mas do fato de que nascido no campo da linguagem o sujeito está em pauta a partir de sua causação que corresponde ao que dele foi perdido, seu objeto *a*. Ou seja, não é algo nascido de modo ontogênico, na criança: esta não nasceu com essa perda. Além disso, é uma questão ética, aos modos lacanianos: o sujeito está implicado em seu processo constitutivo (apesar de na infância não responder por esse processo e, por isso, não prescinde do Outro).

Com base nisso, na clínica, essa lógica da dupla causação dá a direção do tratamento da criança: a implicação de um semelhante na função de Outro e o que, da criança, responde por essa segunda causa. Da mesma forma, a pretensão de uma espécie de saber autêntico da criança só pode ser cogitado a partir do singular que ela constrói com o Outro e que é dela, seu singular a partir dessa relação universalizante do sujeito no sentido de que é por meio dela que ele entra na ordenação simbólica. Agora, a ênfase é no olhar para o sujeito, lembrando que no primeiro esboço do sujeito (*Eu/moi*) o sujeito olha para o olhar do Outro sobre sua imagem. Trata-se, então, de olhar para si mesmo, já transpondo o olhar do Outro.

Por fim, essas operações de alienação e separação integram o percurso pulsional do sujeito: pulsão e gozo, naquilo que se entende por circuito pulsional. De um corte fundante o sujeito retornará sobre o lugar de sua perda fundamental, como tentativa de um improvável (re)encontro. Desse modo, o desejo em jogo no circuito dá lugar, ao seu final, a um gozo como resposta ao fracasso real desse retorno. Portanto, o gozo é da ordem do impossível, do Real, pois o objeto está perdido e, mais ainda, nada se sabe dele em termos de determinação.

Contudo, a questão, em termos constitutivos, é sobre o que na lógica do $\$(A)$ (sujeito barrado) para $S(A)$ (Outro barrado) se inscreve, pela aproximação do Real, melhor dizendo, deixa de se inscrever, deixando esse sujeito privado de uma parte de si mesmo. Sem a borda advinda do Outro, o sujeito tem que lidar com seu gozo e a angústia em jogo e, assim, os elementos que operam na estruturação do psiquismo (os objetos parciais da pulsão, seio, voz, olhar e fezes) não conseguem manter esse percurso sem impasses operantes: é preciso que o sujeito coloque em cena outros elementos, nesse circuito.

4.1.2 O nó borromeano suporte do sujeito

Com a dimensão simbólica estendida a partir da dupla causação do sujeito, pois, agora, há falta nessa dimensão, a lógica da articulação entre Real, Simbólico e Imaginário também é tomada como propriedade do processo de constituição do sujeito do inconsciente, em que as relações entre esses elementos vão dar suporte ao sujeito em seu enfretamento do Real, fazendo furos no Simbólico.

Após constatar que algo escapa à linguagem e que essa agora é causa do sujeito do inconsciente, Lacan (1974-1975; 1975-1976/2007) nessa lógica do Real, Simbólico e Imaginário (RSI), propõe que esses elementos que cifram a realidade psíquica sejam

articulados como um nó borromeano de três (aos moldes de uma trançagem, considerando os seis gestos possíveis entre eles) e, posteriormente em seu ensino, como um outro nó, de quatro registros que comporta um outro elemento com o qual o sujeito identificado responderia por seu gozo: o *sinthoma*.⁴⁵

Porém, antes de passar às próximas elaborações, esclareço que minha proposição é sustentar a lógica desse quarto elemento para o sujeito em constituição: um elemento com o qual ele, identificado (ser dele na distinção com o Outro), iria articulando sua estrutura psíquica em seu percurso de constituição. Dessa maneira, esse elemento teria a função de *sinthoma*, mas não se tratando de um *sinthoma*, porque este remete ao sujeito constituído: o sujeito em constituição não responde por seu gozo, porque ainda está se definindo estruturalmente, entretanto, tem-se algo que o organiza estruturalmente e que articula esses três registros até que ele se defina estruturalmente. No entanto, antecipo que não há como ter certeza se esse mesmo elemento responderá como *sinthoma* no sujeito constituído, é uma aposta. Ao funcionamento desse elemento em função de *sinthoma*, nomeio de amarração *sinthomática* como aquilo que vai fazer – como tentativa – borda, costura na trançagem dos três outros elementos para que, ao final desse percurso lógico, tenha-se um sujeito constituído seja qual for a estrutura definida. Com base nisso, suponho que para Cadu, esse elemento é a língua com seu funcionamento entre significantes insistentes no campo de linguagem se aproximado de sua língua singular, ou seja, de *lalíngua*.⁴⁶

Então, volto às elaborações sobre pulsão e gozo para estabelecer a articulação possível entre *sinthoma* e *significante*.

A partir do estabelecimento da descontinuidade do inconsciente, da dupla causação do sujeito e do conceito de objeto *a*, Lacan determina as relações entre pulsão, gozo e *sinthoma*, em seu ensino. O caminho de Lacan, conforme Machado (2005), é ir do sintoma como as formações do inconsciente que, inscrito na cadeia *significante*, é passível de deciframento, para o sintoma como satisfação pulsional, tocável pelo *significante*, mas resistente à

⁴⁵ Sobre a possibilidade da trança, Lacan (1973-1974), no *Seminário, Livro 21, Les non-dupes errent*, se pergunta o que é uma trança? Para ele, é uma relação com o número três que comporta um, dois, três e que sem isso não haveria possibilidade de trança. Ainda, ele esclarece que para se fazer uma trança com esses três é preciso ir colocando o dois no lugar do um, permanecendo o três em seu lugar e, assim sucessivamente ir compondo os sei cruzamentos possíveis.

⁴⁶ Propor essa hipótese de *amarração sinthomática* é um modo de enfrentamento dos paradoxos da constituição do sujeito em termos clínicos frente às dificuldades (e por vezes impossibilidades) de enredar o sujeito nisto ou naquilo. Na infância, não acredito que se prescindia de uma estruturação: há que chegar momento em que o sujeito responderá por seu gozo, em que essas amarrações ganharam estatuto de *sinthoma* e esse *sinthoma* será seu nome: eu sou *isso*.

interpretação, e para o *sinthoma* como identificação do sujeito ao seu próprio gozo em um *savor-faire* com esse *sinthoma*.

Retomando minha proposição, diante dos paradoxos da constituição do sujeito, a amarração *sinthomática* é a articulação entre significantes, pulsão e gozo, podendo ser tomada como o *nó de significantes* proposto por Lacan em 1973:

O que Freud descobre no inconsciente há pouco pude tão somente convidar a irem ver em seus escritos se está certo o que eu digo, é bem diferente do que se dar conta de que, a grosso modo, pode-se dar um sentido sexual a tudo o que se sabe, pelo fato de que conhecer presta-se à metáfora bem conhecida de sempre [...]. É o real que permite efetivamente desatar aquilo que consiste o sintoma, ou seja, um *nó de significantes*. Atar e desatar não sendo aqui metáfora, e sim devendo ser apreendidos como esses nós que se constroem realmente ao fazer cadeia da matéria significativa. Pois essas cadeias não são de sentido mas de gozo, não são de *sens* mas de *jouis-sens*, a ser escrito como queiram conforme ao equívoco que constitui a lei do significativo. (Itálico meu - LACAN, 1973/2003, s/p)

Dessa citação de Lacan, pode-se depreender que a cadeia significativa tem efeito não apenas de sentido, mas efeito de gozo pelo *nó de significantes* que vai se emaranhando nessa cadeia. Esse *nó* ganhará estatuto de uma falha significativa em algum ponto do trançamento entre Real, Simbólico e Imaginário. Desse modo, o sintoma como mensagem ganha estatuto de *sinthoma*, o *sens* dá lugar ao *jouis-sens* em que a metáfora (e a metonímia) não produzindo sentido dá lugar ao gozo, pois não há limite de sentido. Esse *nó de gozo* se realiza em um circuito pulsional: fazer *nó* é gozar e os significantes não estão, mesmo, somente a serviço do sentido.

Lacan (1964/2008) instaura a lógica desse circuito pulsional como o que fará borda à hiância causativa, considerando que é função da pulsão retornar ao ponto de partida. Ou seja, o percurso pulsional do sujeito é retornar sobre si mesmo no ponto da falta. Porém, não é o (des)encontro com esse perdido o fundamental, mas o fazer borda a esse vazio incontornável no sentido de que não pode ser evitado: uma contradição, pois o que se tem é um “círculo” ao redor desse vazio. Assim sendo, frente às parcialidades das pulsões, o fundamental desse circuito pulsional é esse vai e vem: a satisfação da pulsão é o próprio percurso, esse movimento de (re)encontro e perda. Dessa forma, na alienação, esse movimento passa pelo Outro, portanto, está articulado ao significativo do desejo e na separação está articulado ao objeto perdido, consequentemente ao sujeito, ao que lhe é próprio, seu gozo.

Isto posto, vale ressaltar que é a partir do que é irreprimível, da constatação de que algo nos impulsiona, que Lacan (1964/2008) retoma o texto freudiano para definir um dos quatro conceitos fundamentais da Psicanálise: a pulsão. Sobre isso, a ênfase de Lacan é na diferença entre os termos em alemão *Trieb* e *Drang*, pois não se trata de impulso e menos ainda de instinto. Na sequência, retomo as elaborações freudianas sobre o tema para situar a direção lacaniana dada ao conceito psicanalítico de pulsão.

Conforme os comentários do Editor Brasileiro do texto *A pulsão e seus destinos*, da tradução coordenada por Luiz Alberto Hans (2004), *Trieb* era um termo empregado, antes de Freud, com as acepções biológica, filosófica e psicológica. Nesse texto, a inovação de Freud foi inserir esse termo no arcabouço de uma teoria do conflito psíquico, de modo específico, em sua psicodinâmica, no funcionamento do aparelho psíquico. Também, o tradutor informa que o que importava para Freud era que esse termo abrangia *a história da espécie* (a pulsão como depósito da evolução filogenética e sua fixação na fisiologia), *as leis da natureza* (a pulsão como expressão de princípios e leis) e *a noção de vontade* (esta, segundo Freud, herdeira da pulsão no psiquismo).

Nesse sentido, em Freud (1915/2004) a pulsão não é “natural”, do registro do orgânico, mas é uma força constante de origem “interna”. E, ser “interna” implica em ser do próprio ser. Freud então, neste texto, apresenta quatro aspectos que caracterizam essa força constante advinda do próprio ser, porém, paradoxalmente, não lhe é natural (precisa, como vemos com Lacan, que a linguagem a coloque em funcionamento, portanto lhe dê esse aspecto de força/movimento): primeiro, o impulso (*Drang*) como tendência à descarga; segundo, a fonte (*Quelle*) como o próprio organismo; terceiro, a meta (*Ziell*) como o alvo de satisfação dessa descarga; e quarto, o objeto (*Objekt*), o elemento que é indiferente e invariável. Assim caracterizada, a pulsão tem como destino, segundo Freud, transformar seu conteúdo em representação, voltar-se ao próprio sujeito, o recalque e a sublimação. Para Freud (1915/2004):

Se abordarmos a vida psíquica do ponto de vista biológico, a ‘pulsão’ nos parecerá como um conceito-limite entre o psíquico e o somático, como representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psiquê, como uma medida de exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo.

Considerando esses aspectos da pulsão elaborados por Freud, Lacan (1964/2008) estabelece a intrínseca e indissociável relação entre corpo e linguagem (linguagem como

correlato do psíquico, nesse momento de seu ensino) e radicaliza afirmando que a pulsão, por retornar sempre, não é da ordem do reprimível como afeto que afeta o corpo, portanto, não é da ordem do recalque e que sua ‘satisfação’ nunca será atingida provendo-se do que se perdeu nesse encontro corpo e linguagem. Lacan vai, então, traçar a via do Real para a pulsão enfatizando o voltar-se a si mesmo e a indeterminação de seu objeto: o circuito pulsional é da ordem de uma impossibilidade na medida em que seus objetos têm função de borda, de contornar o vazio deixado pela falta fundamental. Nesse sentido, de modo intenso, a pulsão não tende à satisfação, mas ao fracasso. Ainda nesse ponto, Lacan ressalta a pulsão como uma força constante que não atinge seu alvo tornando a satisfação paradoxal, entrando em jogo a categoria do impossível, mas como negativo, como Real, uma oposição à possibilidade de satisfação: “O real como o impossível.” (LACAN, 1964/2008, p.165). E, continua ele:

[...] o obstáculo ao princípio do prazer. O real é o choque, é o fato de que isso não se arranja imediatamente, como quer a mão que se estende para os objetos exteriores. [...] O real se distingue [...] por sua dessexualização, pelo fato de que sua economia, em seguida, admite algo de novo, que é justamente o impossível. (*ibid*)

Com essa constatação de Lacan de que há Real implicando haver impossibilidade para o sujeito, a pulsão deve ser abordada para além do princípio do prazer e, o que importa, é o vai e vem entre o sujeito e seu objeto parcial, vai e vem que contorna o objeto indeterminado (*o que vai à boca retorna à boca*). Desse circuito pulsional, Lacan enfatiza sua função de borda em relação à questão da fonte, que segundo ele, é sempre uma montagem sem pé nem cabeça, uma colagem surrealista em que o sentido estaria de imediato invertido ou mesmo suspenso inferindo a parcialidade dos objetos que não atingem a satisfação, pois não há como satisfazer-se na completude.

Sobre essa parcialidade dos objetos substitutos da pulsão, Lacan (1964/2008) diz que em seu circuito esta não tem finalidade biológica, porque deve se conformar com o não-todo do inconsciente e que a montagem pulsional é o modo como a sexualidade participa da vida psíquica, contudo modo parcial, já que não tem a finalidade de reprodução.

Novamente reitero que a pulsão, como estrutura do vai e vem, tem como alvo o retorno sobre o mesmo ponto que a instaura como força constante e, o fundamental é que o Outro marca essa direção pulsional, o retorno invertido da pulsão como modo de transgredir o princípio do prazer, a satisfação e, também, suponho, como o modo do sujeito subverter sua

posição de assujeitamento ao desejo do Outro estabelecido na operação de alienação, conforme a observação de Lacan a seguir:

O sujeito se aperceberá de que seu desejo é apenas vazio contorno da pesca, do fígamento do gozo do Outro – tanto que, o outro invertido, ele se aperceberá de que há um gozo mais além do princípio do prazer. (LACAN, 1964/2008)

Dessa forma, instaurada a formação do psiquismo⁴⁷ como efeito do vazio do desejo do Outro, inscreve-se uma falta no sujeito (a segunda falta) que implicará uma constância nesse percurso: o gozo voltado sobre si mesmo em que o sujeito tenderá a esse gozo em um ritmo pulsional singular, pois o que importa é esse circuito⁴⁸.

Nessas condições, o objeto *a*, perdido na separação, impõe um limite ao deciframento daquilo que o sujeito quer (ou o que o Outro quer dele). Então, a perfeita junção entre sujeito e Outro na alienação, quando o sujeito representado pelos significantes que instauram a diferença, se identifica com esse Outro, é abalada pela resistência, pela oposição do Real em jogo. Logo, resta ao sujeito cifrar-se a partir dessa falta sem algo absoluto e completo, em que a função significante será fazer barreira ao gozo, à busca do sujeito por sua “parte” perdida, busca empreendida nesse vai e vem de seu circuito pulsional. Porém, meu interesse é quando esse vai e vem é marcado por impasses tornando esse circuito sintomático dizendo do sofrimento do sujeito e de sua extrema carga de angústia em seu devir como sujeito em constituição.

Na continuação de suas elaborações, no *Seminário, Livro 17, O avesso da Psicanálise* (1969-1970/1992), Lacan observa – ao falar dessa repetição na cadeia significante –, que a repetição é repetição de gozo e tem a ver com o limite do saber (do Outro) sobre o sujeito (e limite deste também) e que o significante é aparelho de gozo, pois há uma sucessão de significantes é gozo. Sobre isso, conforme observa Machado (2005), não se trata de gozo na cadeia de fala, pois não diz respeito à fala, mas com a estrutura do ser de linguagem.

Acerca das construções lacanianas sobre o gozo é importante, nesta tese, a relação gozo e lalíngua estabelecida no *Seminário, Livro 20, Mais ainda*, de 1975, no qual é possível

⁴⁷ Conforme Freud (1911/2004), nas *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico*, o aparelho psíquico se forma com a intervenção de um outro (princípio do prazer). Esse outro entra como uma espécie de interpretação para o bebê de sua urgência pela vida. Porém, haverá um momento em que a linguagem não dará conta de tudo, por meio de equívocos, mal-entendidos e sentidos invertidos: nesse caso, o outro é barrado.

⁴⁸ De acordo com Freud (1924/2006 p.106), esclarecendo sobre a magnitude da pulsão, sua intensidade e suas características qualitativas: “[...] Talvez seja o *ritmo*, o decurso temporal nas transformações, as elevações e as quedas da quantidade de estímulo, não o sabemos”. Trata-se da alternância da voz, como retomarei nas próximas elaborações.

especificar de que estrutura se trata pensando na articulação dessa repetição com *Tyché* e o mais-de-gozar como um desperdício de gozo constante em que os objetos parciais não cumpririam sua função. Como em Cadu, para quem as palavras insistem, mas “***Ele não se comunica***”. Diante disso, retorno um pouco no ensino de Jacques Lacan, antes de discutir de modo mais específico essa relação entre gozo e lalíngua.

Lacan (1969-1970/1992), no *Seminário* sobre os quatro discursos (do mestre, universitário, da histérica e do analista) discute as formas de laço social entre os sujeitos e que esta dependem da circulação e posição dos elementos em jogo como S1, S2, objeto *a*, (A) Outro e sujeito barrado (\$). Desse *Seminário*, a teoria dos quatro discursos tem efeito direto na clínica e na teoria da Psicanálise, nesse momento do ensino lacaniano, por propor uma nova maneira de abordar as estruturas clínicas e o laço social, com base na articulação do campo da linguagem e do gozo, do sujeito e do saber. De agora em diante, a experiência psicanalítica é uma experiência de discurso, do discurso que faz laço social. Nesse sentido, as estruturas clínicas dizem, então, da posição do sujeito em relação ao Outro e sua própria castração que está na lógica do laço social, no campo da linguagem. Também, o importante é a entrada em cena do que tem a ver com o sujeito e seu gozo, uma “duplicidade” para o sujeito, empreendida por Jacques Lacan desde o *Seminário*, *A angústia*, de 1962-1963.

Retomando a máxima de que um sujeito é aquilo que um significante representa para outro significante e, de modo invertido, um significante é o que representa um sujeito para outro significante, de uma maneira nova, Lacan mostra o S1 que antecede a cadeia de significantes (S1-S2), e que é, agora, o que representa o estatuto do saber do inconsciente. No trajeto da constituição do sujeito, o objeto *a* é o que é definido como uma perda e, esse objeto perdido é o que está em jogo na repetição e, esta, por sua vez, tem a ver com o limite desse saber: o gozo. Contudo, esse limite não é um problema para Lacan (1969-1970/1992, p.13), é esse gozo que permite haver intersecção entre os elementos na constituição do sujeito; “[...] o significante, o Outro, o saber, o significante, o Outro, o saber [...]”. Essa é a cadeia, o trajeto do sujeito até sua divisão como uma espécie de S1, *a*, S2, S1, *a*, S2 ... Além do mais, pergunto se não é essa a estrutura da experiência de linguagem, língua, hiância, discurso? Também, Lacan inclui nessa cadeia o saber, este como falta e é o gozo o articulador dessa cadeia, aquilo que a movimenta: “[...] O saber, isto é o que faz com que a vida se detenha em certo limite em direção ao gozo. Pois o caminho para a morte [...] nada mais é do que aquilo que se chama gozo.” (LACAN, 1969-1970/1992, p.16). Nessa proposição universal, o significante entra para (re)articular essa relação primitiva entre saber e gozo (vale ressaltar que esse gozo se

sustenta pelo fato de que não há relação sexual). Desse modo, a incidência do discurso como para além da língua como estrutura de linguagem na questão do sujeito é interessante na proposição de Lacan: entre a estrutura da linguagem e o modo de laço social existe uma hiância e a articulação se dá pelo efeito dessa falta, seu gozo.

Nesse *Seminário* citado, sobre o avesso da Psicanálise, está em jogo uma estrutura do inconsciente em torno dessa hiância causativa. Nessa estrutura, o gozo é um articulador entre significante/saber/Outro. Ou seja, agora, é em torno do vazio que a cadeia funciona, pois o gozo é o gozo de uma impossibilidade. Em 1972-1973, no *Seminário, Livro 20, Mais, ainda*, Lacan radicaliza e o gozo será da ordem do particular do sujeito, distanciando-se do não-todo da linguagem e enfatizando a língua de cada sujeito – lalíngua: o gozo é, portanto, solitário, é do sujeito e é anterior às ordenações da linguagem, da estrutura que foi, até então, posta em jogo no funcionamento do inconsciente, mesmo o descontínuo. Nesse caso, existe algo para alhures à cadeia de significantes.

Em relação a isto, como venho sustentando, é preciso certo cuidado ao se chegar nessa lógica do singular e nessa espécie de gozo solitário do sujeito, pois, de fato, não se tem como abstrair isso que não seja pelo campo de linguagem que o comporta, mesmo que em atos. Esse para além da linguagem só é possível (ou impossível) no que, desse simbólico, falha. Para a criança, as consequências são claras: um sujeito não se constitui em torno de seu gozo solitário (pelo menos não deveria) e os autistas nos mostram justamente isso, bastando escutá-los em suas tentativas angustiadas de sair desse *Um* solitário.

Nesse sentido, parece haver um certo gozo perverso em isolar o sujeito em sua impossibilidade, na ausência de sentido total e, dos discursos que tratam do sujeito do inconsciente e suas manifestações na contemporaneidade, somente a “Psicanálise do Real” (somente Real) faz apologia a esse sujeito gozante e mais-de-gozar, se esquecendo que o homem é, antes de mais nada, um ser de linguagem. Da mesma forma, um discurso como este é como esse próprio sujeito gozante: sem sentido, auto-referente e alienado nessa nova forma de assujeitamento, em si mesmo, pois a alienação não é mais ao discurso do Outro, mas em si mesmo. Assim, em nome de sintomas, de gozo e de Real, esquece-se, acima de tudo, que o sujeito sofre justamente onde ele goza e se identifica e, esquece-se também, que Freud inventou a Psicanálise não para gozar diante do conflito psíquico, mas para ajudar o homem em sofrimento. Diante disso, talvez esteja na hora, diante de tais direcionamentos dentro do

campo psicanalítico lacaniano, de fazer como Lacan que sempre foi freudiano: ele retornou a Freud, talvez devêssemos retornar a Jacques Lacan e seu ensino⁴⁹.

Por certo, o caos contemporâneo, a ausência de ordenações simbólicas, os atos sem sentido (atos de gozo) devem ser tomados como o mal-estar dessa civilização e não como seu princípio. Quem lida com crianças sabe, pois elas nos dizem a seu modo, o quanto demandam ao Outro e o Outro, e também, o quanto essa demanda não é escutada pelos sujeitos constituídos, de forma que, estes sim, em seu gozo sem limite impõem modos coercitivos, medicamentos, modelos clínicos e educativos de reabilitação funcional para barrar essa demanda nesse percurso de constituição, em que o sujeito em constituição só faz denunciar esse Outro barrado.

Depois desse adendo, interessa-me o que há de mais singular do sujeito do inconsciente: seu gozo e sua lalíngua.

À guisa das besteiras ditas na análise, o destaque de Jacques Lacan no *Seminário, Mais, ainda*, é sobre o fato de que há *Um* significante na dimensão do sujeito, de seu corpo simbolizado:

[...] O gozar de um corpo, de um corpo que, o Outro, o simboliza, e que comporta talvez algo de natureza a fazer pôr em função uma outra forma de substância, a substância gozante.

[...] Propriedade do corpo vivo, se dúvida, mas nós não sabemos o que é estar vivo, senão apenas isto, que um corpo, isso goza.

Isso só goza por corporizá-lo de maneira significativa. (LACAN, 1972-1973/1985, p.35)

Em primeiro lugar, esse gozo é não-todo, pois só se pode gozar de parte do corpo (do Outro) e esta parte também goza. Neste ponto, o gozo não é solitário (é simbolizado) e Lacan (1972-1973/1985, p.36), diz que o significante se situa, então, no nível da substância gozante, que “[...] o significante é causa do gozo [...]” e vem do campo do Outro, por isso simbolizado no corpo⁵⁰. Além disso, essa substância impregnada da função do ser se situa dentro de uma linguagem que deve ser tomada em sua descontinuidade e impossibilidade, pois esse ser (o sujeito do inconsciente) é de fato inalcançável mesmo em face da substancialização no significante. Desse modo, o inconsciente se estrutura como essa linguagem que se organiza no

⁴⁹ A ética da Psicanálise não permite que o gozo seja barrado. Mas, ela impõe a barra, a cisão do sujeito do inconsciente.

⁵⁰ O sujeito goza de um corpo contanto que seja simbolizado pelo Outro, pode-se depreender dessa citação de Lacan. Ou seja, para usufruir de um corpo, para gozar dele é somente possível se o Outro conferir, pela lei simbólica – a posse desse corpo ao sujeito fazendo desse corpo, pelo significante, substância gozante.

ajuntamento das letras contemplando a ausência real do objeto *a* e, por isso, o que se tem é somente o significante que continua a representar esse sujeito.

O termo ‘como’, destacado por Lacan em sua proposta de um inconsciente estruturado como uma linguagem pode, na Língua Portuguesa, dizer de uma comparação proporcional ou ainda, de modo interessante, dizer sobre uma causa: como a linguagem não-toda estrutura o inconsciente porque este é também não-todo, pode-se cogitar. Portanto, a impossibilidade tem que existir para o advento do sujeito do inconsciente. E isso, Lacan (1972-1973/1985, p.68-69) ratifica, ainda nesse *Seminário*:

O sujeito não é outra coisa – quer ele tenha ou não consciência de que significante ele é efeito – senão o que desliza numa cadeia de significantes, o que caracteriza um significante e outro significante, isto é, ser cada um, ser cada qual, um elemento. Não conhecemos outro suporte pelo qual se introduz no mundo o Um, se não for o significante enquanto tal, quer dizer, enquanto aquilo que aprendemos a separar de seus efeitos de significado.

Até aqui, então, o gozo do Outro está na ordem do Simbólico, portanto é desejo (no imaginário tem-se necessidade). No entanto, na lógica desse não-todo qual o gozo possível do *Há Um, Um sozinho* se não há relação sexual, gozo do corpo e para quê ele ser se o Outro agora é o barrado (S(~~A~~))?

Antes de mais nada, a relação é do sujeito com o seu saber considerando que esse saber se inscreve pela falta. Essa inscrição se dá no desnivelamento entre ser e saber, o que tem consequências em um desacordo entre gozo e saber, porque não se trata de reprodução, mas do objeto *a*, condição do gozo. Isso torna o saber um enigma e a cifragem desse enigma se dá via lalíngua. Portanto, a linguagem que comporta a estrutura do inconsciente é uma hipotetização da língua do sujeito como uma aproximação possível a essa dimensão de dizer: o sujeito habita uma mansão do dizer e que a esta não temos acesso, pois é seu território, o lugar do *não para de não se escrever*, do Real que, conforme Lacan (1972-1973/1985), só pode se inscrever por um impasse na formalização.

Essa formalização que comporta um impasse começa a ser elaborada ainda neste seminário, na aula de 22 de outubro de 1973 por meio do uso que Lacan faz das cordinhas de barbantes para construir o nó borromeano: nessa elaboração, a linha é tomada como a extensão do percurso do sujeito que vai se enodando até se estruturar. Decerto, se o Outro está inscrito no campo da linguagem, o que é do sujeito se situa em um *topos* que comporta não mais um vazio na cadeia do Simbólico, mas a falta real, de maneira que o trabalho, de agora

em diante, é situar uma certa escrita que contemple o impasse, o equívoco, a impossibilidade como o traço da linguagem que comporta o sujeito e seu gozo. Nas palavras de Lacan:

O que corta uma linha é o ponto. Como o ponto tem zero de dimensão, a linha será definida como tendo uma. Como o que a linha corta é uma superfície, a superfície será definida como tendo duas. Como o que a superfície corta é o espaço, o espaço terá três. (LACAN, 1972-1973/1985, p 165)

Finalmente, está estabelecido o espaço do devir do sujeito: uma dimensão, por hora de três dimensões, efeito de corte da linha e da superfície em sobreposição. Frente à constatação desse espaço e que essa linha, em sua extensão pode permite construir (o nó borromeano), Jacques Lacan irá dedicar um seminário inteiro a essa nova formalização para a estrutura do sujeito. Ainda em 1972-1973, para Lacan, o nó traduz toda relação possível entre sujeito e objeto *a*, entre Simbólico e Real em uma planificação imaginária e, comporta, em seus enodamentos, a dita função significante:

Parece que o sujeito representa para si os objetos inanimados em função de não haver relação sexual. Há apenas corpos falantes, eu disse, que fazem para si uma ideia do mundo como tal. O mundo, o mundo do ser cheio de saber, é apenas um sonho, um sonho do corpo enquanto falante, pois não existe sujeito conhecedor. Há sujeitos que se dão correlatos no objeto *a*, correlatos de fala que goza enquanto gozo de fala. Que outra coisa ela amarra senão outros Uns? (LACAN, 1972-1973/1985, p.171),

Em conformidade com essas palavras de Lacan, a amarração sinthomática tem essa função de amarrar esses *Uns* no percurso de constituição do sujeito em que os nós se constituem de significantes advindos da língua como estrutura e da língua do sujeito: é o *nó de significantes*. Diante disso, para entender esse percurso e essa amarração passo às elaborações de Lacan sobre o *Sinthoma* nas tramas de Real, Simbólico e Imaginário.

Essa invenção de uma topologia para o psiquismo aparece antes dos anos de 1970. Aliás, Lacan sempre investigou as configurações contínuas e entre dois elementos (de linguagem formal) de invariantes do psiquismo desde as fórmulas da metáfora e da metonímia. Contudo, com a imposição do objeto *a*, fez-se necessário elaborar uma dimensão que funcionasse justamente por comportar isso que falta, comportar furos.

Lacan (1964/2008), já no *Seminário, Livro 11*, propõe a topologia como recurso de uma escrita da constituição estrutural do sujeito diante da operação que permite o objeto *a* e o

gozo do sujeito. O nó borromeo entrará, anos depois, como a realidade topológica e psíquica do ser constituída de três círculos que se combinam em um entrecruzamento⁵¹ em um percurso instaurado a partir das operações iniciais de alienação e separação. Isto é levado a cabo a partir dos Seminários dos anos de 1970 quando a ênfase de Lacan é sobre os modos (*Sinthoma*) com o quais o sujeito enfrentará o Real, como impossibilidade e o fato de que o que lhe causa está perdido em algum lugar.

Dando continuidade ao trabalho iniciado com as *rodinhas de barbante* em que usa a linha de barbante para escrever sobre o sujeito, em uma superfície topológica, agora, no *Seminário* de 1974/1975, *R.S.I.*, Lacan estabelece a relação entre os três registros para a construção da realidade psíquica. Para ele, Real, Simbólico e Imaginário são palavras, cada uma tem seu sentido e que há uma relação entre eles. Essas relações visam dar conta das inscrições no que concerne ao inconsciente e, essa linguagem topológica, mantém o que concerne ao sujeito dentro da experiência de linguagem, porém, agora, há uma ênfase nos furos de cada registro e no fato de que o lugar vazio deixado pela perda do objeto primordial é central na escrita e sobrepõe-se ao não-sentido da alienação. Além disso, para Lacan (1974/1975), são os buracos no meio das rodela de cada dimensão que torna possível aos elos se atarem entre si: na relação dos furos com o não-sentido e com o não-todo – efeitos de Real – é o modo do sujeito, em cada um desses registros, contornar esse incontornável, aquilo de que não se pode desviar e que se suporta por conta da nomeação de castração, com o basta do Nome-do-pai. Esse nó, e suas possibilidades de entrelaçamento constituirão versões dessa nomeação fundante ou versões da falta dessa nomeação simbólica que organiza o sujeito e seu mito. Ainda sem a dimensão do Real como fora da linguagem, a proposição de Lacan é que esse nó é da ordem do Imaginário, pois é uma consistência que se enraíza na superfície (de linguagem) para suportar o Real. Contudo, a relação com o Real, e os “erros” no enodamento, coloca em xeque esse planejamento imaginário desse nó permitindo antecipar a falência de um enodamento ideal.

Nesse *Seminário*, o Real é definido como “[...] o que é estritamente impensável.” (LACAN, 1974/1975, p.03), como aquilo que é anterior ao campo da linguagem, como a ex-

⁵¹ Conforme GRANON-LAFONT (2003, p.33), o nó borromeano consiste no modo de nodular, de fazer nó, de formar elos ou anéis; é formado por um único fio que, devido ao seu trajeto, não pode ser reduzido a um único anel. Na cadeia borromeana os elos formam, entre si, um só nó, uma *operação de nodulação*, de amarração e se cortando um destes elos formados, os outros dois se desfazem. Dentro de sua proposta de uma *escrita topológica*, Lacan utiliza a cadeia borromeana para: “[...] escrever as relações de troca entre os três registros do real, do simbólico e do imaginário.” Relações essas caracterizadas pela existência pura, pelo furo e pela consistência. Vale ressaltar que, em sua extensão, essas relações biunívocas e bicontínuas, se dão de dois em dois, como dois elementos se articulando em cada ponto. É a lógica da trança referida por Lacan.

sistência pura que não deixa de se escrever e, por isso, não cessa de não se inscrever, não cessa de ter efeito por essa impossibilidade. Já o Simbólico vincula-se com o funcionamento da cadeia de significantes que estrutura o inconsciente e o que comporta o furo; e, por fim, o Imaginário é a matéria, a parte consistente que se liga à representação do não saber, ajudando a suportar o não sentido. Diante disso, pensando na articulação linguagem e constituição do sujeito e tomando o efeito significante como o rastro a ser seguido nesse percurso, a fala de Cadu (e os signos que ela comporta) está alçada ao funcionamento imaginário, pois a palavra é consistente por vir atrelada a um significado e nela a rigidez de língua (linguagem) reclamaria por um funcionamento simbólico evocando uma possibilidade de equívoco de sentido em sua leitura, evocando o efeito de corte pelo inesperado, e na rigidez estrutural e impregnação desse Simbólico, surgiriam marcas do Real na linguagem da criança.

Ainda nesse *Seminário*, a proposição do nó borromeo como uma consistência parece limitar o sujeito a uma universalidade de articulação possível entre os três elementos do nó (RSI), visto que o singular aí produzido é o sujeito do inconsciente em sua lógica universal cindido pelo furo do Simbólico. De todo modo, essa consistência não permitiria, me parece, a impossibilidade do Real como o que está de fora, porque seu efeito seria o de desintegrar essa consistência. Portanto, é devido à lógica radical do Real que Lacan (1975-1976/2007) agregará a esse nó borromeo de três elementos um quarto elemento: o Sinthoma. Essa operação de agregação implica na manutenção desse funcionamento de três, porém com esse quarto elemento como suporte desse funcionamento frente ao Real.

O estabelecimento do seminário de Jacques Lacan sobre o *Sinthoma*, feito por Jacques-Alain Miller, dá uma nova direção ao ensino lacaniano por colocar, em sua terceira parte, *A invenção do real*, esta como proposição de um inconsciente como Real.

Entretanto, não é isso que me interessa desse seminário, por todas as elaborações que venho tentando entre linguagem e constituição do sujeito. E, também, supor um Sujeito de Outro barrado (S(A)) – a partir da lógica do objeto *a* e do gozo e do fato de que não há Outro do Outro – seria pensar, do meu ponto de vista, na criança à mercê de impossibilidades em seu percurso de estruturação: que possibilidade haveria aí de um sujeito dividido sem a possibilidade de laço com o Outro, no Simbólico? Certamente, essa lógica poderia ser produtiva em uma clínica do adulto em que este buscaria, de modo inconsciente, responder por seu gozo no saber-fazer com seu *sinthoma* (o que não deve primá-lo do Outro como aquele que poderia inscrever um ponto de basta a esse gozo). Mas, na clínica da criança, seria privá-la de toda uma operação com o campo da linguagem que recobre sua falta primordial e

que trata de dar à criança possibilidades – como sujeito – em lidar com a falta que será descoberta e que lhe causa. Portanto, o relevante é a existência de um elemento a mais, de um organizador dessa realidade e que é do singular, do sujeito. Desse modo, para mim, um inconsciente Real não comportaria uma infância. O umbigo desse *Seminário* é a escrita do irlandês James Joyce e, sem dizer se James Joyce era louco ou não, Jacques Lacan mostra um sujeito fazendo suplência à não organização simbólica, fazendo uma outra versão de sua nomeação paterna.

Parto de uma dúvida inicial sobre o nó borromeano: o quarto elo estrutura o sujeito (sem ele não haveria estrutura) ou ele tem a função de ocupar, nessa superfície topológica, os vãos deixados pela não nomeação simbólica como desarticulação que impediria tanto o fechamento do nó como a estabilidade de seu funcionamento? Antes, porém, seja qual for a resposta, é preciso pensar na condição do sujeito se estruturando: se é fundamental na estrutura, onde entra o quarto nó no entrelaçamento estruturante, pois sem ele não haveria nó, não haveria realidade psíquica instituída?; ou, se sua função é fazer suplência aos impasses do sujeito nesse percurso, como se dá essa suplência para que o sujeito caminhe nesse percurso? Essas questões fundamentam a proposição da amarração sinthomática com uma tendência em sustentar uma função de suplência, pois o sinthoma tem a ver com o *savoir-faire* do sujeito, um saber-fazer do sujeito que pode prescindir do Outro: na infância isso ainda não é possível.

Em sua invenção do Real, Lacan assenta os direcionamentos sobre o Real de modo mais preciso, lembrando que sua referência é esse Real como algo anterior à consistência do próprio nó e que esse nó de quatro é a mostra possível dos efeitos dessa rede. O radical é que, agora, Lacan propõe uma “existência” fora da linguagem: não se trata apenas do furo que a linguagem e que a própria cadeia borromeana comportariam, mas de uma orientação que foraclui o Real, e este deve ser buscado abaixo do limite do zero. Por essa *ex-sistência*, o Real só pode ser aproximado em pedaços e o contorno dos nós aos furos faz essa aproximação, mas ficará sempre um vazio sem possibilidade de aproximação: “O real [...] é sempre um pedaço, um carço.” (LACAN, 1975-1976, 2007, p.119). Esse *ex-sistir* do Real não se liga à nada e só pode ser capturado por um mito que se escreve e, como tal, contempla o Imaginário como representações da realidade e o Simbólico como significação.

Por analogia, na Língua Portuguesa, o prefixo *-ex* faz supor algo anterior, porém perdido: uma pessoa pode ser ex-esposa, mas não pode ser ex-fundador, pois não se perde uma condição que lhe é anterior. Ainda, esse *ex-sistir* se contrapõe ao *existir* como a existência real, a realidade nesse paradoxo que integra o próprio sufixo: o anterior é perdido,

da ordem do impossível, pois está fora, alhures e é justamente essa condição que o define. Esse *ex-sistir* se supõe a partir de uma perda fundamental: é como se ao cair do sujeito, o objeto *a* abrisse um vão de uma dimensão da impossibilidade já que o sujeito nela não pode ‘entrar’ para retomar isso que é seu, instaurando, desse modo, a impreterível não coincidência entre o que se busca e o que se alcança. É a direção silenciosa da pulsão de morte elaborada por Freud em toda a sua impossibilidade ao sujeito, uma espécie de existir puro, sem atravessamento de Imaginário e Simbólico⁵². Essa impreterível antecedência imaculada em algum *topos* só pode, no entanto, ser cogitada na lógica da oposição: toda completude supõe uma incompletude, o todo supõe o não todo, o ex-sistência supõe e é suposta pela existência.

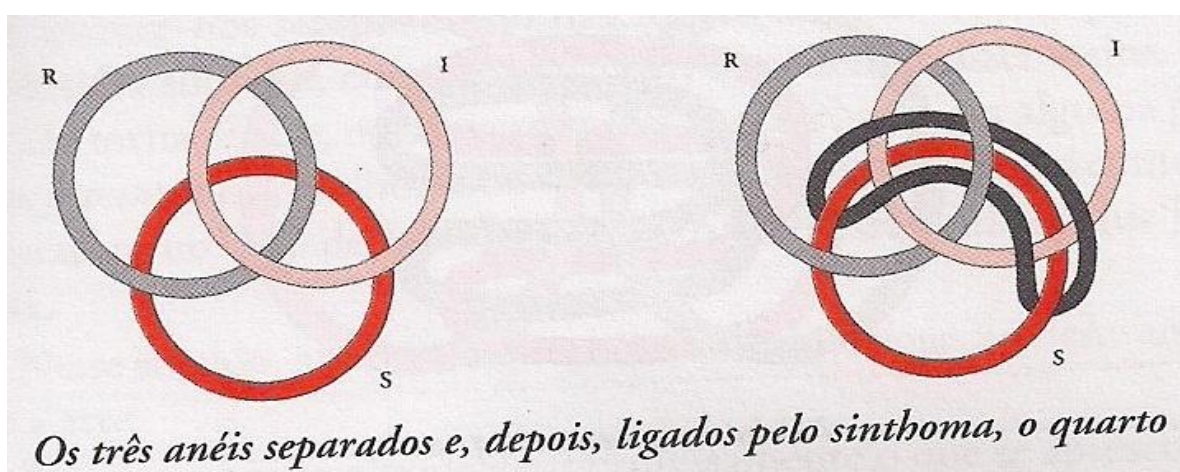
Nessas elaborações, *Sinthome* vem da palavra grega *Symptôme* que Lacan (1975-1976/2007) injeta em sua lalíngua e, por sua vez, ao particular da Psicanálise que está estabelecendo a partir de uma escrita possível que comporta o furo: é a partir de uma linha que ele propõe o entrelaçamento e o enodamento na escrita considerando que o sinthoma é o *mas isso não* de um todo que o sujeito usa até se faltar (gozo) e sua função é ser o fiador da falta constitutiva do sujeito, tentando supri-la em suas articulações com o Real, Simbólico e Imaginário (elementos do nó). O trabalho de Lacan (1975-1976/2007), nesse *Seminário*, é uma tentativa de responder como a arte (a escrita) pode substancializar o sinthoma em sua relação com a consistência imaginária, sua ex-sistência no Real e com seu furo no Simbólico, para o escritor irlandês James Joyce. Para ele, não interessa se o escritor era louco ou não, mas trata-se de seu nome, Joyce como sinthoma frente a não nomeação do pai: é o sujeito escrevendo-se, cifrando-se. Sobretudo, para Lacan, o importante é que Joyce não se rendeu a essa não nomeação e fez de seu sinthoma uma outra versão de seu mito singular, tornando-se, então, o pai-vertido de seu nome. E de fato, é disso mesmo que se trata: “Só se é responsável na medida de seu *savoir-faire*”. (LACAN, 1975-1976/2007, p.59). Sob esse ponto de vista, o sujeito é responsável por se faltar de seu sinthoma e, como em Joyce o nome falta, portanto o Outro está barrado, resta-lhe, assim, a escrita para fazer nela (e dela) uma versão de si mesmo. Se a literatura é ficção, Joyce a usa para fazer uma ficção de si mesmo.

Em um contraponto ao que vinha propondo sobre o nó de três, Lacan (1975-1976/2007, p.20) vai supor um nó de quatro elos. De início ele diz, chamando a atenção para o fato de que o símbolo (portanto como Imaginário) – nó borromeo – já existia sem ninguém tirar proveito dele, como o Real: “[...] a partir de três anéis, fizéssemos uma cadeia tal qual o

⁵² Conforme Lacan (1975-1976/2007, p.121): “A pulsão de morte é o real na medida em que ele só pode ser pensado como impossível. Quer dizer que, sempre que ele mostra a ponta do nariz, ele é impossível. Abordar esse impossível não poderia constituir uma esperança, posto que é impensável, é a morte – e o fato de a morte não poder ser pensada é o fundamental do real”.

rompimento de apenas um, o do meio, se posso dizer de modo abreviado, tornasse os outros dois, quais quer que sejam eles, livres um do outro [...]”. Essa relação de três funções para fazer um “homem” não define uma estrutura e nem tampouco seu rompimento o faz. De modo fundamental, o que define uma estrutura é a distinção entre os elementos (de registro psíquico) Real, Simbólico e Imaginário (a função das cores é para constatar essa diferença) e a suposição de um quarto nó, o *sinthoma*, que vai articular esses registros distintos. De outro modo, a articulação que supõe um sujeito é entre quatro elementos e não entre três, tratando-se de um nó de quatro elementos (tetrádico): “[...] estabelecer o laço enigmático do imaginário, do simbólico e do real implica ou supõe a ex-sistência do sintoma⁵³” (LACAN, 1975-1976/2007, p.21). Esse *sinthoma* impende que o nó se dissolva quando um dos elos se solta (em um nó de três soltando um elo os outros dois se soltam).

As imagens abaixo, retiradas desse *Seminário* (p.21), mostram essa diferenciação⁵⁴:



Na primeira imagem (à esquerda), sem o quarto elemento a operação não poderia manter esse atamento em RSI. Todavia, como uma função estabilizadora, de reparar os impasses nesse enodamento, o quarto elemento mantém essa atamento (segunda imagem à direita).

De acordo com o que foi, até agora, apresentado neste capítulo, e retomando as questões que fiz sobre a estrutura ou a função de suplência do quarto elemento diante da ênfase de que Jacques Lacan de que esse quarto nó define a estrutura, então, se trata de função de suplência nessa estrutura.

⁵³ Na tradução está escrito sintoma sem *h*. Porém, de meu ponto de vista, já se trata de *sinthoma*, por ser ex-sistência e, portanto, Real.

⁵⁴ Distinção pelas cores, nesse Seminário: preto, como *sinthoma*; Real, como cinza; Simbólico, como vermelho; e, Imaginário, como Rosa.

Todavia, esse quarto elemento é estruturante, e não é um substituto para o objeto perdido, já que esse quarto elemento não se altera. Ou seja, não pode ser trocado por outro elemento. Essa função de suplência só faz sentido se elemento puder facilmente se depreender da forma como o sustem e sabemos disso desde a época em que Lacan elabora apenas a lógica significante. Mas, na segunda imagem, esse quarto elemento é, em si mesmo, um elemento e, por isso, existe, no caso do *sinthoma*, ex-siste. Assim, acredito que, no tempo lógico da infância, essa função de suplência estruturante de um quarto elemento é o que vai permitir ao sujeito percorrer seu caminho de estruturação: esse quarto elemento viria suprir a ausência ou falhas na castração e permitir a separação, a inscrição do corte deixando entrever a hiância causativa. Dessa forma, ganharia estatuto de *sinthoma* na definição estrutural permitindo a relação em pontos de articulação improváveis diante dos impasses da criança em seu percurso de constituição psíquica, de modo que na imbricação dos elementos, formando esse nó, ao final da estruturação, esse elemento seria tomado pelo sujeito como seu *sinthoma* e não mais como uma função de fazer *sinthoma*: o que denomino aqui de amarração *sinthomática*.

Em seguida, apresento o funcionamento desse nó de quatro elementos. Esse nó de quatro elementos permite um trajeto formado pelas possibilidades de encontro entre RSI articuladas pelo *sinthoma*, em que a posição dos elementos se alterna: RSI, SIR, IRS, o esquema do 3 +1 que Lacan apresenta (1975-1976/2007). Essa lógica de uma amarração estrutural por algo que tenha essa função *sinthomática*, de manter o percurso de estruturação da realidade psíquica organizada, é muito importante para o tempo de constituição do sujeito: o que faria essa suplência como *sinthoma* mantendo o sujeito em seu percurso de constituição estrutural e tentando saber-fazer com o que dificulta que ele se realize como sujeito? O Outro, como campo da linguagem tem essa função quando está em junção com o sujeito (na alienação).

Porém, como exposto, a inscrição da perda fundamental do sujeito – o objeto *a* - instaura uma lógica de não-todo e, em termos de gozo, esse Outro estaria até mesmo barrado. Também, é possível um imprevisto até mesmo na alienação. Nesse ponto, é fundamental que se junte a esse tempo lógico de constituição um quarto elemento que tenha essa função de *sinthoma* da criança, como tentativas do sujeito em constituição de saber-fazer com seu impasse subjetivo. Eu disse tentativas, pois é disso que se trata no percurso de constituição estrutural e essas tentativas têm como referência a possibilidade do sujeito fazer laço social e seus movimentos em relação à intensidade de angústia. Diante disso, o pequeno ser, em seu funcionamento como falasser, há que se identificar com algo que lhe seja absolutamente

singular e estabelecido nos primeiros movimentos de seu percurso constitutivo, ou até mesmo, na posição zero.

Segundo Lacan (1975-1976/2007), a relação consistente entre RSI ao fazer círculo (aros do nó) supõe furo, mas ele chama a atenção que entre o sintoma simbólico (aquele produzido entre imaginário/símbolo e simbólico) o que se tem é um falso furo, momento em que ele começa a propor que o limite infinito da reta (ponto ao infinito) seja tomado como possibilidade de cifrar o nó. Assim, é possível obter um nó a partir de três retas paralelas e infinitas, (basta, ao se desfazer o nó, tornar os três elos paralelos-esticados) definindo o ponto infinito de cada reta de modo que tenham o mesmo centro: uma reta é parente do furo. A partir desse traço ao infinito de retas paralelas com pontos que vão retroagir sobre si (o ponto do gozo retorna sobre o ponto zero de cada paralela) é possível se escrever o nó borromeano agregando a ele o quarto elemento: é a substancialização possível à realidade psíquica que comporta o furo do Real e não o (falso) furo do Simbólico, por isso a conversão em círculos das retas, porque comportam furos. Vale ressaltar, que a geometria do nó interdita, assim, o Imaginário, pois tem função de comportar o furo do Real e continuar em funcionamento.

A função do sinthoma é fazer com que as “três rodinhas” se enganchem uma na outra e não importa como se engancham (o seminário contém várias possibilidades desse enganchamento), mas o que importa é em que ponto elas se engancham. Essa é a função fundamental de uma amarração sinthomática na infância, no meu ponto de vista, ir atando a estrutura do sujeito e, em alguns destes, isso será como um impasse causando sofrimento. Porém, o movimento dos três elos e seu enodamento a esse quarto elemento que vai se efetivando mantém o sujeito caminhando, pois seria suficiente lembrar que o três estão soltos entre si e o que ata é o sinthoma. Esse devir de RSI em torno do sinthoma – ou vice-versa – mantém o sujeito caminhando e não há, desse modo, uma parada, uma petrificação do sujeito nesta ou naquela possibilidade de articulação do nó.

Diante disso, certamente o impasse subjetivo não é uma parada, mas é justamente o ponto em que o sujeito em constituição está tentando enodar-se, amarrar-se em termos sinthomáticos. O aspecto de insuperável e de intransponível na lógica de um impasse, que parece que não tem saída, concerne ao fato de que é o sujeito se aproximando muito do Real, por isso ele sofre e, é a partir desse impasse, que a clínica psicanalítica deve operar com crianças, pois, de modo paradoxal, é justamente nesse ponto que o pequeno ser pode constatar sua possibilidade de sujeito ante esse quarto elemento e a amarração que ele permite.

Decerto, esse sinthoma por dizer do sujeito responde por sua estrutura e, no caso da criança, a amarração sinthomática vai nos dizendo – e também para a própria criança – o que é ela: o que é esse sujeito se constituindo?

Na sequência, em imagens retiradas desse *Seminário*, as linhas retas e paralelas e a proposição de um nó a partir dessas linhas paralelas.

Retas infinitas paralelas (p.33):



Exemplo de nó de quatro a partir de duas retas (p.50):



Dando continuidade ao proposto nesse *Seminário*, Lacan (1975-1976/2007) esclarece que a articulação nesse nó de quatro é uma superposição e uma subposição entre os elementos e seus pontos são planificados, unidos e contínuos em uma organização que, plana e como plano, supõe um começo, um meio e um fim; é um plano que se tem sobre uma possibilidade de sujeito. Sobre essa articulação, Lacan mostra, na citação abaixo, que, como círculos, os três são equivalentes e algo se repete neles:

Do fato de que dois estejam livres um do outro – trata-se da própria definição do nó borromeano -, que sustento a ex-sistência do terceiro e, especialmente, daquela do real em relação à liberdade do imaginário e do simbólico. Ao sistir [sistir] fora do imaginário e do simbólico, o real colide, movendo-se especialmente em algo da ordem da limitação. A partir do momento em que ele está borromeamente enodado aos outros dois, estes lhe resistem. Isso que dizer que o real só tem ex-sistência ao encontrar, pelo simbólico e pelo imaginário, a retenção. (LACAN, 1975-1976/2007, p.49)

Desse modo, uma cadeia borromeana, planeada e contínua, suporta o sujeito do inconsciente se constituído por meio do enlaçamento de um nó de quatro elementos⁵⁵. Esse quarto elemento do nó, que se apoia nos outros três elementos, Lacan o nomeia de *sinthoma*:

[...] é sempre em três suportes, que nesse caso chamaremos de subjetivos, isto é, pessoais, que um quarto vai se apoiar. Se vocês se lembrarem do modo com que introduzi esse quarto elemento em relação aos três elementos, cada um deles supostamente constituindo alguma coisa de pessoal, o quarto será o que enuncio este ano como *sinthoma*. (LACAN, 1975-1976/2007, p.50)

Esse nó de quatro comporta a diferença e por isso é suporte do sujeito suposto e essa diferença tem efeito de singular, efeito de sujeito. Em contraponto, sobre esse nó de três, Lacan argumenta que, sem o *sinthoma*, ele não comporta a diferença, é homogêneo. Ademais, desde os tempos do sujeito efeito de significante a diferença pura é primordial para a constituição do sujeito e é isso que o nó de quatro vai suportar. Na continuidade, o autor defende que pela lógica homogênea do nó de três todos os paranoicos seriam os mesmos sujeitos (teriam a mesma personalidade), pois haveria apenas uma espécie de paranoico. Assim sendo, *sinthoma* vem para especificar o que se vincula entre sujeito e inconsciente: “[...] há um laço do *sinthoma* com alguma coisa de particular.” (LACAN, 1975-1976/2006, p. 53). Pela substituição, pode-se dizer que existe um laço do *sinthoma* com alguma coisa singular.

Visto que na infância, o que se tem é um percurso de constituição estrutural, esse nó de quatro comporta a suposição de haver sujeito pois não está fechado, daí a lógica das retas paralelas, já que lá em seus pontos infinitos elas se fecham para um mesmo centro. A amarração *sinthomática* entraria nesse percurso com função de constituir esse *sinthoma* e

⁵⁵ Suportar o sujeito não é ser o sujeito do inconsciente: essa lógica borromeana admite um sujeito do inconsciente e sua dupla causação colocando-se à prova para a possibilidade de haver sujeito.

costurar essa estrutura, ou seja, fazendo as *cerziduras elementares* do nó, propostas por Lacan:

O nó não constitui a consistência. Apesar disso, é preciso distinguir consistência e nó. O nó ex-siste ao elemento corda, à corda – consistência. Portanto, um nó pode ser feito. Eis por que optei por *cerziduras elementares* [...]. (LACAN, 1975-1976/2007, p. 63).

Isto é, *cerzir* é unir, juntar aos moldes de uma costura sendo possível ‘disfarçar’ um defeito: é remendar e emendar, o que faz supor que o sujeito vai sempre tropeçar e precisar dessas *cerziduras elementares*. Sob esse aspecto, o pequeno falasser precisa dessas *cerziduras* ante seus impasses subjetivos como a tentativa de *fazer de (book of himself* de Joyce que fez livros com seu *sinthoma*, com seu enigma original).

Também, ressaltando a cadeia borromeana como planificada, sendo possível nela representar o furo do Real – que perfura os elos – não é o sentido (Imaginário e Simbólico) que está em jogo nesse nó borromeano de quatro. A ausência de sentido estabelecida pelo Real impõe que nesse entrecruzamento ocorra uma espécie de desordenamento, o que faz Lacan (1975-1976/2007, p. 90) observar que pode haver erro nesse nó e, havendo erro, há o *sinthoma* em sua função de *cerzidor*. Segundo ele, “[...] é o que permite reparar a cadeia borromeana no caso de não termos mais cadeia, a saber, se em dois pontos cometermos o que chamei de erro”. Assim, a amarração *sinthomática* permitiria que, em seu percurso, o sujeito em constituição reparasse os enganos traumáticos em sua constituição permitindo que Real, Simbólico e Imaginário continuem juntos de modo mais que particular, de modo singular se articulando e costurando o nó da estrutura, desse sujeito.

A clínica com a criança traz muitas possibilidades dessas amarrações: crianças que usam os mais vários objetos empíricos como parte do corpo, o modo de manuseio de brinquedos, os variados funcionamento de linguagem, as estereotípias corporais e comportamentais, os jogos imaginativos, as cantigas, os brincadeiras com semelhantes, o estatuto do Outro em suas vidas, ‘patologias’ das mais variadas como a hiperatividade e o *déficit* de atenção, os distúrbios de conduta, as fobias, as psicossomatizações. Contudo, é preciso discernir quando essa amarração *sinthomática* é em si extremamente traumática, porque toda criança comporta essa amarração pela vida, mas na clínica o que temos é da ordem da angústia traumatizante e do sofrimento agudo. Por serem tão singulares, sempre estamos, nessa clínica, diante de paradoxos da constituição de sujeito, sem a exatidão esperada de quadros clínicos ou estruturas pré-definidas e, por isso, essas amarrações devem

dar a direção do tratamento. Por outro lado, essa lógica estrutural é universal, é da condição do sujeito do inconsciente. Mas, a Psicanálise lida com o modo como cada um sabe fazer com isso, como cada criança tenta saber-fazer com isso, pois não há sujeito também sem o suporte do *sinthoma*, sem isso que prevalece e que se repete.

Em Cadu, o seu mais particular do suposto autismo (“***Ele não se comunica***”) é vertido em seu singular, é de sua língua cujas insistências de símbolos, estrutura, significantes e fonação constituem sua identidade de sujeito em constituição. Com isso, a função como analista, muitas vezes, será também possibilitar que se reconheçam nesse particular e, em algum ponto de seu percurso, reconheçam seu estatuto de *sinthoma* em sua resolução estrutural. Também, esse tipo de lapso – não se comunicar – é, de fato, o ponto no entrelaçamento borromeano de Cadu em que se faz possível uma reparação. Nesse sentido, que se reconhece o valor na impossibilidade do *sinthoma*.

Sobre esse emaranhado nesse nó, Lacan (1975-1976/2007, p.95) ainda faz mais um fundamental esclarecimento ao que ele denomina de lapso do próprio nó, renovando a noção de falha, pois dependendo do ponto desse curto-circuito naquele nó de três as consequências são diferentes: “Que se dê [*o curto-circuito*] no lugar onde o nó rateia, onde há uma espécie de lapso do próprio nó, é o que atrai nossa atenção [...]”. Sobretudo, por que fracassou nesse ponto? Porque é para esse ponto que se deve olhar, pois, em termos de consistência, é nele que o *sinthoma* deve ser alocado: colocando o *sinthoma*, o quarto elemento do nó nesse ponto, o nó que suporta o suposto sujeito é outro, já que o *sinthoma* amarra o ponto do lapso do nó dando outra direção a esse nó. Por certo, se em possibilidade de autismo, um dos pontos de fracasso é o enodamento entre Simbólico e Imaginário, porque o Real está sobreposto ao primeiro de modo maciço se opondo à continuidade no percurso, a língua como amarração *sinthomática* entraria aí promovendo a ascensão do sujeito para o enodamento, porém essa amarração pode promover um outro emaranhado, como uma amarração aos moldes de uma psicose, prevalecendo a sobreposição do Imaginário sobre o Simbólico, também de modo maciço. Enfim, é o paradoxo da constituição subjetiva do pequeno Cadu, pois aquilo que é essa amarração patológica foi o que lhe permitiu sair do isolamento de seu *Um* solitário e, assim, seu *Um* não é de todo solitário, havendo uma espécie de não-todo solitário.

4.1.3 Nos movimentos de subjetivação, a amarração sinthomática

Com base na topologia borromeana elaborada por Jacques Lacan, Vorcaro (2004, 2008, 2010) propõe que se compreenda o processo de constituição do sujeito como *tecendo um nó* a partir dos três registros como alternativa à metáfora paterna como determinante da estrutura psíquica. Diante disso, e tomando a proposição lacaniana de que um nó borromeo é feito com *seis gestos*, combinatória possível entre RSI, a autora supõe uma trançamento com os cruzamentos de Real, Simbólico e Imaginário no tempo lógico de estruturação, mostrando, nesse processo, a incidência de acontecimentos que alterariam esse trançamento afetando a condição da criança: na mesma direção do lapso borromeano discutido por Lacan. De modo geral, esses movimentos de estruturação no campo da linguagem são os modos distintos da criança fazer-se sujeito com a linguagem.

Inicialmente, para Vorcaro (2004, p.66), não se trata de privilegiar a lógica simbólica do sujeito efeito de significantes e alienado ao desejo do Outro, na prática analítica. Seu objetivo é “[...] sustentar os traços do impossível de dizer em que ele se efetua sem sentido”. Trata-se de uma escrita lógica do singular do sujeito em constituição. Conforme a autora:

Trata-se de seguir a trilha pela qual a unidade biológica de um ser (re)verte o lugar da coisa operada por uma alteridade estruturada, em posição de sujeito estruturado. Responder à questão da fixação de uma estrutura capaz de permitir a transmissão de uma herança simbólica passa pela consideração da inauguração de um lugar de relações que amarram um organismo irreduzível, uma posição significativa e uma consistência ideal; três heterogêneos que se deixam ler como uma coincidência que os sobrepõe num mesmo ponto. Para resgatar o cálculo da especificidade do laço que os aperta, serão distinguidas as urgências constritivas das incisões que permitem que, desse enlaçamento inaugural, faça-se um sujeito. A rota deste ponto mergulhado num espaço que lhe impõe alteridade radical será percorrida, considerando os deslocamentos que intervêm em sua deformação, traçando rupturas e continuidades, que marcam o caráter de sua constituição até que uma estrutura se destaque. Tal destacamento inclui a estrutura da qual partiu, sendo, entretanto, exclusiva, constituindo um precipitado singular. (VORCARO, 2004, p.67)

Essa trilha, a ser seguida na linguagem topológica, é o percurso de constituição estrutural do sujeito em que se pode verter em escrita borromeana as relações entre o Real, o

Simbólico e o Imaginário, assim como a inscrição de sua alteridade radical (o Outro) e de sua causa fundamental (o objeto *a*)⁵⁶.

Diante do desamparo do ser humano que nasce imaturo, é impossível de se abrir mão da alteridade (LACAN, 1964/2008), pois esse percurso de constituição é efeito justamente desse encontro: entre o ser e seu semelhante, entre o sujeito e o Outro e entre o sujeito e seu gozo. Agora passo, de modo específico, às elaborações de Vorcaro para a clínica psicanalítica da criança sustentando a hipótese de um percurso de estruturação.

Para supor a trançagem entre RSI, Vorcaro (2004) enfatiza que essa lógica implica o retorno que fazem das retas paralelas infinitas círculos atados borromeamente, pois são heterogêneos, se articulam e se sustentam. Isto qualifica o tempo de constituição como um trabalho imaginário e simbólico sobre o corte real. Além disso, é importante que essa retroação implica o furo que cada dimensão comporta e a descontinuidade entre RSI.

Nesse ponto, vale ressaltar que o trabalho de Vorcaro (1999, 2004, 2010, entre outros) é um veemente contraponto a uma perspectiva dentro do campo psicanalítico lacaniano que sustenta uma invariância na estrutura do sujeito e na condição da criança prescindindo da alteridade radical e sua relação estabelecida com o sujeito, por isso a suposição de um percurso diacrônico que vai afetando essa estruturação e estabelecendo seus paradoxos. Como já discuti a imersão do ser no campo da linguagem não é a mesma para a criança e para o adulto que já não é imaturo: neste, o objeto que se supõe causa do desejo já é caído; enquanto para a criança, trata-se de deixar cair esse objeto, ato que deve antes ser recoberto pelo corte significativo, por aquilo que tem efeito de sujeito na lógica das operações de alienação e separação.

Nessa lógica, o Outro é a “dupla entrada”, elemento que introduz significante e objeto *a*, a dupla causação do sujeito. Por isso, o Outro (tesouro de significantes) é imprescindível no percurso de constituição estrutural do sujeito. Constantemente, em suas elaborações, Vorcaro (2004) vai sustentar a variância na estruturação do sujeito coerente com as proposições de uma estrutura não-decida na infância interrogando assim a rigidez na sincronia (autônoma) da estrutura. De minhas leituras dessas elaborações da autora, depreendo que um percurso estrutural comporta articulações “diacrônicas” que possibilitam ao sujeito se movimentar de

⁵⁶ São esclarecedoras as conceituações, a partir de Lacan, de Vorcaro (2004) para Real, Simbólico e Imaginário: o real como sustentação do inconsciente e, desse modo inapreensível (*Há*), o que é diferente de dizer que o inconsciente é o real; o simbólico como o que torna possível situar o real num lugar do espaço pelo funcionamento significante (*Há discernível*); e o imaginário como o reflexo desse inapreensível (*Há semelhança*). A autora não perde de vista, em suas elaborações, que o nó borromeano é efeito de linguagem, portanto, efeito da palavra que o enuncia e que permite diferenciar seus elementos.

uma posição de alienação à separação, de uma posição de signo a uma posição significativa, possível pelo desprendimento na operação de separação.

Diante disso, abordo, na sequência, os gestos entre Real, Imaginário e Simbólico na trançagem que comporta os movimentos de estruturação do sujeito, conforme Vorcaro (2004, 2008, 2010) para fazer ver, nesses gestos, como se inscrevem os impasses, as fatalidades nesse percurso.

Antes de tudo, na planificação borromeana, o ponto de começo é a *posição zero*. Nessa posição não há sujeito em constituição, mas há o real do organismo que passará a ser investido de forma imaginária pela alteridade de um outro cuidador. Inaugura-se, então, uma condição de subjetividade, uma *matriz simbólica* como o lugar de possibilidade de haver sujeito.

Do mesmo modo, Lacan (1964/2008) constata que o campo da linguagem (tesouro do significativo e herança simbólica) antecede o sujeito e, é dessa precedência simbólica ao sujeito que Vorcaro (2004) estabelece o lugar de entrada do organismo vivo imaturo e sem autonomia nesse campo, o que implica um estado primitivo e o encontro desse corpo real com sua alteridade radical e provedora, seu semelhante: a tensão (esforço motor/*Drang* freudiano) se inscreve na alteração entre prazer e desprazer, alívio e tensão. Essa descarga orgânica (de necessidades) exige, como efeito do ser sobre o agente materno, uma interpretação deste para isto que é *Drang* do bebê e cujos poros incorporaram os significantes oferecidos pelo outro maternante: esses atos de linguagem sobre o bebê (*infans*) compõem-se de signos que representam esse alguém. São atos porque, de modo performativo, fazem nascer o sujeito do inconsciente no campo da linguagem por essa antecipação ainda como signo. Nas palavras da autora: “Esta posição de sujeito antecipado pelo agente materno aloca este ser ao nome próprio introduzido pela atividade languageira que o fissa à estrutura da linguagem que antecede sua existência real.” (VORCARO, 2004, p.72). Essa antecipação apaziguadora de tensão oferecida pelo agente cuidador resulta em uma satisfação de significação arbitrária, pois o signo que representa esse sujeito é arbitrário, sendo essa intervenção diante da invocação desse sujeito em constituição.⁵⁷

Esse agente cuidador/maternante é aquele que “[...] faz função de agente que suporta a linguagem [...]” (VORCARO, 2004, p.73), tomando o pequeno ser como signo de seu desejo,

⁵⁷ Um fato demonstrativo dessa invocação/tensão e apaziguamento é primeiro choro do bebê, após o parto: a mãe, sem poder ainda pegar e tocar o recém-nascido tende a mover sua cabeça na direção do choro do bebê (ou de qualquer manifestação sonora dele). Saído da omeostase uterina, a mãe não o perde de “de vista”, mantendo pelo fio de uma sonoridade qualquer sua ligação com o bebê, talvez como recusa em lançá-lo ao desamparo que lhe característico e por não querer se desfazer disso que é saído de seu corpo.

representando-o como seu desejo e, desse modo, “[...] O campo simbólico que precede o neonato recorta sua condição real ao torná-lo representável no campo do semelhante [...]” (*ibid*), porque essa representação é sustentada pelo imaginário materno: essa operação simbólica antecipa o tempo da constituição estrutural e, em conformidade com Lacan (1964/2008), a autora esclarece que esse tempo só poderá ser tomado pelo futuro sujeito como mito. Assim, para esse pequeno, ser signo da falta (imaginária) da mãe⁵⁸ tem a função de suprir essa falta como objeto de desejo (falo). Essa relação inscreve o bebê na posição também de quem demanda e, pelo que vem do outro como satisfação, o *Drang*, vira apelo, e, dessa forma, a necessidade orgânica em gritar, em chorar, vira demanda à qual o agente responde por supor um sujeito. Nessa tensão e apaziguamento se inscrevem os primeiros traços do simbólico e mantém-se um equilíbrio diante da *tensão apaziguadora*, já que o bebê está alojado em uma posição de *alienação plena* e enganchado⁵⁹ em seus objetos de satisfação como o seio, não havendo, então, a alteridade instaurada. Essa alteridade simbólica se inscreverá a partir da oposição nessa alternância entre tensão e apaziguamento da relação presença-ausência do agente cuidador: sua ascensão à posição primordial de Outro (o tesouro de significantes que tudo comanda) se efetivará diante dos valores atribuídos entre grito e apelo, presença e ausência:

[...] Se o grito é, para o agente, o signo de apelo ao apaziguamento ou à cessação do apaziguamento, mesmo ao se repetir idênticos em diferença fônica, avança na direção significativa, uma vez que muda de valor a cada emissão (apelo à presença ou à ausência). Entretanto, é a manutenção da alternância pela mãe (que, quando presente, torna o grito apelo à presença da mesma) que permite a “*relação com a presença sobre o fundo de ausência e com a ausência na medida em que esta constitui a presença*”⁶⁰. O caráter dessa primeira relação constitui, na condição de falante do agente-suporte-da-linguagem, a função simbólica. [...] (VORCARO, 2004, p. 75-76).

Nesse ponto, institui-se a cadeia simbólica que na relação entre seus elementos pela distinção, abrirá a possibilidade de falta e, portanto, de desejo como efeito dessa relação. Nessa cadeia, o endereçamento do apelo ao Outro (S→A) ocorre na posição zero ainda sem

⁵⁸ Termo usado como referência ao agente cuidador que assume a posição de outro semelhante e de grande Outro, portanto, agente de subjetivação.

⁵⁹ *Enganchada*, termo usado por Vorcaro (2004, p.74) é bastante ilustrativo do que ocorre, pois o bebê dependura-se no seio materno, como um pedaço de carne que se prende (no ar) por ter sido fisgado, preso, por um gancho: “A criança está, nesse momento, enganchada sob a viga do seio, estabelecendo, com este, uma condição parasitária. O seio é, nesse momento, parte da criança, tal como foi a placenta. O seio é aí parte interior do sujeito e não do corpo da mãe, está pendurado no corpo de quem suga, e não de quem é sugado, posto que nada diferencia, para a criança, a alteridade”.

⁶⁰ Citação feita por Vorcaro (2004) de Jaques Lacan, *Seminário IV* (1956-1957), *A relação de objeto*, p.189.

barra, sem sujeito, pois essa posição antecede a inscrição simbólica. Logo, a alternância entre presença e ausência, cuja significação se sustenta na arbitrariedade, sem valor determinado, que instaura a diferença entre um e outro permitindo a inscrição de uma relação de demanda, de desejo, de encontro e desencontro, portanto, de falta: é a inscrição da ordem simbólica cujo funcionamento é pela distinção, pela oposição entre seus pares (de signos) e esse desencontro entre signos deixará escapar um traço fundador, aquele em que se escreverá um novo personagem nesse mito: o sujeito do inconsciente.

A partir da posição zero, nascido no campo da linguagem, o sujeito entra em seu percurso de estruturação e efetiva-se o primeiro movimento desse percurso, aquele em que o *Real incide sobre o Simbólico*, sobre essa *matriz simbólica*. De agora em diante, é o tempo lógico do funcionamento simbólico, caracterizado pela descontinuidade entre uma tensão causada por um real do corpo e o apaziguamento dessa tensão ocorre por meio de uma ordem simbólica encarnada pelo outro cuidador.

Como apresentado, na *posição zero* é a implicação do *infans* no apelo que atestará sua imersão na linguagem (VORCARO, 2004) e, este é um ponto fundamental na constituição estrutural do sujeito: o ser, desde o princípio, não está à mercê do outro, pois sua invocação é primordial para instaurar a resposta no Outro.

Isso é fundamental, porque o autismo, nos dias atuais, é tomado em seus extremos: antes era o agente cuidador que não respondia ao bebê, o que gerou importantes equívocos e ataques às concepções psicanalíticas e, me parece, que foi nesse *nonsense* que alguns grupos “capturaram” as ‘mães’ de autistas tornando-as importantes agentes no rechaço às abordagens que sustentam a subjetivação e a vinculação afetiva como modos de tratar a criança dita autista; por outro lado, a ênfase das neurociências e de parte da genética parece ser na criança: o que a define autista é dela, sua carga genética e a alteridade está aí descartada. De modo geral, o (des)encontro entre sujeito e Outro fundante do sujeito do inconsciente não está na direção do tratamento para a criança autista. Contudo, trabalhos dentro da Psicanálise, como os de Marie-Cristine Laznik e do grupo de Alfredo Jerusalinsky, não desconsideraram uma defasagem neurológica no *infans* reconhecendo que isso dificultaria o apelo ao outro, validando a importância das relações primordiais que o *infans* vai estabelecendo com seu semelhante e com o Outro. De todo modo, coloca-se em xeque uma certa noção de ‘falha’ no dito desenvolvimento infantil (O que falha?) e, em que lugar, do percurso há falha? E o que é uma falha? O que se distancia da argumentação lacaniana em *prol* de um erro nessa estruturação.

Ainda, é preciso ressaltar, que na posição presença-ausência, a ordem simbólica faz aí inscrever um traço mínimo como significante. Esse significante fará corte nessa alternância rítmica, visto que “[...] o encontro faltoso que marca a exclusão de um dos termos delimita uma fissura na alternância, pelo adiamento ou pela precipitação dos termos alternantes [...] instaura o processo de diferenciação [...]”, conforme Vorcaro (2004, p.77-78). Afinal, é o desencontro diferencial nessa relação que instaura a situação de privação, portanto de falta que “[...] só é apreensível por intermédio do já estruturado [...]”. Ainda de acordo com essa autora, nessa situação o corpo que grita se oferece a esse lugar de vazio:

[...] Isto que se desprende como grito, que se separa do *infans* passando por um orifício do corpo, ultrapassa a função fonatória do organismo, é referência invocante, resquício de um objeto indizível, que faz dessa emissão o que não pode se dizer. Assim, o sujeito aparece no que lhe faz alteridade: no que o primeiro significante – o grito – incide como sentido, significante unário que, por só poder se prestar a intimar uma recuperação, não se faz equivaler a ela, apenas traça sua falta. (VORCARO, 2004, p. 78-79)

Desse modo, aquilo que pode satisfazer se inscreve como falta radical: *o Real incide sobre o simbólico* (sobre o saber). Nesse percurso, qual a consequência disso para o ser que se constitui como sujeito? Ora, a significação do grito – O que ele quer? – será sempre incompleta e os objetos de satisfação serão sempre substitutos para o fato de que objeto e desejo não são identificados entre si, e isso instaura o ciclo da repetição cuja função é contornar essa falta como tentativa sempre fracassada de reencontrar o que foi perdido pelo toque do Real no Simbólico. Tem-se, então, um furo na linguagem jamais preenchido. Sob essas condições, sujeito esvanece nessa falta, do que agora é uma cadeia significante entre S1 articulado a S2: S1 – S2 que existe enquanto apelo que é respondido⁶¹. Ou seja, o S1, como traço unário, é um significante apagado que ressoa pela voz do Outro aos ouvidos do sujeito e, de modo enfático, pode-se constatar que esse *enxame significante* (expressão usada por Lacan) perseguirá o sujeito para sempre, pois é ele que marca o lugar do sujeito e começa a escrever o mito de sua origem numa ordem simbólica.

No entanto, por ser apagado, esse traço unário que faz S1 será desde sempre um enigma para o sujeito, fonte de seus equívocos e tropeços na cadeia de linguagem e, também, da repetição como fundamento da orientação subjetiva desse sujeito. Assim, é fundamental que compreender o significante que representará o sujeito para outro significante nesse

⁶¹ Vorcaro (2004) faz referência a Jean Balbo que enfatiza que o grito só é apelo se for respondido, pois é a resposta ao que saiu do silêncio que lhe dá sentido.

exame instaurado a partir desse S1, é aquele instaurado na incidência do Real sobre o Simbólico, pela falta⁶².

Melhor dizendo, o Real faz furo no simbólico instaurando uma hiância causativa entre S1-S2. Diante disso, para recobrir essa hiância, o sujeito ascende ao segundo movimento: incidência do Imaginário sobre a hiância no Simbólico. Mas, vale frisar que Vorcaro (2004, p.91) diz, em seu texto: “*O Imaginário recobre a hiância real no Simbólico*”. Assim, o ponto de articulação entre Imaginário e Simbólico é vazio, o ponto da falta deixado pela sobreposição do Real ao Simbólico. Posso inferir, então, que não é possível continuar o percurso de constituição estrutural se, na articulação Real e Simbólico, não ocorreu a inscrição do furo no Simbólico, o que poderia sustentar a suposição de um impasse autístico no percurso. Sobre isso, a pergunta a ser feita é se seria possível a um elemento (com função estruturante) que permitisse a ascensão do sujeito para esse segundo movimento mesmo que esse elemento se constituísse como um “lapso” nesse percurso? De fato, pode-se supor que o erro nesse enodamento é porque não se fez furo no Simbólico e o ser continua ser real.

Nesse segundo movimento de estruturação, a hiância real (uma falta a buscar significância), em se considerando a improvável ocorrência de um nó ideal, torna o sujeito assujeitado à demanda e à significação que vem desse Outro, pois este é o provedor. Todavia, trata-se de uma relação imaginarizada na medida em que o que vem do Outro vem como significante e, desse modo, o Outro está aí excluído. Essa onipotência do Outro somente pode ser mantida pelas vias do Imaginário que incide sobre a hiância: a falta deixada pelo corte significante estabelece uma relação de substituição entre esse Outro (a mãe) e o objeto *a* perdido nesse corte, entrando em cena os objetos substituíveis que, conforme Vorcaro (2004, p.92), são aqueles “[...] inseridos para satisfazer à demanda incondicional [...]” do bebê para o Outro. Também, esses objetos mantêm o Outro onipotente (são parte dele) e, mesmo imaginarizado, é infalível diante de sua condição faltante já atestado com o furo no Simbólico.

Essa incidência imaginária sobre a hiância real atesta, como no movimento anterior, o efeito constitutivo da função significante: de instaurar (e manter) essa hiância. Com isso, articulação Imaginário e Real visa possibilitar ao pequeno ser suportar o fato de que o que produz significância não satisfaz, pois “[...] é significante de que sua substituição não basta,

⁶² Toda a discussão já feita, nesta tese, sobre objeto *a*, as operações de alienação e separação, a pulsão e seus objetos parciais, são levantadas por Vorcaro, nesse primeiro movimento: as inscrições desses elementos concordam com as elaborações já construídas entre a relação desses elementos e a constituição do sujeito. Na leitura do trabalho de Vorcaro, meu foco é no ‘caminho’ tomado pelo significante.

sustentando a insaciedade fundamental em torno da qual circula a pulsão [...]”, conforme Vorcaro (2004, p.93) , e circula seus objetos pulsionais.

Logo, aquilo que ganha estatuto de objeto da pulsão visa responder à insaciedade do sujeito e se constrói pelas vias do Imaginário como um objeto empírico que se encaixaria no lugar do objeto fundamental perdido. Esse encaixe que não ocorre – daí o efeito de angústia no circuito pulsional – mantém o sujeito em seu percurso: caso o Imaginário obtivesse sucesso em tamponar a falta, a consequência seria o assujeitamento do sujeito ao Outro oniponte, pois este seria de todo provedor e saciador. Mas, é preciso que o lugar do traço apagado mantenha-se mesmo apagado para que o desejo tenha onde se inscrever, inclusive o Outro como objeto de desejo, pois é não-todo.

Nessas condições, as relações imaginárias entre objeto, corpo, gozo, sujeito e Outro mantém o circuito pulsional funcionando e não deixa perder de vista a *insaciedade fundamental da relação simbólica*. De modo específico, o que está em jogo é o que se dá na operação de separação: sujeito e Outro são faltosos e, de modo imaginário, insaciáveis. Segundo Vorcaro (2004), tem-se um estatuto simbólico diante do recobrimento pelos objetos substituíveis das duas faltas em jogo na constituição psíquica: o Outro materno, imaginarizado, captura o sujeito como faltoso, e por essa captura, o Outro se denuncia também faltoso. Ao retomar a questão que o sujeito faz (e se faz), *O que queres tu de mim?*, que Lacan apresenta no Seminário de 1964, o sujeito, segundo a autora, localiza-se nessa questão, oferece-se ao circuito pulsional, engajando-se em alguma posição de objeto ainda opaca. Para Vorcaro (2004):

[...] Ao apresentar seu corpo ao Outro desejante, cede na busca do recobrimento do objeto do desejo, mas, sendo sempre distinto, mantém-se significante indeterminado. Sua subjetivação se faz, portanto, formatada em significante desejo do Outro, significante ao qual não equivalerá. Apagado do ser pelo simbólico, o sujeito capturado se torna dependente do significante, excluindo-se do campo da linguagem que o determina como barrado. O significante é substituto que não recobre o gozo, sustentando um resto: falta de saciedade plena, falta de qualquer coisa que instaure um dano imaginário – frustração, que incide sobre isso de que é privada quando esperava receber o que era perdido. (VORCARO, 2004, p.95)

Dessa maneira, por ser um substituto imaginarizado, a falta está mantida e o desencontro entre desejo e demanda também: o objeto perdido só pode ser uma representação imaginária e é a fantasia que mantém o sujeito atado a esse seu objeto perdido (\$ ◇ a). Essa imaginarização instaura o que se pode chamar de um primeiro esboço de sujeito como

tentativa de tamponar a falta, *o real que não responde* e que pode se caracterizar como uma *automutilação*⁶³. Trata-se de uma identificação à imagem revelada pelo Outro, nessa articulação, de uma totalidade de seu corpo depreendida na relação simbólica entre sujeito e Outro. Desse momento, é o limite dado ao investimento narcísico da criança à totalidade de sua imagem que tem função significante fazendo corte e barrando o gozo jubilatório: ao constatar sua totalidade especular, a criança vira-se e olha para o Outro que está à margem dessa totalidade demandando desse Outro a autenticação dessa imagem. Similarmente, é uma referência à proposição que Lacan (1949/1998) fez sobre o estádio do espelho: é apenas reconhecer-se como imago, *gestalt*. Mas, o que importa é a intervenção do Outro nesse gozo especular. Nesse momento, o olhar – função escópica – assume estatuto de objeto pulsional, conduzindo o circuito pulsional nesse ponto do percurso do sujeito. Em todo caso, a formação do conceito “Eu sou aquele [do espelho]” só é possível nesse circuito com o Outro aí inscrito em posição de subjetivação e um circuito $S \rightarrow O \rightarrow S$ deve ter sido instaurado, caso contrário uma das consequências possíveis para o pequeno ser é não reconhecer-se nesse corpo: um dos efeitos disso são crianças que não sentem dor, pois elas não estabelecem relação de significância com aquilo que se passa no corpo e algumas nem sabe que aquele corpo lhe pertence. De modo mais drástico, pode-se pensar que nem mesmo a automutilação é possível, pois o pequeno ser não “sabe” que aquele pedaço de carne é dele para dele tirar um pedaço. Na automutilação há um saber desse corpo, e essa automutilação, pode, nesse percurso, ganhar estatuto de amarração sinthomática, como uma tentativa radical de inscrição nisso que é só carne.

Ainda, nesse admirar-se diante de uma idealização de si imaginária, e designada pelo olhar do Outro, o sujeito depara-se com uma ausência nessa imagem, de um ideal-de-eu que lhe é anterior inscrito pela borda que o olhar do Outro faz: mesmo como totalidade imaginária, o sujeito é faltoso e essa imagem não é total, será sempre não-toda por haver um *ponto cego que falta à imagem*, que faz a criança ver que algo lhe pode faltar.

⁶³ *Automutilação* é um significante que agrega toda a lógica do objeto *a*, a meu ver: da perda e da importância dessa perda como falta causativa. O que se perde é do corpo do próprio sujeito e que se perde no reconhecimento do sujeito de sua própria condição, como efeito de um corte significante que vem do Outro. Em crianças e adolescentes acometidos de grave sofrimento psíquico temos ocorrências de automutilação, de um ato do próprio sujeito sobre seu corpo sem linguagem. Tanto em autismos, como nas psicoses, há uma tentativa de tirar algo de si, pela via da angústia que vai determinar a profundidade do corte e observam-se essas tentativas de tirar um pedaço do corpo. Na psicose trata-se, de modo geral, de um corte significante entre sujeito e Outro, de fazer o traço do sujeito barrado (\$), e o ato de autoagressão é demanda de separação. No autismo, trata-se de algo anterior, de tentar fazer o furo no simbólico demandando a significância sobre esse real de corpo para deixar cair o objeto. Quando um outro elemento falha na tentativa de fazer furo, o circuito do sujeito é um retornar sobre si mesmo, sem passar pelas vias do Outro e tirar o pedaço de si por conta e risco de seu próprio gozo.

Portanto, entre a constatação desse ponto cego e a demanda à autenticação do Outro, o circuito pulsional aí instaurado vai caracterizar-se pelo desencontro entre o olhar do sujeito sobre essa imagem e o olhar do Outro sobre esse sujeito. Desse modo, ao dar-se a ver ao Outro, a consistência imaginária é quebrada pelo fato de que o objeto *a*, para o olhar, será inapreensível e desconhecido, porque o traço deixado por esse olhar é um traço de algo não visto, porém sabido e apenas designado na fantasia: “[...] a criança terá que redobrar seu efeito para designar-se a si mesma, não sendo nem o que é designado nem o que designa [...]” (VORCARO, 2004, p.100).

Com base nesse esclarecimento da autora, a função significante desse desencontro entre olhar e o que não pode ser visto dá ao sujeito e ao Outro estatuto de inconsciente, pois não podem ser apreendidos na imagem e nem na referência a esta imagem. Tem-se, nesse ponto, o recobrimento do Simbólico sobre esse Imaginário, melhor dizendo, da falta aí persistente sendo possível retomar o estatuto do sujeito do inconsciente de ser representado por significantes, pois ele não pode mais ser designado na enunciação após a constatação da falta que não sucumbe nem mesmo ao Imaginário, de modo que ele será, agora, o indeterminado na enunciação. Momento esse, segundo a autora, retomando Lacan no *Seminário, Livro 11*, de 1964, da separação, em que o sujeito vai, diante da constatação da inconsistência do Outro em suprir essa falta, colocar à prova a sobrevivência do Outro sem ele (e também dele sem o Outro): *Pode ele me perder?* Diante dessa constatação, o sujeito aliena-se sobre si mesmo, sobre sua própria falta impossível de ser saciada: é o sujeito do gozo, pois o Outro acaba de ser barrado, já que na busca de seu desejo, o encontro fracassado é com seu resto, o objeto *a*, ou ainda, com a imagem desse objeto homologada pelo Outro antes de ser barrado.

Nesse ponto do percurso de estruturação, a função do Imaginário de recobrir, pela fantasia do Outro e do próprio sujeito (na ordem de um eu ideal e da posição de objeto desejo), terá na persistência da falta real seu limite. Nesse caso, é o Simbólico que vai operar nesse imaginário determinando seus limites: o terceiro movimento de estruturação consiste, então, n’*A demarcação Simbólica sobre o Imaginário*.

De agora em diante, da demanda imaginária que vinha se inscrevendo, trata-se de desejo, haja vista que a falta é irreduzível, na criança: a função da criança é, desse modo, sustentar/ser o objeto de desejo da mãe, objeto esse ainda substituto do amor do pai e de seu desejo de falo. Nas palavras de Vorcaro (2004, p.103), daquilo que falta na mãe. Entretanto, essa relação é enganosa, pois é ainda imaginária e, a autora, afirma que:

[...] A opacidade do que a criança encontra no lugar do Outro como desejo é sobreposição determinada à opacidade da própria perda que a divide. Operando com sua própria perda, para preencher-se no que lhe retorna ao responder, engaja-se a si mesma enquanto objeto que poderia faltar ao Outro.

Sem a exatidão do quer e do que o Outro quer, frente a esse estado de perturbação resta, por ora, à criança se colocar na posição do objeto causa do desejo do Outro. Porém, essa tomada de posição submete a criança à lei do significante do desejo da mãe: não há desejo sem uma restrição simbólica que o instaure como divisão e estabeleça a impossibilidade da criança tomar-se nessa posição como todo. Contudo na mãe, também há resto inapreensível que escapará à criança como objeto de desejo, por isso nenhum dos dois pode responder ao desejo do outro. Ainda como objeto substituto a essa falta (mesmo ela não sendo essa falta), a criança:

[...] constrói seu percurso onde o eu assume sua estabilidade, na ambiguidade de se fazer de objeto para enganar. [...] a criança supõe, na mãe, um desejo, e o jogo de sedução que encena, através de sua mostração é uma tentativa de capturá-lo. Esta trindade intrasubjetiva que articula mãe-criança-falo [signo da falta da mãe] é estruturante. O sujeito do desejo se demarca da captura imaginária por não estar totalmente preso a ela e, portanto, joga com a máscara na mediação de sua relação com o Outro. Por isso tenta persuadi-lo de que pode completá-lo e é tapeando que faz surgir a dimensão do amor. Nessa dialética do amor não há coincidência, é sempre falha e insatisfação, funciona no nível da falta [...]. (VORCARO, 2004, p.107)

Agora, não se trata mais do desencontro da primeira relação de demanda à mãe instalada pelo grito do *infans*, porque aquele que agora já fala vai se haver com a demanda da mãe. Sobre isso, Vorcaro (2004) apresenta os excrementos da criança como o objeto anal na função de objeto parcial, substituto do objeto *a*. A demanda educativa ao Outro que está em jogo no reter-desprender valoriza o que é posto para fora como parte do corpo e o erogeniza. Há, também, uma interessante subjetivização do tempo na alternância entre guardar e prender que traduz o ritmo do circuito pulsional que contorna a parte do corpo perdida, o *objeto a excremental*. Nesse jogo, o sujeito manifesta-se como sujeito ao Outro lhe oferecendo o que ele tem e que é justamente esse resto de seu corpo como substituto para o Outro que não tem o falo e que o sujeito só pode suprir desse modo essa falta: é a função estrutural, significante do

objeto anal. Como sempre, no percurso de constituição do sujeito do inconsciente, mantém-se o desencontro entre o que se quer, o que se tem e o que se pode dar.

Sob essa circunstancia, recobrimentos imaginários da falta do Outro materno se esgotam e, conforme a autora esclarece, o sujeito fica sem saída, alienado ao desejo que tenta recobrir. Essa relação mãe-criança-fala é primordial, pois trata-se de “[...] um nível primitivo de simbolização, que faz com que o sujeito deseje – não apenas apelando cuidados, contato e presença, mas apelando ao desejo, afirmando seu desejo de ser o desejo do Outro. [...]”. (VORCARO, 2004, p.109). Portanto, como objeto fálico, a criança constata que o que a mãe deseja é outra coisa, seu assujeitamento ao desejo da mãe consiste, de fato, em “[...] submeter-se à posição de objeto do desejo do Outro. Também, a criança não pode se posicionar, a despeito de estar sob a incidência do simbólico[...]” (*ibid*). É a instância da lei sustentada pelo Outro incidindo, nesse ponto do percurso estrutural do sujeito, sobre o Imaginário que recobre a hiância causativa. Finalmente, o falo imaginário é encoberto pela metáfora paterna e o significante tem função aí de castrar, de fazer borda à alienação e ao desejo desse Outro materno. Nesse ponto de seu percurso o agora *fallasser*, terá que lidar com as duas faltas que foram sendo inscritas em sua estrutura e que ao serem cobertas e (re)cobertas por RSI, IRS e SIR o alojam no campo da linguagem como sujeito do desejo, mas também permitem que se solte dele sua causa, como sujeito de gozo. Doravante, o movimento é de retorno sobre si mesmo. Contudo, é preciso esclarecer que não há uma relação biunívoca entre os movimentos, mas de uma articulação em que um parece entrar no outro sem uma relação direta: é a construção de um emaranhado em torno do que é falta. Ou seja, a trançagem caminha na direção de um cotorno aos furos do Real, do Simbólico e do Imaginário.

No instante do quarto movimento, estando a ordem simbólica sobrepondo-se ao Imaginário para recobrir a hiância, esse recobrimento será posto à prova com o retorno do Real sobre o Simbólico se opondo à ordenação simbólica instaurada na trançagem: é *A fissura real da equivalência simbólica criança:falo*. Como falo (Imaginário e Simbólico) a criança tem o valor do desejo do Outro materno e Real vai incidir, agora, justamente nessa equivalência inscrevendo nela uma hiância que possibilite uma não equivalência criança/falo, pois essa cisura descobre a hiância instaurada no primeiro movimento. No entanto, nesse ponto do percurso, a possibilidade desse retorno é uma possibilidade sexual, por meio da “[...] descoberta do genital, que introduz a masturbação e a entrada em jogo de um gozo mal assimilado, entrevisto, passível de ser suposto por ser barrado pelo Outro. [...]”. (VORARO, 2004, p.111). Com isso, é a castração simbólica que barra as fantasias enganosas de

contemplar o desejo do Outro. Trata-se, então, de uma relação real com o próprio corpo e, segundo a autora, colocando significantes em jogo, a criança oferece material de seu corpo ao Simbólico e, pelas vias da angústia de castração, pela inscrição da diferença sexual (pois a mulher é castrada, não tem o que ele agora oferece), enfrenta o fato de que sua imagem como objeto não concorda com o real em jogo. Esse desencontro faz saber à criança que ela não preenche a falta do Outro materno e, desse modo, não se completa, pois até então ela era o que o Outro desejava e era porque o Outro a desejava.

Portanto, a criança que circulava no jogo do engodo, em que se experimentou significante fálico para sustentar sua ilusão de complementaridade, equivalente ao valor imaginário que lhe era conferido pelo agente materno, tropeça na constatação dessa possibilidade, pois à mãe falta. E, ainda isso implica um risco, pois a mãe pode ser insaciável diante dessa constatação de uma mãe faltosa. (VORCARO, 2004, p.113)

Assim sendo, a criança, sob risco de manter-se no engodo imaginário, no circuito falta-objeto imaginário-falta, tem na angústia de castração, um imperativo: *um desejo de castração*: “[...] Dissipar-se é o custo a pagar caso insista em ser esse objeto, preenchendo esse vazio: é o preço de dessubjetivar-se para oferecer-se como lugar do gozo do Outro, em que se destroçaria como desejante [...]” (*ibid*). Disto, é possível depreender a função desse outro encobrimento do Simbólico pelo Real: a fissura da equivalência criança:falo vem opor-se a esse aniquilamento do sujeito, mantendo a impossibilidade de completude, mantendo a hiância causativa essencial à constituição estrutural do sujeito. Por conseguinte, ela e o Outro materno estão privados do falo, ambos são faltantes, restando à criança “[...] aceitar, registrar, simbolizar, enfim, dar significante a essa privação de que a mãe testemunha ser objeto [...]”. (*ibid*).

Não obstante, essa fissura no Simbólico coloca o sujeito na direção de um além desse Simbólico: o que mais é possível aí desejar? Então, a interdição operada pelo Real nesse Simbólico, no quarto movimento, terá como efeito outro encobrimento Imaginário: *O recobrimento Imaginário da interdição Real*⁶⁴, o quinto movimento de estruturação do sujeito do inconsciente. Nesse momento, o recobridor vem na personagem de um pai imaginário como legislador que vai operar sobre *a relação da mãe com o objeto de seu desejo*, e sua função é interditar tanto mãe como a criança da posição de objeto e, assim, dizer à criança que o desejo da mãe é o *desejo de um Outro*.

⁶⁴ Esses recobrimentos têm a função de ratificar a falta fundamental do sujeito.

Diante disso, privada de seu objeto de desejo, a criança enfrentará – diante desse pai legislador – o enigma de sua origem, pois não é mais somente entre ele e a mãe: agora existe um outro inscrito (no discurso da mãe) e este dará sua primeira versão em construções imaginárias (o mito da origem do sujeito) que contemplam a estrutura de sua relação com o simbólico: “[...] Movimento giratório do significante, onde, numa combinatória, os elementos capturados imaginariamente se articulam, remanejando o campo, agora repolarizado, reconstituído, para completar as hiências de uma significação perdida, na função de criar a verdade que está em causa.” (VORCARO, 2004, p. 117). A verdade em causa é a não realização, pela castração, do desejo, em que nenhum dos dois encontrará mais o objeto, e, nessa condição, Édipo não vai decifrar o enigma, e desse modo, não será mais Rei. No entanto, é preciso que esse personagem imaginário ganhe estatuto estruturante e seja localizado pela criança na cadeia simbólica que a comporta, por meio de uma nomeação feita pelo esse recobridor.

Nesse ponto, efetiva-se sexto movimento de estruturação em que *O simbólico incide no Imaginário* inscrevendo a metáfora paterna: é o momento de ascensão do sujeito à dialética entre desejo e lei, mas simbólica estruturante, pois “[...] a criança fica subsumida ao funcionamento estrutural da interdição, podendo, portanto prescindir de qualquer consistência do pai, para que se estabeleça o padrão de medida dos objetos.” (VORCARO, 2004, p.120). O falo, agora simbólico em sua função de significante, faz corte à alienação materna permitindo à criança interrogar-se como sujeito cuja significação vem pela nomeação paterna: do Nome-do-pai como significante que opera na castração tornando a criança desejante pela retirada desta de sua alienação ao desejo do Outro materno:

Esta é a operação de alienação do desejo à linguagem, ou seja, o sujeito se constitui atravessado pela barra que constrange seu ser a só aparecer representado pelo significante. Tal estrutura divide o sujeito, em parte, num eu (*moi*) do enunciado; em outra parte, num eu (*je*) da enunciação onde o sujeito do inconsciente suporta o enunciado. Assim, a ordem simbólica mediatiza a relação imaginária do sujeito com o real. O desejo do sujeito passa pela demanda do que o substitui imaginariamente. O falo simbólico, destinado a simbolizar os efeitos do significante no sujeito, suporta evidentemente a falta a ser que o significante introduz [...]. (VORCARO, 2004, p. 124).

Essa sobreposição do Simbólico ao Imaginário é a articulação que antecede uma possibilidade de fechamento do nó borromeano, tal como Lacan (1975-1976/2007) mostrou: nos pontos infinitos das retas paralelas estas se retroagem sobre si formando, cada elemento, o

elo que comporta seu furo com o lugar do objeto fundamental – do gozo – no ponto de junção dos três elos. Em termos estruturais, a nomeação paterna faz limite ao gozo infinito nesse percurso de estruturação, proferindo ao sujeito que se constitui um nome que marcará o seu lugar no campo da linguagem, no simbólico que lhe antecede. Dessa maneira,

[...] Entre a experiência da atribuição fálica e a sua significação temos, portanto, o lapso que a trança percorre, lapso não apenas enquanto contingência temporal como também enquanto formação do inconsciente, na estrutura temporal reversiva em que a castração retroage ao recalçamento originário para lhe conferir significância, no *après-coup* que promove a articulação circular, mas não recíproca. (VORCARO, 2004, p.129)

Assim, pode-se constatar, com base na autora, que a repetição incessante e indestrutível das três dimensões da trançagem estabelece a realidade psíquica como uma versão paterna, o pai-vertido com o qual o sujeito se identificará: a nomeação feita pelo pai simbólico ganhará uma versão do próprio sujeito, o sinthoma como imposição da ex-sistência, do Real que não foi, em nenhum ponto da trançagem, afetado pelo saber, pelo Simbólico. Enfim, o sinthoma – como o saber do sujeito – tem função, como *nó de significantes*, de fazer barra à oposição do Real a essa estrutura que acaba de se estabelecer, barra que escreve as condições de gozo do sujeito.

Ante toda a elaboração de Vorcaro sobre o percurso de constituição estrutural do sujeito, em termos de uma amarração ideal, o que se tem são as três linhas que comportam, cada uma, o Real, o Simbólico e o Imaginário. Respectivamente, o organismo como real, a alternância entre tensão e apaziguamento, e a consistência dos sentidos advindos do agente materno, elementos esses que se estabelecem na posição zero da inscrição de uma matriz simbólica. Da mesma forma, de onde é possível se estabelecer o quarto elemento dessa estruturação.

Na sequencia, estão as imagens da trança proposta por Vorcaro (2004, 2008) e, também, seu fechamento fazendo nó. Respectivamente figura 1 e figura 2⁶⁵.

Figura 1: A partir de três linhas/retas planificadas, a trança do percurso de estruturação e os pontos de articulação entre Real, Simbólico e Imaginário, os movimentos anteriormente apresentados: posição zero, da incidência da matriz simbólica; movimento 1, da incidência do Real sobre o Simbólico; movimento 2, da incidência do Imaginário sobre a hiância Real; movimento 3, da incidência do Simbólico sobre o Imaginário; movimento 4, da incidência

⁶⁵ Figuras retiradas de: <http://educacaoemhomofobia.files.wordpress.com/2009/03/desenvolvimento-psicossocial-da-identidade-nuh-ufmg-angela-vorcaro.pdf>.

novamente do Real sobre o Simbólico; movimento 5, da incidência novamente do Imaginário sobre Real; e o movimento 6, da incidência do Simbólico sobre o Imaginário.

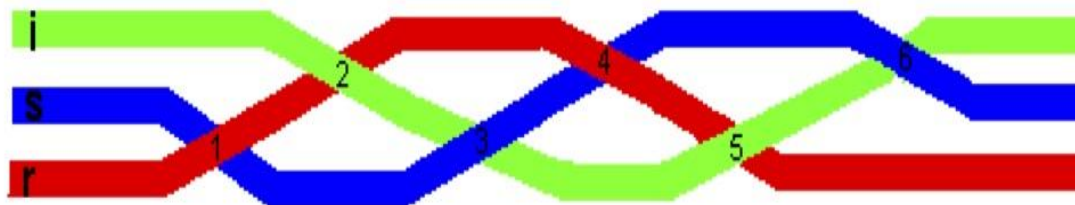
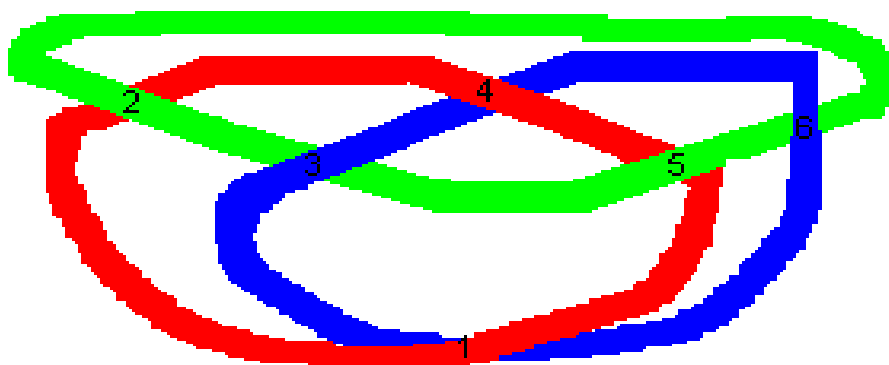


Figura 2: O fechamento do nó borromeo no encontro das retas paralelas em seus pontos.



Considerando o que foi exposto, acerca das elaborações de Jacques Lacan e Ângela Vorcaro, pode-se supor, no percurso de constituição estrutural, que o que fará sinthoma é efeito da operação dos significantes nesse percurso e, desse modo, não se trata de algo da criança que estaria fora do alcance do Outro, mas, daquilo que essa criança vai alocando em seu corpo como significante conferindo-lhe caráter de mais singular.

Na clínica da criança em sofrimento psíquico, em que temos desastres e impasses nesse percurso onde uma ou outra operação se caracterizaria pela relação entre os elementos implicados, o sujeito em constituição só pode se manter em constituição se um elemento fizer a função de atamento do nó. Nesse caso do percurso, a função desse quarto elemento seria operar no ponto de recobrimento em que ocorreria o impasse. Vale ressaltar que esta proposição também concorda com percurso sem impasse, porém, não é um percurso sem lapso. Enfim, é esse encontro entre a hipótese de Jacques Lacan para o nó de quatro elementos, as operações de alienação e separação, e a hipótese de Ângela Vorcaro de um

percurso de estruturação psíquica em seis gestos (considerando a orientação de Lacan) que proponho a amarração sinthomática como possibilidade do sujeito em impasse subjetivo caminhar a seu modo esse trajeto constitutivo, como tentativa de se desembaraçar do emaranhado de significantes de sua língualinha, fazendo disso uma linha planeada, em extensão possível para cerzir-se sujeito do inconsciente. Nesta tese, é a análise do caso que me permite supor e caracterizar a amarração do pequeno Cadu, que concerne a seu singular. Todavia, esse singular é efeito de alguns aspectos universais, das invariantes de uma lógica paraconsistente para a amarração sinthomática e que elenco, agora, na sequência deste texto.

O primeiro aspecto diz respeito ao fato de que na estruturação psíquica não se trata de perdas e ganhos e, desse modo, uma amarração sinthomática comporta o primordial dos aspectos dos elementos em jogo no ponto de articulação em que se dá o impasse. Assim, da posição zero, da alternância entre tensão e apaziguamento que marca o ritmo do percurso, é preciso delimitar os modos de invocação e reposta de invocação; também, se no primeiro movimento, é a incidência do Real sobre Simbólico para ali fazer furo, não havendo esse efeito de furo, o que entra em jogo nesse ponto de articulação como tentativa de fazer furo?

Não se trata de garantir ao pequeno ser alcançar esse ou aquele ponto de articulação garantindo-lhe um percurso ‘saudável e esperado’, mas, de cifrar o que lhe mantém nesse percurso que terá, provavelmente, o tom de seu impasse. Desse modo, o fundamental é permitir supor sujeito naquelas condições em que a dialética entre sujeito e campo da linguagem está em vias de se desintegrar, é supor nelas (nessas condições de impasse) sujeito aos pequenos seres submetidos às suas diversidades constitutivas implicando-os nessa dialética universal e com seu singular.

O segundo aspecto, é sobre o elemento passível de ganhar esse estatuto de um quarto elemento constitutivo. Esse elemento é aquele que permitir uma fissura na linguagem para a inscrição do que concerne ao sujeito: o inesperado, pois em todos os pontos de articulação o que está em jogo é a função de corte do que tem função significante. Desse modo, possibilitaria a inscrição do *infans* na experiência de linguagem, ou seja, esse elemento que vai amarrando o sujeito lhe permitindo fazer laço social ao seu modo.

O terceiro aspecto ressalta que se constitui em amarração sinthomática um trançamento em que um elemento opere como significante e, portanto, tenha estatuto pulsional na economia do sujeito: tenha efeito de sujeito e o aliene, estabelecendo sua relação com um Outro e que tenha, ainda, função de substituir o elemento perdido na alienação, melhor dizendo, tenha função de objeto parcial da pulsão.

O quarto aspecto, com função de sinthoma, é o de ex-sistência desse elemento ao pequeno ser, o que se poderia se constatar pelo drama angustiado do sujeito em apreendê-lo no Simbólico, tendo como consequência que esse tentar-saber-fazer da criança só pode ser inaugurado na rede de significantes que o antecede, pelas vias da repetição;

O quinto aspecto, fundamental, na clínica, é discernir, também, os efeitos dessa amarração sinthomática no sujeito e para o sujeito e como vem sendo posto em questão, considerando o que está em jogo.

E, por fim, o sexto aspecto diz respeito ao fato de como está inscrito no campo da linguagem suponho, então, tratar do efeito do Simbólico no Real, um efeito do saber no Real, como seu contorno pulsional.

Diante dessas delimitações acerca da constituição do sujeito e da lógica do nó borromeano como seu suporte, um elemento ganharia estatuto de amarração sinthomática se, somente se, ante a suposição de sujeito do inconsciente, tiver função significante instaurando a hiância causativa para possibilitar haver sujeito do inconsciente; também, tiver função de possibilitar o efeito pulsional ao elemento em jogo naquilo que importa: no circuito pulsional, o vai e vem desse elemento contornando essa hiância e implicando prazer e desprazer; ainda, inscrever-se, na clínica, na lógica da transferência, da angústia, do afeto e da suposição de saber em jogo e; além disso, realizar-se na lógica da repetição, do retorno a uma possibilidade se não de uma perda fundamental já instaurada, ao menos à possibilidade de sua efetivação nas fissuras de seus movimentos.

Frente ao lugar fundamental da repetição como um dos aspectos em jogo em uma amarração sinthomática, na sequência, passo às elaborações sobre o conceito psicanalítico repetição, em sua lógica inconsciente.

4.2 A amarração sinthomática e a repetição: significantes e o Real incontornável

Freud (1920/2004) nos mostrou a diferença, na ordem simbólica, instaurando o psiquismo em que o funcionamento de oposição vai deixando marcas fundantes na criança. Contudo, de modo paradoxal, essa diferença se dá a ver pela repetição.

No texto *Além do princípio do prazer*, Freud (1920/2004) nos diz da importância da repetição para o psiquismo humano. Segundo ele, ao repetir, o sujeito caminha para a

realização, para o gozo. Na consistência imaginária da fala de Cadu, fazendo furo no enunciado “***Ele não se comunica***”, as repetições das perguntas, a repetição da entonação, a repetição de palavras, a repetição da estrutura e a repetição das palavras dos outros, não faziam deslocamentos, pois não se constituíam em produção de sentido e, desse modo, não passavam a outra coisa. Mas eram insistências que, inicialmente, indicavam tentativas de saber-fazer com a língua. Escutar essa insistência fez compreender haver aí uma função que só foi possível constatar no percurso diacrônico de Cadu. Para a Psicanálise, contudo, o estatuto constitutivo da repetição está suposto, é um de seus conceitos fundamentais de acordo com Lacan (1964/2008), pois para supor o sujeito, é preciso, igualmente constatar a pulsão, o inconsciente, a transferência e a repetição.

Freud, no texto supracitado, nos conta sobre um menininho que brincava com um carretel:

[...] Essa boa criança passou a apresentar agora o hábito, às vezes incômodo, de atirar todos os objetos pequenos que conseguisse pegar para bem longe de si, para um canto do cômodo, para debaixo de uma cama, etc., de modo que juntar seus brinquedos não era sempre uma tarefa fácil. Ao mesmo tempo, com uma expressão de interesse e satisfação. Emitia um sonoro e prolongado “o-o-o-o”, que, segundo o julgamento da mãe e do observador, não era uma interjeição, mas significava “*fort*”. Finalmente me dei conta de que isso era uma brincadeira, de que a criança, apenas utilizava seus brinquedos para brincar de “*forstsein*” com eles. Um dia fiz então uma observação que confirmou minha maneira de ver. A criança estava segurando um carretel de madeira enrolado com um cordão. Nunca lhe ocorria, por exemplo, que poderia arrastá-lo no chão atrás de si para brincar de carrinho com ele, mas, ao contrário, atirava o carretel amarrado no cordão com grande destreza para o alto, de modo que caísse por cima da beirada de seu berço cortinado, onde o objeto desaparecia de sua visão, ao mesmo tempo que pronunciava seu “o-o-o-o” significativo; depois, puxava o carretel pelo cordão de novo para fora da cama e saudava agora seu aparecimento com um alegre “*da*”. Esta era, então, a brincadeira completa: desaparecimento e retorno. Em geral, só via o primeiro ato, que era incansavelmente repetido como uma brincadeira em si, embora o maior prazer estivesse sem dúvida vinculado ao segundo ato. (FREUD, 1920/2004, p.141)

Na repetição, nesse caso, é preciso que se realize a alternância, a oposição, que algo desapareça e apareça: de um “o”, do “*fort*”, para o “a” de “*da*”, o que se tem é a marca de valor, que não era uma interjeição, era do “*forstsein*” significado pelo outro (materno) em uma interpretação como aposta no sujeito ali em constituição. Da oposição sonora entre “o” e “a” inscreve-se o simbólico, mas como algo vai escapar dessa inscrição, repete-se, e para isso o maior prazer está no retorno do carretel. É nesse momento, conforme Lacan (1953/1999,

p.320), comentando esse texto de freudiano, que a “[...] a criança nasce para a linguagem [...]”, que lhe pré-existe. Contudo, a ênfase de Lacan (1955-1956/1998, p.98) é no fato de que a criança, imersa na linguagem, brinca com os símbolos, introduzindo-se na lógica do simbólico e estabelecendo, nesse jogo, suas primeiras inscrições de alteridade, retornando ao ponto de hiância. Para Lacan, o importante é a tentativa de retorno ao ponto da falta:

A primeira etapa não é uma etapa que vocês tem de situar em alguma parte na gênese... não se deixem fascinar por esse momento genético. A criancinha que vocês veem brincar fazendo um objeto desaparecer e tornar a aparecer, e que se exercita assim na apreensão do símbolo, mascara, se vocês se deixam fascinar por ela, o fato de que o símbolo já está ali, imerso, englobando-o por toda parte, de que a linguagem existe, enche bibliotecas, transborda, rodeia todas as suas ações, guia-as, suscita-as, de que vocês estão engajados, que ela pode solicitá-los insistentemente a todo momento para que vocês se desloquem e sejam levados a alguma parte. Tudo isso vocês esquecem diante da criança que está se introduzindo na dimensão simbólica. Portanto, coloquemo-os ao nível da existência do símbolo como tal, enquanto nós aí estamos imersos.

E, retomando sua leitura do texto freudiano, Lacan (1953/1999) mostra, no texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*, na relação da criança com um parceiro imaginário (ou real) a morte *da coisa* que a linguagem provoca e, nesse corte/morte do outro, nasce o sujeito: da alienação à separação é preciso que a língua e o discurso ali entrem para que o outro permaneça como inscrição. Na fala dessa criança, segundo Lacan, foi possível, a Freud, *numa intuição genial*, escutar a emergência do sujeito do desejo:

Podemos agora discernir que o sujeito não domina aí apenas sua privação, assumindo-a, mas que eleva seu desejo a uma potência secundária. Pois sua ação destrói o objeto que ela faz aparecer e desaparecer na *provocação* antecipatória de sua ausência e presença. Ela negativiza assim o campo de forças do desejo, para se tornar, em si mesma, seu próprio objeto. E esse objeto, ganhando corpo imediatamente no par simbólico de dois dardejamentos elementares, anuncia no sujeito a integração diacrônica da dicotomia dos fonemas, da qual a linguagem existente oferece a estrutura sincrônica a sua assimilação; do mesmo modo, a criança começa a se comprometer com o sistema do discurso concreto do ambiente, reproduzindo mais ou menos aproximativamente, em seu *Fort!* e em seu *Da!*, os vocábulos que dele recebe. (LACAN, 1953/1999, p.320)

Desse modo, a função da fala e da linguagem de uma criança é permitir que acompanhar a entrada e a permanência da criança no campo da linguagem e do que isso tem de efeito: o sujeito que se constitui pela repetição. Ou seja, se constituir sujeito é mesmo da

ordem de uma insistência. Assim, tomo fala e linguagem como lugar de realização da oposição que funda esse sujeito em que sua sincronia atualizaria sua história, seu mito. Ver-se-á que da linguagem (Simbólico) e da fala (Imaginário) é preciso permitir que algo daí se depreenda para uma aproximação a língua do sujeito e o que nela há de repetição fundamental. Na linguagem de Cadu, trata-se da insistência de significantes; em sua fala, de signos; e na voz, aquilo que se presentifica como inaudível. Porém, todos tendo um aspecto em comum, um permanente retorno.

Antes de mais nada, o impasse de Cadu, em seu percurso de constituição estrutural, tinha como consistência sua fala insistente: essa fala repetitiva, por vezes verbosa, está ligada ao modo do *falasser* tentar, pelas vias do Imaginário, contornar o Real que se sobrepõe ao Simbólico. Nesse sentido, dar um estatuto de objeto pulsional à língua de Cadu é estabelecer em que ponto, desse Imaginário, o Simbólico aí fez fissura fazendo cair essa fala e presentificando a língua de Cadu. Das elaborações de Freud sobre a repetição, as feitas nos textos *Recordar, repetir e elaborar* e em *Além do princípio do prazer* contribuem, sobremaneira, para essa entrada no tema, porque foi a insistência de algo em constante retorno que impôs a Freud a direção do tratamento, o retorno do recalco na transferência marcado pela resistência do paciente [adulto]. Com base nisso, pensando na infância, o repetir possibilita supor ter ocorrido uma primeira satisfação, pois para Freud estava posto que a “compulsão à repetição” decorria da necessidade de “rever” essa experiência de satisfação, seja pela palavra recordando, repetindo e elaborando, seja no ato que se realiza na ausência de uma recordação ou elaboração.

Frente a isso, o que a criança repete, na transferência, se não é possível falar de recalco, de um inconsciente estruturado, na infância? Em primeiro lugar, é importante que, ao repetir, a criança mostra ter ocorrido uma primeira inscrição e, ainda, mostra que há um primeiro elemento inscrito e apagado, que ela tenta cifrar em suas insistências. No entanto, tratando-se de uma experiência de satisfação é preciso ver o grau de angústia em jogo nessa experiência. Porém, se repetir está atado ao impasse subjetivo, a angústia dificulta o movimento do sujeito causando impedimento. Mas, se há um tentar fazer com, não é ainda do embaraço que antecederia um ato. Em segundo lugar, repetir não é da ordem de elaborar, mas para o sujeito em constituição repetir tem função estruturante: *a perpétua recorrência da mesma coisa* é, nesse caso, a perpétua recorrência de um momento inicial, do momento lógico de nascimento do sujeito do inconsciente. Todavia, por impedir o laço do sujeito em constituição (encoberto no “*Ele não se comunica*”) a repetição cifra o impasse da criança em

seu percurso constitutivo. Da mesma forma, essa busca sem fim que a repetição instaura pelo objeto na divisão do sujeito pela linguagem sustenta a repetição em Cadu? A suposição é uma busca pela perda, pela falha e pela divisão do sujeito. Isso ajuda a compreender o paradoxo constitutivo em jogo em sua amarração sinthomática, em que a experiência da repetição, tendo como suporte o significante, diria justamente de um fracasso da inscrição da falta ao mesmo tempo em que é o imperativo de inscrever a falta.

Garcia-Rosa (2009, p.46) ajuda a esclarecer sobre esse “momento” em que a repetição é desencadeada, de onde adviria o primeiro elemento da série a ser repetido. Segundo esse autor:

A partir da experiência primeira de satisfação do bebê sugando o seio materno, estabelece-se uma facilitação ou diferencial na trama dos neurônios, de modo tal que ao se repetir o estado de necessidade surgirá um impulso psíquico que procurará reinvestir a imagem mnêmica do objeto com a finalidade de reproduzir a satisfação original.

Decerto é o início da estruturação do psiquismo. De modo preciso, essas palavras de Garcia-Rosa me remetem às palavras da avó materna, sobre Cadu, em nosso primeiro encontro: do pouco que sabia dos primeiros tempos do menino, ela dizia que ele era um “**bebê apavorado**” e que “**vivia gritando**”. Reconstruindo o mito acerca desse momento inicial de Cadu, esse signo “**apavorado**” toma função de significante representado esse sujeito: da satisfação como primeira experiência de prazer o que se tem é uma experiência de desprazer, de pavor, em que a alternância entre prazer/desprazer não tem um ritmo estável, prevalecendo, então, o desprazer, pois seu eterno grito não tinha significação, não vira apelo.

Com base nessa consideração, a discussão deve ser direcionada para a repetição inscrita na cadeia de significantes e sua relação com o objeto *a*, não obstante, considerando que esse objeto coloca a cadeia em funcionamento.

Primeiramente, o inconsciente estruturado como uma linguagem – que comporta um furo – é o inconsciente que antecipa a lógica da repetição. Nessa direção, Lacan (1964/2008) aborda a repetição embasado na proposição do tempo lógico em que o acaso/contingência são da natureza da cadeia de significantes. Nesse sentido, para repetir é preciso que se parta de uma estrutura elidida e que comporta um vazio em uma ordem lógica que coloca o Real em forma de significante. Também, essa rede de significantes que estrutura o inconsciente comporta um corte que tem efeito de sujeito, e, como sincronia da língua é dessemelhança, são associações; e o acaso é a continuidade própria da metonímia. Ainda, como diacronia, é

analogia por contraste, ou a semelhança própria da metáfora. Porém, a hiância causativa está além desse funcionamento, pois *Isso* tem relações com a causalidade, diz Lacan retomando Freud.

Diante disso, pode-se perguntar qual a função significante, nessa estrutura, que comporta uma hiância causativa? Não é mais uma questão de rememorar, de um retorno do recalcado, como está no texto freudiano. Agora, o Simbólico das rememorações tem seu limite no que não se realiza na estrutura, nessa rede de significantes, no Real que retorna sempre ao mesmo lugar onde o sujeito do cogito (*res cogitans*), não o encontra (LACAN, 1964/2008). Retorno ao mesmo lugar: precisamente, é a repetição na cadeia significante articulada ao Real como possibilidade do Simbólico enfrentar esse Real. Por se tratar da causalidade (do sujeito), Lacan segue buscando a causa e, nesse momento de seu *Seminário*, retoma Aristóteles. De modo específico, retoma à obra *Física* do filósofo grego, o *Tyché* e o *Autômaton*: o primeiro como “encontro do Real” (p.59), a causa da causa, e o segundo como rede de significantes, efeito da causa⁶⁶.

O Real está para além do *Autômaton*, daquilo que retorna, que volta na insistência de signos comandada pelo princípio do prazer. Lacan (1964/2008) diz que o Real está por trás do *Autômaton* (da rede de significantes) no sentido da causalidade de seu funcionamento, e que tem estatuto de causa da causa e, por isso, decantar os signos dessa *Autômaton* permite que se chegue, de modo aproximativo, a *Tyché*:

⁶⁶ Em sua obra, *Física*, Aristóteles (384 a.C.- 322 a.C.), no Capítulo *A natureza e suas definições* discorre sobre as causas e sustenta que conhecer a natureza é conhecer o “porquê” de todas as coisas da natureza. A causação aristotélica é formal, material, eficiente e final. Em um contraponto, para a Psicanálise a “causa” está perdida, não é isto ou aquilo. Contudo, como Aristóteles, Lacan supõe que conhecer é da ordem de uma causa: saber o que lhe causa é o que resta ao sujeito, mesmo se constatando que esta causa está perdida. Nos Capítulos quatro e cinco, respectivamente, *A sorte e a causalidade*, e *A sorte e causalidade como causas acidentais e indeterminadas*, Aristóteles propõe como contraponto às causas conhecidas o acidental e o indeterminado, o acaso da sorte e da causalidade.

O *Tyché* tem a ver com a sorte, enquanto a causalidade com o *Autômaton*, o espontâneo. Em *Tyché* está em jogo um princípio que está na coisa mesmo e as outras causas têm a ver com a falta desta. Esse princípio seria efeito de uma trama, de uma necessidade do próprio sujeito em seu Devir, em seu movimento como matéria, como forma. O que está no ser como causa (*Tyché*) e se aproxima à necessidade, portanto, por analogia: falta. A causa acidental é indeterminada e quando se sucedem, por acidente, são decorrentes de *Tyché*. Para Aristóteles, o que tem como causa *Tyché* é necessariamente indeterminado; *Tyché* (a sorte) não é causa de nada, é a causa da causa, algo obscuro que escapa ao pensamento; é imprevisível e é do homem, é singular e tem uma finalidade; por vezes o *Autômaton*/causalidade é acidental, não teria uma finalidade. A nota 161, da página 64 da edição espanhola (Editorial Gredos, S/A, 1995), dessa obra de Aristóteles, esclarece os efeitos de *Tyché*: “Son debidos a la *tyché* aquellos acontecimientos cuya causa es indeterminadas (*aoristos*) y que no suceden para algo ni siempre ni en la generalidad de los casos ni de modo regular (*tetragménos*), lo que es claro por la definición de *tyché*. Son por naturaleza (*phýsei*) aquellos cuya causa está en ellos mismos y ésta es regular). Los sucesos debidos a la *tyché* serian entonces *para phýsin* (fuera de lo natural, paranormales), como se dice a continuación”. Desse modo, nada é anterior a *Tyché*, a causa da causa que é indeterminada: a causa do desejo.

Assim, não há como confundir a repetição nem com o retorno dos signos, nem com a reprodução, ou com a modulação pela conduta de uma espécie de rememoração agida. A repetição é algo que, em sua verdadeira natureza, está sempre velado na análise por causa da identificação da repetição com a transferência na conceitualização dos analistas. (LACAN, 1964/2008, p.59)

Nesse sentido, o que está em causa no processo é o que se repete como aquilo que se produz “como por acaso” (*ibid*), portanto, sem estar à mercê da vontade espontânea do paciente. Isso que se produz como imprevisível e indeterminado, é efeito de *Tyché*, da função causativa *Tyché*, ou ainda, do encontro com o Real: é a repetição como causa do sujeito. A repetição revela uma realidade faltosa, para além da fantasia e que se repete infinitamente demandando o novo. Nesse encontro com o Real, representado “pelo acidente, pelo barulhinho, a pouca – realidade” (*ibid*, p.64) é preciso que o Simbólico inscreva uma borda ao Real, pois diante de *Tyché*, o *Autômaton*/significante tem função de borda à hiância causativa, delimitando a fissura.

Analogamente, é a função do carretel na brincadeira do *fort-da* do neto de Freud: o que se tem é a função significante em que algo desse sujeito se destaca e, por isso, o lançamento do carretel como tentativa de alocar seu objeto perdido em seu corpo. Todavia, isso é sempre um fracasso. Nessas circunstâncias, o que se repete é justamente o momento da inscrição da falta quando o objeto cai, permitindo supor como causa, a causa pelo acaso. Diante disso, o importante é que na fala repetitiva de Cadu os signos insistem nesse encontro, porém, é preciso que a causa se instaure como coisa perdida, pelo acaso, e que algo dele se destaque, porque repetir é tentar encontrar o faltoso e tem a ver com o que se perde e que é traço (significante apagado) instaurando o corte.

Também, na repetição, trata-se também de uma força constante, ou seja, da pulsão que dará à repetição seu estatuto de gozo. Isso que vem do inconsciente (*Reiz* freudiano) tem função de sempre contornar o “lugar” do objeto perdido e o circuito pulsional permite, desse modo, conforme Lacan (1964/2008), traçar a via do Real que está separado do princípio do prazer permitindo o novo por ser dessexualizado: o que há são objetos pulsionais que fazem esse contorno ao Real incontornável e voltam ao sujeito. Essa é a lógica pulsional da repetição em Cadu: a insistência de signos tende, primeiramente, a fazer furo, depois fazer borda a esse furo em um circuito que vai da *Tyché* ao *Autômaton*, sem uma sequência estabelecida, sem pé nem cabeça, como uma montagem surrealista, em uma amarração sinthomática constituída de nó de significantes e signos em repetição cerzindo a dureza ecológica do Real como causa. Em Cadu, tratar-se-á do mais inesperado e paradoxal.

Em sua posição solitária do *Um*, do autismo, Cadu ecolálico parece tentar evitar esse encontro faltoso, por isso maciça, em bloco, sem furo sobre o Simbólico, sem aí fazer furo. Todavia, como sujeito inscrito na linguagem, o Outro incide como fiador de sua alienação subjetiva em seu percurso de constituição marcando sua direção nas vias de uma ascensão à psicose, na repetição do que agora não vem de todo de alhures, mas do Outro que lhe é próximo.

Ao abordar a relação sujeito e repetição, Vorcaro (2003) enfatiza que o que se exclui do sujeito é aquilo que se repete, ou seja, o sujeito é exterior ao que se repete e se efetivaria na falha do dizer, na falha da repetição, esta entendida como uma insistência de significantes que é exterior ao saber por ser *surpreendente, imprevista e repetitiva*. Para a autora, o Outro, ao capturar a criança pela linguagem, permite esse gozo do corpo que é território do Outro e seria a repetição, alternância e significantes, que instauraria a perda, tendo, então, função de objeto *a*.

Considerando só haver sujeito a partir da instauração da cadeia significante (S1-S2), pois é preciso cadeia para haver a falha, Vorcaro (2010) esclarece que:

[...] a repetição, portanto, não é apenas a função de ciclos que a vida comporta, ciclos de necessidade e satisfação, mas função de um ciclo que acarreta a desapareição dessa vida como tal, que é o retorno do inanimado. O sujeito necessita da repetição e a função da repetição é o próprio gozo.

Além disso, a repetição na cadeia de significantes deve ser compreendida para além das sensações e percepções insistentes, já que, ainda de acordo com essa autora:

Não se trata, portanto, do filtramento de sensações de aparelhos e órgãos vitais. Certamente, os órgãos filtram e nos servimos deles, mas é na articulação significante que entra em jogo os termos de soletração, termos elementares que enlaçam um significante a outro significante, e que já produzem efeitos, posto que esse significante só é manipulável em sua definição porque tem um sentido, ou seja ele representa, para outro significante, um sujeito, e nada mais.

Diante dessas afirmações da autora, considero as ecolalias como insistências previstas e maciças sem falhas, portanto não podendo representar o sujeito. Somente no funcionamento alienante, a partir do arremedo imaginário do sujeito ao desejo do Outro, seria possível supor uma articulação ecolálica que pudesse, no inesperado na cadeia, representar o sujeito em constituição. Com isso, a amarração sinthomática de Cadu vai seguindo seu percurso

constitutivo na articulação de significantes que emergem do inaudível ao gravador, de seus primeiros termos de soletração em que a entoação de sílabas concatenadas mostra que estas escaparam da língua do sujeito, de sua lalíngua e, isto, nos diz do pequeno sujeito em constituição frequentando o território de lalíngua, sustentando o Um não-todo em sua estruturação autista e, ainda, permitindo supor um sujeito em vias de se constituir. Logo, é possível supor que as regularidades linguísticas da fala de Cadu foram tocadas pelo Real da língua, por lalíngua e, que o universal foi tocado pelo singular.

4.3 Do sintomático ao sinthomático na linguagem

Diante do que foi exposto, nos itens anteriores deste capítulo, e tendo sempre em vista a articulação linguagem e constituição do sujeito, ir do sintomático ao sinthomático na linguagem pressupõe uma aproximação ao mais singular do sujeito pelas vias da linguagem. Passo, agora, a discorrer sobre o estatuto possível para a língua como um elemento sinthomático.

Cada vez mais o sintoma, na clínica psicanalítica, perde seu estatuto de signo, de sinal de uma patologia, assim como de mensagem a ser decifrada sobre o sujeito. Esse sintoma como índice imaginário da estrutura do sujeito (e suposição de seu sofrimento) cedeu lugar, com a invenção do Real, ao sinthoma, àquilo com o qual o sujeito se identifica, melhor dizendo, aquilo que o sujeito é. Acima de tudo, não se trata mais de algo como “o que você tem ou o que você sente”, mas daquilo que você é e o que você pode, a partir dessa constatação, saber-fazer-se sujeito de desejo e de gozo, portanto, como sujeito do inconsciente.

Nesse sentido, o sinthomático, para a infância, considera o que se presentifica como impasse nas manifestações da criança e que dizem sobre sua estrutura psíquica interessando à Psicanálise na medida de sua condição singular. Atualmente, diante da lista de sintomas psicopatológicos, de diagnósticos psicológicos e psiquiátricos para a criança, olhar para sua amarração sinthomática é olhar para o sujeito que se constitui e não tomar a criança fadada a seu quadro sintomático e aos sinais inadequados que ela apresenta, nos diferentes aspectos da vida em que o fenômeno observado seria sinal de algo que a criança tem – em termos orgânicos e psicológicos – e que causaria isso.

No meu ponto de vista, a determinação casuística para os problemas da criança, tem, por um lado, o risco de encerrar a possibilidade de sua condição paradoxal e que é, como sujeito em constituição, onde se inscreve sua causa indeterminada. Contudo, por outro lado, é preciso encontrar a medida ética das inscrições simbólicas, culturais e sociais para a criança, pois isso é uma condição indelével para essa constituição. Por certo, é preciso não inscrever a criança na posição de objeto (aquela oposta à posição de desejo), mas é preciso tomá-la, sempre, em termos de distinção, de singularidade.

A lógica do inconsciente da descontinuidade e do não-realizado (LACAN, 1964/2008) impõe se reconheça que aquilo que se apresenta do pequeno ser em seu percurso de constituição como sua amarração sinthomática é mesmo o que nos diz dele. Isso que na criança falha – de acordo com os discursos de saberes contemporâneos – em suas investidas de fazer laço social, que falha na dialética de sua posição como objeto de desejo do Outro, que falha como resposta aos modelos educativos que lhe são direcionados, correspondem, de fato, a esse sujeito em constituição, à sua verdade. Nesse sentido, o importante é como a criança serve-se de seus sintomas fazendo sua amarração sinthomática em seu percurso nos colocando na difícil tarefa de não enredá-las neste ou naquele diagnóstico: as hipóteses clínicas devem se sustentar em torno dos paradoxos, das contradições, das inconsistências, do aspecto primordial de mudança em jogo na infância, dos modos de se fazer laço social e de seus afetos. Ademais, tudo isso impõe uma direção de tratamento extremamente subversiva em tempos de isto ou aquilo, de escala para autismos e seus espectros, porém, todos negando a singularidade e contemplando o mental e o homogêneo. Nos dias atuais, qualquer criança que recuse o Outro, que não invoque seu semelhante é autista, tem, portanto, uma deficiência mental⁶⁷ e nada além, segundo a neurociência e está fora da linguagem para uma parte significativa da Psicanálise.

Nesse sentido, lembrando Lacan (1962-1963/2005) em seu *Seminário* sobre a angústia, vivemos hoje uma reserva libidinal, vivemos relações em que não se projeta mais

⁶⁷ Fundamentada em uma perspectiva cognitiva, comportamental e funcional, a legislação brasileira reconheceu os direitos da pessoa com autismo demarcando, desse modo, o autismo dentro do campo das ditas deficiências mentais. Mesmo considerando a importância inalienável dos direitos dessas pessoas e suas famílias, é preciso reconhecer que há uma forte imposição para que o tratamento e cuidado prestado enfatize a reabilitação e o desenvolvimento das capacidades funcionais dessas pessoas, em detrimento de sua condição afetiva e singular. Mais sobre isso, na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que instituiu a Política nacional dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Essa lei deu origem a dois movimentos quase antagônicos que propõem diretrizes para esse tratamento e cuidado no serviço público de saúde e que estão delineados nas Diretrizes de Atenção à Reabilitação da pessoa com transtorno do espectro do autismo (TEA) e a Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de atenção psicossocial do sistema único de saúde, ambos os documentos de 2013 e, assim com a lei, podem ser acessados no site do Ministério da Saúde.

nem em termos especulares (do olhar do outro sobre nós/olhamos somente através de máquinas), nem em termos simbólicos e, assim, permanecemos profundamente investidos no nível do próprio corpo, de um narcisismo primário, de um *gozo autista*. Outrossim, vivemos em tempos em que a pergunta constitutiva a ser feita pelo sujeito deveria ser: *Por que não queres nada de mim?* E não mais *O que queres de mim?* que instauraria a falta causativa desse sujeito. Também, frente à potência e violência dos discursos científicos, políticos e educativos sobre a criança (pois aniquilam o sujeito), a amarração *sinthomática* de uma criança tem função significante: de fazer um corte nessa cadeia discursiva. De certo modo, algumas crianças vão fazer algo disso, mas, outras vão sucumbir a esses discursos e isto pode gerar um buraco de angústia e a resolução é, de início, um impasse subjetivo e com um destino psicótico ou autista ou outra coisa.

Frente a tudo isso, acredito, para a clínica da criança, na lógica da subversão da dialética que está posta; na suposição de sujeito mesmo que os “sinais” indiquem isto ou aquilo, pois o que interessa é o sujeito e seu percurso de constituição em que os impasses subjetivos correspondem aos modos de uma amarração *sinthomática* desse sujeito em seu circuito pulsional como cifrações das tentativas de regular seu gozo; acredito, também, no fato constitutivo de que corpo e linguagem não se dissociam; e, ainda, que Simbólico e Real, assim como o Imaginário em jogo, se articulam e o fundamental é o efeito dessa articulação e o que pode nesta entrar como um articulador, como um quarto elemento. Diante disso, e do fato do enigma em jogo nesta tese ser a insistência na língua de Cadu, tomei como hipótese ser este o elemento em jogo na constituição de um quarto elo em sua possível estrutura como sujeito autista – hipótese efeito da ascensão desse sujeito a uma posição psicótica como saída de seu Um solitário, o que considero fundamental as discussões estabelecidas entre o sintoma e a linguagem.

Nas elaborações que venho fazendo, a tentativa de trabalhar no impossível entre a Linguística e a Psicanálise passa pela questão da língua como estrutura, como um sistema de elementos em uma relação distintiva. Das construções lacanianas, o inconsciente estruturado como uma linguagem comporta um furo e, desse modo, a linguagem é não toda. Também, com ênfase na função significante, é fundamental a função da linguagem como alteridade na constituição do sujeito e como suporte de uma estrutura, a língua, pois esta, em seu funcionamento significante comporta a diferença pura: o sujeito do inconsciente. Enfim, para Cadu, é o que lhe possibilita sua estruturação.

Considerando a proposição de tomar aquilo que se apresenta dele em função de sinthoma, o modo como Cadu vai se amarrando como sujeito é provocador do que denominei de impasse subjetivo. Esse impasse chegou à clínica pelas vias de uma queixa do tipo “***Ele não se comunica***”, portanto, como um sintoma que apresenta uma dificuldade de enlaçamento entre criança e o outro, assumindo função de sintoma pelos efeitos no ouvido do outro. Todavia, como venho sustentando, não se trata de um sintoma mensagem, mas de uma amarração sinthomática que diz desse sujeito. Dessa forma, em termos clínicos, essa fala de Cadu tem uma função: de possibilitar apreender seus modos de constituição e seus impasses. Porém, a visada dos Estudos Linguísticos sobre o que se atualiza na clínica implica discutir o que do saber sobre a língua interessa à clínica, e vice-versa. Foi nessa direção que Lier-DeVitto (2003, 2006; 2011; 2013) e seu grupo empreenderam importante pesquisa sobre as ditas falas sintomáticas na visada da Fonoaudiologia (Clínica da Linguagem), da Linguística e da Psicanálise⁶⁸. Os trabalhos desenvolvidos por esse grupo, sustentam um diálogo teórico com a dita linguística da língua enfatizando a língua como um sistema de valores opositivos, cujos elementos mínimos se relacionam a partir de um valor, da distinção entre esses elementos, pois esse valor é a diferença, qualitativa para Saussure, e pura para Lacan.

Segundo essa autora, reconhece-se que há língua na fala e que é esse funcionamento linguístico por distinção que possibilita haver fala e falante e, também são as articulações significantes que conferem estatuto de acontecimento de linguagem às falas sintomáticas. Essa lógica de distinção e do funcionamento dos significantes em termos metafóricos e metonímicos é o que possibilita que os Estudos Linguísticos se interessem pelas falas sintomáticas, pela primazia do significante em detrimento do signo linguístico. De fato, é a mesma ênfase que venho dando à relação do significante (e da língua) na constituição do sujeito, pois é a função significante – efeito de seu funcionamento por distinção – que inscreveria a possibilidade de hiância causativa no percurso de constituição estrutural do sujeito e estabeleceria a lógica da alteridade. Das elaborações da autora, e de seu grupo, gostaria de trazer, por ora, aquelas concernentes ao que definem como sintoma, e, ainda, o que definem como fala sintomática em sua abordagem linguística dessa fala.

Considerando que as falas sintomáticas chegam à clínica e disso decorre a questão

⁶⁸ Conforme LIER-DEVITTO (2013), trata-se do *Projeto Aquisição, patologias e clínica da linguagem* (CNPq) iniciado em 1995, na PUCSP/DERDIC/LAEL que abrange as áreas da Linguística, Fonoaudiologia e Psicanálise, cujos pesquisadores envolvidos desenvolvem pesquisas sobre as falas sintomáticas e a clínica da linguagem. Também, o grupo de pesquisa *Aquisição de Linguagem* do IEL-UNICAMP desenvolveu trabalhos nessa direção, com a coordenação da professora Dra. Cláudia De Lemos e seus estudos sobre a fala da criança e o interacionismo.

sobre de que se trata o sintoma na linguagem, a indagação incide sobre o que, das patologias da linguagem, interessa à Linguística. Partindo da constatação de que um sintoma é aquilo que leva o indivíduo à clínica, por conseguinte, a fala sintomática não se remete a um “erro” na linguagem, mas a uma espécie de desacerto que insiste em dificultar o laço do sujeito com o outro e, também, o controle (imaginário) de sua própria fala. De acordo com Lier-DeVitto (2003), o sujeito sofre tanto por esses efeitos dos desarranjos em sua fala como sofre por conta de sua própria condição de falante. Nas palavras da autora, trata-se do *modo de enlaçamento singular da fala de um sujeito à língua e ao outro*:

[...] O sintoma diz de uma diferença profunda, de uma marca na fala que, como disse, implica o próprio falante e o isola dos outros falantes de uma língua [...]. Quero dizer que se uma fala produz *efeito de patologia* na escuta do outro, essa escuta tem efeito bumerangue: *afeta aquele que fala*. Da noção de sintoma participam, portanto, o ouvinte, *que não deixa passar uma diferença* e o falante, *que não pode passar a outra coisa*. Assim, o sintoma na fala “faz sofrer” porque é expressão tanto de uma fratura na ilusão de semelhante (descostura o laço social), quanto na *ficção de si-mesmo* (Vorcaro), i.e., de sujeito em controle de si e de sua fala. (LIER-DEVITTO, 2003 - Destaque da autora)

Em princípio, assim foi o sintoma de Cadu: “***Ele não se comunica***” foi o que a professora escreveu sobre ele no encaminhamento ao serviço de saúde, e foi o que o levou à clínica. Sem dúvida, não se comunicar – mesmo que na fala de Cadu não haja desarranjos morfossintáticos e nem fonoarticulatórios - tem efeito psicopatológico afetando a criança de modo radical: não é possível mantê-lo na escola, ele é autista, ele não aprende e, ainda mais, não é possível saber o que ele quer, dizem aqueles em seu entorno. Entretanto, o paradoxo de Cadu consiste no fato de que isso que descostura o laço social instaurando um desajuste no diálogo com o outro, é justamente o que possibilita que ele se enode como sujeito, pois esse enlaçamento singular de sua fala - sintomática por dizer de seu impasse subjetivo - é possível pelo singular de sua língua.

Na clínica das ditas psicopatologias infantis é possível estabelecer um limite (im)possível entre a Linguística e a Psicanálise. Esse limite, sua borda, pois haverá sempre furo nesse encontro, vai da *la langue* estabelecida por Ferdinand de Saussure à *lalangue* estabelecida por Jacques Lacan: da língua do falante (*falasser*) à lalíngua do sujeito do inconsciente. Nesse sentido, na clínica psicanalítica, essa língua que faz sintoma e que leva a criança ao clínico, ganha estatuto de *sinthoma*, de amarração *sinthomática* do sujeito em seu percurso de estruturação psíquica. Trata-se, para os Estudos Linguísticos, de estabelecer que

essa amarração comporta uma função significante intrínseca a essa possibilidade de sujeito e que as relações de distinção vão comportar, impreterivelmente, uma impossibilidade em que há algo se perderá nessa amarração. Assim, o sintoma particular de cada falante ganha estatuto de singular por nomear um sujeito na construção de sua ficção: aquele que não se comunica fala! O sintoma não é homogêneo e, menos ainda, redutível às categorias linguísticas e, por isso é sempre uma outra realização do falante com a língua. Realização essa que instaura um acontecimento de linguagem em que prevalece o enigma: Cadu não se comunica? Mas porquê, então, fala tanto, de modo tão insistente? Lier-DeVitto (2003) diz que no sintoma o tempo é o tempo da repetição, dessa insistência. Em Cadu, é tempo de seu percurso constitutivo, o tempo da repetição como insistência em ser sujeito do inconsciente.

Diante da tendência da Linguística em abordar o homogêneo e o regular repetível, a pergunta é sobre como abordar o sintoma⁶⁹ na linguagem? Sobre isso, sem reduzir as falas sintomáticas às categorias de erros gramaticais ou desvios pragmáticos, pois estas realizam enunciados adequados estruturalmente e, até mesmo, em termos pragmáticos e discursivos, a ênfase é sobre a articulação e os desdobramentos significantes como modo de escuta da estranheza que causam essas falas⁷⁰, de forma a considerar “[...] a mobilidade significante na fala e [...] a singularidade de segmentações e composições estranhas. [...]” (LIER-DEVITTO, 2013). Desse modo, na visada singular do *sinthoma*, o significante marca o passo do sujeito em seu percurso de constituição psíquica e vai deixando rastro como traços que devem se apagar para deixar um ser representado.

⁶⁹ Vale esclarecer que *fala sintomática* abrange as falas patológicas tratadas pela fonoaudiologia como a gagueira e as afasias e, também, a partir da articulação com a clínica psicanalítica, as falas alteradas decorrente de sofrimento psíquico como nas psicoses e nos autismos. Nas primeiras, o sofrimento é efeito dessa fala patológica, nas segundas a fala sintomática/patológica é efeito da condição de sofrimento psíquico do sujeito.

⁷⁰ Lier-DeVitto (2001, p.245) esclarece o modo como os estudos linguísticos tendem a considerar o sintoma na fala, alçado à categoria hora de erro, hora de *déficit* de linguagem: “Bates et alli (1997); Fletcher & Ingham (1997) e Crystal (1976-89) e outros, empenharam-se em definir o sintoma com base em ocorrências de “*formas linguísticas atípicas*”, que refletissem “*déficits de aprendizagem*” ou “*déficits na competência linguística*” (Craig, P. 1997: 506). Fletcher & Ingham dizem, por exemplo, que crianças com quadros clínicos de retardo de linguagem “*não têm o mesmo êxito no emprego do que sabem sobre gramática quanto seus pares normais*” (1997: 487) (ênfase minha). Outros procuram relacionar o sintoma a deficiências estritamente pragmáticas (Craig, 1997; Brinton & Fujiki, 1982; Curtiss & Tallal, 1991). Ou seja, sustenta-se que as produções sintomáticas podem ser “*formas linguísticas típicas*” mas com regras pragmático-discursivas deficientes que “*perturbam a comunicação e isolam o indivíduo de seu ambiente*” (Van Riper, 1939).

Diz Craig que “*a heurística empírica [dessas abordagens] tem sido testar o discurso da criança em busca de evidências de funções intactas ou ausentes*” (1997: 505), fazendo incidir sobre a fala de crianças um arsenal descritivo/conceitual para nela discernir o sintomático. O autor acrescenta, porém, que o resultado dessas investigações tem sido desalentador porque “*não se tem notado ausência crítica de funções principais do discurso*” (idem, ibidem) – as crianças com problemas na fala apresentam, por exemplo, os mesmos atos de fala (“pedir, comentar, responder, esclarecer”) e conhecimento de princípios de pressuposição comparáveis ao de crianças “normais”. Frente a tal “inconclusividade”, diz-se, então, que o problema estaria em que as produções sintomáticas não se relacionam ao enunciado anterior do parceiro.”

Ao abordar as falas sintomáticas e o que estas impõem à clínica de linguagem, à Linguística e à Psicanálise, Lier-DeVitto (2010) chama a atenção para o fato de que os aparatos descritivos das análises linguísticas não comportam o aspecto sintomático dessas falas, o estranhamento que causam e nem o mal-estar que criam. Diante disso, a pergunta é sobre o que, então, o aparato linguístico possibilita na suposição das falas sintomáticas como dado linguístico? A resposta da autora é importante como argumento de minha proposição de um estatuto de *sinthomático* para essas falas. Ela diz: “[...] Obtém-se a localização de algo que ‘fica do lado de fora’, que é alojado ali pelas descrições. [...] Essas falas surpreendentes recebem, assim, um atestado de existência, mas de existência externa ao campo dos estudos linguísticos.” (*ibid*). Todavia, isso que se projeta como externo ganha estatuto de uma problemática interna na medida em que as abordagens dessas falas mostram que sua estranheza e irregularidade são efeitos de seu funcionamento significante e são, portanto, efeito do sistema da língua em sua alteridade constitutiva. A autora constata, ainda, que entre a possibilidade da Linguística, de explicar esse funcionamento significante, e a necessidade de diferenciar as falas sintomáticas das outras modalidades, inscreve-se um vazio, um intervalo, tornando-as, a princípio, impossíveis para a Linguística. E para a Psicanálise, já que nessas não se trata de chiste, lapsos, das formações do inconsciente, em que interessam ao psicanalista? Citando Vorcaro, a autora esclarece que as falas sintomáticas interessam para a Psicanálise uma vez que são recolhidas como sinais de quadros clínicos, não se negligenciando a determinação subjetiva nas falas sintomáticas e que estas causam impasses na clínica pelo estranhamento do agente que escuta. Lier-DeVitto (2010) conclui que, diante disso, as falas sintomáticas seriam uma impossibilidade para a Linguística e uma dificuldade para a Psicanálise.

Sobre essas considerações, pensando na lógica da amarração *sinthomática* que amplia *ad infinitum* tanto essa impossibilidade como essa dificuldade por se tratar do mais singular de um sujeito e que implica impasses, faltas, alteridade, alienação, pulsão, tudo em jogo nas funções significantes de um corpo falante, observo que toda impossibilidade se estabelece frente a uma possibilidade. Isto é, para a Linguística é necessário propor o possível e considerar, pela lógica do inconsciente, a existência de um impossível que só poderá ser apreendido justamente no momento em que a consistência imaginária falhar e se fizer furo na linguagem, constatando, então, que é um vazio que faz a cadeia de linguagem funcionar, não desconsiderando, ainda, que a lógica do inconsciente lacaniano coloca em xeque a autonomia desse sistema. Também, na clínica, é justamente nessa dificuldade que o analista deve insistir

em sua escuta, porque escutar uma fala sintomática é escutar o inaudível. Assim sendo, uma fala é sinthomática e a articulação estrutural que a torna possível, diz do sujeito do inconsciente. Além disso, na criança, nos diz das tentativas desse sujeito em constituição se amarrar estruturalmente, definir-se como sujeito.

No decorrer de suas elaborações, Lier-DeVitto (2013), ao considerar que no particular de uma fala há língua mostra que as leis da linguagem – estabelecidas por Roman Jakobson (2003) – se presentificam nesse particular da fala sintomática: são a metáfora e a metonímia, contudo, prevalecendo o funcionamento no eixo metafórico para a fala da criança, em que há suspensão da contribuição do outro e que as operações de montagem/desmontagem/remontagem de uma estrutura de enunciados de falas sintomáticas se realizam no eixo metafórico, cessando a linearidade, a prosa e primando pela substituição metafórica dos elementos na cadeia de modo sincrônico, o que justificaria o prejuízo da comunicação e da referenciação nos enunciados.

Em suas argumentações, a autora retoma a proposição de Jakobson (2003) ao tratar da função poética na linguagem como a projeção do eixo metafórico sobre o eixo metonímico, da operação de seleção por equivalência, semelhança ou dessemelhança sobre a operação de combinação, de contiguidade, na língua. Recorrendo ao autor mencionado por Lier-DeVitto, pode-se ver que ele vai sustentar que na poética o fundamento linguístico está no fato de que a seleção/metáfora constitui a sequenciação, a contiguidade/metonímia. Dessa maneira, a cadeia funciona em seriação pela metáfora, pelo jogo de seleção e substituição entre os termos da língua. Segundo Jakobson (2003, p.129): “[...] A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo da seleção sobre o eixo de combinação. [...]” e, com isso, a similaridade se sobrepõe à contiguidade e, por semelhança ou dessemelhança, se junta termos e se constrói a cadeia.

As leis da linguagem, que ordenam o funcionamento distintivo dos significantes, foram abordadas por Jakobson (2003) no texto sobre as afasias em que ele também discute o interesse da Linguística sobre essa patologia de linguagem. Vale considerar que proposta desse autor é a mesma do texto sobre a poética: dar estatuto linguístico às afasias como acontecimento de linguagem.

Em *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*, Jakobson (2003) se pergunta, por que a afasia seria um problema linguístico e, sendo um problema linguístico, quais seriam os aspectos de linguagem que estariam prejudicados na afasia? Segundo ele:

[...] Para estudar, de modo adequado, qualquer ruptura nas comunicações, devemos, primeiro, compreender a natureza e a estrutura do modo particular de comunicação que cessou de funcionar. A Linguística interessa-se pela linguagem em todos os seus aspectos — pela linguagem em ato, pela linguagem em evolução, pela linguagem em estado nascente, pela linguagem em dissolução. (JAKOBSON, 2003, p.33)

Diante dessa justificativa para o interesse da Linguística sobre todos os aspectos da linguagem, para Jakobson, tanto nesse texto, como no texto sobre poética, a estrutura não deve ser limitada ao estudo fônico. O autor sustenta que o funcionamento da língua deve ser estudado em termos de relação entre os diferentes níveis desse funcionamento: fonologia, semântica, morfologia, sintaxe e, por que não acrescentar, enunciado e discurso. Isso me parece importante para a tomada dos acontecimentos de linguagem na clínica, pois não se trata de descrição isolada na estrutura da linguagem e nem isolada do ser falante. Também, as leis da linguagem, para ele, têm como aspecto primordial “[...] a concorrência de entidades simultâneas e a concatenação de entidades sucessivas [...]” (*ibid*, p.38).

De modo geral, conforme Jakobson (2003), todo signo linguístico, não importando em qual acontecimento de linguagem ele esteja operando, implica dois modos de arranjo: a combinação e a seleção, a metonímia e a metáfora, respectivamente.

O primeiro modo de arranjo é a combinação em uma operação no contexto linguístico⁷¹ em que um signo linguístico se relaciona a uma unidade linguística superior que a comporta nos diferentes níveis de linguagem. Esse é o funcionamento da metonímia, de concorrência e concatenação, e se dá no eixo linear considerando que dois elementos não ocupam o mesmo lugar na cadeia: funcionamento *in praesentia*, em que dois termos presentes numa série estão associados por contiguidade. Nessas condições, signo está relacionado a outros signos em alternância, na cadeia linguística.

O segundo modo de arranjo é a seleção. Esta consiste na substituição entre termos por semelhança e dessemelhança. Esse é o funcionamento da metáfora *in absentia*, em que os elementos linguísticos se associam para além do “código” pela justaposição por similaridade: “[...] num grupo de substituição os signos estão ligados entre si por diferentes graus de similaridade, que oscilam entre a equivalência dos sinônimos e o fundo comum (*common core*) dos antônimos [...]”, de acordo com Jakobson (2003, p.40).

Ainda sobre as afasias, Jakobson (2003) esclarece que havendo um “distúrbio” em uma dessas operações, a outra manterá a língua em funcionamento. Os distúrbios de

⁷¹ Contexto não é exterior á cadeia, é o contexto linguístico que comporta um elemento e aqueles que o precede e antecede na cadeia sintagmática.

linguagem podem afetar a combinação ou a seleção das unidades de linguagem: um falante com distúrbio de substituição usa a metonímia para suprir essa dificuldade de selecionar os termos por similaridade. Por outro lado, um falante com distúrbio na combinação usa a substituição por seleção para suprir essa dificuldade de estabelecer um desencadeamento na linguagem, pois a metáfora se projeta sobre esse eixo e mantém a cadeia em funcionamento. É preciso ver, então, em que essa projeção metafórica possibilita de laço social, já que a comunicação está aí prejudicada.

Se Cadu não consegue se comunicar e, de início, está preso em uma fala que é insistente e retorna em um eixo próprio, desse modo, não se estendendo ao outro, a hipótese é a de que a falha se dá em termos metonímicos e que o funcionamento metafórico de significantes poderia suprir isso.

De acordo com Jakobson (2003), no distúrbio por contiguidade o paciente vai usar a seleção para suprir essa dificuldade de contiguidade da cadeia, que consiste fazer a cadeia de unidades mais simples para as mais complexas. Nessas condições, a distribuição, a extensão e quantidade de frases diminui, mas a palavra é preservada. Dessa forma, entendo esse funcionamento como uma relação de contato muito próximo entre os elementos da cadeia de fala e, por isso, não causa estranheza que uma criança cuja relação com o semelhante se caracteriza pela inconsistência e, pela recusa, que a estrutura de sua língua também comporte essa condição.

Também, se a metonímia não funciona, a ênfase é no funcionamento metafórico: *agramatical*⁷² nas palavras de Jakobson (2003), pois o contexto linguístico é afetado e o discurso se resume a enunciados ou a frases de uma só palavra; ainda há frases mais longas, porém estereotipadas; ou seja, à medida que o contexto linguístico vai se desagregando, não ocorrendo a contiguidade, a operação de seleção se presentifica e o indivíduo vai usar as articulações metafóricas aglutinadoras por similitude ou diferença para suprir o desajuste metonímico. Vale esclarecer que são expressões metafóricas, mas não poéticas por não transferirem sentido, no contexto de falas ditas sintomáticas.

Sobre esse *agramatismo*, trata-se da abolição da flexão com categorias não marcadas, o uso infinitivo no lugar de conjugações verbais, o uso do nominativo no lugar dos casos oblíquos. Além disso, não há reflexividade na língua e existe a eliminação da regência e da concordância verbo nominal, assim como dificuldade de decompor as palavras em desinências e radicais. Também, os falantes não fazem uso de palavras derivadas por

⁷² Necessário esclarecer que o gramatical se refere, na linguística estrutural, aos níveis da língua: fonologia, morfologia e sintaxe. Portanto, agramatical é o que se estabelece fora desses níveis.

desinências e há uma simplificação abusiva e o automatismo em que a repetição caracteriza um deslocamento de sentido. Também, o paralelismo sintático é efeito de um mal funcionamento do eixo metonímico em que vai prevalecer a similaridade, a metáfora para suprir isso: os elementos da cadeia são associados, selecionados e substituídos na oração paralelística em uma relação de similaridade posicional, que é a capacidade de duas palavras se substituírem por alguma semelhança ou oposição semântica.

Com esses aspectos relacionados sobre as falas sintomáticas com estatuto, agora, de sinthomático, encerro este capítulo em que delimitei os pressupostos psicanalíticos e linguísticos para minha articulação entre língua, linguagem, constituição do sujeito e impasse subjetivo.

CAPÍTULO 5

A AMARRAÇÃO SINTHOMÁTICA: AS CERZIDURAS ELEMENTARES PELA LÍNGUALINHA

*Cuando veo de nuevo el mar
el mar me há visto o no me há visto?*

*Porqué me preguntam las olas
lo mismo que yo les pregunto?*

*Y porqué golpeam la roca
com tanto entusiasmo perdido?*

*No se cansan de repetir
su declaración a la arena?⁷³
(NERUDA, 2004)*

A infância se sustenta no mistério de um percurso que traz como marca mais extraordinária as mudanças: desse percurso, o que se sabe é que poderá haver mudanças. Isto implica que as questões da infância, de modo específico, da criança, devem ser tomadas em seu tempo de ser, de existir e não *a priori* ou *a posteriori* de seu acontecimento. Também, a dimensão de experiência da criança com a estrutura linguística e discursiva que lhe antecede.

De modo geral, sobre essa relação, prevalece a lógica de uma submissão da linguagem ao pensamento e que a cada ano de vida, considerando sua maturação, a linguagem da criança deve ter essa ou aquela característica. Desse modo, um dos aspectos mais importantes diz respeito à linguagem da criança na primeira infância, em que se espera que crianças até os três anos possuam um vocabulário e uma gramática suficiente para se comunicarem nas mais variadas situações interativas. Assim, como os problemas de comunicação – que são, de fato, problemas em que o adulto não compreende a linguagem da criança, melhor dizendo, não consegue significá-la – são tomados de modo rígido como sinais de transtornos variados.

Diante disso, uma criança que não fala – sem que se diferenciem os modos possíveis de uma criança falar – é, muitas vezes, remetida a um quadro de autismo. Nessa situação, o importante é esclarecer que não falar não significa não se comunicar com o outro e menos ainda não estabelecer vínculo com esse outro. Igualmente, não falar com o outro não significa

⁷³ Quando de novo vejo o mar/ o mar me viu ou não me viu?
Porque me perguntam as ondas/ o mesmo que lhes pergunto?
E porque golpeiam a rocha/ com tanto entusiasmo perdido?
Não se cansam de repetir/ sua declaração à areia?
Plabo Neruda, *O livro das perguntas*, 2004.

uma recusa ao outro e, a ausência de sentido na fala e na linguagem de uma criança, também não significa que se está diante de um caso de psicose, pode-se, talvez, estar diante de alguma dificuldade cognitiva, por exemplo. Por outro lado, é possível ver a propostas de uma pré-determinação da linguagem pré-verbal da criança em que o choro com tal intensidade e ritmo significaria fome, em outra intensidade e ritmo significaria dor e, assim por diante. Perde-se, numa abordagem como esta, o fundamental da constituição do sujeito: o imperativo da linguagem do Outro sobre o pequeno ser e da significação como efeito do encontro entre criança e seu semelhante.

Com base nesses apontamentos iniciais, interessa-me, considerando a lógica do impasse subjetivo, os modos da criança saber-fazer nessa experiência como tentativa de cerzir as falhas nessa experiência que lhe impõem sofrimento, porque é pela estrutura da língua (aos modos de uma língualinha) que vai fazer essa amarração. Nesse ponto, certamente a noção de falha é outra. Não é um defeito como algum aspecto que impediria o percurso da criança. Ao contrário, no que falha é que justamente situa o ponto da força constante do sujeito, melhor dizendo, sua causa indeterminada, concordando com Cadu que não se comunica. Nessa falha entre o eu e o tu imaginário da comunicação existe a possibilidade do Simbólico fazer furo e, com isso, o sintoma de um possível autismo ganha estatuto de amarração sinthomática, do singular de um sujeito em constituição estrutural.

5.1 Dos fenômenos de linguagem à amarração sinthomática na psicose e no autismo

De modo geral, para a psicanálise elaborada por Jacques Lacan, os aspectos da linguagem sempre possibilitaram as investidas em novas provocações conceituais e, em consequência, a proposição de novas abordagens para os problemas sobre o psiquismo humano. Entre essas provocações, estão aquelas estabelecidas com base nas ditas psicopatologias. De modo mais específico, Lacan partiu das psicoses, até então (início dos anos de 1930), um assunto mal resolvido pela Psicanálise. Das investidas de Lacan sobre esse assunto, recorro aquelas concernentes aos conhecidos fenômenos elementares de linguagem, da psicose. Isso se justifica, por se ter, no funcionamento em jogo, a possibilidade de haver sujeito [na psicose].

A psicose sempre nos ofereceu os mais inesperados e complexos fenômenos de linguagem e, é nesse contexto que Lacan inicia sua relação com a linguagem (e com a Psicanálise). Especificamente, nos trabalhos *Esquizografia*, de 1931 e *O problema do estilo e a concepção psiquiátrica das formas paranoicas da experiência*, de 1933. No primeiro texto, Lacan trabalha com as cartas de uma paciente esquizofrênica identificando, na escrita dessa paciente, os aspectos característicos de um quadro de psicose com base nas irregularidades de seu grafismo sem rasuras, como a perplexidade semântica, as interpretações delirantes, entre outros. Lacan se debruça sobre os quatro ‘distúrbios’ de linguagem identificados na clínica das ditas afecções psiquiátricas: distúrbios verbais, ou formais da palavra falada; distúrbios nominais, ou do sentido das palavras usadas para nomear; distúrbios gramaticais/sintáticos; e os distúrbios semânticos.

Ao discutir sobre esses distúrbios de linguagem presentes na grafia da paciente esquizofrênica, Lacan (1931/2011) se fundamenta na psicologia e na filologia. Ou seja, delimitando essas áreas, a linguagem está submetida ao pensamento e à história das línguas e, com isso, a leitura de Lacan das cartas da paciente são interpretadas com base na filologia, melhor dizendo, com base naquilo que a história das línguas diz sobre sua gramática ou semântica. Não se tratava, portanto, do funcionamento dos elementos constitutivos da língua.

Além disso, há, nesse trabalho de Lacan, uma ausência total de certa terminologia e parâmetros da Linguística (que já havia sido fundada como ciência nessa época, o que implica que seu objeto, a língua, já havia sido definido), prevalecendo a linguagem psiquiátrica, como é o caso do uso do termo ‘distúrbios’. Todavia, no segundo o texto supracitado, *O problema do estilo*, Lacan (1933/2011) irá sugerir que a arte e a antropologia sirvam de parâmetros para compreensão dos mecanismos da paranoia, nesse sentido, já apostando que não se trata da ordem de um funcionamento mental, mas algo fora que antecederia o sintoma paranoico. Nesse segundo texto, podem ser vistos os primórdios da relação psicose (paranoica) e linguagem:

Podemos conceber a experiência vivida paranoica e a concepção do mundo que ela engendra como uma sintaxe original, que contribua para afirmar, pelos elos de compreensão que lhe são próprios, a comunidade humana. O conhecimento dessa sintaxe nos parece uma introdução indispensável à compreensão dos valores simbólicos da arte e, muito particularmente, aos problemas do estilo – a saber, das virtudes de convicção e de comunhão humana que lhe são próprias, não menos que aos paradoxos de sua gênese –, problemas sempre insolúveis para toda antropologia que não tiver liberada do realismo ingênuo do objeto. (LACAN, 2011/1933, p. 400)

Nessa citação, a existência da lógica de uma sintaxe original, particular do paranoico, é fundamental no que proponho, pois há, de modo rudimentar, um fazer com a estrutura comum ao paranoico e que é levado a cabo, por Lacan, na tese *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*, texto de 1933, um saber fazer original e arbitrário.

Desse texto, se sobressai o uso que Lacan faz do termo estrutura (da personalidade de Aimée) e do termo fixação (objetal e narcísica de traços psíquicos). Iniciando o trabalho a partir da nosografia psiquiátrica da psicose, ele termina o trabalho abordando os fenômenos elementares da psicose, embasando-se na Psicanálise e citando Freud em vários momentos, para sustentar que a psicose corresponderia, de modo geral, à fixação de determinados traços psíquicos que determinam a estrutura de personalidade psicótica [de Aimeé]. Também, é a língua (e a linguagem) de Aimée os fundamentos de sua hipótese sobre essa estrutura de personalidade em uma extrema e radical relação linguagem, psicose e inconsciente⁷⁴.

Anos depois, Lacan (1955-1956/2002), em seu *Seminário* sobre as psicoses, estabelece os fenômenos elementares que possibilitam ao presidente Schreber suportar sua loucura⁷⁵. De modo específico, esses fenômenos são: a dissociação semântica, na perplexidade do psicótico diante de sua ruptura nas relações (no laço social), as alucinações visuais e auditivas, as interpretações delirantes (e delírios), o afrouxamento dos elos associativos e as mais variadas alterações de linguagem.

Desse modo, partindo da linguagem como língua e discurso, a possível desorganização estrutural (na psicose) mantém o sujeito aquém do discurso, em dificuldades de estabelecer laço social, pois a significação está prejudicada sem o jogo metafórico que possibilitaria a inscrição da metáfora paterna. Porém, é importante frisar que o psicótico não estar fora do discurso não é o mesmo que o psicótico estar fora da linguagem, pois nesta, ele vai operar com a língua, como atestam os fenômenos elementares de linguagem.

Tanto nesse *Seminário* sobre as psicoses, como nos textos anteriores a este, e, também, em trabalhos posteriores como no texto *Formulações da causalidade psíquica* (1946) e, ainda, no texto *Questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1957/1958), um aspecto dos então nomeados fenômenos elementares de linguagem são determinantes: é o fato de que o sujeito não “reconhece” a língua que lhe constitui e isto lhe dificulta sua dialética com o

⁷⁴ Ressalto que são mesmo primeiras investidas de Lacan na questão constitutiva do psiquismo e que prevalece, ainda, uma lógica do particular e de formação de uma personalidade, muito atrelado, ainda, à subjetividade. Coisa, aliás, que Lacan irá rechaçar veementemente a partir da lógica significante e, irá negar totalmente com o objeto *a*.

⁷⁵ Interessante que esses fenômenos elementares ajudam o sujeito a suportar a loucura eclodida em Schreber. Em Joyce, vinte anos depois, Lacan sustenta o *sinthoma* como aquilo que suporta um sujeito supostamente louco, porém sem enlouquecer.

Outro; conseqüentemente, é improvável a ele localizar-se no campo do Outro, decorrendo daí, os fatos de linguagem como a alusão a um terceiro na referência a si mesmo. De fato, há uma língua funcionando em uma ordem que foi foracluída. Outro aspecto fundamental, diz respeito à não inscrição da metáfora paterna, já mencionada: se não há a metáfora definitiva do sujeito, a linguagem na psicose pode ser pensada como uma linguagem “desmetaforizada”, prevalecendo os deslizamentos metonímicos e, ainda, pode-se considerar não haver um sujeito constituído.

Conforme Lacan (1955-1956/2002), na ordem do significante os fenômenos de linguagem são mecanismos como a reorganização discursiva por meio de neologismos, os denominados distúrbios de conexão em que as frases são interrompidas no ponto em que poderia emergir a significação e, a holófrase, contrário do anterior, em que uma palavra equivaleria a uma sentença. Esses modos da linguagem funcionar, na psicose, não indicam um problema cognitivo ou até mesmo um problema de encadeamento linguístico, mas correspondem aos modos do psicótico se relacionar com a linguagem que o constitui. De todo modo, nessas manifestações de linguagem e em seu funcionamento significante, o que não se efetiva é a falta, a hiância entre a língua e o discurso com paradoxo entre sujeito e Outro, não demarcado pela inscrição metafórica: o intervalar é o que falta na psicose.

Na sequência de seu *Seminário*, Lacan (1955-1956/2002, p. 153) apresenta assim a relação psicose e inconsciente:

Em resumo, poder-se-ia dizer, o psicótico é um mártir do inconsciente, dando ao termo mártir seu sentido, que é o de testemunhar. Trata-se de um testemunho aberto. O neurótico também é uma testemunha da existência do inconsciente, ele dá um testemunho encoberto que é preciso decifrar. O psicótico, no sentido em que ele é, numa primeira aproximação, testemunha aberta, parece fixado, imobilizado, numa posição que o coloca sem condições de restaurar autenticamente o sentido do que ele testemunha, e de partilhá-lo no discurso dos outros.

Nesse sentido, há algo no adulto [psicótico] a ser testemunhado entre o sujeito e o Outro. Todavia, trata-se de um testemunho sem condições de restaurar o sentido do que ele testemunha, sendo preciso seu deciframento. Na criança, a possibilidade do impasse psicótico (ou outros modos de operar seu impasse subjetivo) testemunha sempre a própria (im)possibilidade de estruturar o inconsciente, de constituir-se sujeito, de enlaçar-se com o Outro. Na ausência das faltas que lhe direcionam no campo da linguagem, a criança (refratária do sujeito em constituição) testemunha o percurso dos significantes que lhe efetivarão sua

posição no mundo e, também, a perda daquilo que determinará seu desejo, portanto, testemunha a efetivação da condição duplamente faltosa, por isso o ciframento desse inconsciente que se estrutura, e que mesmo vindo a céu aberto, não pode ser decifrado.

Lacan (1955-1956/2002, p. 192), então, se refere à ordem significante, aquela que interessa na relação linguagem e psicose:

A partir de quando passamos ao que é da ordem significante? O significante pode estender-se a muitos elementos do domínio do sinal. Mas o significante é um sinal que não remete a um objeto, mesmo sob a forma de rasto, embora o rasto anuncie, no entanto, o seu caráter essencial. Ele é também o sinal de uma ausência. Mas, na medida em que ele faz parte da linguagem, o significante é um sinal que remete a um outro sinal, que é como tal estruturado para significar a ausência de um outro sinal, em outros termos, para se opor a ele num par.

Desde as primeiras elaborações de Lacan com os elementos da linguagem, prevalecem os traços, os rastros e os significantes. E, com a psicose, ele confirma que a língua funciona mesmo em detrimento da significação.

Em se tratando de linguagem, qualquer criança (sempre atravessada pelo que vem da boca do Outro) reorganiza seu discurso, cria palavras para nomear o mundo ao toque de homofonias, homonímias, onomatopeias, concatenações, como se pode ver em ocorrências cotidianas de crianças falando.

Em uma situação específica, uma criança diz “cacaco” para se referir ao desenho de um “macaco” que um adulto havia lhe mostrado dizendo “Olha o macaco.” Essa criança se apropria da fala do outro, mas é possível ver aí um desencontro necessário entre a fala da criança e a fala do adulto no ponto mínimo da substituição por distinção entre os fonemas [c] e [m].

Também, Certa criança tem por hábito sempre interromper suas frases quando se percebe (ou pelo menos desconfia) estar na congruência de sustentar um dizer ou mesmo um ato qualquer, como na situação em que a mãe diz ao pequeno filho, quando este se senta à mesa para almoçar: “Vi que você lavou as mãos sem eu ter que mandar. Muito bem! Lavou lá fora ou no banheiro?”. Ao que a criança responde: “Hum...Foi...Hum...”, abaixando a cabeça, sorrindo e escondendo as mãos embaixo da mesa. Na cena, é possível vê-lo limpando as mãos no forro da mesa e, as hesitações em sua fala denunciam sua subversão como pequeno sujeito construindo saídas aos seus impasses cotidianos na interação com seus semelhantes.

Ainda, existem aquelas crianças que produzem holófrases que poderíamos chamar de cotidianas (como são nas línguas criolas), como uma criança que responde ao pai ao ser indagada, por ele, sobre o dia na escola, assim, de modo condensado, metafórico: “*Tinánan.*” Ao que o pai traduziu como: “*Tinha nada não?*” E a criança: “*É*”.

Há ainda aquelas crianças que se satisfazem com a lógica do significante, como um menininho que, passando com a mãe em frente a uma revendedora de tratores e instrumentos agrícolas e, ao ver um desses minitratores usados em pequenas plantações, diz à mãe: “*Mãe... quero um trator pequeno daquele* (apontando)”. Ao que a mãe pergunta: “*Pra quê menino?*” e, ele responde: “*Pra brincar. O trator é de brinquedo*”. A mãe, por sua vez, continua: “*Tá. Vou te dar um trator de brinquedo*”. Nessa magnífica rede associativa e metafórica entre *pequeno* e *brinquedo* há a significação (efeito desses significantes em oposição, pelo jogo semelhança/dessemelhança) e é de absoluta permuta entre a mãe e a criança, entre a demanda ao Outro e o desejo do sujeito.

Vale ressaltar, que nesses breves episódios de fala entre adulto e criança, existem algumas evidências: o diálogo, a criança e o adulto, a heterogeneidade e o espelhamento, em que o funcionamento da linguagem permite – pelas vias do Imaginário – ver e compreender a relação dialética entre sujeito e Outro e os momentos em que o sujeito subverte essa dialética pelo jogo entre significantes, se presentificando como sujeito do enunciado. Tudo isso é, do meu ponto de vista, o distanciamento entre a linguagem da criança em impasse subjetivo e a linguagem da criança cuja estruturação caminha sem impactos severos sobre sua constituição, e tem a ver com a dialética que instaura a diferença constitutiva. Para a criança em impasse subjetivo falta a falta, a hiância que instaura a diferença entre sujeito e Outro e a possibilidade de subverter essa relação.

Lacan (1998/1946), ao expor suas formulações sobre a causalidade psíquica, apresenta outro importante e interessante fenômeno de linguagem da criança que mostra a relação entre a constituição do sujeito e a linguagem. Retomando o ponto zero como o tempo da matriz simbólica que antecede à identificação da criança com o Outro, ele apresenta uma singular “forma de relação [da criança] com o mundo”, especificamente o transitivismo:

Essa reação, com efeito, embora jamais se elimine por completo do mundo do homem em suas formas mais idealizadas (nas relações de rivalidade, por exemplo), manifesta-se inicialmente como matriz da *Urbild* do Eu.

Constatamo-la, de fato, a dominar significativamente a fase primordial em que a criança adquire essa consciência de seu indivíduo que sua linguagem traduz, vocês sabem, na terceira pessoa, antes de fazê-lo na primeira. (LACAN, 1946/1998, p.181)

Desse modo, conforme essas palavras de Lacan, referir-se a si mesmo, na terceira pessoa, mediante o advento do primeiro esboço do sujeito do inconsciente, aquele que se efetiva no estágio do espelho, é um funcionamento de linguagem próprio e constitutivo da criança e ratifica que o sujeito, desde sempre, se constitui do que vem da boca do outro (o que interessa da boca, do olho é que estes têm borda). Geralmente, a referência a si mesma é pelo nome que a criança ouve da boca do Outro até que possa instaurar o eu e o tu, no diálogo. Como é possível ver no acontecimento seguinte, em que Maria, pegando um brinquedo, e trazendo junto a si, diz: “*É da Maria*”. Essa fala é o espelhamento da fala de um adulto que, ao lhe dar o brinquedo, disse: “*Olha o brinquedo da Maria*”. Existe, nesse episódio de fala, uma reprodução por espelhamento, pois há um reconhecimento de si nas palavras do Outro que ela toma para si, por se encontrar nelas, situando-se no discurso desse Outro. Mas, essa reprodução, situada e discursivizada, não é como uma ecolalia. Tempos depois, em situação parecida com o mesmo brinquedo, Maria diz: “*É meu, né teu*”. Agora a repetição é criativa e inesperada pela contundência na fala da menina. Porém, um funcionamento como esse, na criança em impasse subjetivo, se caracteriza por uma indeterminação frente a uma inversão pronominal, insistente, sem continuidade e nem deslocamento da criança para a posição de quem responde por sua condição de falante.

5.2 Reforçando o funcionamento da língua como a amarração sinthomática

No paradoxo constitutivo de Cadu, sua fala que não servia para que ele se comunicasse com as pessoas em seu entorno, chegava aos ouvidos de modo insistente e repetitivo. Em seu percurso, entre ele e o outro, havia uma distância preenchida por um *echo*: a exata distância entre sujeito e Outro, na proximidade possível a Cadu, e que era delimitada pela repetição verbal e sonora em sua fala. Assim, na cadeia de signos de sua fala algo parecia ligá-lo ao Outro, pois havia uma direção disso que ecoava e se expandia como apelo e, desse modo, dando à fala de Cadu a função de carretel, de ligar o sujeito a uma possibilidade de causa. Novamente, justifica-se o estatuto de amarração sinthomática aos modos de Cadu fazer com a língua e com a linguagem: como o quarto elemento de sua estrutura psíquica, de seu suporte como sujeito do inconsciente em estruturação. As tentativas dele, em minha versão de seu mito constitutivo, foram nomeadas com base nos modos de sua língua funcionar. Porém, é preciso não reduzir essa amarração a uma descrição linguística. Mas, sim

compreender em que *topos* dessa cadeia, onde se planifica seu percurso, e também em seus entremeios, fez-se possível ao pequeno ascender como sujeito do inconsciente em constituição.

Se o verbo insistente não lhe servia para ele se comunicar porque ele insistia em falar, e, além de insistir, por que persistia, por que no jogo da transferência, era nessa fala que uma espécie de saber suposto que caía? E mais ainda: Cadu *per-sistia* em não se isolar em seu Um solitário e sua ex-sistência é movimento marcado por intensidades que o conduz a uma aproximação ao Outro, pois insistir é persistir para Cadu.

Portanto, a amarração sinthomática de Cadu se caracteriza pelo ato de linguagem que é o repetir, o tornar a fazer em circunstâncias outras, por meio de algo que lhe é singular e é insiste. Desse modo, passo, agora, a apresentar os modos insistentes pelos quais Cadu falava (e fala), colocando sua língua em funcionamento.

O primeiro desses modos é a ecolalia. Nesta, a fala é ecoada indefinidamente sem um deslocamento metonímico e, por vezes, há também o metafórico, prejudicando tanto a associação como as substituições na cadeia. Mas, lembrando Jakobson, um desses funcionamentos pode suprir a dificuldade com o outro.

Há uma importante observação a ser feita sobre esse funcionamento ecolálico no que tange às crianças com possibilidade de autismo e crianças com possibilidade de psicose. Como para as primeiras há a não constatação da alteridade, a primazia é em ecoar não as palavras do Outro, mas os blocos maciços de signos (impossível de furo) que circundam essas crianças, vindos de todos os não semelhantes (pois não haveria identificação no autismo do tipo A não é A). Por exemplo, viriam de revistas, da televisão, escutadas ou lidas aleatoriamente e de modo automático. Nessas ocorrências, não seria possível demarcar de quem viria essa voz, já que não haveria um alguém na posição primordial, e, ainda, nem mesmo na posição de espelhamento⁷⁶. Por isso, essas crianças “não se comunicam”, mesmo que falem por meio de sua ecolalia maciça, sem furo. Além do mais, é comum crianças em posição autística ecoarem listas de números telefônicos, dizeres de propagandas de televisão, mas em falas em que não seria possível identificar a palavra de alguém em específico, pois o Outro é barrado: o sujeito seria, portanto, todo gozo, e os signos ecoados seriam signos de gozo do sujeito.

⁷⁶ O quantificador *Todos*, na Língua Portuguesa, tem, na verdade, uma dimensão de absoluta indeterminação, pois todos pode ser qualquer um ou qualquer coisa dentro de um universo enunciativo, sendo preciso um dêixis para determiná-lo.

Por outro lado, em crianças, em possibilidade de psicose, os blocos sintáticos, semânticos e prosódicos ecoados seriam mais específicos e trariam, por associação e substituição, a palavra de seus semelhantes e até mesmo daquele que estaria respondendo pela posição de Outro primordial, podendo-se constatar uma espécie de gozo do Outro nas palavras ecoadas pela criança angustiada. Ou seja, na possibilidade de psicose, as palavras ecoadas seriam signos do gozo do Outro. Sem o reconhecimento desse Outro como faltoso trata-se, nessa relação, da impossibilidade de inscrição da falta na criança, pois o Outro não é faltoso já que a criança encobre sua falta, daí o gozo do Outro nessa condição de psicose em que não há nem Outro barrado e nem sujeito barrado, portanto, não há inscrição da metáfora paterna. Refém desse gozo, a criança retém suas palavras, porque não há a inscrição da hiância causativa, assim como não há distinção entre sujeito e Outro, estabelecendo-se, então, não a ecolalia maciça do autismo, mas uma ecolalia alienante.

Porém, em nenhum dos dois modos, é possível o diálogo entre a criança e seus semelhantes, em termos de posição dialógica (DE LEMOS, 2002), pois a tomada da fala do outro não sofreria trocas metafóricas, não haveria deslocamento de sentidos e nem continuidade na cadeia de linguagem. Todavia, em termos de dialética, na alienação haveria uma tentativa de estabelecer laço, pois de todo modo, já se trata de uma inscrição no discurso do Outro. Nesse sentido, a ascensão a uma amarração sinthomática pelos modos da ecolalia alienante – um funcionamento psicótico – seria uma tentativa de enfretamento do sujeito diante de sua resolução autística. Mesmo assim, essa escolha é um impasse em sua estruturação e isso merece que se considere que um impasse de fato pode mostrar o pequeno ser fazendo-se com sua possibilidade estrutural.

Sobre a ecolalia, Oliveira (2001) se pergunta: Quem fala nessa voz? Essa autora parte da importante diferenciação entre as modalidades do repetir e a especularidade, tal como definida por De Lemos (1985), esta como incorporação da fala do adulto pela criança (o espelhamento) e a ecolalia, como uma repetição estranha (e familiar) na fala da criança. Mas, ambas, para a autora, são dependentes da fala do outro:

Na especularidade, a criança incorpora fragmentos da fala do outro – fragmentos que retornam para uma cadeia/texto – e antecipa-se ali como falante. Esse movimento entre falas – entre todo e parte – é decisivo no que diz respeito à aquisição da linguagem e, conseqüentemente, ao processo de subjetivação. O outro/falante, ao incorporar os fragmentos produzidos pela criança em seu dizer os reconhece como fala e a criança como falante. Não é o que ocorre no caso da repetição patológica [a ecolalia] em que, via de regra, o outro não acolhe as produções da criança como falas e nem esta

como falante. Como se vê, há diferenças a considerar entre especularidade e ecolalia. (OLIVEIRA, 2001, p.13)

De fato, há diferenças entre esses dois modos de funcionamento da fala, contudo, existe uma diferenciação que não dependeria apenas do outro, dada a dialética entre sujeito e Outro já estabelecendo uma relação com a constituição do sujeito e sua relação com a língua. A elaboração de Oliveira (2001) cai no mesmo engodo de Kanner, situando a ecolalia apenas em termos patológicos, como fala sintomática. No entanto, é preciso ir além desse particular dos sintomas e reconhecer a função desse modo do pequeno falante usar a língua, no processo de sua constituição estrutural.

Ao se diferenciar a ecolalia em diferentes possibilidades de estruturação, na psicose parece haver, sim, o não reconhecimento do outro em relação à criança como desejante, mas há, também, o gozo operante na criança em estar nessa posição de objeto de desejo, frente à provável não inscrição da metáfora paterna. Já para os autismos, não haveria essa possibilidade de reconhecimento do Outro, pois o sujeito em posição autística não reconhece plenamente esse outro no sentido de conferir-lhe estatuto constitutivo. Desse modo, tanto na psicose como no autismo, o Outro não acolhe a fala da criança, e isto colabora com algo do tipo “*Ele não se comunica*”. Porém, é possível que a insistência da criança em ecoar as palavras tenha função de instaurar essa condição de falante: de fazer chegar, a duras penas, suas palavras até o outro.

Diante disso, pretendo dar à ecolalia a ênfase narcísica que lhe cabe: Eco, rejeitada por Narciso, goza na própria voz. Dessa maneira, há um valor de objeto pulsional e parcial nesse funcionamento de linguagem, pois a palavra da criança retornaria sobre o próprio corpo – já que não tem em nenhum dos casos uma demanda total ao Outro e nem resposta à sua demanda – como tentativa desse sujeito em constituição instaurar a falta que lhe seria constitutiva. Essa palavra retornando sobre si teria efeito de corte, de significante, de onde cairia seu objeto causa de desejo. Então, sendo possível lhe conferir estatuto de amarração sinthomática pelos resíduos de Simbólico que “perfurado” pelo Real retornariam sobre esse Real, fazendo contorno a isso que é incontornável.

Ainda com Oliveira (2001), a ecolalia é uma fala que não comunica. Isto, que a autora aborda em seu trabalho, é fundamental, pois, na clínica é um dos principais motivos de encaminhamento para tratamento de crianças em impasse subjetivo e que são atadas a um diagnóstico de autismo, e vem desde Kanner (1943/1968). Dessa forma, toda criança que não se comunica seria autista, estaria, portanto, fadada ao isolamento do Um. Todavia, é preciso

questionar o que é comunicar e que, em termos de inconsciente, o circuito em jogo não é o da comunicação do tipo um locutor, uma mensagem e um interlocutor. Esse circuito interessa para as formas generalizantes dessas crianças. Mas, o circuito em jogo, na questão da constituição do sujeito, é aquele que tem lugar o Outro como alteridade e o próprio sujeito, o que implica um modo singular de estabelecer uma relação, em que o que se transmite entre sujeito e Outro não é uma totalidade. Portanto, é justamente no que falha em uma comunicação que o sujeito *per-siste*, o que aponta para uma tentativa de fazer *sinthoma* e não sintoma. A questão, como venho sustentando, passa pela definição de linguagem (língua e discurso) e nos modos limitados de entender as funções dessa linguagem. Isto é fundamental em se tratando de diagnósticos diferenciais, pois a criança ‘fala’ com o outro de modos diferentes e, também, pode usar um *quantum* maciço de palavras e não falar com o outro.

Sobre a especularidade/espelhamento como um dos modos da criança entrar na linguagem proposto por De Lemos (1985, 2002 e 2006), este está relacionado à constituição do primeiro esboço de sujeito proposto por Lacan (1949/1998) no estágio do espelho e o que possibilitaria, também, a referência da criança a si mesma na terceira pessoa. Nessa operação, há um reconhecimento do outro como semelhante de modo que a palavra espelhada ganhe a função do olhar do outro: a de ratificar um “Eu” em relação ao outro, em um jogo de semelhança e dessemelhança. Desse modo, na especularidade, é possível que as palavras do outro sejam deslocadas pela criança ocorrendo uma primeira diferenciação para a criança do que ela é. De modo específico, em termos de fala, o “erro” representaria, como símbolo, essas primeiras diferenciações permitindo a instauração de uma suspensão entre “Eu e outro”, ou seja, o princípio de uma distância.

Nesse sentido, esse funcionamento especular da linguagem seria, na clínica, índice de possibilidade de um esboço de sujeito em que reproduzir o que vem do outro somente seria possível após o reconhecimento de que há outro semelhante (que me reconhece) e da distância entre a criança e seu semelhante. Esse especular seria o tempo de inscrição do significante primordial, do limite entre sujeito e outro e, havendo esse distanciamento seria possível nesses “erros” de linguagem a inscrição da primeira representação imaginária do sujeito. Diante disso, a amarração *sinthomática*, em seu funcionamento ecológico, romperia com os muros maciços das palavras ecoadas: o Real se encobriria pelo imaginário dessa fala.

Retomando Lacan (1949/1998), ao tratar dessa especularidade na formação da função do eu, há dois termos importantes para essa minha proposição: são os termos transformação e discordância. O denominado estágio de espelho corresponderia, nas palavras de Lacan, a uma

identificação, como “[...] uma *transformação* produzida pelo sujeito [...]”, (p.97- Itálico meu) ao assumir sua imago e, continua ele:

[...] Mas o ponto importante é que essa forma situa a instância do eu, desde antes de sua determinação social, numa linha de ficção, para sempre irreduzível para o indivíduo isolado – ou melhor, que só se unirá assintoticamente ao devir do sujeito, qualquer que seja o sucesso das sínteses dialéticas pelas quais ele tenha que resolver, na condição de [eu], sua *discordância* de sua própria realidade. (LACAN, 1949/1998, p.98 – Itálico nosso)

De fato, esse espelhamento somente formará o [eu] caso tenha efeito de discordar do outro, no ponto onde a imagem refletida pelo olhar do outro não corresponde à imagem refletida no olhar da criança. Sobre isso, posteriormente, no seminário sobre a identificação, Lacan (1961-1962/2003), radicalizando, dirá que A é justamente por não ser A, pois é preciso a diferença pura para que o outro ganhe estatuto de alteridade, de grande outro (Outro). Portanto, é esse processo o que permite o uso da terceira pessoa pela criança: se digo *ele* refiro-me a mim mesmo dito pelo Outro, reconheço-me na fala do Outro, o que somente é possível pela discordância: nesse ponto, o Simbólico recobre o Imaginário.

Assim, das ecolalias à especularidade tem-se o funcionamento de linguagem de repetição, em que repetir, como funcionamento da língua, somente seria possível na posição de um sujeito do inconsciente marcado pelas faltas que lhe causam e que começa a repetir como um retorno fracassado e, diante desse fracasso, só lhe resta um modo de suplência para esse fracasso. Nesse momento, amarração sinthomática ganharia o estatuto de sinthoma, pois reconhecidas as faltas, trata-se de um sujeito constituído. Contudo, nas ecolalias ainda não há uma criação porque não foi possível o (des)cobrimento dessas faltas, prevalecendo um modo de funcionar. Nesse sentido, é a repetição (*Tyché*) o que determina um elemento em função de quarto elo, é o que insiste apenas nesse sujeito. Cadu, aquele que não se comunica, continua a insistir como modo possível de verter essa nomeação. Portanto, não se tratando, apenas da repetição ecolálica e nem apenas da repetição especular. Diante disso, pode-se supor que nesse funcionamento, estariam em jogo as trocas metafóricas e metonímicas na cadeia significativa possibilitando o advento do sujeito.

Na amarração sinthomática que Cadu vai operando com a língua, a ecolalia e a repetição correspondem ao retorno dos signos como reprodução. Entretanto, na repetição como o que está em jogo é da ordem de um recalque originário em que no primeiro

movimento de constituição estrutural, um traço significativo apagado se inscreveria. Nesse tempo, a função de *Tyché* é fazer da língua de Cadu uma linha como na função do carretel, no *fort-da* do neto de Freud. Ou seja, conferir a essa língualinha a função significativa que instaura a falta marcando a hiância entre o sujeito e o Outro e que faz borda ao domínio da criança e da mãe que se foi. Dessa função algo se destaca, segundo Lacan (1964/1998, p.66): “[...] é alguma coisinha do sujeito que se destaca embora ainda sendo bem dele, que ele ainda segura. [...]”. Essa alguma coisinha que se tenta destacar é o objeto *a*, e é isto o que confere à língua de Cadu seu estatuto sinthomático instaurando a segunda falta constitutiva do sujeito e permitindo a separação, permitindo um desatamento mínimo de sua posição de alienação subjetiva, na ascensão do sujeito à psicose.

Desse modo, a insistência na linguagem, por meio do uso que Cadu faz da língua, vem atestar um sujeito faltoso, com base na relação significativa, sujeito e repetição demarcada por Vorcaro:

Na medida do funcionamento da linguagem, ela se demonstra pelos seus efeitos que são sempre retroativos. Assim, ela manifesta que ela é *falta a ser: a linguagem é demanda que fracassa; não é seu êxito, mas sua repetição, que engendra a dimensão da perda.* (VORCARO, 2003)

Também, a insistência nos modos de Cadu usar a língua se realiza em níveis mais específicos da linguagem, como a insistência sonora e a insistência sintática, seu ritmo e sua entonação e estrutura sintagmática, respectivamente.

Sobre esse ritmo, na entonação e prosódia da fala de Cadu, é o ritmo do pulsional afetado por intensidades psíquicas (por afetos), é uma magnitude que, para Freud (1924/2006, p.106), não é uma questão de quantidade e nem qualidade, mas é “[...] o decurso temporal nas transformações, as elevações e as quedas da quantidade de estímulo [...]”. De modo específico, o que foi ouvido na alternância da posição zero do tempo de estruturação marca uma espécie de qualidade de afeto e se mistura aos sons que a própria criança emite.

Cadu fazia sons estranhos e vivia gritando, me disse a avó maternante e, é esse significativo “estranho” que marca a qualidade da demanda e da resposta de afeto, nessa posição, misturado ao som/corpo do bebê. Mas, é importante que esse “estranho” pode ter deixado como marca o outro como estranho, o familiar não reconhecido. Porém, antes de tudo, essa marca é uma inscrição sobre o corpo do bebê que faz sons estranhos, é estranho aos ouvidos dos outros. E, ser uma inscrição indica um modo de captura do bebê no campo da

linguagem, portanto, ele não está de todo fora da linguagem e, também, é esse traço de estranhamento (de um som estranho) que vai possibilitar tomar a língua de Cadu em função de quarto elemento em seu percurso de constituição como uma insistência que, de modo estranho e paradoxal, tanto o nomeia como o distancia de seus semelhantes⁷⁷.

Na clínica, acompanhar o ritmo da fala da criança possibilita escutá-la por ser, esse ritmo, manifestação de afeto, portanto manifestação pulsional de seu decurso, manifestação de suas elevações e quedas no percurso de sua constituição psíquica. Por certo, é ritmo que marca seus movimentos de estruturação: quando o verbo não fala não se comunica, é a entonação e o ritmo desse verbo que permitem o laço. Conforme Jerusalinsky (2004, p.04) a ecolalia e a prosódia também possibilitam, à criança, operar pela oposição entre significantes, uma vez que uma entonação, uma repetição teria essa função significante, em que a tentativa é fazer “[...] na língua um brinquedo de quebra-cabeça em que termos já estão definidos *a priori* [...]”. Mais que um brinquedo de quebra-cabeças, a tentativa é de saber-fazer com língua uma costura nos pontos de impasse no percurso constitutivo. E, essa costura vai ao ritmo da substituição dos termos nessa língua. E, ainda, dessa língualinha algo deve se destacar escapando dessa costura.

Antes de mais nada, é um jogo infantil e, são os jogos sonoros que apontam para os traços, para as marcas da fala do Outro sobre esse corpo falante e para modo singular do sujeito fazer com a língua. Com isso, os significantes deixam nesse corpo, por meio de sua musicalidade, um registro psíquico, uma impressão acústica que entra pelos poros do corpo da criança e que retorna como apelo. Dessa maneira, a questão é mais de impressão sonora nos ouvidos da criança, com primeiro ciframento que vem do outro. Esse ciframento acompanha, também, o que vem do sujeito, pois é insistente e persistente e, pode-se supor, é o limite entre língua e lálngua: entre o Imaginário, o Simbólico e o Real, entre *Automatôn* e *Tyché*, e esse primeiro ciframento é o índice de um inconsciente se estruturando, porque há um primeiro elemento recalcado, resto que se tem de uma primeira incidência de um traço apagado:

A incidência do recalque sobre elementos organiza o inconsciente como uma linguagem, ou seja, como uma cadeia feita de elementos cuja unidade significativa varia desde um fragmento do discurso, um segmento de frase até a letra, passando pela palavra, pelo fonema e pelo elemento de pontuação. Tal cadeia é simples escrita, que impede que aquilo que habita o inconsciente possa tomar a palavra. Se o interdito articula o desejo inerente a essa cadeia, veiculado por essa cadeia e constitutivo dessa cadeia, o sujeito

⁷⁷ No capítulo de análise será possível ver como esse modo de fazer sons estranhos é o que abre um fissura no campo imaginário do outro e o circunscreve na linguagem.

não pode apreendê-lo ou articulá-lo. Entretanto, o sujeito pode emprestar-lhe a sua voz, sem que saiba e sem que possa comandá-lo. (VORCARO, 2002, p.67)

Esse sujeito, que não comanda seus dizeres interditos do inconsciente, ao falar apresenta um *traço identificador* (segundo a autora retomando Melman), a entonação imprimida pela linguagem maternante⁷⁸. Esse “canto da fala” realiza uma espécie de gozo pelo *nonsense*, em que a repetição caracteriza o imprevisto na fala da criança. De fato, é a lógica de *Tyché*, uma causa inesperada e indeterminada.

Vorcaro (2002, p. 79) ainda considera ser possível, por meio da “entonação singular, marcada na fala do sujeito”, a distinção do que ela nomeia de “resíduos da inscrição da linguagem maternante”, em relação com a questão da alienação subjetiva, fundante do sujeito. Diante disso, resalto que venho conferindo à avó materna de Cadu um estatuto de maternante e que se justifica por ter vindo dela, em minha escuta, esse primeiro traço que incidiu sobre o corpo do bebê (“**estranho**”) e por ver, entre eles, o primeiro laço entre o pequeno sujeito e seu semelhante.

Outro modo de repetir na linguagem é o apresentado por De Lemos (2006) e que ocorre na extensão da língua, em um funcionamento como o paralelismo. De início, a autora esclarece que não se trata de reduzir o paralelismo, na fala da criança, ao exercício de substituições em uma estrutura sintática pré-fixada. Mas é preciso, segundo ela, enfatizar o caráter criador desse funcionamento de linguagem.

Na fala de Cadu, pela substituição de termos na estrutura, existe um paralelismo ecológico, por isso não é da ordem da repetição constitutiva abordada por essa autora, em que estruturas semelhantes produziram efeitos diferentes. Mas, inicialmente, é da ordem de uma estrutura fixa, de algo que se estabelece de tal forma que precisa de um intenso investimento do sujeito para romper com alguma coisa dessa estrutura.

Partindo das posições dialógicas da fala da criança (submissão à fala do outro, ao funcionamento da língua e à própria fala), De Lemos (2006) situa o paralelismo como da ordem do funcionamento da língua, portanto, passível de ocorrência nas posições dialógicas mencionadas. Mas, a autora se interessa pelo paralelismo que permite ir além da fala do outro e, com isso, se aproxima da poesia.

⁷⁸ Acerca da expressão *língua maternante*, optamos por seu uso, neste texto, considerando a diferenciação de Vorcaro (2002, p. 65-66) em relação à expressão *língua materna*: “A partir de algumas observações de Charles Melman, podemos diferenciar linguagem maternante de língua materna. Enquanto a linguagem maternante pode ser considerada como a linguagem privada do laço primário que ata o bebê a sua mãe; língua materna refere-se à língua do país natal, língua falada por um povo, ou a língua nativa de um falante”.

Nesse trabalho, De Lemos (2006), lendo um poema de Carlos Drummond de Andrade intitulado “Parolagem da vida”, mostra a substituição pela diferença e semelhança na alternância fônica do poema⁷⁹ como funcionamento constitutivo da poesia. Nesse poema de Drummond, tem-se reiterado o ritmo (a parte fônica do poema), o léxico em muda/muda (homonímia entre um verbo e um substantivo), a estrutura sintagmática (alternado conjunção/advérbio), conforme observa a autora. Assim, o poético imprime um jogo de alternância repetitiva na linguagem e que terá um efeito criativo, inesperado como um movimento de retorno do inesperado sobre o que é esperado, pela repetição. E, ainda, segundo a autora, esse inesperado (re)significa o esperado, produzindo um outro inesperado, pode-se acrescentar.

Com base nisso, é função do paralelismo: a de marcar o ritmo e alternância da linguagem da criança e ser afetado pelo inesperado. De outro modo, nisso que se estabelece de modo fixo, pode-se dizer que em função de *Tychè*, algo se estatela. Na sequência, a autora dá, à fala da criança, um estatuto de poema, pois nessa fala há uma suspensão da comunicação, da referencialidade (externa) e do deslocamento de sentido. De Lemos (2006) também chama a atenção para a diferença entre fala da criança e o poema:

O que contudo os separa [fala da criança e poema], é visível a partir da comparação entre os paralelismos aqui representados. No da criança, só há retorno do mesmo, já que a substituição/diferença não tem, para ela, efeito de inesperado. As sequências de substituições sinalizam, ao contrário, uma deriva, que acaba, muitas vezes, por desfazer a estrutura reiterada.

Contudo, a substituição/diferença não deixa de revelar uma posição aberta, na qual esperado e inesperado podem colidir e nessa colisão deslocar o sujeito para uma posição de escuta. Isto é, para a terceira posição, aquela em que há possibilidade de escutar, estar sob o efeito da própria fala. [...]. (DE LEMOS, 2006, p.106)

Diante dessas considerações da autora, não estaria em jogo, na fala da criança em impasse subjetivo, esse funcionamento paralelístico como possibilidade de advir o inesperado sobre o ecológico, dando-lhe um estatuto quase poético já que a estrutura reiterada não é desfeita, pois se trata de uma possibilidade de estrutura? Ainda, estaria a criança lidando com algo imprevisível, mas que insiste? De fato, o esperado insistente nas ecolalias e o inesperado na fala de Cadu tendem mesmo a colidir e, dessa colisão, emergiria a centelha poética, melhor

⁷⁹ “Como a vida muda. Como a vida é muda. Como a vida é nada. Como a vida é tudo. Tudo se perde/mesmo sem ter ganho.” (Carlos Drummond de Andrade, 1979, *apud* De Lemos, 2006, p.104).

dizendo, o sujeito do inconsciente em constituição. Por isso, essa insistência no ritmo, e na estrutura sintagmática da língua, integra a amarração sinthomática de Cadu.

5.3 Os *shifters* na linguagem da criança

O diálogo, na clínica psicanalítica, implica – pela transferência – o desencontro, contrapondo-se ao diálogo intersubjetivo que prevalece em abordagens interacionais sobre esse tema, tanto na clínica da linguagem e seus trabalhos na fonoaudiologia como na Linguística, em que o aparelho de comunicação de Jakobson e o aparelho formal da enunciação de Benveniste implicam a boa relação entre falantes, na concordância. Contudo, na clínica psicanalista, o interesse é precisamente na discordância. Dizendo de outro modo, o diálogo, nessa clínica, é uma discordância e há que causar discórdia entre sujeito e Outro. Também, lembro que minha tese se funda na subversão do que chegou como uma constatação: “***Ele não se comunica.***”

Esse encontro entre falantes, na Linguística, é tomado como uma enunciação, no sentido de que o falante ao colocar a língua em uso por um ato individual instaura seu interlocutor: é a relação *eu – tu*, cujas posições enunciativas podem se alternar, conforme Benveniste (1989), e esse ato é ato de concordâncias.

Todavia, nessa clínica, essa alternância enunciativa não pode se dar, haja vista que a posição analista/criança supõe um saber demandado de um ao outro, assim como aqueles que chegam a essa clínica o fazem, minimamente, por causa de algum mal-estar no encontro com o outro. O mesmo se dá, em se tratando de constituição psíquica: as posições sujeito e Outro somente se juntam na antecedência do desejo do sujeito, porém não se alternam. Desse modo, a enunciação, para a Psicanálise não é relação entre um *eu* e um *tu*. Também, vale lembrar que a instância *tu* não é correlato de Outro e nem *eu* é correlato de sujeito do inconsciente, em nenhum de seus esboços, seja pelo Imaginário, Simbólico e Real.

De início, o Outro antecede o sujeito e estamos na ordem do inconsciente e não da superficialidade da linguagem: estamos na sua hiância. Desse modo, pensar em enunciação, na Psicanálise, é situar-se nos acontecimentos em torno dessa hiância, nos não ditos e nos inesperados, nos vazios de sentido que possibilitam ao sujeito enunciar-se. Em um contraponto com o aparelho formal da enunciação de Benveniste teríamos, na Psicanálise, uma estrutura de linguagem constituída de furos, impasses e desencontros marcados, entre

seus elementos pelas trocas entre significantes. Nesse sentido, um elemento como o pronome *eu* funcionaria na enunciação como um *shifter* designando o sujeito da enunciação em sua versão imaginária, mas que não o define como sujeito do inconsciente.

Diante disso, proponho as diretrizes enunciativas para esta pesquisa.

Benveniste (1995), ao tratar da estrutura das relações de pessoa na categoria gramatical dos verbos conclui que a categoria pessoa, na língua, “pertence” a essa categoria verbal e que as pessoas verbais não são homogêneas. Enquanto a categoria *Eu* e *Tu* (primeiras e segundas pessoas do singular, respectivamente) são consideradas pessoas do discurso (é preciso essa semantização, pois os pronomes puros, na língua, são *formas vazias*), o *Ele/Ela*, da terceira pessoa do singular, na verdade corresponderia à categoria não-pessoa. Conforme esclarece Benveniste (1995, p. 250): “Estamos aqui no centro do problema. A forma dita de terceira pessoa comporta uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma “pessoa” específica.” Dessa forma, a dita terceira pessoa está fora do enunciado em termos de referenciação, ou seja, é preciso que ela seja apontada e suposta com base na enunciação. Para mim, ela somente reitera a existência insistente de uma forma vazia na linguagem.

Além disso, Benveniste (1995, p.250) considera que a diferença entre as categorias de pessoa é uma diferença estrutural e trata-se de uma pessoa (de certa subjetividade), porém inespecífica, ausente, ou ainda, que estaria em outro lugar que não no enunciado.

Para a Psicanálise, o sujeito do inconsciente é sempre dito por um *ele*, justamente por essa ausência presentificada no enunciado e pela opacidade da não especificidade da pessoa⁸⁰. Também, o *Eu* e o *Tu* (aquele que fala e aquele a quem nos dirigimos) não interessaria à Psicanálise.

Benveniste (1995, p.252) chama a atenção, também, para a diferença de planos entre as duas primeiras pessoas e a terceira: “Segue-se que, muito geralmente, a pessoa só é própria às posições ‘eu’ e ‘tu’”. A terceira pessoa é, em virtude de sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal”. Há, também no pronome *Ele* uma natureza impessoal, de acordo com o autor: *Ele*, pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, enquanto *Eu* e *Tu* estão

⁸⁰ Segundo Lacan (1964/2008, p.33), o sujeito do inconsciente é indeterminado: “[...] Vocês verão que, mais radicalmente, é na dimensão de uma sincronia que vocês devem situar o inconsciente – no nível de um ser, mas enquanto pode se portar sobre tudo, isto é, no nível do sujeito da enunciação, enquanto segundo as frases, segundo os modos, se perdendo como se encontrando, e que, numa interjeição, num imperativo, numa invocação, mesmo num desfalecimento, é sempre ele que nos põe seu enigma, e que fala, - em suma no nível em que tudo que se expande no inconsciente se difunde, tal o *micelium* [o umbigo do sonho de Irma], como diz Freud a propósito do sonho, em torno de um ponto central. Trata-se sempre é do sujeito enquanto que indeterminado.”

definidos e podendo se alternar no enunciado, sempre no registro imaginário. Contudo, o *Ele* como uma forma vazia, um furo na linguagem. Ainda, essa terceira pessoa não designa nada, nem ninguém: “[...] a ‘terceira pessoa’ é a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente.” (BENVENISTE, 1995, p.253); esse sujeito alhures nunca pode, então, ser proposto como pessoa (*Eu* e *Tu*), sempre proposta no ato de linguagem na parte de seu predicado, na lógica do verbo nas línguas. Nesse sentido, é que se poderia dizer que o sujeito do inconsciente é predicado do enunciado, por não ter *marca de pessoa*. Também, ao discutir sobre a pluralização, esse autor esclarece que somente essa terceira “pessoa”, por ser uma “não-pessoa”, admite-se o verdadeiro plural (*Eles*) devido à sua inespecificidade e indeterminação.

Logo, essa natureza do *Ele* mostra como no enunciado a dita terceira pessoa é índice de indeterminação do sujeito e como opacidade na linguagem, possibilitaria apostar no efeito de significantes. Cadu se enuncia pelas vias dessa terceira pessoa (“*Lavô cabelu*”; “*Cê vai comprá*”)⁸¹, em que essa indeterminação é uma possibilidade de sujeito, e a terceira (não)pessoa, indiferenciada em sua fala da criança, marcaria essa possibilidade de sujeito. Nesse sentido, em termos diacrônicos, a efêmera emergência de um *Eu* nessa cadeia sintagmática significaria a criança falando, no sentido de não ser falada mesmo que em termos imaginários, pela reprodução. Na fala de Cadu, é possível ver uma passagem da indeterminação, vazio na cadeia, para o *Ele* (inversão pronominal) e, depois, para um *Eu*. Porém, sabe-se que um *Eu* pode ser fruto da reprodução por espelhamento e um *Ele* das ecolalias. Isso me leva a supor que a emergência dessas “pessoas” e da “não-pessoa” teria efeito significante, produzindo o sentido. Também, essa reprodução poderia implicar uma saída dessa posição, pois reproduzir o que vem do outro é reconhecer haver esse outro.

Outro aspecto que merece atenção, em relação às “pessoas” de um enunciado, é o fato estrutural de que essas pessoas só existem em função do verbo, daquilo que, na língua, é ação, é seu predicado. No caso da importante terceira (não)pessoa, esta seria o próprio predicado. Ou seja, estaria o sujeito do inconsciente fadado à hiância, ao discurso sem palavras?

Benveniste (1949/1995) sustenta, ao tratar da natureza dos pronomes, que estes são, antes, um problema de linguagem e não apenas da língua. Lembro que para esse autor se trata de língua e discurso, da linguagem como semiótico e semântico, forma e sentido, em sua duplicidade. Em suas palavras:

⁸¹ Essa delimitação é possível, pois na transferência a posição de analista e criança estão estabelecidas, mas nem sempre foi assim, conforme relato de caso.

É como fato de linguagem que apresentaremos aqui, para mostrar que os problemas não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamamos as ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra, por um locutor. (BENVENISTE, 1949/1995, p.277)

Com base nessas discussões de Benveniste (1949/1995), nesse texto sobre a natureza dos pronomes, considero fundamental a realidade que define um *Eu*, um *Tu* e o *Ele*. Em contraponto à natureza de *Ele*, que acabei de abordar, o *Eu* não pode ser definido como um signo nominal, mas em termos de ‘locução’, pois trata-se da pessoa que se enuncia no discurso, a própria instância enunciativa do *Eu*: *Eu* sou quem diz *Eu*, é uma existência linguística (com referente e referido), é a consistência imaginária no enunciado; O *Tu*, por sua vez, é definido em termos de ‘alocução’, ou seja, instaurado como instância do discurso pelo *Eu*, alocado na enunciação pelo *Eu*.

Ainda nesse texto, esse autor apresenta os indicadores de subjetividade na linguagem que somente podem ser compreendidos no discurso, os *dêixis* (os articuladores, os *shifters* determinados por Jakobson). Esses indicadores correspondem ao modo como o *Eu* vincula-se ao discurso e são temporais, de objeto e de pessoa, espaciais e verbais, como os pronomes demonstrativos, os advérbios, as locuções adverbiais, os verbos (e seus tempos), as expressões que nos indicam a relação da ‘pessoa’ com a enunciação: eu-tu-aqui-agora, por exemplo. Essa *dêixis* discursiva é contemporânea à instância do discurso, pois estabelece a relação entre o indicador e a pessoa do discurso. De acordo com Benveniste:

Tratamos muito levemente e como incontestável a referência ao “sujeito que fala” implícita em todo esse grupo de expressões. Despoja-se da sua significação própria essa referência se não se discerne o traço pelo qual se distingue dos outros signos linguísticos. Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas “pronominais” não remetam à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim o seu próprio emprego. A importância de sua função se compara à natureza do problema que serve para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância de seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso. [...] (BENVENISTE, 1949/1995, p.280)

Desse modo, é no exercício de uma linguagem que comporta *signos vazios* em que não se diferencia a linguagem como sistema de signo da linguagem “assumida como exercício pelo indivíduo”, portanto, língua e discurso, que a língua é atualizada. Todavia, Benveniste (1949/1995) ainda se pergunta o que acontece no exercício de linguagem em relação à chamada terceira (não)pessoa⁸². Ou seja, qual a relação dos indicadores de subjetividade com essa instância de não pessoa com o *Ele* e o *Isso*? Para ele:

A “terceira pessoa” representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. É por isso que não há truísmo em afirmar que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias do discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva. (BENVENISTE, 1949/1995, p.282)

Por certo, para esse linguista, a função dessas instâncias seria apenas de representação sintática, substituindo um ou outro dos elementos do enunciado. Entretanto, não se trata de uma subjetividade: *Esta criança escreve melhor agora do que o fazia no ano passado*, é o exemplo que ele nos oferece na sequência dessa citação feita, em que a forma o substitui o ato de escrever. Mas, não há, nessa sentença uma indeterminação, já que o referente na sintaxe está definido em relação à sua forma remissiva.

Assim sendo, esses elementos não seriam indicadores de pessoa, de subjetividade, e também não construiriam em seu entorno os *shifters* enunciativos, conforme Benveniste (1949/1995).

Porém, em se considerando a linguagem atualizada na clínica – portanto, em sua possibilidade enunciativa –, a relação entre linguagem e constituição subjetiva, e o fato de o locutor na situação referir-se a si mesmo pela indeterminação ou pela inversão pronominal, pergunto qual a relação dessa (não)pessoa com sua enunciação e o que os *shifters* mostram dessa relação com o campo da linguagem? De fato, é preciso situar que a dita (não)pessoa em questão seria justamente o *Isso*, o sujeito do inconsciente em constituição. Nesse sentido, esses indicadores mostrariam a relação que é possível entre sujeito e campo da linguagem e que poderiam até ter efeito de significante possibilitando, na narrativa enunciativa, mostrar ou não isto, dada que narrar comporta pessoas, tempo, espaço, percurso, entre outros e, como um

⁸² Não-pessoa não seria um denegativo?

mito, deve versar sobre o ser de que se trata. Também, ressalto que esses *shifters* comportam as manifestações imaginárias nesse percurso de constituição do sujeito e, isto não é pouca coisa frente aos impasses nesse percurso, já que, por vezes, é pelas vias do Imaginário que o pequeno sujeito se arrasta antes sua possibilidade de autismo.

Por fim, são esses funcionamentos de língua (ecolalias, reprodução por espelhamento, repetição, paralelismo sintático e na entonação, o ritmo repetitivo, a indeterminação pronominal e os *shifters*) que Cadu lança mão para atar-se como sujeito: constituem sua língualinha, esta com estatuto de amarração sinthomática, fazendo o contorno ao imperativo do Real em seu impasse subjetivo e cerzindo uma hiância nessa estrutura e, diante disso, ser sujeito do inconsciente não é, para Cadu, sucumbir ao Um solitário, ao império de gozo irreduzível.

CAPÍTULO 6

CADU NÃO SE COMUNICA, MAS TENTA COM SUA LÍNGUALINHA SABER-FAZER LAÇO

*Ele tinha no rosto um sonho de ave extraviada.
Falava em língua de ave e de criança.*

*Sentia mais prazer de brincar com as palavras do que de pensar com elas.
Dispensava pensar.
[...]*

*Nisso que o menino contava a estória da rã na frase
Entrou uma dona de nome Lógica da Razão.
A Dona usava bengala e salto alto.*

*De ouvir o conto da rã na frase a Dona falou:
Isso é Língua de brincar e é idiotice de criança
Pois frases são letras sonhadas, não têm peso, nem consistência de corda
para aguentar uma rã em cima dela.*

*Isso é língua de raiz – continuou
É língua de Faz-de-conta
É língua de brincar!
[...]
É coisa-nada.
[...]*

*O menino sentenciou:
Se o Nada desaparecer a poesia acaba.
E se internou na própria casca ao jeito que o jabuti se interna.
(BARROS, 2007)*

O que toda criança faz é isso mesmo: brincar com a língua colocando significantes aqui e ali, tirando uns, colocando outros, deixando sem, amarrando-se e emaranhando-se nessa língua, montando e desmontando com as palavras, encaixando essas palavras como peças, peças essas feitas de uma substância gozante, o significante. E, o propósito é mesmo que Dona Lógica da Razão se embarace com isso que não é feito para fazer sentido. Algumas crianças vão se enrolar com esses fios de língua que usam para cerzir suas coisas-nada pela e Dona Lógica da Razão fica ainda mais estupefada, pois isso não é língua, porque além de não fazer sentido, também não tem a minha lógica!

Cadu, com suas coisas-nada que não fazem sentido e que não servem para ele se comunicar com as outras pessoas. Cadu que demorou a brincar, fez da língua seu brinquedo e não um objeto funcional que servisse para que ele falasse como os outros queriam. Às vezes, ele não quer falar com os outros, ou não dá conta, ou não precisa e, quando isso acontece, Dona Lógica da Razão precisa ver que é essa brincadeira que permite ao pequeno ser sujeito

de linguagem, precisa ver que os nós de significantes que vai fazendo nos dizem se ele está mais triste ou menos triste, alegre ou não, se é feio ou bonito, se está bravo, se está com fome, se quer o quê. Também, nos dizem que nada está fazendo sentido para ele ou o que ele vê o apavora e, diante disso, ele vai fazer sons estranhos ou ele vai furar o próprio corpo, na agonia de quem não consegue mais brincar com a língua: não pode ficar sem essa brincadeira que é a sua condição de existir de modo persistente.

Durante as primeiras sessões do tratamento, isolada pelo gozo de Cadu, no tempo em que o Real tomava força, minha posição sempre foi de espera, porém uma espera que por vezes era ecológica. No vão da sala de atendimento, entre eu de um lado e ele do outro, eu ecoava o que o menino dizia repetindo suas palavras como tentativa de acompanhar seu ritmo, mas sem cumprir minha função de significação ou de tentar fazer o jogo da alternância na língua. Ainda, sem oferecer-lhe significantes que pudessem substituir aqueles incansavelmente insistentes não conseguindo manejar esse ritmo. A forma significante não se fazia significar: nada inscrevia uma diferença naquelas primeiras sessões repetitivas. Mas, tomada pela dúvida, se a fala dele não servia para ele se comunicar – e de fato não estava servindo nesse início –, servia então para quê então? Nesses primeiros encontros, estivemos à mercê de uma condição que sempre nos é imposta pelo Real: da impossibilidade que inscreve um vazio sem borda, de fato, instaura um vão em nosso espaço que, desse modo, literalmente não tem valor e não tem significantes.

Hoje, na (re)leitura desses tempos de um vão, é possível compreender que na transferência se instalou algo como uma posição zero de uma alternância entre o pequeno e eu, tempo em que não há mesmo fala, há o ritmo pulsional deixando marcas nesse percurso. De minha posição como barrada meus ecos foram tomando função de apelo por respostas de Cadu, que nessa época, já tinha esse nome: algo começava a não se encontrar, pois nessa minha posição de uma maternagem o que retomava dele era devolvido a ele com modificações, inscrevendo diferenças na cadeia sonora, diferenças advindas de minha língua, do meu tesouro de significantes. Assim, seus ecos já não eram de todo blocos maciços e era possível escutar agora uma distinção que, pela ocorrência inesperada, eu não conseguia mais repetir.

Essa ocorrência inesperada é o desencontro primordial, o inesperado que vai desestabilizando e fazendo desencontrar os ritmos, em que o arbitrário da língua entra em jogo. Em um de nossos mais recentes encontros (tendo a escrita deste texto como ponto referência), foi possível vê-lo e ouvi-lo servindo-se da linguagem para falar com o outro, se

comunicar: “*O que você disse, não entendi o que você falou Cadu, repete?*”, ele, então, tornou a dizer: “*Vai chuvê. Vai chuvê?*”, apontando para a janela da sala, pois ouvíamos trovões do lado de fora da sala. “*Vai, Cadu, vai chover sim.*”, eu lhe respondi. Ao retomar esse episódio e retendo o termo “repete”, por mim dito ao menino, foi possível compreender que os ecos e as reproduções imaginárias da fala do outro, para Cadu, podem, por vezes, dar lugar à repetição, a um dizer outro como tentativa de retomar algo perdido, porque uma fala, para ter função de laço, deve sempre ser uma fala perdida, para que se instale o vazio a ser preenchido de sentido: no jogo da linguagem algo foi perdido entre o sujeito e o Outro, por isso ele pode e consegue repetir. Nesse encontro, tem-se um diálogo, com um falante e um ouvinte demarcados, e o primordial desse encontro, é justamente o mal-entendido ratificado em minha solicitação para que ele repetisse o que havia dito e, também, sua solicitação de uma antecipação de saber. O enunciado pode ser localizado na enunciação: o *shifter* agora é um ato que inscreve a fala não ecológica em uma circunstância em que está inscrito e a criança que nele fala remete-se ao outro por uma interrogativa para validar o sentido de seu dizer.

Nos encontros iniciais, o canto de Cadu foi um atrativo para mim e seus picos prosódicos intensos e suaves davam a impressão (sempre falsa) de um menino muito frágil: sua delicadeza não era fragilidade, era *em* canto que ele seduzia atravessando o vão entre nós dois. Minha atração por essa voz, instaurou um circuito em que me foi possível ver que se era por essa via que ele invocava um outro ser e, também, foi possível ver que ele havia sido atraído por uma voz que lhe foi anterior. Então, quem sabe ele se atraía por minha voz? Esse é o risco do tratamento psicanalítico: um risco que se calcula pela certeza de haver uma impossibilidade, um risco que faz traço apontando para a direção do tratamento, demarcando que o sujeito é sempre uma potencialidade. Cadu era verborroso, contudo não se comunicava. Ou seja, ele falava, contudo, não dizia e não tomava uma posição enunciativa. Sobre isso, Lacan (1975/1998) chamou atenção para o fato de que se nós temos dificuldade em ouvir aqueles que se enredam pelo autismo e, que se temos dificuldades de alcançar o que dizem, contudo, isso não os impede de serem personagens “verborrosos”. Diante dessa proposição lacaniana, é possível supor que mesmo não se comunicando Cadu só pode ser verborroso e ecológico com base no funcionamento de língua como sistema de signo sem ainda estabelecer esse sistema como sistema de valor, de distinção, pois o que vem do outro não é tomado de forma invertida, pela diferença, o que é também visto na dificuldade das inversões pronominais. Mas, ser sistema de signo implica a presentificação de significantes mesmo que ainda não funcionem na lógica simbólica (não há signo sem significante/significado). Nessa

verborrosidade de Cadu, a língua não está a serviço da enunciação e a fala não testemunharia o sujeito se constituindo, mas ela estaria aí mesmo que não enuncie um “Eu”, que não fale de si mesmo. Para Cadu só será possível enunciar-se pelo “olhar” do Outro, pela reprodução da fala da avó maternante, olhar este que lhe possibilitará a inversão pronominal. Ainda não se trata de incorporar a voz do Outro, mas de reconhecer-se no outro, na fala imaginária de outro ainda apenas semelhante. Desse modo, permitindo se alienar na linguagem, Cadu vai nela dizer pelo inesperado. Vale considerar, que desde que o conheci, foi possível constatar que resistência dele à linguagem nunca foi toda: há nele, desde sempre, um gozo não-todo pelos sons estranhos que fazia no berço e pelo fato de que ele não tapa (e nunca havia tapado) os ouvidos para evitar a voz do Outro, dando indício que essa voz lhe é suportável. Assim, minha voz entoada em seu ritmo lhe foi suportável, naquele começo de nosso percurso, porém a uma certa distância.

Cadu não se comunicava, mas falava de modo insistente o que pôde ser constatado já em nosso primeiro encontro, em que ele, não conversando comigo de modo direto, se interessava muito pelo ventilador que girava no teto da sala. Mas, de modo contraditório (e inesperado), apontando para o teto da sala, vinha até mim e, colado em alguém que ele nunca vira antes, de modo silábico, lento, aos pedaços, foi me invocando:

Cadu: *É u Heli-có-pite-RÚ?. Tá vu-an-DÚ?. Tá vu-na-DÚ?. Vai a-QUI.*⁸³

Naquele instante, que é o instante da fala, vi que ele dizia palavras de um modo singular e em um ritmo que ia de uma lentidão a uma força no final de cada palavra, em que as sílabas entoadas pertenciam a uma insistência estrutural e sonora em uma seriação em que era ainda difícil discernir uma nuance semântica. E, diante dessa possível invocação, meu primeiro embaraço com aquela fala: ele interrogava ou afirmava?

Naquele momento, se ele estivesse me afirmando ser o ventilador da sala um helicóptero, eu poderia acreditar se tratar de uma brincadeira, de um faz-de-conta tão importante para as crianças aos modos de uma sobreposição imaginária na articulação da fantasia com os objetos empíricos. Porém, se ele estivesse me perguntando, ele poderia estar diante de uma significativa indefinição de sua realidade/identidade e de uma importante dificuldade em estabelecer associações de referência de sentido com o mundo. Essa indecisão, em uma fala que girava sobre um mesmo eixo, como o ventilador no texto, demandava ao outro o quê? Nesse segmento isolado da fala de Cadu, retirado de nosso primeiro encontro, o

⁸³ Sinais usados na transcrição: ?. Para perguntas com indefinição em sua entonação na finalização da interrogação direta (alternância entre enfático da interrogativa e uma ascendência muito sutil na sequência); - Fraseamento entoacional em silabação; Maiúscula para entonação enfática nas sílabas finais. Optei pela transcrição literal e não pela norma-padrão e, entenda-se, que o literal aqui é o que minha escuta captou.

sonoro se impôs à fala, e isto vai prevalecer durante boa parte de nosso percurso. Nessa situação, em específico, o que teve esse efeito de não saber o ele dizia? Ao cifrar essa indecisão de Cadu, pelo ponto final de afirmativa e pelo ponto de interrogação juntos nas frases, essa indecisão tomou função de marcar a existência de uma indiferenciação no percurso de Cadu. Essa indiferenciação estrutural vai ganhando outras cifras ao logo de seu percurso estrutural, como veremos nos momentos seguintes dessa narrativa.

O funcionamento de língua que faz Cadu falar é incessante, sua articulação significativa (e metafórica, pois ele vai substituindo os significantes nessa estrutura insistente) se sobrepõe ao metonímico de sua cadeia de fala. Por um longo percurso, ele não conseguirá narrar uma brincadeira, usar a língua para desencadear acontecimentos. Porém, para suprir essa dificuldade (e, por vários momentos, quase uma impossibilidade), ela fará uso da alternância de palavras sua estrutura rígida de linguagem. Essa rigidez estrutural tem uma equivalência ao seu impasse subjetivo: não se trata de uma parada em seu percurso, mas de deslocar-se pelos pedaços de língua que vão tomando lugar em sua fala, mostrando haver um funcionamento que não servia para ele se comunicar, mas que é um funcionamento da língua.

Parecia, naquele momento inicial, que a fala cadenciada e lenta, quando emergia era em substituição a uma agitação em seus atos: não conseguia ficar sentado no colo da avó, andava bastante pela sala girando como a hélice do ventilador, melhor dizendo, do helicóptero, conforme ele falava: hélice de ventilador → helicóptero. No jogo de composição da língua, pela amarração na articulação significativa, o termo hélic/helic foi associado pelas vias de uma semelhança tanto estrutural como semântica entre algo que gira e voa em um jogo lúdico com esses radicais: ao falar, Cadu brinca com a coisa-palavra, o helicóptero e, me faz ver que ele está na linguagem.

Nesse acontecimento de linguagem, está estabelecido o funcionamento da língua de Cadu: a primazia do significante em que, por vezes, não se trata de significado, mas de um valor, de uma distinção possível na apreensão dessa lógica e, por isso Cadu não se comunicava, porque na comunicação prevalece a relação direta entre signo e signo e, todo signo é sempre tomado na existência de um significado. De fato, para ser um signo, um significante deve estar atado a um significado. Nessa primazia do significante, a relação direta signo coisa falha e a significação não está posta, estabelecendo, desse modo, a dissociação do pequeno ser e o outro. Nessas sentenças proferidas por Cadu, tomando-as em um breve acontecimento sincrônico naquela cena de nosso primeiro encontro, os a relação entre seus elementos linguísticos, me apresentaram seu modo de tentar fazer com a língua. Nessa

gramática pulsional de Cadu, tem-se algo de poético na alternância de seu ritmo no jogo entre significantes que marca seu rastro constitutivo. Essa musicalidade, que irá insistir sempre, é cifrada em um paralelismo sintático em que prevalece uma variação de termos e, também, pela indeterminação da terceira (não) pessoa: indeterminação que desde sempre marca sua condição de sujeito em constituição.

Diante disso, por certo, essa insistência estrutural, como um rastro de Cadu, tem função constitutiva em seu percurso subjetivo. Esse paralelismo no eixo sintagmático impõe aos enunciados do menino um funcionamento aos modos do que, na sintaxe da língua, conhecemos como coordenadas assindéticas, sem ligação. Em sua narrativa, quando as faz, há uma junção entre essas sentenças, porém não produzem sentido juntas, como um encadeamento, mantendo, desse modo, a dissociação tão cara às crianças em posição de alienação subjetiva, pois a *con-junção* (e) que deveria ligar essas sentenças não se presentifica. Ou seja, sujeito e Outro podem estar juntos, porém em suspensão de sentido. Esses modos de Cadu fazer com a língua, ratificam a articulação de significantes, conferindo o estatuto de amarração sinthomática à língua de Cadu, pois esta lhe permite que a fala se estabeleça em função de fazer laço. Porém é preciso que um outro se posicione aí para escutá-lo e, estabelecer esse reconhecimento a essa corda de sua coisa-nada. Contudo, ainda não possível a ele narrar, fazer ficção de sua história.

Nesse instante referido, de nosso primeiro encontro, o *shifter* temporal do enunciado de Cadu é o tempo de sua própria realização: “*tá vuandu*” como o tempo do aqui-agora que a criança reitera no advérbio *aqui* de seu enunciado, escrevendo o tempo como o instante de sua condição estrutural, porém ainda não finalizada. Nos enunciados bem formados de Cadu, a articulação significativa causa embaraço, pois esses significantes não fazem, ainda, uma cadeia sintagmática se desencadear, em que uma sentença não leva a outra pela lógica da narração. Mas, Cadu vai insistir no jogo com o significante, que o situa no campo da linguagem, e que tem a função de manter a seriação na fala de Cadu.

Com essas investidas analíticas iniciais, a fala de Cadu pode ser abordada como uma fala sintomática por articular o laço, mas que instaura um enigma, pois suas palavras vão se sucedendo, se projetando no eixo metonímico (mesmo prevalecendo a lógica da substituição, nesse eixo) e, também, não há uma desorganização sintática, sendo mantido um encadeamento lógico entre os termos. Mas, esse paradoxo estrutural, um encadeamento por seleção, forma um nó de significantes na fala de Cadu em que tudo parece bem em extensão. Porém, Cadu parece não conseguir ir adiante a partir de algum ponto em que começa a se

repetir – a girar sobre o próprio eixo, como seu helicóptero – e, toda vez que é preciso se dirigir ao mundo, por associação com as coisas desse mundo, algo se impõe como metáfora, instaurando uma cadeia que vai cessar justamente no ponto da indeterminação subjetiva. Dessa maneira, nesses enunciados bem formados é denunciada uma impossibilidade dele assumir sua posição enunciativa. Isto posto, ressalto que esses traços persistem na estrutura de língua de Cadu.

Durante muito tempo, o brincar de Cadu e seus jogos, durante as sessões, foi limitado. Ele não conseguia estabelecer uma brincadeira e, quando escolhia brinquedos ficava olhando para eles, mas sem saber o que fazer⁸⁴. Nessas situações, não havia um encontro integral de Cadu com algo da exterioridade, como brinquedos e pessoas e, também, nada do que se espera de uma interação entre semelhantes. No início do tratamento, o fato de Cadu escolher brinquedos já era fundamental e, ainda mais, o fato dele retomar o brinquedo escolhido na sessão seguinte fazia ver ali a possibilidade de algo escolhido, deixado e recuperado. Cada sessão não era diferente e, na busca de uma violinha da caixa de brinquedos, na busca dos bonequinhos da casa de madeira, podia se ver uma retomada do que tínhamos deixamos na última sessão. Porém, se tratava de uma inscrição rudimentar, porque não havia um registro imaginário construído entre ele e o exterior que pudesse se inscrever sobre o Real convocando uma extensão simbólica.

A língua permite que Cadu brinque com ele mesmo e, diante dessa constatação, é preciso perguntar se é possível, a ele, nesse instante, fazer-saber que há ele e o outro, que ele é um outro? Em relação a isso, no *Um solitário* de Cadu, um momento de possibilidade de sujeito pode ser narrado como fundamental: é o momento da ida de sua mãe para outro país, seguido da ascensão da avó materna na função de Outro primordial, a avó maternante que o captura pela fala e lhe possibilita uma alienação ao Outro como resposta ao seu desamparo, uma resposta ao apelo do “*bebê apavorado*”⁸⁵. Dessa avó, me chamou a atenção que, nesses primeiros tempos, ela não se embaraçava ante a fala, ante seus os palavrões e as insistências não a angustiava. Diante disso, ela vai traduzindo o que ele fala, e é seu discurso que prevalece sobre Cadu, é nele que o sujeito submetido ao imperativo do Real sobre o Simbólico irá ascender, pela alienação psicotizante ao campo da linguagem.

⁸⁴ No funcionamento de linguagem posto em jogo em suas brincadeiras não foi possível, de início, ver uma sucessão de tempo e acontecimento, sem funções metafóricas, predominando uma relação imaginária do ego com os objetos nas brincadeiras.

⁸⁵ Conforme Vorcaro (1999), Laznik (2004), Maleval (2009), no autismo, a criança entraria na alienação para recuar, mantendo-se na borda do campo do Outro: no autismo, trata-se de uma alienação real (Outro barrado) e a psicose viria como uma saída dessa alienação real pelas vias de uma alienação simbólica (Outro simbólico).

A entrada dessa avó, na vida de Cadu, também dá indícios de uma possibilidade de encadeamento lógico de significantes que possam ter efeitos constitutivos sobre ele e que o coloque em outra direção e não apenas atado à sua condição de todo solitário, pois ele vai colocar em funcionamento os significantes que poderão representá-lo retirados desse tesouro da linguagem, que é a condição da avó materna. A mãe, vivendo em outro país, mantém a comunicação com ele e com a avó pela internet e pelo telefone. Nesse tempo acompanhando Cadu e sua família, foi possível ver sua intensa presentificação. Porém, por vezes, também foi possível ver que para Cadu ter que falar [com ela] era angustiante e invasivo para ele, pois nesses momentos o que se privilegiava era fala funcional e repetitiva. Todavia, nos últimos tempos, ele começou a reproduzir, a seu modo, os diálogos com ela.

Um dia desses, ele me conta, quando lhe pergunto sobre um machucado em seu dedo: “**Machucô filho? Poim remédio qui sara**”. Nessa fala de Cadu, está condensado o discurso da mãe, a resposta à minha pergunta e sua condição ecológica, que ele usa para contar de si, e o eco é da fala da mãe tomada como um bloco que o representa como signo. Além da comunicação virtual (imaginando que para ele a distância do outro pode contribuir para que se instaure algum tipo de conversa), os objetos enviados pela mãe são marcas em Cadu: as roupas sempre novas, os sapatos, os muitos brinquedos que ele organiza em casa a seu modo e que ninguém pode mexer. Mantém-se um estilo do menino por meio dessas roupas e sapatos ao qual, vez ou outra, Cadu impõe algum traço seu: como se recusar a cortar o cabelo (sempre mantido com o mesmo corte), ou, recusar-se a apertar o cinto da bermuda e, com isso, esta cai de seu corpo, ao que ele se regozija.

Sobre a história do menino, a avó materna me conta que mãe e pai de Cadu eram muito jovens quando ele nasceu prematuro devido aos “abusos” da mãe e que o menino era colocado em situações de extrema violência e agitação, com brigas entre os pais e familiares. A palavra *abuso*, na história de Cadu, instaura uma opacidade, um mistério que se recusam a esclarecer. Mas, com base no que o menino inicialmente trazia nas palavras selecionadas em suas ecolalias, sob essa palavra estariam associadas outras como **brigar**, **puta** (palavra tomada como qualificador de várias mulheres que aparecem em suas falas), **matar**, **bater**. Palavras essas que, usadas à exaustão por Cadu, confirmam excessos traumáticos. Na rigidez paralelística de sua, a alternância desses elementos possibilitou construir um índice dessa história que justificasse aquele bebê ficar apavorado: “**Cê va-i ba-TÊ?. Va-i ba-tê ho-mí.**”

Atualmente, pai e mãe estão separados e as visitas raras à família paterna são toleradas pela avó materna. Apesar de surgir na história de Cadu, o pai biológico não responde por uma

posição constitutiva na vida dessa criança, pelo menos no meu ponto de vista estabelecido pela escuta de sua quase total ausência no discurso sobre o menino. Diante disso, possível supor, atualmente, a avó nessa função, pois no início a mesma parecia repetir o discurso alienante, tentando sempre trazer Cadu colado a seu corpo, se recusando a colocar a criança na escola, pois “*lá não cuidavam bem dele*”. Interessante perceber que essa alienação, hoje, vez ou outra, assume ares de mimos em excesso com o menino: ela mima demais o neto, conforme ela mesma enuncia um pouco envergonhada com isso. Nos buracos no percurso de Cadu, é essa condição de uma escola que não cuida dele e de uma avó que dá sinais de não conseguir suprir mais todas as demandas e necessidades dele, que fez a mãe a decidir, ao final desse ano corrente de tratamento, a levá-lo para outro país, pois lá ficará em uma escola integral⁸⁶. Sobre esse fato, em específico, a avó maternante dá indícios de que poderá não conseguir ficar longe dele. No entanto, o fundamental é que há sempre algo de uma insistência em Cadu: agora é a avó que deve perdê-lo para que possa ter uma escola, como foi preciso que a mãe partisse para que ele fosse levado para tratamento.

Outra fala da avó, me contando a história dele, me remete ao Cadu bebê: “***Era um bebê apavorado***”. Essa sentença – no sentido de uma frase que encerra um valor que é a condição de Cadu –, me dá uma ideia desse pequeno ser enfrentando o Real de sua condição de vivo, sem um retorno do Imaginário de um outro: condição de ser-para-a-morte que deve ser enfrentada pela linguagem que vem do Outro.

Nesse ponto de minha narrativa, vale retomar, pela ficção, o momento em que o sujeito nasce, é nascido. Sabe-se que a pulsão advém do corpo da criança ao ser tomado pela palavra do outro, tempo de nascimento do sujeito. Assim, nascer corpo prematuro foi uma primeira tentativa, por escolha de Cadu, de afastar-se do que lhe apavorava, da angústia diante do corpo e do campo da linguagem parentais que lhe causavam pavor diante do “*abuso*”, ao mesmo tempo em que lhe eram constitutivos. Ser um bebê apavorado parece ser o modo encontrado, por ele, de denunciar a eminência de seu impasse subjetivo, em uma posição desconfortante e ameaçadora sobre o efeito do Real. Ele, segundo a avó contou, era levado e colocado em qualquer lugar, e, dessa condição, advém seu traço de estar à deriva. Esse bebê apavorado fazia, de acordo com a avó, sons estranhos que ela não conseguiu reproduzir em seu relato, pois não conseguiu estabelecer a distinção do que ouviu desse bebê: o grito não ganhou estatuto de apelo, apenas, como signo, acolheu a significação conferida de

⁸⁶ Durante esses três anos, várias foram as tentativas de inserção do menino em diferentes atividades por meio de encaminhamentos a fonoaudiólogo, ao serviço de equoterapia, à fisioterapeuta, e, mesmo, reiterados pedidos para que ele fosse mantido na escola. Porém, a resistência da avó sempre foi limitadora da circulação dele para diferentes espaços sociais.

“*apavorado*”. No entanto, somente agora, é possível reconhecê-lo como um significante de apelo e significá-lo como pavor, como o modo de Cadu, pela indistinção sonora aos ouvidos do semelhante, de recusar o todo solitário de sua condição.

Em sua história, pode-se ver que Cadu nasceu prematuro antecipando sua condição de desamparo. O percurso de constituição do sujeito se instaura no ponto zero, nesse ponto em que o organismo nascido começa a estruturar seu psiquismo. Entretanto, ser prematuro só impõe ao pequeno Cadu uma dificuldade maior em se manter vivo, em que o jogo prazer e desprazer se caracteriza pela fragilidade de um corpo que se encontra com o outro que dá indícios de uma mesma fragilidade: mãe é “*muito jovem*”, dirá a avó materna. E, de fato, essa prematuridade que terá efeito sobre esse corpo também prematuro, pois, o grito de Cadu não significado dá lugar ao pavor desses seres prematuros. Sob essas circunstâncias, o “*bebê apavorado*” balbuciava emitindo sons estranhos não significados: decorrendo, daí uma insistência no desprazer, uma alternância em desequilíbrio como traço de Cadu apavorado ante o campo da linguagem e, isto pode ser sua recusa em nele se inscrever. O grito, em todo bebê, tem a função simbólica de descarregar a tensão e de instaurar uma demanda. Porém, gritar por si só não mata a fome e nem a sede de um bebê. Desse modo, é preciso significar a ele o que é isso: é um grito, um choro de quê? Ou: o que ele quer? Então, diante disso, posso supor que compreender a linguagem de Cadu sempre foi difícil e, só é possível a ele caminhar na linguagem submetido à alienação, em não há risco do pavor, do buraco?

Com base nessas considerações iniciais, acredito que as sentenças indecisas de Cadu são da ordem de um “eu não me sei”, causado na falta da distinção. Na clínica, ele me convoca, ao colar no meu corpo, a brincar com ele, a falar com ele, instaurando, com isso, a possibilidade de uma extensão simbólica para esse sujeito em constituição caminhar.

Desse nascimento de Cadu, no campo da linguagem, é impossível não imaginarizar seu primeiro traço, ou seja, aquele unário a outro que inscreverá um significante primordial e depois outro, dando início, assim, à cadeia significante que poderá representá-lo como sujeito. É um traço que vindo do Outro o marca como *apavorado* em relação a *abusado*. É essa inscrição – como representação do Outro sobre o bebê – que retornará nas falas insistentes de Cadu: todavia, no princípio Cadu parece recuar, recusa essa inscrição ou recusa-se a ela, haja vista que ele está sempre em dificuldades de assumir sua condição de sujeito, e, portanto, inscreve-se como Real e ascende ao Simbólico pelas vias da alienação, mas não perde as marcas desse Real. De todo modo, é com as faltas, melhor dizendo, ainda com os buracos que ele tem que lidar.

Em meio a tudo isso, Cadu opera pela língua, hora de modo ecolálico e maciço como muros em torno de si, evitando o outro; hora ele brincava com a língua, cantarolava, deixando escapar significantes em ritmo de alegria, ritmo de criança; hora era o retorno de um já dito pelo outro; e hora, era tomado pelo funcionamento da língua em seu brincar estruturante com os objetos empíricos, alocando-os na mesma estrutura gramatical. Essas possibilidades estruturais da língua operada por Cadu constataam o paradoxo de sua constituição e atestam ser a língua o elemento em função de amarração sinthomática, que permite que ele, ao menos, tente se enodar como sujeito.

No início do tratamento, quando perguntei à avó sobre os primeiros tempos do menino, ela me contou que sabe pouco, porque a mãe levou o álbum com essas informações quando se mudou para outro país. Ao questionado pela avó sobre isso, a mãe diz que a primeira palavra de Cadu foi “*mamãe*”. Porém, esse signo, na linguagem de Cadu, não retorna de imediato (parece ter sido uma inscrição perdida) e, durante todo o acompanhamento, não foi dito nenhuma vez. Dessa forma, sem a ficção de suas primeiras inscrições psíquicas, como supor um S1, uma criação do campo de linguagem sobre ele que pudesse lhe oferecer os significantes primordiais? A possibilidade de intervenção era nas insistências na linguagem de Cadu e, em uma escuta da distinção possível em sua língua e começando pela tentativa de reconstruir esse laço primário perdido. Também, era preciso escutar os sons fixados e muitas vezes impossível de significar, lidando com resíduos de linguagem, com *lalíngua*. Ainda, seria preciso engatar seu simbólico, possibilitando-lhe construir suas fantasias e seu brincar, acompanhando-o em sua imobilidade diante de um brinquedo qualquer até que fosse possível a ele suportar que aquele carrinho fosse sutilmente por mim empurrado sobre a mesa, mudasse de lugar, instaurando um ir e vir, em um ato como função significativa por ter efeito de ruptura e deslocamento. Antes de mais nada, o direcionamento é seguir o menino e o que ele diz correndo o risco de ficar se repetindo por sessões e sessões até que o inesperado rompesse como efeito do campo ali instaurado. Mérito de Cadu que sempre soube se demandar ao outro mesmo à deriva e mesmo em momentos em que estávamos reduzidos a não fazer nada, a não dizer nada e a não compreender nada: mesmo em sua solidão apavorada Cadu fazia sons estranhos invocando uma resposta. E, o importante, é que Cadu nunca esteve todo condicionado ao outro, mas também não recusou de todo esse outro.

Desses primeiros tempos com Cadu, fica minha redenção diante de seu gozo: ele ecoava o que vinha de fora da sessão, em que tornar a dizer e a dizer parecia denunciar seu

pavor. Mas, não era possível romper esse encadeamento e nem supor de onde vinha tudo aquilo. Porém, eu presumia que vinha de seu campo de linguagem, da impressão deixada pelos sons estranhos que ele fazia quando era deixado sozinho no berço. Contudo, não era possível fazer associações e nem fazer corte ali, em uma ecolalia autística e às vezes tardia. Nessa ecolalia maciça algo se destacou desde o início: a indeterminação de quem ali falava. Na ecolalia maciça, o signo é capturado sem que se determine de onde: não vem do Outro (Cadu fica meio de costas) e, são palavras e sentenças capturadas pela criança como objetos. O “*bebê apavorado*”, segundo a avó, fazia sons estranhos e balançava as mãos no ar, nessa condição, Cadu tentava capturar o quê com esses movimentos de mãos no ar? Possivelmente, os significantes que a natureza lhe oferecia.

Nas primeiras sessões, ele se mantinha meio de costas para mim e, sem responder ao que lhe era dito, mexia nos brinquedos, repetia muito, sempre em forma de perguntas indistintas: “*Cê quê dor-MI?. Teim a-ma-re-LU?. Teim ver-DÍ?.*”, pegando os lápis coloridos. Sua entonação de fala sempre teve como característica o fato dele alongar a última sílaba na ascendente enfatizada e suas frases serem ouvidas tanto como interrogação como afirmação, em seus picos prosódicos. Havia, nesse ponto, uma angústia permeando aquelas sessões, pois existia uma recusa, da parte do menino, em me responder ou falar comigo, mas ele dava sinal de que recebia o que eu lhe oferecia, pois não recusava brinquedos, lápis de cor e, quase dos objetos que eu lhe oferecia e que ele ia alocando em sua estrutura de linguagem, fazendo substituições. Hoje, é possível compreender esses objetos em função de enlaçar Cadu e o outro. Ou seja, é Cadu operando na estrutura de sua língua: se não é possível desencadear um diálogo com o outro, pelo menos é possível enlaçar-se a esse outro semelhante por essa linha de significantes.

Olhando agora para aquelas primeiras sessões, é possível, de modo muito interessante, perceber como é o efeito da transferência que permite que se instaure uma análise: da queixa do não se comunicar, meu interesse insistente pela fala da criança somada à fala ecolálica dele imperou a suspensão absoluta do saber. O que poderia ser um encontro ‘perfeito’ foi, por graça do inconsciente e da incompletude da linguagem, onde nada disso funcionou, pois o esperado era: quando uma criança que tem problemas com a linguagem, problemas em se comunicar com as pessoas, encontra uma analista interessada na linguagem e conhecedora de seus aspectos linguísticos, poderia se ter um encontro muito produtivo. Engodo do engodo, pois essa criança e sua condição de sujeito do inconsciente em constituição, só fez questionar tudo isso. Aliás, o que Cadu sempre fez muito bem (e ainda faz), criando muitas questões que

deveriam ser escutadas para além das palavras que as organizavam, pois as repostas devem, sempre, subverter a lógica comum. A fala ecológica de Cadu transitava de modo intenso entre sujeito e outro (aqui não havia uma alteridade, só exterioridade) em que a dialética era um ciclo de pergunta-resposta-pergunta que tinha a função de assimilar a interrogativa em termos constitutivos, como uma demanda de resposta. A partir do primeiro encontro com Cadu e sua família, comecei os atendimentos individuais e semanais.

No início de nossas primeiras sessões, quando entrávamos na sala, a cena sempre começava com Cadu andando pela sala sem definir-se por um lugar. Então, eu lhe dizia que poderia escolher um brinquedo. Mas, ele não respondia e, algumas vezes, recusava o que eu lhe oferecia, e, outras vezes, aceitava. Ele não entrava no jogo ecológico de sua fala de modo imediato: primeiro, andava pela sala, mexia nos brinquedos, porém não brincava ou mesmo se decidia por algum. Nesses momentos, os movimentos silenciosos que fazia eram interrompidos, muitas vezes, por minhas insistências invasivas, pois ficava lhe perguntando se queria isto ou aquilo. O ouvido de uma criança em vias de um suposto autismo é um buraco sem borda (não é uma hiância), por isso o verbo vindo do outro pode se mortificante, era o que eu não deveria ter perdido de vista. Mas, o Real impõe a deposição do saber previamente estabelecido. Cadu, porém, não tapava os ouvidos – o que me fez supor que minha voz não era mortal para ele e que eu poderia continuar falando com ele, mas seria preciso encontrar um tom. Esse silêncio inicial instaurava nossa rotina nas sessões e acabou por prevalecer durante meses, e qualquer mudança era, de fato, uma sutileza: como uma palavra nova na estrutura da língua, como as mudanças na entonação e como a possibilidade de um brincar mesmo que não pudesse haver uma representação qualquer, por meio desse brinquedo.

Ao final do primeiro ano de tratamento, as sessões já estavam sendo gravadas, e uma destas é emblemática como cena desses primeiros tempos, por isso a apresento no segmento abaixo. Como sempre vinha acontecendo, entramos na sala e ele começa a andar e eu “atrás”, acompanhando e falando com ele:

C⁸⁷: *Você vai sentar daí? Desse lado hoje? Porque você escolheu esse lado? Você quer que eu sente naquele ali?* (enquanto ele apontava para uma mesa do outro lado da sala) ***Por que você quer que eu sente ali? Hum? Você quer que eu sente aqui?***

Nesse instante, alguma coisa cai do outro lado da janela. Parecia que essa coisa me respondia, e era a única que me ouvia naquele momento. Então, eu continuo:

C: *Que barulho foi esse?*

Mudando sua direção, ele se aproxima de mim e me mostra o dedo indicador.

C: *Que tem esse dedinho?* pergunto-lhe, segurando a mão de Cadu. ***Ah? Você vai pegar a boneca? A violinha? E você não vai me contar que viajou não?***

⁸⁷ C: Cirlana.

Ele já tinha se afastado novamente para o outro lado da sala, nesse momento.

C: *Vem sentar aqui, vem. Aí onde você está tá quente. Traz a violinha.* (ele havia escolhido um brinquedo que ele carregava para onde ia de um lado e outro da sala, e que era essa violinha). *Coloca aqui no chão perto dos brinquedos! Vem, aí está quente. Vem! Tá quente aí, muito quente.*

Porém, mesmo diante das minhas insistências, ele continuou lá, perto da janela. Então, paro de falar depois de algum tempo. Sento-me no chão e começo a organizar e a pegar os brinquedos espalhados pela sala. Ele vem, senta-se e começa a pegar papel e lápis de cor, objetos que ele gostava muito nesse início. Continuamos assim, sem falar por algum tempo. É pela alternância, substituição das cores dos lápis, que ele forma os termos presentes em suas ecolalias e durante muito tempo é assim que ele começa a falar. Na rigidez de sua fala é essa associação que lhe permite falar comigo, brincar com os lápis, com os significantes que qualificam pela distinção esses lápis. Pegando os lápis:

Cadu: *É u a-ZÚ?. É ma-re-LÚ?.*

C: *Não entendi?*

Cadu: *É u ver-DÍ?.*

Cadu: *Va-i im-bo-RA?.*

C: *Vai embora pra onde? Pra casa? Vou pegar esse azul? Vamos desenhar um carrinho para Cadu brincar.*

Cadu: (Enquanto desenho) *Di-LÁ*, pegando outro lápis e me entregando.

Assim, continuamos por mais algum tempo, alternando cores e perguntas.

Compreendi que minha fala invasiva era recusada por sua distância de mim, já que ele gostava de ficar do outro lado da sala. Foi preciso que um “som” rompesse esse círculo para que outra direção fosse dada, nesse momento. Daquele dia em diante, os silêncios iniciais eram rompidos quando ele, pela língua, fazia alguma substituição por semelhança (no jogo das cores) desencadeando uma possibilidade dialógica, mesmo que embaraçosa para mim, pois, eu e tu se alternavam sem que ele se determinasse no enunciado e, por vezes, ele podia ser o emissor ou ele podia ser um receptor me ignorando como emissor. O importante é que me posicionei como o outro na posição imaginária mostrada no *shifter* “*Di-LÁ*”, posição essa de escutar esse menino, mesmo que ainda de modo especular do outro lado da sala, escutar esse menino que não se comunicava e, ainda, reconhecer que na alternância dos adjetivos para os lápis havia uma língua funcionando: é a primazia dos significantes na repetição estrutural e sonora de sua fala imaginária, em um encadeamento entre *a-ZÚ* → *ma-re-LÚ* → *ver-DÍ*, paralelismo de significantes em que é possível a distinção entre esses significantes se associando por uma semelhança semântica, mesmo que essa distinção seja, ainda, qualitativa. Essa lei da língua de Cadu – a lei do paralelismo – possibilitou supor uma amarração entre Simbólico e Real.

Entretanto, ele continuou se sentando “meio de costas” para mim, durante um significativo tempo, nesse primeiro ano. Essa posição de Cadu se manteve durante várias

semanas: é o corpo da criança na posição de seu paradoxo constitutivo, sustentando um menininho meio autista, meio psicótico, meio **Di-LÁ(DO)**.

A partir desse primeiro ano, ele dizia coisas “meio de costas” demandando significação, eu apostava sempre. Certa vez, no meio de uma sessão em que fazia rabiscos em uma folha de papel, e eu desenhava coisas para ele, ele me disse, de modo assertivo: “**Dor-MÍ.**” Ao que, então, lhe perguntei: “**Você quer dormir?**” Nessa efêmera frase dita por ele, destacou-se seu ritmo lento e silábico, com uma força suave na última sílaba que, aliás, já era sua marca estrutural, um traço que ele ia deixando em nossa experiência. Dizer “**Você**”, quando me dirigia a ele, foi minha tentativa de instaurá-lo como meu interlocutor e, também, uma tentativa de colocá-lo diante de uma imago eu lhe oferecia por meio desse **Você**, como posição enunciativa que ele ainda se recusava a assumir. Ou seja, é de sua condição não assumir posição no enunciado, pois isso implica reconhecer de todo outro e, ele ainda não consegue fazer isso. Meu cuidado, nesse momento já conhecendo Cadu, era não insistir nesse **Você**, porque podia ser invasivo a ele, também porque ele podia tomá-lo como uma imposição de minha parte para que assumisse essa posição: esse **Você** era um uso que eu fazia, no final das contas, para mim mesma, para, desse modo, não perder de vista aquele sujeito indeterminado que poderia se nomear em algum ponto de seu percurso. Ele não respondia a esse “**Você**”, nesses primeiros tempos. Então, minha posição era de demarcar seu lugar nesse enunciado, de tal modo que ele poderia nele advir como uma possibilidade de sujeito. Isso era feito porque o que eu tinha, assim como Cadu, era a língua nesse percurso: ele se enodando como sujeito do inconsciente e eu reconhecendo que na fala que não comunicava havia língua, havia uma estrutura possibilitando a alteridade, assim como também poderia possibilitar o traço desse sujeito em constituição.

Em um momento como esse, oferecendo-lhe outra direção, já que ele não respondia, disse: “**Vamos brincar aqui?**”, sentando-me no chão da sala, ao lado de alguns brinquedos que estavam do outro lado dessa sala, enquanto eu ia narrando o que fazia. Abrindo a caixa lhe disse: “**Vamos abri.**” Ao que ele respondeu: “**A-bri.**” E eu continuei: “**Você quer que abra a caixa?**” Nesse ponto, ele incorporou e ecoou minhas palavras de modo imediato: “**Qué quí a-bri?**” Essa pergunta que fiz a Cadu instaurou outra pergunta dirigida a mim. Mas, havia nessa questão de Cadu uma questão sobre si mesmo: uma indeterminação de seu lugar subjetivo, de sua posição no campo do Outro: Posso querer isto? Eu, Cadu, quero que você abra esta caixa de brinquedo? Esse sujeito indeterminado interroga sobre ser possível desejar, ser faltoso. Em termos enunciativos, não há uma posição de Cadu, pois quem fala não aparece

aí. No entanto, a questão é sempre: quem fala aí onde não há o *eu* de quem enuncia? Minha resposta a essa demanda foi um ato: abro a caixa de brinquedo e lhe pergunto, novamente: “**O quê é que tem aqui dentro? O quê é isso?**”, pegando um boneco. Ao que ele respondeu, de modo imediato: “**Tem a-ma-re-lu./?**”, pegando um lápis de cera amarelo. Havia uma espécie de poder performativo na fala dele, um dizer e fazer simultâneo e instantâneo. Sem conseguir inverter o que eu lhe dizia, esse tipo de fala comportava uma demanda e não me parecia maciça. Desse modo, ecolalia maciça ia dando lugar a uma espécie de brincar com os significantes. E, foi assim que instauramos nosso percurso terapêutico, do silêncio às perguntas-respostas, no **Aqui** presentificador e espelhador de nossa enunciação e que fazia barra aos nossos ecos. Entretanto, o que poderia romper esse funcionamento maciço ainda era um mistério (da língua).

Agora, é possível ver que esse funcionamento da língua de Cadu não pode ser de todo rompido e, nem tampouco, completamente desconstruído e revertido em outra coisa, pois é seu singular, o seu modo de tentar fazer com a língua e de ir se amarrando nessa articulação de significantes, fazendo nós e fazendo sinthoma. Nesse sentido, o que eu fazia era funcionar como dois, cuja relação com a linguagem refletia nossa posição transferencial que era subjulgada pela posição subjetiva de alienação de Cadu, naquele momento já tomado pelo discurso da avó. De certo modo, o enredamento da ecolalia maciça/Real cedeu lugar a uma espécie de ecolalia alienante: alienado ao desejo do Outro: “**Qué qui a-bri?**”. Ele quer o que o outro quer, como único modo ainda pelo lhe é possível para sair de seu isolamento, de enfrentar as marcas do Real em sua linguagem. Essa alienação, no mito de Cadu, permitiu-lhe se estabelecer como sujeito em constituição.

No diálogo a seguir, inscreve-se esse ciclo ecolálico em uma dialética em que as palavras eram peças que ele ia encaixando em sua extensão sintática e que eu, por vezes, incorporava e lhes devolvia, o que foi se realizando nas sessões seguintes. É possível vê-lo substituindo, porém sem deslocamento de sentido, fazendo das palavras pedaços da língua que ele ia associando. Essas relações associativas têm como aspecto paradoxal não ter efeito de sentido, não deslocar o falante de sua posição enunciativa: estrutura de poema, mas sem efeito de poesia, com desdobramentos significantes em que a distinção está em jogo, tratando-se, portanto, de valor e não de significado:

Cadu: Qué blin-CÁ.

C: De que você vai brincar?

Cadu: Cê ba-TÍ.?

C: O que é?

Cadu: Cê ba-tí?

C: Não, eu não bato não.

Cadu: Cê vai ba-tê NAUM.?

C: Não.

Cadu: Qué blin-CÁ.

C: De que vc vai brincar?

Cadu: Vai ba-tê. Qué blin-CÁ. Cê vai ba-tê chi-ne-LU?.

C.: Quem vai bater de chinelo?

Cadu: Cê va-i ba-tê nu ho-MI?.

C.: Se eu vou bater num homem? Que homem?

Cadu: Qué chu-pá ma-ca-RAUM?. pegando um colar de macarrão na caixa e levando à boca.

C.: Vc quer chupar macarrão?

Cadu: Qué chu-pá la-ran-ja-DU?. pegando um lápis de cera laranja e levando à boca.

C.: Vc quer chupar o laranjado?

Cadu: Qué chu-pá bran-CU?. pegando um lápis de cera branco e levando à boca.

C.: Vc quer chupar o branco?

Cadu: Qué chu-pá ver-me-LHU?. pegando um lápis de cera vermelho e levando à boca.

C.: Vc quer chupar o vermelho?

Cadu: Qué chu-pá a-ama-re-LA?. pegando um lápis de cera amarelo e levando à boca.

C.: Vc quer chupar o amarelo?

Cadu: Qué chu-pá a-ZÚ?. pegando um lápis de cera amarelo e levando à boca.

C.: Vc quer chupar o azul?

Cadu: Qué chu-pá lá-pi-zi blan-CÔ.

Nesse enunciado ecolálico, onde o menino que não se comunica brinca com a língua (língua feita para brincar), fiquei siderada pela substituição destemida e distinta entre os significantes no ritmo ecolálico da estrutura da língua de Cadu. Não havia, nesses momentos, a incidência de um corte, uma interdição desse gozo nas articulações significantes, nenhum ato. Mais ainda, eu sequer conseguia responder e, então, o que tínhamos era pergunta-pergunta, pois eu incorporava suas perguntas sem respondê-las, não retornava por não cruzar o Real. Porém, a prevalência desse Real da linguagem não comportava uma fissura nessas ocorrências e, não encontrava o ponto em que o Simbólico poderia ter inaugurado esse Real, pois era um automatismo.

Assim, é possível supor que o eco que vai fazendo da fala do outro – eco naquele momento angustiado – no dito “*Cê batí?*” substituiu o “*Qué blincá*” por meio de uma associação, no campo da linguagem, entre bater e brincar, sendo possível, então, a substituição no sintagma. Esse funcionamento ecolálico permite supor que a fala da criança vai em um vetor que atravessa o outro e retorna para a criança sem uma inversão, um corte. Esse mesmo funcionamento ecolálico que me permitiu escutar e insistir em lhe oferecer signos e, como se vê, ele foi ecoando – na forma imediata – minhas palavras como ao se apropriar de **bater não** em *Cê batí? Não, eu não bato não. Cê vai batê não?*, momento em que foi possível ver que ele entrava na linguagem, não recusando o Outro. De fato, ele

decantava meus signos: é a amarração sinthomática pela língua. Vale uma referência ao jogo homofônico entre **batê/brincá/batê** ditos sempre na mesma entonação, enfatizando a última sílaba em uma equivalência sonora. Ressalto no entremeio da ecolalia maciça – do vetor que atravessa o outro – ver uma incorporação de minha fala em sua fala (e vice-versa), porém subvertida por ele em sua estrutura de interrogativa. Nesse brincar/bater na língua a gradação silábica e sonora vai compondo uma trilha sonora para esse brincar com a língua de Cadu: seu percurso é sempre marcado por sons, sonoridades, fonações do bebê apavorado dizem do ponto zero de sua constituição, do lugar de uma matriz simbólica por ter recebido as primeiras significações advindas da avó maternante.

Esse funcionamento se mantém ao longo da cena ao alternar o complemento de **Qué chu-pá** com os lápis/objetos que tínhamos. Interessante como nesse lugar de seu percurso constitutivo são objetos concretos os *shifters* enunciativos de Cadu: é na troca dos lápis e sua nomeação que ele se enlaça ao Outro, se lança no campo da linguagem pegando um lápis de cera e levando à boca e inserindo em nosso diálogo, cheirando os objetos antes de nomeá-los. Esse manuseio de objetos ditos empíricos tão comum ao autismo, em Cadu veio narrado nas perguntas do tipo “**Qué chu-pá a-ZÚ?**.”

O significante **batê** me remete aos primórdios desse pequeno (do abuso, das brigas). Desatado de uma significação – não é possível saber a que ele se referia no momento de sua fala – somente ganha estatuto na relação que vai fazendo com **brincá**, como uma articulação significante que pode representar o bebê apavorado no jogo lúdico dos sons estranhos que fazia.

Na continuidade, a ecolalia, até então a serviço da alienação real, mostrou-se a serviço de uma possibilidade de diferença, de deslocamento na língua: há uma cadeia de linguagem em funcionamento com uma articulação de significantes que lhe é singular e que pode fazer um nó, fazer tentativa de sinthoma de Cadu: sua tentativa de saber-fazer com a língua como modo de enfrentamento de seus impasses subjetivos, pelas vias de seu autismo. Cadu não é todo solitário: o menino faz laço a seu modo, não ao modo dos outros. No episódio seguinte, quando lhe disse, “**De que você vai brincar?**” e, ele respondeu: “**Vai batê. Qué blincá. Cê vai batê chinelu?**”, pode-se ver que os blocos sintáticos se repetem, mas em termos enunciativos ele traz, nesse enunciado, para cadeia, tudo o que foi lhe dito anteriormente incorporando um novo signo: “**chinelu**”, incorporado em uma junção pela articulação sonora com função significante por ter desencadeado essa cadeia. Quem fala aí, todavia, continua indeterminado e o que há é apenas uma suposta terceira pessoa: no lugar do sujeito que enuncia há um lugar

vazio ladeado por esse jogo significativo e, desse modo, o que é possível ali é uma inscrição que lhe fosse singular dada sua alienação real, inscrição essa que pudesse ascender para uma alienação simbólica em que o Simbólico tocara o Real, como um lapso de *Tyché* fissurando esse *Autômaton*.

Mas, quem quer brincar? Quem quer chupar macarrão? A cena mostra que é o menino à minha frente quando quer levar à boca o colar de macarrão, mantendo os objetos como *shifters* de pessoa, por fazer espelhamento. Assim, a pergunta muda e, agora, trata-se de saber quem se recusa a se enunciar, nesses acontecimentos de linguagem?

Um momento como esse somente, de intensa alternância, foi interrompido, por várias vezes, por um inaudível vindo de Cadu, com o Simbólico contornando o Real. Eu, que assimilava o que Cadu ecoava, não conseguia repetir esse inaudível, já que o que é do sujeito do inconsciente é irrepetível. Nesses acontecimentos inesperados e radicalmente indeterminados, se fez possível a suposição de lalíngua, de se estar diante da possibilidade de um sujeito com marcas de distinção, em meio a todo aquele eco. O *nonsense* causado por essa insistência inesperada fazia furo: a linguagem de Cadu comporta furo, há falta nessa experiência e, esse inaudível não era um buraco, uma ausência de som na gravação, como tive, posteriormente, condições de constatar.

Todo esse segmento iniciado em “**Quer chupá**” é exaustivo e, esse efeito de exaustivo é o que interrompe essa cena, pois perguntar torna-se ato de linguagem no sentido de trazer em si uma realização sem precisar de resposta. Portanto, como ato, é no ponto mesmo de sua ocorrência seu efeito e, nesse caso, foi a interrupção, a quebra nessa seriação de palavras sem saída. Dando continuidade a essa história com Cadu, percorrendo se caminho constitutivo, uma cena parece interessante para mostrar a possibilidade da criança diante de sua indecisão enunciativa, indecisão essa que o coloca na condição paradoxal de sujeito, que é a de se manter na linguagem alienado ao Outro. Nesse momento dessa história de Cadu. A avó está na posição de outro cuidador e Outro primordial, pois é ela quem decide por isto ou aquilo em relação a ele, e, também, que responde por ele. O que não é pouca coisa em se considerando que ele pergunta muito.

Ainda nesse circuito pergunta-resposta, eu lhe disse certa vez: “**Você quer brincar com água?**”. Ao que Cadu respondeu: “**Qué blin-cá?. Qué dor-mí?**”. Nisso, reiterei esse circuito, perguntando: “**Você quer brincar ou você quer dormi? O quê o Cadu quer?**”. Nesse momento, entra em cena o inteligível/inaudível novamente, vindo de alhures e, sua função me pareceu, inicialmente, de uma defesa contra minha insistência para a difícil tomada de posição

daquele que se encontra em posição de alienação subjetiva. Porém, essa dificuldade sempre esteve marcada na fala de Cadu pela interrogação/afirmação de nossos primeiros encontros e, por isso mesmo, não poderia ser apenas uma defesa autística. Dessa forma, sua posição de alienação subjetiva marca sua relação com a linguagem pelo traço da indecisão e da indeterminação e lhe dificulta decidir-se, escolher por isto ou aquilo. Assim, uma pergunta como “*O quê o Cadu quer?*”, me parece, nesse momento, mais um acontecimento prematuro em sua vida, porque ele não saber o que quer, pois ainda não lhe dirigiram a pergunta fundante. O que você quer de mim, poderia perguntar Cadu? É o *Che vuoi?* que poderia levá-lo a reconhecer a falta no Outro e sua falta. Entretanto, ainda não há essa possibilidade e, frente aos impasses em seu percurso submetidos à força do Real.

Essa pequena cena, da entrada do inaudível, teve um efeito singular em nosso percurso, e que foi um efeito de escansão: permitiu-me rever a posição de Cadu, nesse discurso parental, e, constatar que, mesmo diante de uma espécie de falta da falta, havia um lugar para ele nesse discurso. Todavia, esse lugar, era o lugar da alienação, aquele em que não há nem um e nem outro. De agora em diante, minhas perguntas passarão, quando possível, a dar lugar a afirmativas e começo a nomear Cadu, a dizer seu nome de modo mais recorrente, em nossas sessões. De fato, esse inaudível teve um efeito de significante e, o vai-e-vem, pergunta-resposta-pergunta, inicialmente sem borda, vai sendo contornado pelos significantes que vão se encarnando nas sibilizações do menino. Tem-se, *Tyché* causando furo, instaurando uma hiância na linguagem e fazendo, pelo funcionamento da língua, da relação de Cadu com a linguagem, uma experiência instaurada por esse inesperado.

Se até esse momento de nossos encontros, minha escuta era pela fala gravada dessa criança, e estamos já em nosso segundo ano de tratamento, o que capturo desses encontros é essa falha na gravação, na fala gravada. Eu já tinha compreendido que em alguns momentos Cadu se calava em meio a tanto verbo, mas assujeitada ao discurso comum, eu sucumbia ao fato de que crianças em vias de um autismo se calam diante do outro. Todavia, como sempre foi fazendo, Cadu impôs que eu retomasse meu instante da dúvida e me perguntasse se era ele que se calava ou eu que não o escutava, pois eu padecia do mesmo mal dos que disseram que ele não se comunicava, em momentos como esse. O estatuto de um evento em função significante a isso que se fazia presentificar como inaudível somente é possível nesse momento de construção do saber, na possibilidade de conclusão, pois é nessa narrativa que estou construindo que se inscreve o deslocamento promovido por esse instante, por isso que

chegou advindo de alhures como uma *per-sistência* diante do inevitável isolamento do *Um* do autismo.

Isso que não chegou aos meus ouvidos, por várias vezes, conferiu à voz de Cadu um estatuto fundante. No momento em que a ecolalia se interpõe entre ele e o Outro seus resíduos mais próximos de *lalíngua* se realizam ali no ponto em que nada parecia haver: na opacidade de um vazio. Logo, essa voz que não se escutou e que estava aquém das estruturas mínimas da língua, deu lugar essas estruturas mínimas, pois é a linguagem comum a todos e fundamental para o sujeito fazer laço. Ela foi tomando forma delineada pelas letras da língua. Assim, é que eu escutava essa voz inaudível não mais fora de nosso circuito de linguagem, mas como parte dele. E, foi desse modo que, durante uma sessão, esse momento efêmero foi seguido da única vez em que o pequeno usou a palavra “*mamãe*”, durante os primeiros tempos de seu percurso. Que valor tem esse significante em nossa dialética? Tem-se aí a voz inaudível comportando a reminiscência da linguagem maternante.

Cadu já, nesse tempo, manipulava os brinquedos, se interessava pelos objetos pegando-os, olhando, fazendo um outro movimento, mas ainda não brincava, não construía e não inventava com eles: era uma relação empírica, sem significação. Com Cadu, era (e ainda é) a língua que fazia essa função, por isso a língua de Cadu não é uma língua funcional, mas se presta a dizer sobre ele e enlaçá-lo ao Outro mesmo que pelas formas maciças: é uma língua mais de afeto e do que de função, para se comunicar. Nessas ocasiões, ele ainda mantinha sua repetição estrutural. Contudo, meses depois de nosso primeiro encontro, essa insistência não me causava mais embaraço: eu já havia suposto ser esse o modo de Cadu arranjar-se com a língua, cerzir os buracos em seu percurso constitutivo tentando inscrever ali uma hiância. Porém, ele me oferecia esses brinquedos e corria pela sala já ensaiando um esconde-esconde atrás da mesa. Contudo, ao ter que brincar comigo, ele parava, como posição narcísica em não dividir o prazer ou de não suportar fazer esse jogo com o Outro.

Em uma dessas sessões, sentado no chão, ele, pegando o lápis da minha mão, diz: “*Teim ver-DÍ. Tiem a-ZÚ.*”, ao que eu respondi com uma pergunta enfática: “*Tem azul?*.” E, de modo inesperado, Cadu (re)afirmou o que eu disse, aceitando minhas palavras e decidindo-se: “*Teim a-zú.*” Isso rompeu com o circuito pergunta-resposta e não escutei a ênfase na última sílaba, que sempre acompanhou ritmo de fala de Cadu. Parece-me que o vai-e-vem tem borda e que o “prazeroso” está aí inscrito, marcado por um modo enfático e definitivo.

Nesse instante, ainda na mesma sessão anteriormente mencionada, pegando uma folha de papel ele fez algumas dobras, sobrepôs as formas do papel (como faz com os significantes

da língua) e jogou para cima. Eu, então, lhe disse: **“Você fez um avião? Vou fazer um também. Oh, tô fazendo outro avião. Você vai ficar todo de costas para mim hoje?”** Terminei o avião de papel e, lancei esse avião sobre a mesa que caiu perto dele. Nisso, eu lhe disse: **“O avião voo para longe daqui, pega aí Cadu.”** Ele, pegando o avião, disse, então, de modo calmo, em um tom suave, que sempre foi sua característica: **“Ba-te-u mã-maim?”** **Cadu está me dizendo que alguém bateu na mamãe.**, eu respondi muito surpresa com sua pergunta, pois as perguntas dele quase nunca me surpreendiam. Naquele momento, o mistério da ida da mãe para outro país – a explicação que não foi dada pela avó – me foi dita por Cadu. A associação semântica era possível frente aos conteúdos e palavras sempre enlaçados por uma significação em torno da violência como bater, brigar, chorar, sendo, também, preciso ir para o contexto da estrutura de linguagem dele. Assim, ao escutar **“mã-maim”** após o lançamento do avião, vi que o menino havia entrado no campo da linguagem, não se recusava ao Outro, apesar de dar indícios permanentes dessa recusa e, ainda, me fazia revelações de sua história dividindo comigo seu drama.

Diante disso, sua deriva era um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que ele recusava o outro – não se comunicava – ele dizia sobre seu mundo: a ida da mãe rompe com um círculo de agressões e violência. Pela primeira vez, Cadu enunciou sua história. Nesse acontecimento, o avião de papel teve a função de corte, de significante, enunciando uma falta, pois tornou possível separar-se, ascender ao campo da linguagem por essa fissura feita por que levou a mãe embora avião de papel. A relação de Cadu com essa mãe, desde então, se dá pelos modos de comunicação virtual: por vezes invasivo, o menino dá indícios de saber que há um semelhante em outro lugar, mesmo que para ele longe/perto não seja uma exatidão. Mas, a mãe está sempre presentificada no discurso da avó como aquela que supre o menino de tudo e que também demanda uma língua funcional de Cadu que possa permitir comunicar-se com ele. No caminho **“daqui – pega aí”** do avião de papel, é possível supor uma função de carretel para esse avião: ligar o pequeno sujeito à falta que lhe possibilitou ascender como sujeito em constituição pelas vias da alienação no discurso da avó maternante.

Aos poucos, nesse percurso, fui conseguindo acompanhar o ritmo de Cadu, mas sem repeti-lo, pois era preciso marcar uma oposição, uma alternância em que uma distinção se inscreve e, isso somente seria possível me desvencilhando dos emaranhados do menino. Comecei, lá pelo segundo ano de tratamento, a ser capturada em pontos específicos e, também, a não perder de vista que ele não referia a si mesmo de modo direto pelo pronome *eu* e que usava sempre a indeterminação na dita terceira (não)pessoa. Detive-me no fato de que

isso poderia uma relação com sua questão constitutiva, porém era preciso discernir entre essa indeterminação como referenciação a si mesmo e aquela como referenciação a um outro semelhante. Era apenas o fenômeno de não conseguir inverter a fala do outro, no entanto, essa indeterminação da (não)pessoa na fala de Cadu tem a função de uma forma remissiva, o que é retomado nessa indeterminação insistente.

Sobre essa indeterminação insistente, a cena a seguinte, em uma sessão em que as cores dos lápis não serviam apenas como coisa, esses serviam, agora, para colorir, para fazer distinção qualitativa, é esclarecedora: eu e o menino estávamos sentados no chão da sala e eu desenhando um carrinho no papel e narrando o que fazia a ele, ao que ele parece olhar fazendo sons glotais, sons esses que me chegava aos ouvidos como uma novidade estalando da língua de Cadu⁸⁸. Disse-lhe, então: **“Pega uma cor para eu fazer uma roda do carrinho. Cê tá cantando?”** E, pegando o lápis verde ele me disse: **“É du ôn-IBUS. É a cor do ôn - IBUS?”**, eu perguntei, então, **“É a cor do ônibus que você vem pra cá. A cor do ônibus é qual?”**, ao que ele me respondeu: **“É ver-DÍ.”** Na sequência, depois de olhar o desenho novamente ele disse: **“Cê qué i bo-RA.”** Eu pergunto-lhe quem que ir embora: **“Cadu quer ir embora? Eu não quero que o Cadu vá embora agora não.”** Ele diz: **“De- pois cê vai.”** Respondo: **“É, depois você vai embora. Depois o Cadu vai embora.”** Nessa diálogo, duas ocorrências me chamaram a atenção: o funcionamento associativo nas falas dele, apesar da manutenção da estrutura sintática e, também, o momento em que foi possível supor que a terceira (não)pessoa, e também indeterminada desse discurso, era uma referência de Cadu, a ele mesmo: sua indeterminação transitou pelo meu discurso e retornou a ele significado: o **“Cê”** é o Cadu, e ele reconheceu isso. Essa relação associativa permitiu inferir que apesar da ecolalia, também aceitava o que vinha de fora. Pois, Cadu alienado não está fora do mundo e, o bloco maciço da repetição ecolálica parece ter sido afetado pelo que vem do campo da linguagem, pelo inesperado. Desse modo, a sequência **“ônibus-verde-vir”** e **“ir embora”** situam Cadu no mundo, em continuidade: ele narra, me conta uma pequena história e, na incidência metonímica, algo se desencadeia. Também, nesse diálogo, ele me retoma em **“De- pois cê vai.”**, porém, ao me repetir, pelo direcionamento dele a mim, naquele momento, não se tratava mais de ecolalia, em que não era possível identificar de onde vinha essa fala: era a relação possível a ele fazer com o que eu lhe dizia e reconhecer-se nisso pela reprodução, pelo espelhamento em minhas palavras. Mais ainda, ele dá indícios de ir além, no uso do **“depois”**. Houve uma apreensão de sentido aí por parte de Cadu, nesse jogo metafórico de condensação

⁸⁸ Estalando dos dois modos: da língua de significantes e da língua de carne, como possibilidade de Simbólico e Real se tocarem.

de sentido do que eu disse em “**De-pois cê vai**”. Foi assim que aquilo que preenchia a posição da terceira pessoa – o “**você**” – dito pelo outro foi tomado por Cadu, como uma remissão a ele mesmo. A substituição que fiz entre “**você**” e “**Cadu**”, no paralelismo das frases, foi por ele escutada: o Outro articulou sentidos nessa substituição onde “**você**” é uma metáfora para “**Cadu**”. Esse funcionamento retornará e se mostrará como mais um modo dele se relacionar com a linguagem, dele se amarrar com a língua. Nessa cena, o presente que corresponde ao tempo de sua realização é acrescido de um tempo futuro (“**Depois cê vai**”). Cadu amplia o horizonte de seu percurso, porque o *dêixis* **Depois** instaura um ir e vir que expande o percurso de Cadu, pois já lhe é possível ir e vir, sair de um impasse e voltar a ele. Em relação a isso, é importante como o pronome *você* como forma da língua passa a preencher o vazio persistente das falas anteriores. Também, preciso reconhecer que ele vai construindo enunciados e dando indícios de haver uma posição enunciativa pela lógica de uma extensão, de uma continuidade que já é comum em sua fala, na relação que vai fazendo com as pessoas e com os objetos.

Por essa época, os brinquedos já não são objetos puros e, dessa maneira, vencida a rigidez diante de seus brinquedos, Cadu já pega esses brinquedos ensaiando brincadeiras. Mas, o estatuto do imaginário é acompanhado ainda por uma descrição rígida do que faz, trazendo as marcas do império do Real, em enunciados como: “**pe-gá ca-va-LU**”, “**be-be u chá**”, “**Va-i pe-GÁ**”, me repetindo enquanto corria pela sala. Manteve, durante um bom tempo o “**De-pois cê vai**”, mas ao final das sessões, acrescentou “**De-pois cê vol-TA?.**”, ainda indeciso na entonação. Mas, ser indeciso sempre foi o primeiro recurso do menino diante da alteridade e, já não me causava mais espanto alguém perguntar e parecer afirmar ao mesmo tempo: a distinção estava por vir como mostrava os traços que ele ia deixando em seu percurso com língua. Diante desse enunciado, ainda indeciso, eu insistia em preencher o vazio da terceira pessoa e determiná-lo, respondendo: “**O Cadu volta depois**”. De fato, me parecia que começar a brincar, a ir e voltar era Cadu em extensão, saindo de sua apreensão rígida na língua, e começando a operar com outras modalidades de linguagem, quando a linearidade começa a se realizar e a sonoridade paralelística já não domina de todo a língua de Cadu.

O ritmo de sua fala, sua entonação lenta e silábica, e o paralelismo sintático (repetição estrutural) impregnavam nossos diálogos e, por vezes, acabava eu mesma o repetindo, ao invés dele me repetir. Transferencialmente, isto se tornou, em alguns momentos, um impasse no próprio acompanhamento, porém, eu entendia ser aquele o modo possível de nosso encontro: não havia uma cadeia de sucessão de falas. Mas, em meio às nossas insistências em repetir e nos repetir, assim como o voo do avião de papel, um acontecimento volta a surgir

nesse contexto: o que era inaudível em nossos encontros foi dando lugar a sons glotais, ainda indiferenciados para mim em termos fonológicos, como o som produzido ao bater a língua no céu da boca. Esse inaudível já se fazia presente nos primeiros meses. Todavia, só pude escutá-lo e situá-lo em sua função significante na época em que a distinção não era de toda uma impossibilidade e quando ele não ficava mais “meio de costas” para mim: é o encontro entre o sujeito e Outro, em que o silêncio que grita ganha estatuto de apelo por ser escutado por esse Outro.

Em silêncio, Cadu mexia em uma caixa de brinquedos falando o que tinha na caixa, usando signos para nomear o que encontrava (estatuto metalinguístico para a fala dele): “**Ele qué ca-rrinhu ro-sa.**” De ocorrências como essa, é interessante destacar que desde que Cadu começou a preencher o inaudível, o pronome *ele* começou a aparecer na posição sintática de sujeito, em suas falas. Assim, mesmo que pela terceira (não)pessoa, a indecisão cifrada no início dessa apresentação, e que apareceu como um traço singular do menino, foi sendo substituída, mas não se apagando. Também, já era possível escutá-lo em um funcionamento mais assertivo, afirmando, negando ou hora interrogando.

Na sessão anterior a essa cena, Cadu havia brincado com um carrinho rosa, já escolhendo brinquedos e, desse modo, é muito importante vê-lo retomar a última sessão procurando por esse carrinho. Como não o encontramos, Cadu, então, pegou vários brinquedos e levou para a casinha, sorrindo e, sem me incluir nessa cena, pegou também uma bola e começou a correr pela sala, ao que eu lhe perguntei: “**Cadê a casinha?**”, e ele respondeu: “**Tá lá. É du Cre-ver-ton.**”. “**Quem é o Creverton, Cadu?**”, lhe perguntei. “**É o lin-gui-cinha.**” Até esse momento, ele estava com a bola, do outro lado, quando começou fazer sons glotais do tipo “**tlá tlá tlá**”, usando mesmo a língua, e, então, ele para e me olha. Como não entrei na sua brincadeira, ele retornou para a casinha e para a bola. Essa ocorrência comportou o máximo da invocação ao Outro, por parte de Cadu, e que surpreendida por essa novidade sonora, não respondi de imediato. Esses sons foram sendo substituídos por fonemas mais definidos, em que era possível discernir aí a diferença em sua extensão. O que se tinha agora era um outro ritmo de Cadu: ele cantarolava em um ritmo mais acelerado e lúdico do que aquele de suas falas lentas, em nossos primeiros encontros. Não se tratava de uma alternância sonora, mas de uma outra coisa e, esses sons glotais não me pareciam sons estranhos e, foram, paulatinamente dando lugar a “**psispsispsis**” e “**tástástás**”.

A ecolalia inicial, que insistia como sintoma por impedi-lo de se comunicar, da ecolalia sintática – o paralelismo sintático em que a substituição sobrepôs-se sobre a

continuidade da cadeia –, foi possível escutar suas concatenações quando cantarolava seus “*psispsispsis*” e “*tástástás*”: significantes – os restos e rastros de Cadu que foram ocupando o lugar do inaudível que essa criança oferecia e que basculava no meio de sua rigidez sintagmática, em uma emergência inesperada nas cadeias ecológicas possibilitando, assim, supor haver ali um sujeito se constituindo em estreita relação com o tempo da afânise e da separação subjetiva como algo pulsando na sincronia, nesse instante inaudível.

Essas lalações de Cadu desmontavam o bloco maciço e impenetrável de suas ecolalias e mudavam o rumo de nosso circuito dialógico de pergunta-resposta-pergunta-resposta: havia um efeito significativo dessas sonorizações, pois ocupando o lugar do inaudível – antes vazio – e dizendo de uma diferença, vinham de onde, de quem? Quem ali falava? Assim, é que cantarolar com ele essas entoações permitiu que ele, a partir de então, me olhasse, pois eu havia reconhecido ali uma singularidade e não apenas a ecolalia. Definitivamente, a recusa ao Outro estava fora do jogo de Cadu, o que insistia era de outra ordem: a agitação, que era característica de seus atos, passa a compor suas falas, rápidas, agitadas algumas vezes, não apenas lentas e cadenciadas. Dessa forma, as entoações silábicas foram sendo substituídas por atos de linguagem que tinham a função de narrar e descrever o que fazia e no momento em que fazia. Esse ritmo, de agora, marca o percurso temporal de Cadu, suas intensidades psíquicas carregadas de afeto vindo e retornado ao Outro. Tomadas como significantes, essas lalações são marcadas pela carga pulsional do pequeno, por aquilo que dele se efetiva na constituição: a satisfação de Cadu é vista ao sorrir e olhar fascinado o outro quando cantarola suas cifras de enigmas de *lalangue*, cujos traços identificatórios vão tentando estabelecer uma oposição sonora que nos aproxima de seu ritmo pulsional. Responder a ele, nesse ritmo, foi a possibilidade extraordinária que encontrei de fortalecer o laço. Diante disso, estabeleceu-se uma alternância entre nossos dizeres pelo acompanhamento desse movimento de falas silábicas unidas pela sonoridade desses “*pisispis e tástástás*”: é o pequeno com seu ritmo invocando a alternância do Outro, invocando a alteridade como constitutiva em sua montagem pulsional. Esse foi o momento fundamental de Cadu: fissura simbólica definitiva, efeito do Real da linguagem de Cadu, de seus restos de lalíngua.

Da impossibilidade de transcrever um momento como esse – como foi impossível gravá-lo – resta-me a consistência imaginária para fazer ver o que comecei a escutar, a pura distinção que ali se inscrevia: *do inaudível* → *pipipi...* → *pisispis...* → *pisispispsis...* Mesma sequência para os primeiros *tátátás* que vieram depois e se juntaram a esses primeiros: *do inaudível* → *tástástás...* → *tástástás...* O vetor aponta para uma continuidade e

uma aglutinação dos fonemas que resultou numa cantiga de Cadu: **do inaudível** → **pisispispisis...** → **tástástás...** que ele cantarola até hoje sempre de modo inesperado em uma nuance expressiva de suavidade em voz, sem gradações silábicas e mantendo o mesmo tom, prevalecendo a alternância entre consoante e vogal (fonemas consonantais e vocálicos): os traços distintivos vão fazendo cadeia de significante, cadeia esta instaurada pelo vazio, pela falta de um traço deixado apagado. Dessa diferença pura, surgiu a possibilidade de que um significante represente esse sujeito que se constitui fazendo, por vezes, nós desses mesmos significantes como tentativa de enfrentamento de seu impasse subjetivo. Contudo, parece que Cadu não quer dividir isso, pois quando cantarola seus **pisispisis e tástástás** não é para ser acompanhado por quem o escuta (quando eu o fazia não se estabelecia o jogo das repetições), mas para ser reconhecido em sua possibilidade de sujeito do inconsciente.

Maleval (2009) observa que a ausência de enunciação – nos autismos – tem a ver com o gozo vocal, com a voz, aquilo que está fora do registro sonoro e, pelo seu estatuto de objeto pulsional, não é do registro imaginário da fala, mas uma possibilidade de manifestação do ser do sujeito, no dizer. Essa sonoridade da voz escapa ao som de palavras, escapa ao apreensível de um gravador, possa acrescentar, porque a voz do sujeito desse drama constitutivo somente se incorpora naquilo que se perde de sua fala, no inaudível ao gravador.

Na retomada que fui fazendo das sessões de tratamento, gravadas para possível análise linguística, havia pontos em que não era possível ouvir o que Cadu dizia e no vazio sonoro se presentificavam ruídos, o singular de Cadu, seu disjunto do particular e de suas falas ecológicas. O que poderia ser um limite do gravador (baixa potência para captar todos os sons ambientes) começou a merecer minha atenção, pois ocorriam quando eu parecia cansada de seus ecos ou ele se aquietava em sua agitação. Cadu, distraído, permitia que algo escapasse de seu território de lalíngua. Nas falas ecológicas gravadas, capturadas pelo registro sonoro e que possibilitavam fazer um *corpus* de linguagem, compor dados de fala, algo na seriação maciça e na seriação alienante falhava: havia um vácuo em que os signos insistentes serviam para fazer borda. Estava inscrito nesse lugar a condição intervalar (Lier De-Vitto, 2010) entre a Linguística e a Psicanálise, entre o sujeito e o falante, entre lalíngua e a língua. Não se tratava, para mim, de discernir aspectos fonoarticulatórios e de marcar esse lugar com símbolos de transcrição de falas, porque era preciso o depois para reconhecer seu efeito significante, dar-lhes estatuto de significantes. A falha na precisão sonora fez cair a fala de Cadu: foi a inscrição de sua voz no campo da linguagem. De modo definitivo, neste estudo de linguagem,

foi o inapreensível como dado linguístico que fez valer a suposição de que a língua é constitutiva e que a experiência de linguagem comporta uma hiância fundamental.

Dessa hiância, o que se presentificou como potencialidade o fez pelo funcionamento de significantes em articulações mínimas, desatados de significação, significantes puros, por isso, agora se trata da diferença pura e, não mais da diferença qualitativa, no jogo das cores/palavras de Cadu, no início do tratamento, pois, afinal, de que se trata *pisispis e tástástás*? O destacamento dessa voz não se caracterizou como uma recusa ao Outro: foi a voz da sereia, a sedução por algo inapreensível⁸⁹. Aquilo que o gravador não capturou havia sido incorporado por mim, na transferência, e retomado por reminiscências afetivas de sibilizações, concatenações ritmadas, porém, em outro ritmo, em outra entonação diferente daquela ecológica: tentativas do pequeno em cifrar seu gozo pela letra, de amarrar um S1 a um S2. Aos incapturáveis *psispsispsis* foram sendo agregados *tástástástás: psispsispsispsis* – intervalo – *tástástástástástás*. Não se tratava de uma insistência, pois o retorno dessas entoações era sempre em uma intensidade diferente e, aos poucos, lentamente, ele ia se fazendo escutar. Essa amarração sinthomática com língua – pelo que dela se tem de ritmo – é de Cadu: agrada-lhe, hora como gozo (quando o Outro está barrado/não escuta) ou como satisfação (quando o outro responde à sua demanda), o ritmo de sua voz e, depois, a entonação e prosódia de sua fala. Mais adiante, em seu percurso, ele vai gostar de cantar cantigas de criança quando entra nos jogos que se pode fazer com a língua.

Esse seu apego a um ritmo próprio me ajuda a construir o mito de sua origem como sujeito: na posição zero, a impossibilidade da alternância não lhe deixou marcas simbólicas que pudessem constatar de todo estar estabelecida uma matriz simbólica, uma matriz que pudesse comportar a fissura constitutiva do sujeito dividido, já que sua ascensão Real ao campo Simbólico foi maciça. Porém, o ritmo que é sempre pulsional mantém o vivo na direção de ser-para-a-morte e isso é do próprio sujeito: a sonoridade que é língua deixa marcas apagadas que podem ter função de matriz simbólica e, Cadu sempre foi um garoto de ritmos e entoações, de tons altos e tons baixos, e de sons estranhos.

Desse ponto do percurso de Cadu, o que estava gravado perde sua função: pensar a relação do ser com a linguagem é possível na medida do inesperado, do que falha. A língua

⁸⁹ Segundo Laznik-Penot (2004), a perplexidade é efeito da voz da sereia. Para a autora não devemos nos esquecer do poder encantador da voz da mãe sobre o bebê que já está em ação meses antes do nascimento do bebê: este vai sempre reagir à prosódia particular de uma voz que lhe é direcionada, mesmos os bebês em risco de autismo. Há algo de irresistível na voz daquele que está na posição de Outro (haver essa sedução por uma alteridade sustenta inscrição na linguagem). Tomar minha perplexidade diante desse inaudível de Cadu implica reconhecer que este se inscreve como alteridade e que invoca o Outro.

entra como possibilidade de um funcionamento que comporte essa falha, que permita que algo claudique⁹⁰, que permita o chiado no gravador. Isso que se presentificou pelo inaudível ao gravador, pela voz de um sujeito, ascendeu do mais singular de sua condição inconsciente, escapou de seu território de lalíngua para fazer enunciar haver um sujeito se constituindo e, essa amarração por lalíngua, é uma estratégia desse sujeito diante de sua dificuldade de invocar o Outro pela fala em que uma provável recusa ao Outro dá lugar a dificuldades: toda impossibilidade se constitui diante de uma possibilidade. Isso que se destacou do território de lalíngua testemunha essa possibilidade de relação com o Outro na linguagem, como uma materialidade significativa destacada da significação (MALEVAL, 2009): os balbucios apavorados e os sons estranhos de Cadu já davam esse testemunho. Os signos ecolálicos comportam, agora, os furos feitos por esses significantes destacados de lalíngua. Esse desatamento de significações coloca em cena, também, a arbitrariedade, dá ao Outro a oportunidade de significar e inscrever na cadeia isso que se desprende. É nessa significação que se efetiva não apenas a alienação à linguagem que é constitutiva, mas aquele que ao tamponar o *nonsense* não permite que se inscreva aí uma falta: o sujeito do inconsciente, em sua constituição, está agora submetido ao império do sentido do Outro. Em seu difícil manejo com a língua – porém fundamental – Cadu vai de uma posição de gozo para ser dela capturada no momento de submissão ao desejo do Outro. Ainda falha a alternância para esse sujeito. Todavia, é essa alienação que lhe possibilita não se fechar em si e não barrar de todo o Outro: é o *Um* solitário de Cadu em vias de um autismo que é não-todo.

O estatuto de objeto pulsional dado à voz de Cadu implica reconhecer que se trata de algo que cai nesse percurso constitutivo do sujeito (é preciso deixar a fala cair). Nessa direção, faz-se necessário concordar com Jacques Alain-Miller (2013), retomando esse estatuto da voz em Jacques Lacan, dizendo que o objeto *a* não é um elemento da estrutura linguística, é o que cai dela e não é um significante: então, a voz na função de objeto *a* não pertence ao registro sonoro, é a-fônico. Cadu, em sua tentativa de saber-fazer com a língua, confirma essa hipótese de Miller. Seu inaudível ao gravador só pode, por mim, ser formulado como hipótese de lalíngua ascendendo no vazio da cadeia a partir de minha escuta distintiva. A significação disso que ali se presentificava consistia na realização possível entre ser efeito

⁹⁰ Kanner (1943) observou que certa vez, a "Tia" da criança Richard ouviu-o dizer distintamente "Boa Noite". Um justificado ceticismo sobre essa observação foi superado quando essa criança "muda" foi vista no consultório mexendo a boca numa silenciosa repetição de palavras quando requisitado a dizer certas coisas. A "muda" Virginia – sua companheira de chalé insistiu no assunto – foi ouvida quando dizia repetidamente "chocolate", "marshmallow", "mama", "nenê". Com isso, e com Cadu, é possível constatar que as crianças em vias de autismo estão sempre insistindo em ser sujeito do inconsciente.

de significante e ser causado por algo que se perde desse corte estrutural, consistia, desse modo, nesse *fading* na linguagem de Cadu que é o que dele se perdeu no registro sonoro de sua fala e se materializou nas concatenações, mas que pode ser “[...] uma pequena coisa separável do corpo [...]” (*ibid*, p.05), situado entre a função da fala e o campo da linguagem, onde a voz ganha estatuto de função significante por instaurar a hiância causativa do sujeito colocando a cadeia em funcionamento. Trata-se, então, de situá-lo pela amarração sinthomática com a língua que vai fazendo – ecolálicas, invertidas, estáticas sintaticamente, prosódica -, para dar lugar de objeto que pode se perder. Essa voz vem das primeiras relações do sujeito com o outro e vai permitir que ele se escute, pois o sujeito vai, nessa cadeia, tomar uma posição, ser possível se enunciar.

Na possibilidade de uma estrutura autista a língua tem função de atar esse sujeito que se constitui pelas vias do autismo ao campo da linguagem: hora será tomada como objeto empírico (de modo maciço como um brinquedo), hora terá função de alienar o sujeito ao Outro, hora possibilitará a ele que se presentifique como potencialidade inconsciente. Ser verboso, ser insistente é de Cadu.

Laznik-Penot (1997)⁹¹ tem uma posição fundamental sobre a relação da criança dita autista com a linguagem. A autora chama a atenção para o fato de que seria improvável que a tomada, por dizer, verborrosa da linguagem dificilmente não teria efeito na estruturação dessas crianças. Na sequência de seu trabalho rumo à palavra de três crianças autistas, ela resalta que enfatizamos o fato de que essas crianças não se comunicam em detrimento da escuta dos “[...] tocos de palavras, estribilhos e canções que a criança autista desfia automaticamente. [...]”. É a repetição por *Autômaton* que prevalece nas ecolalias e insistências sintáticas e prosódicas de Cadu que ao serem escutadas permitem a ascensão

⁹¹ Laznik-Penaut (1997, p. 233), nas conclusões de seu trabalho, sustenta que nas ecolalias das crianças ditas autistas haveria a presentificação do sujeito do enunciado que permite ver que o discurso vem do Outro, porém sem inversão: “[...] Mas a simples frase ecolálica indica, pelo menos, uma captura alienante pelo significante daquele que poderá, talvez, um dia advir como sujeito. [...]”. O Outro antecipa essa captura assumindo o lugar de endereçamento. Para a autora, o sujeito da enunciação, correlato do sujeito do inconsciente na linguagem, somente é possível no avesso da relação do sujeito com a linguagem: pois, enquanto espera-se que o sujeito se desaliena do Outro (referencia às operações de alienação e separação), para essas crianças é preciso acontecer essa alienação. Na relação entre linguagem e os paradoxos da constituição do sujeito, me parece importante decantar essa proposição da autora: na Clínica com Cadu, a ecolalia é da ordem do Real que se sobre põe ao Simbólico e – pela não inscrição da alteridade na posição zero, portanto por haver uma matriz simbólica apenas como possibilidade – não haveria meios do Imaginário sobrepor-se sobre esse Simbólico e desatá-lo do Real, fazer corte. Por isso, não concordo com a autora de que há sujeito do enunciado nessa ecolalia, pois em termos enunciativos não é possível marcar a posição de quem aí fala. A ascensão alienante sustentada pela autora é fundamental, como venho sustentando de modo radical: a criança é tomada na lógica de uma estruturação psicótica, o que possibilita sua alienação, porém o impasse consiste que isso se dá também como dificuldade no laço, porém agora com a inscrição da alteridade: é aí possível então falar de sujeito do enunciado que poder ser índice do sujeito do inconsciente, como Cadu mostra em seu percurso e é essa amarração alienante na linguagem que lhe tem estatuto de sinthoma, como modo de tentar-fazer com sua estrutura autista.

dessas produções mínimas de linguagem à função de fala: foi o que as três crianças tratadas ensinaram a ela e que pude ratificar com Cadu em termos de universal do sujeito do inconsciente. Essa escuta é possível pela tomada do analista na função de Outro primordial, aquele que reconhece nas produções destacadas da cadeia de linguagem um valor significante. O valor significante das sibilizações de Cadu atestado pelo fato de – no vazio desse acontecimento – se tratar de algo que mesmo não servindo para se comunicar serviu para que se reconhecesse haver algo ali algo da ordem do inesperado e incapturável: a inscrição na ordem simbólica em que o Simbólico contorna o Real, tentativas de alojar o objeto caído. *Tyché* que interrompendo *Automâton*.

De fato, ser convocada por Cadu por meio de cantigas fez com que eu me permitisse mais à surpresa, ao inesperado. Ele não cantarola sons que remetessem a alguma cantiga já produzida – fará isso comigo depois–, nem a algum som que pudesse ser ecoado: era um inesperado puramente singular de si mesmo, em *Tyché*, pois a voz não é som sem significado: é próprio sopro apagado que deixa rastro, deixa o traço que vai representar o sujeito para outro traço, fazendo uma cadeia distintiva.

Em uma sessão, no início de nosso terceiro ano de tratamento, ele está correndo pela sala no ritmo de uma música cantada por mim e já não são mais os movimentos em torno de si mesmo ou à deriva. Ao brincar pela sala acompanhando o ritmo da canção que eu cantava, ele instaura uma cena dialógica, pois estávamos em relação, em alternância sem embaraços discursivos. A canção era “*a borboletinha tá na cozinha, fazendo chocolate para a madrinha... potipoti...perna de pau...nariz de pica-pau*”, que são ensinadas às crianças pequenas nas escolas. Ele, agora, não mais falava de modo sibilado e a dúvida afirmativa/interrogativa já havia cedido lugar a alguma certeza desde que se viu espelhado no *você/Cadu* dito por mim. Havia um encadeamento em sua fala passando da fala cantada para a cantiga. Assim, transcorreu essa breve conversa em que a metonímia faz cadeia e a metáfora constrói sentido em seus desdobramentos:

Cadu: Cabô. Caiu. Bateu. Tô pegandu.

C: Cadu caiu, bateu nu chão e tá pegandu o sapato.

Cadu: Caiu.

Ci: Cadu caiu nu chão.

Cadu: É rosa.

C: O que é rosa?(Continuo cantarolando borboletinha...)

Cadu: Tá cantandu? Ela tá cantandu.

C: É. Eu estou cantando. Você vai cantar comigo?Ele continua correndo em círculo e começa a cantar o que eu estava cantando.

Como disse, ele não falava mais de modo silábico desde que constatei o inaudível e informei a ele sobre essa constatação: “*Olha vejo que Cadu está cantando tão baixinho que não o ouço direito*”, lembro-me de ter lhe dito em um desses instantes que me é impossível precisar qual é agora. Desse modo, foi possível supor S1-S2 em uma cadeia que comporta furo. Porém, seu traço unário – significante apagado – é o traço de identificação com seu nome: é preciso uma outra versão para o nome-do-pai indeterminado, não nomeado. Por mais que ele agora seja capaz de se comunicar, de estabelecer a continuidade na fala, reconhecer a fala do Outro e retomá-la de modo revertido, o lugar do sujeito continua hora vazio hora indeterminado no enunciado. Nesse diálogo, estamos em uma alternância presente e passado marcada nos tempos verbais. Reconhecendo a canção comum nas escolinhas, ele começa a repetir “*borboletina...potipoti...*”, parte da música que parece lhe interessar pela semelhança do ritmo sonoro *potipoti/psispsispsis* estabelecido pelo funcionamento distintivo fonema consonantal/fonema vocálico. Nessa semelhança/dessemelhança, pois nem tudo corresponde de modo idêntico nessa cadeia, Cadu toma o que lhe ofereço e ele começa a cantar saindo do enredamento em que entrava na insistência do “*É rosa*”.

Narrando o que ele fazia, foi possível inclui-lo na cena apesar dele estar distante do que eu fazia, pois estava do outro lado sala⁹². Ele ainda mantém sua rigidez sintagmática e a inversão pronominal na terceira indeterminada quando a referência é a si mesmo, pois ainda não se reconhece, pois o especular ainda não deixou o traço de seu primeiro esboço de sujeito: eu sou aquele que o outro me diz. Nessa condição, sua tentativa de saber-fazer com o Real persiste sobre ele nessa indeterminação que insiste em desatar isso que ele vai amarrando. Ele ainda não é capaz de se reconhecer de todo na palavra do outro que, por vezes, não é tomado como alteridade. Porém, um deslocamento é primordial na ocorrência “*Tá cantandu? Ela tá cantandu.*”, pois como uma báscula na cadeia significante esse “*Ela*” vem demarcar uma diferenciação com o Outro e o reconhecimento, por parte dessa criança, desse Outro como alteridade: trata-se da inscrição do Outro. É possível ter havido uma reprodução sintática por parte dele, pois, antecedendo esse dito, eu me referi a ele narrando o que ele fazia em terceira pessoa: “*Cadu caiu, bateu nu chão e tá pegandu o sapato*”.

Nesse ponto, o que era eco da fala do outro dá lugar a um indício de reprodução desse Outro: ele passa a se apropriar da língua como o Outro faz. Também, ao trazer a heterogeneidade para sua fala, Cadu mostra como a diferença – resultante de uma associação advinda do campo da linguagem – instaura um limite entre o que é eco e o que poderá vir a

⁹² Vale esclarecer que, nessa época, estar do outro lado da sala não caracterizava mais um vão. Havia, agora, uma borda, uma língualinha que nos ligava em um ir e vir.

ser repetição, ou seja, reconhecimento de si pelo que o Outro lhe oferece. Estabelecer uma relação em um enunciado, entre o ser e a (não)pessoa, não é tarefa fácil para uma criança nas vias de um autismo, pois supõe um vínculo, supõe interar-se de que o ser é um ser falante, o que não é pouca coisa. Ainda, reconhecer o outro como ser que fala (que está cantando) é estar imerso no Simbólico e ter que se a ver com a falta, com o fato de que falantes são faltosos. Cadu pergunta e responde e, em sua resposta, parece surpreender-se com sua constatação: *Ela* fala, pois é *Ela* que está no lugar de indeterminação de “*Tá cantandu?*” Essa substituição realizada por ele, na estrutura faltosa, mostra que ele reconhece que no vazio faz-se nascer um sujeito (ainda que da gramática).

Cadu, na sequência dessa cena, pegou um carrinho e duas bonequinhas e já, desde algum tempo, é possível vê-lo tentando criar histórias com os brinquedos, juntar os brinquedos, nomear os bonecos da casinha de madeira (ainda pela indeterminação, porém uma diferenciação dos sexos fundamental em expressões como “*u homí, a muiê*”), selecionando alguns e rejeitando outros brinquedos, me oferecendo alguns e aceitando um ou outro que lhe oferecia. Brincando com algumas bonequinhas de pano nessa casinha de madeira, suas figuras familiares são confusas, não as chamando por nome, mas são sempre o “*homí*”, a “*coleguinha*”. Ele manteve seu interesse por essa casinha durante muitas semanas e, com esses brinquedos Cadu conseguiu construir pequenas brincadeiras que ia retomando toda semana e, quando alguns desses brinquedos não estavam na sala, ele perguntava onde estavam e dizia querer ir procurá-los nas outras salas da clínica.

Definitivamente, no entremeio à ecolalia e às estereotipias que se mantinham como balançar as mãos⁹³, cheirar muitas dos objetos que pegava e, ainda, da agitação circulando pela sala, Cadu não se posicionava mais à deriva no campo da linguagem: tinha direção e se direcionava ao Outro. Havia um psiquismo dando indício de se organizar e essa dita ecolalia já merece ser nomeada de amarração sinthomática, pela articulação significativa que ela comporta. Também, sobre a língua, já a algum tempo, esta comporta a função de fala. Isto é o que se tem dele em função de enodamento em seu percurso constitutivo e que ele vai arrastando nesse percurso e, Cadu não vai abrir mão disso, pois seria abrir mão de sua singularidade, daquilo que irá nomeá-lo de outro modo e não mais como aquele que não se comunica, mas, agora, como aquele que faz laço.

⁹³ Essas estereotipias como dedos das mãos enrijecidos, o balançar das mãos, assim como, posteriormente, alguns episódios de automutilação como beliscar-se e morder a ponta dos dedos, surgem quando Cadu não está imerso nas ecolalias, nos jogos que vai fazendo com a língua e, ainda, quando há evidente tensão familiar ou no contexto escolar: o Real de sua condição de sujeito deixa marca agora em seu corpo. A fala e o toque concomitantes trazem alívio a essa tensão/descarga pulsional: é a língua vinda do Outro tocando o real do corpo.

Também, a nomeação ainda indeterminada persiste como o traço identificatório para o menino, como uma versão do pai, que eu não sei o nome, inscrita como marca do Real. Nesse ponto, vale considerar que uma função de metáfora paterna seria determinante, mas as funções constitutivas são complexas na vida de Cadu e a mãe vai assumindo isso quando começa a fazer cortes entre ele e a avó, como aconteceu na época da primeira tentativa de restituí-lo, de levá-lo embora para viver com ela em outro país. Diante dessa possibilidade, essa avó, reagiu prontamente de modo a impedir isso, por de recursos judiciais.

Cadu, em suas narrativas, situa o tempo não mais um paradoxo e, é possível vê-lo alternando entre o passado e o presente em sua fala. Mas, o presente contínuo, com tempo lógico da constituição do sujeito, que é *estar sendo*, é recorrente a ele. Na cena seguinte, ele começa a brincar com um carrinho e, seu propósito é levar alguns bonequinhos para passear. Porém, ele não consegue colocá-los sentados nesse carrinho. Aproximando-me, para ajudá-lo com isso, eu começo a conversar com ele:

C: Você vai brincar com o carrinho?

Cadu: Caiu! Caiu!

C: Caiu ou o Cadu jogou?

Cadu: Cabô.

C: Acabou o quê? Leva o carrinho para passear. (Tinha um bonequinho de pano no carrinho).

Cadu: U bixim foi nu clubi. Ele voltô.

C: Pega.

Cadu: Tô pegandu.

C: Coloca ela sentada. Onde o Cadu vai levar ela para passear?

Cadu: Ela mordi. Qué pô ela. Caiu! Caiu! Caiu! Caiu!

C: Vamos colocar ela sentada.

Cadu: A Marin...[Incompreensível].

C: Quem? O nome dela é Marina?

Cadu: Marinha.

C: Você disse que o nome dela é Marinha.

Cadu: Cabô. Caiu.

Na cadência concatenada de **Cabô/Caiu** o menino faz referência a um outro e também o nomeia: de agora em diante seus brinquedos terão nomes e as crianças de sua escola irão aparecer em suas falas, pois não se trata mais de personagens sem nomeação, situados apenas por meio de referência gerais. Mas, como se vê nessa breve cena, seu lugar ali ainda está vazio, indeterminado. Também, é importante que se tem um diálogo em que a criança toma a fala do Outro e a reverte, dá a essa fala uma nova ocorrência com base em sua posição nesse diálogo, melhor dizendo, na enunciação: “**Pega/Tô pegandu**”. Além disso, o pronome “**Ela**” será nomeado, por ele, em um funcionamento que lhe é tão caro: a substituição metafórica em que dizer um nome próprio no lugar de um pronome, de uma forma vazia da língua, é

deslocar a cadeia, é produzir significação, pois as metáforas de Cadu não são mais apenas estruturais, há um efeito de sentido em suas escolhas, uma relação entre os termos que vai substituindo. Nessa cena, pela primeira vez, escutei uma nomeação proferida por ele e o significante não foi tomado pela ecolalia. Desse modo, não se tratava de uma sobreposição do Real sobre o Simbólico, mas do Simbólico em jogo no equívoco da linguagem.

Esse pronome “**Ela**”, em referência uma bonequinha de pano com a qual ele vinha brincando a algum, mostra, na narrativa, o que ele vai fazendo de sua brincadeira, em uma possível dialética entre os diferentes sujeitos dessa história: o ser de que se trata já não é nada, é “**Ela**”. Na cena anterior, nesse episódio, “**O bixim foi nu clubi. Ele volto**” tem-se uma substituição na forma nominal que mostra como seu paralelismo sintático foi cedendo lugar a um funcionamento em que substituir “**bixim**” por “**Ele**” aponta para um funcionamento associativo entre os termos, pois agora, fazer substituição na linguagem é uma relação de significação no eixo sintagmático colocando essa criança no campo do sentido – do produzir sentido – ou seja, uma possibilidade de que estruturalmente há lugar à inscrição de sentido e não mais ao vazio. Para mim, há uma complexidade em jogo entre o inespecífico do “**Ele**” para o particular do “**bixim**”, pois, das generalizações para o particular na fala, a aposta, indo nessa direção, é que desse particular da fala de Cadu, em que há língua, se presentifique o singular do sujeito. Notoriamente, como se pode ver na descrição, o significante – encarnado nos fonemas por ele falado – foi escutado, por mim, resultado de uma homofonia, como **Marina** quando ele a tinha nomeado como **Marinha**: na articulação significante um traço [h] fez a distinção, produziu equívoco e fez nascer esse novo personagem dessa diferença pura, essa tal **Marinha**. O importante foi sua recusa à minha significação imediata ao que escutei, fazendo-se, então, um lugar de sentido para ele, indícios de uma relação com a língua marcada pela diferença em que o que vem do Outro tem seu lugar diferenciado do que vem dele, em que o heterogêneo causa o desencontro, portanto faz laço com o Outro. Nesse lapso com o significante vindo de Cadu, o nó ali produzindo foi por ele mesmo desfeito. Desse modo, Cadu se situa na linguagem não de todo à mercê da língua que vem do Outro. De fato, sua condição de uma possibilidade de autismo faz ver o Real impondo uma autonomia de gozo em Cadu, contudo, no uso que vai fazendo com a língua ele consegue desvencilhar-se do que vem do Outro não pelo distanciamento ou recusa, mas pela subversão do que o outro diz. Se Cadu é pode ser situado como falante, é justamente devido a esses rasgos inesperados e não quando sua fala concorda com a fala do Outro.

Diante disso, com esse significante **Marinha**, que me causou certo embaraço pelo efeito de um sujeito representado e inesperado, Cadu fez um corte radical: ele não está mais à mercê dos sentidos que lhe ofereço, que o Outro lhe oferece. Esse deslocamento mostra a possibilidade da diferença e de uma saída da alienação, o que pode ser um risco ao retorno à condição de *Um* solitário. Porém, para esse menino, arriscar-se é uma condição.

Nesse diálogo, inclusive, há uma dialética do sujeito na qual me apresento como faltante, na medida em que lhe demando respostas pela minha fala (de saber) e ele responde a partir de sua falta criando essa personagem nova na cena: é função do lapso inesperado aos meus ouvidos. O que se escuta é uma mudança que pode apontar para um sujeito que cria com a língua, brinca com ela pelo lapso. Transferecialmente, pensando em uma ordem diacrônica, é possível ver a movimentação para além de um enodamento inicial quando os nós de significantes retinham o pequeno diante de seu impasse constitutivo. Nesse enrosco inicial, a língua, no jogo das substituições que foi fazendo, entrou aí como o quarto elemento para desatar Cadu desse enrosco, mas amarrá-lo como possibilidade de sujeito que produz equívocos aos ouvidos do Outro.

Nesse ponto de seu percurso, em relação ao ritmo repetitivo e silábico de sua fala, enfatizando sempre a última sílaba, esse aspecto começa a se perder não havendo mais a entonação singular de nossos tempos iniciais e que foram fundamentais para que eu entrasse, de algum modo, nesse funcionamento de Cadu, pelas repetições desse ritmo. Agora, o ritmo é outro, e é aquele que permite o inesperado pelo qual ele entrou no campo transferencial que ali se instaurava. Esse significante **Marinha** tem efeito de deslocamento como um significante que representará um sujeito pela distinção com o significante **Marina**: e isso vem de Cadu e não esteve condicionado ao que vem do Outro, me parece ser o primordial.

Na próxima cena que apresento, de uma dessas sessões do início do nosso terceiro ano de tratamento, estamos às voltas com a Marinha e os coleguinhas dela que Cadu coloca e tira da casinha de brinquedo levando para passear no caminhão, sempre do modo como ele consegue, não permanecendo muito tempo na brincadeira da casinha, voltando a girar pela sala, a deitar-se no banco, depois voltando e continuando a brincadeira. Cadu insiste nesses movimentos e, nesse dia, ele demonstrava alguma irritação com seu olho e, aproximando-se de mim, fazia movimento de sopro com boca, ao que eu interpretei como uma solicitação para que eu soprasse seu olho. Nesse instante lhe pergunto:

C: O que você tem no olho?

Cadu: Machucô o olhu. Cadê a Marinha vermelha?

C: Hoje ela não está aqui.

Cadu: *Tá Marinha rosa. Cadê o PatatiPatatá?*

C: *Tá aqui. Qual você quer?*

Cadu: *Fazê PatatiPatatá.*

C: *Vermelhu e azul.*

Cadu: *Machucô o olhu. Vovó machucou u olhu.*

C: *Sabe o que pode ter acontecido? Ela foi enxugar seu cabelo e encostou em seu olho.*

Cadu: *Machucô o olhu. Vovó bateu chinelu.*

C: *Você está me contando que vovó bateu o chinelo em seu olho?*

Silêncio.

Cadu: *Cabô. Cadu não foi pra escola.*

Nessa cena Cadu nunca esteve tão Cadu, com vários elementos sendo retomados até chegar ao seu nome próprio. A amarração sinthomática é a mesma, ratificando minha hipótese da língua nessa função: as cores, que agora diferenciam como qualificadores sua personagem, o ritmo em *PatatiPatatá* de suas concatenações, a indeterminação.

O que era ecolalia e reprodução dá lugar à repetição da fala do Outro, nesse diálogo. Para contextualizar esse acontecimento, vale dizer que alguns momentos antes do início da sessão a avó da criança conta que, naquele dia, ele não foi para a escola. Em toda essa sequência de fala, tem-se Cadu estabelecendo relações associativas e de diferenciação (já que vai substituindo os termos na cadeia de sua fala no jogo da continuidade e da substituição) entre o que ele dizia e o que eu dizia, para me contar o porquê não foi para a escola naquele e, ao final, reproduzir o que ouviu da boca da avó: “***Cadu não foi pra escola***”.

O sujeito se enuncia nesse recorte sincrônico, nesse instante, dito pelo outro e, esta poderia ser minha aposta, pois foi a primeira vez em que ele fez referência marcada a si mesmo, ainda que em posição enunciativa de terceira pessoa. Agora há um nome, uma criança nomeada. Também, nesse ponto, parece haver uma dimensão de posicionamento subjetivo. Primeiro, há uma recusa, um corte que ele fez de minha leitura sobre a causa do olho machucado instaurando o enigma da criança espancada; em segundo, ele denuncia o Outro, marcando a separação, a diferença e isto tanto em relação à figura do cuidador, da avó maternante, quanto em relação a mim. Ainda, há, nessa cena, o fato singular de dizer sobre si, de reconhecer, novamente, na fala do outro o equívoco, e que existe opacidade na língua. Nesse sentido, Cadu não apenas faz enlaça-se ao Outro pela língua, mas também a usa para se comunicar, para resolver equívocos, para se posicionar como falante para ratificar sua versão dos fatos. Além disso, pela primeira vez, desde que o conheci, ele falou seu nome – mesmo vindo da boca do Outro – para dizer sobre seu movimento por diferentes contextos, lugares no mundo: o menino fala si e dá indícios de poder vir a sustentar seus dizeres, portanto ser falante, quando recusa minha interpretação e coloca outras palavras no lugar, a sua interpretação do que aconteceu com seu olho. Ou seja, reconhece a fala do Outro e, em termos

de constituição, mostra que reconhece a diferença com esse Outro, reconhece a alteridade. Nessa fala de Cadu, parece ser o momento de encontro com a diferença, com a heterogeneidade constitutiva, saindo da alienação simbólica. Falar seu nome, dizer que não foi à escola é a reprodução das palavras do outro, da avó maternante. Todavia, dizer seu nome não é da ordem da ecolalia maciça/Real e nem alienante/Simbólica: no percurso de Cadu, é o Imaginário fazendo função de uma primeira identificação, mesmo que ainda do tipo A é A, e comoo espelhamento, o que ele repete é um estranho familiar. Na posição estrutural da indeterminação e da não nomeação, aloca-se o nome próprio de um falasser, de um ser de corpo e linguagem, pois o que está em pauta nesse episódio é o seu olho machucado, olho esse que pertence a um certo Cadu, um estranho que aparece em sua fala.

A criança, por identificação, toma do outro elementos (significantes, afetos) como seus. Falar de si em terceira pessoa é, portanto, tomar-se do Outro primeiramente. Nessa direção, uma possibilidade seria considerar o que Cadu ouviu de si e tomou para si (no sentido de ter sido capturado por), mas ainda na terceira pessoa do singular, pois se encontra justamente na posição alienante. Entretanto, não mais fora do discurso, pois, já a algum tempo, vem dando indícios de uma relação com o mundo, como em “**Cadu não foi para a escola**” e de uma certa “consciência de si”, apostando que ele já se reconhece nesse estranho nome que tem função de imagem. Cadu pode ter atribuído a si uma nomeação feita pelo outro como uma espécie de saber de si? Certamente, ele sabe de si. Também, é possível que ao se identificar ao outro da fala da avó (ao **Cadu** que não foi para a escola como ela conta), ele reconheça que esse outro é ele mesmo. Desse modo, a fala repetitiva teria a função do espelho no processo de identificação primária, nas primeiras identificações de Cadu: Eu e esse Outro (que é dito) somos um. e, ainda, o *ele*, da não-pessoa, sou *eu*. O olhar da avó, ao final da sessão, retoma esse momento: depois de olhar para ela, ele confirma que **Cadu não foi para a escola**. Nesse momento de estruturação do psiquismo, de assumir-se em uma posição de sujeito, a criança recorre à fala do semelhante (e do Outro) para dizer de si usando a terceira pessoa, pois ela é isso que se diz dela e lança o olhar para o outro quando quer a certeza sobre algo. Tem-se o primordial de uma inscrição de alteridade a partir desse espelhamento.

Em nosso próximo encontro, que ocorreu após um período sem atendimentos devido à paralisação do serviço público, Cadu volta insistente, e às vezes ecolálico, porém com novos conteúdos, pois fala sobre seus colegas da escola me dizendo, então, que está na escola novamente. O que vai dizendo é sobre um menino que ainda não consegue fazer laço com as outras crianças, porém, ao dizer sobre elas começa a lhe direcionar uma demanda e responder,

ao seu modo, ao que os outros lhe demandam. Esse laço de Cadu com seus colegas na escola traz, ainda, a marca do Real, na medida em que o que ele oferece é um ato muitas vezes agressivo com esses colegas. Nesse dia, em específico, ele se interessa em algumas ferramentas de brinquedo e, enquanto vai falando, passa a sessão tentando brincar com as ferramentas e comigo. Volta a cantarolar os *psispsispsis* entre um movimento e outro e entre seus dizeres, mas estes não são mais inaudíveis. Quase ao final dessa sessão, o menino aceita as palavras que vou lhe oferecendo para que substitua as palavras que vem repetindo em nossos diálogos. Ele decanta os signos para tirar deles os significantes que articula como nós.

Ele, nesse reencontro, conta o que anda fazendo na escola, no melhor uso que faz com a língua: substituindo termos nas estruturas paralelísticas:

Cadu: Paulo é feiu. Vô batê Juaum Vitor. Vô batê Paulo.

C: Você está me contando os nomes de seus colegas de escola. Mas vai bater em todos por quê?

Cadu: Vô batê ... Gabriel é feiu. Vô batê Gabriel.

C: Gabriel é colega. Gabriel é bonito. E Cadu vai brincar com Gabriel.

Cadu: Vitor é feiu e fi da puta. Vô batê Vitor.

C: Vitor é colega e bonito. Cadu vai brincar com Vitor. Depois de uma longa sequência, quando arrumávamos a mesa para terminar a sessão, ele diz, me olhando:

Cadu: Vitor é colega bonitu. Vai brincar Vitor.

C: E o Paulo?

Cadu: Paulu é colega bunitu.

Nesse dia, o fato de se dirigir a mim, pelo olhar, para falar dos colegas alojando os significantes que lhe ofereci em sua estrutura rígida, me possibilitou sustentar não se tratar da ecolalia da fala do outro e nem de reprodução. Ao repetir o que lhe dizia foi possível a ele associar as palavras vindas do Outro, ser marcado por elas e, depois de algum tempo, retomá-las na lógica de uma apreensão do sentido do que lhe dizia. Esse percurso opositivo entre o que eu disse e o que ele disse – me repetindo – me faz supor que, na relação com a língua dessa criança, há significantes inscritos e que são retomados, como signo, no eixo sintagmático constituído de traços mnêmicos como inscrições advindas do Outro. Apostei, naquele instante, haver uma repetição, uma tomada da fala do outro e que substituir esses significantes no sintagma mostrou o heterogêneo na cadeia, a inversão de sentido total entre o que ele dizia e queria fazer e o que eu lhe propunha fazer e dizer no jogo da dessemelhança entre “*bater/brincar*” e “*feio/bonito*”. Nessa cena, ocorreu um intervalo entre o que eu disse e o que ele retomou: ponto de retornar o vetor da cadeia e fazendo uma substituição não pela equivalência semântica, mas pela oposição semântica entre esses termos. É interessante considerar esse intervalar como um tempo necessário ao sujeito para fazer compreender a distância opositiva entre o que ele fazia

e o que eu lhe oferecia, pela língua. Outro dia, colocando a **Marinha** no banheiro da casinha de madeira, ele me olhou quando lhe disse que precisávamos arrumar os brinquedos para ir embora. Agora, entendo esse olhar como uma espécie de aviso de um sujeito tendendo à subversão das palavras do Outro, pelo ato, pois ele reagiu esparramando os brinquedos que eu tinha acabado de guardar e, pegando outro boneco, me disse: “**Esse é o Minguím. Minguím careca.**” Mas, tínhamos que sair e, eu insisti em terminar a sessão: “**Ok. Mas precisamos arrumar tudo para ir embora.**” Ele, parou e, depois de um silêncio (Cadu, vez ou outro fica reflexivo), me respondeu: “**A Cirlana vai embora.**” Depois de mais um breve intervalo silencioso, acrescentou: “**E o Cadu vai embora.**” Assim, para ele usar nomes próprios não é mais um problema e o faz usando nomes distintos para seres distintos. Vale chamar a atenção para o fato de que ele substituiu nossos nomes na mesma posição na cadeia e isso me fez ver que agora a nomeação é uma identificação estrutural marcada pela distinção, pois **Cirlana** não é **Cadu**, no entanto, os dois são sujeitos (distintos). Também, é importante tanto quanto essa distinção (momento de saída de uma alienação), o reconhecimento do Outro intrínseco a essa distinção e aceitação do que vem desse Outro.

Ao retornamos, em outro atendimento, fui buscá-lo na recepção da clínica, quando ele estava sentado à mesinha folheando, de modo aleatório, os livros que lá estavam. Nesse momento, conversei rapidamente com a avó de Cadu e, antes de entrarmos para a sala de atendimento, ela disse a ele, em tom de comando: “**Arruma os livros na mesa.**” Ao que ele, desordenado, respondeu tentando recolher os livros. Mas, logo deixa os livros e me acompanha pelo corredor da clínica. Andando, começamos a conversar: “**Você arrumou os livros?**” Ao que ele prontamente respondeu: “**Vovó arrumou os livros.**” E, continuando a andar, silencioso, devagar, displicente, olhando para as salas por onde ia passando, ele diz: “**Eu arrumei.**” Na sequência, entramos na sala de atendimento, onde estivemos tantas vezes.

Contudo, daquela vez, sentada – repetindo a posição que estive tantas outras vezes – e Cadu retornando aos objetos que sempre buscava ultimamente, houve algo parecido como um estranhamento, um embaraço que me remeteu aos tempos do inaudível, pela surpresa de um inesperado. Ali, tudo ainda era o mesmo: a mesma sala, a mesma hora, os mesmos brinquedos, quase as mesmas brincadeiras, os mesmos movimentos das mãos insistindo em se repetir, a mesma gramática quase sempre se complemento, a mesma estrutura. Ou seja, o tornar a dizer e fazer, que é a condição de Cadu como sujeito em constituição, e seu modo de lidar com o campo do Outro e de fazer laço, estavam ali presentes. Mas, de modo inesperado, o indeterminado se determinou: uma posição enunciativa é assumida e, com ela, a

possibilidade de se inscrever na própria história marcando sua posição pela diferença radial com o Outro, o que implica, antes, reconhecer esse outro semelhante e diferenciar-se do Outro constitutivo. Aquele estranho que se fez familiar desde nosso primeiro encontro se presentificava nas formas da língua, pois poucas vezes uma forma vazia da língua foi tão significada e preenchida, assumindo a função distintiva de representar o sujeito ali em constituição e lhe permitir agora delimitar-se em seu percurso: o buraco que virou furo, que virou hiância fez ali inscrever um “**Eu**”. Esse “**Eu**” substituiu o “**Vovó**” pela diferença pura, como se Cadu tivesse se atentado, naquele instante, para o equívoco ao dizer “**Vovó arrumou os livros.**” E, é mesmo pelo equívoco, que o sujeito pode se escutar. Cadu arrumou aqueles livros, ao seu modo, embaraçado neles. E, de fato, esse é mesmo o modo de Cadu arrumar-se, amarrar-se, cerzir sua possibilidade de ser sujeito do inconsciente: embaraçado nos nós dos significantes de sua língua.

Aquele menino, que no primeiro encontro colava no corpo do outro, mas que se desvencilhava dele rapidamente, agora demanda abraço e beijos na saída da clínica. Entretanto, esse mesmo menino que é capaz, atualmente, de brincar a brincadeira do abraço (“**Cadu, me dá um abraço?**” E ele abraça. “**Outro abraço**”, e ele abraça e assim até que ele se canse ou se desinteresse), que é capaz de solicitar que a avó o leve à clínica depois de muitas ausências nas sessões, que é capaz de usar a língua para falar com o outro, para denunciar que lhe fizeram isto ou aquilo na escola (“**Ele não mente**”, diz sempre a avó) e para dizer o que ele mesmo fez, agora reage com o que o corpo pode lhe possibilitar à mudança de rumo em sua vida: ele vai mesmo embora para outro país viver com a mãe. A avó, dessa vez, não tem argumentos para impedir a ida, pois ela não consegue responder mais às suas necessidades e o pai, de certo modo, nunca fez parte dessa história, somente como ausência. Ou seja, dessa vez não há barra.

A língua não perde a função de amarração sinthomática para esse falasser: de suas ecolalias e insistências maciças, de suas estruturas paralelísticas que acolhiam as substituições, o que se tem, atualmente, é um encadeamento desse paralelismo como efeito poético, em que o sentido se desloca e, também, me parece fundamental mostrar como Cadu agora usa outras dimensões da linguagem, saindo do funcionamento puro da língua para uma linguagem como campo em que ele vai usar outras formas, como as imagens e sua relação com o verbal e também seus atos que podem “falar” por ele. Atado ao ritmo da linguagem, como sempre o fez, Cadu agora pode deslocar sentidos, fazer substituições que lhe permitam inscrever-se na linguagem fazendo laço e dando continuidade a isso: o que

costurava sozinho com a língua agora faz junto, com o Outro e as substituições são trocas, alternâncias distintivas entre ele e esse Outro.

Esse próximo episódio, que apresento agora, ocorreu em uma sessão em que ofereci a ele tintas e papéis. Depois de mexer nas tintas misturando tudo de modo desordenado com as mãos, Cadu ficou olhando para suas mãos sujas com as tintas, mas sem demonstrar desconforto com isso. Comecei a colocar as mãos dele sobre folhas de papel branco e à medida que eu limpava suas mãos, iam se formando desenhos sobre essas folhas que eu ia nomeando, e que ele começou a fazê-lo, na sequência. Esses desenhos eram os desenhos das mãos de Cadu, uma nuvem, um rio, um pássaro nomeado por ele e, depois de algum tempo, ganhou uma forma que nomeei de balão: **“Olha Cadu, agora parece um balão.”** Ao que ele, prontamente, respondeu: **“Tá vuandu.”** Nesse momento, me lembrei do nosso primeiro encontro e de sua indecisão ante o ventilador/helicóptero. Agora, ele estabelece relações imaginárias possíveis entre as palavras e as coisas do mundo. **“Ele está voando onde Cadu?”**, lhe perguntei, então. **“O balão caiu, agora caiu!”**, respondeu-me jogando a folha de papel no chão e um bonequinho que estava sobre a mesa.

Diante dessa brincadeira de Cadu com a imagem do balão que ganhou vida – o faz-de-conta da criança –, eu começo a cantar a música infantil “Cai cai balão”, porém de modo um pouco diferente da original: **“Cai cai balão, cai cai balão, cai aqui na minha mão, cai cai balão, cai cai no chão. Cai cai boneco. Cai cai papel. Cai cai papel, cai cai no chão. Cai cai Cadu, cai cai no chão.”** Ele, retomando minhas palavras cantadas, continua: **“Cai cai balão, cai cai balão, cai cai no chão. Cai cai a tinta, cai cai palhaço, cai cai Cirlana, cai cai aqui no chão.”** Nessa cantarolagem minha e de Cadu – uma espécie de parolagem de Drummond – algo de poético se realiza. A lei do paralelismo sintático, a lei da língualinha de Cadu, agora tem efeito de sentido em que a repetição estrutural permite o criativo e o inesperado. Há um jogo, nessa alternância fônica entre Cadu e eu, que reitera o ritmo tão importante para esse menino fazer laço, e também há uma alternância por substituição lexical entre os substantivos, entre os nomes daquilo que vai caindo. Da mesma forma, mantida a estrutura sintática, o inesperado vem pela brincadeira que se estabelece aí e que faz ver que existe distinção, para o menino, entre ele e o Outro. Em termos de sentido produzido, concluí que aquilo que Cadu fez cair era de uma lógica simbólica: a distinção pura entre ele e o Outro fez um corte, uma hiância de onde algo caiu, se destacando dos nomes que se alternavam. Nesse momento, Cadu comemora, pois canta feliz, porque algo caiu e que ele, pelas vias da repetição e das amarrações com sua língualinha, vai fazendo com essa repetição pode vez ou outra encontrar,

perder de novo, (re)encontrar. O Real, o mesmo inevitável e imponderável, é surpreendido pelo Simbólico, por um diferente e singular de Cadu se constituindo como sujeito do inconsciente em um percurso de impasses que não se definem como paradas ou impossibilidades, mas tentativas *sinthomáticas* de prosseguir.

O enlace de Cadu, neste momento, é com a linguagem e não apenas com a língua. Há uma experiência de linguagem em que se articula uma hiância, a infância de Cadu. Seu interesse atual é por gibis infantis como os da Turma da Mônica. Seu trabalho, com esse material, é olhar as imagens das histórias contadas e ir narrando por meio de palavras ainda soltas e isoladas ou em frases mais estruturadas sem muito complemento o que vai “lendo” com os olhos. Recurso linguístico interessante para se trabalhar com ele as questões escolares, já que língua falada lhe é muito cara e, seu funcionamento, depende do enlaçamento com o outro. Seu enodamento agora é com essa linguagem de imagens, com os significantes nos livros que ele guardou de modo embaraçado, na entrada da clínica.

Com esses livros e gibis, ele, que ainda não foi alfabetizado, gosta muito de se referir aos personagens que conhece, e dos quais sabe os nomes, descrevendo qualidades físicas e psicológicas de acordo com o desenho: **“O Cebolinha tem cabelo. Ele tá correndo.”** Ou: **“A Magali é marela. A Mônica tá brava. Pur que ela tá brava? Ela bate coelho.”**⁹⁴

As marcas do Real, em Cadu, têm efeito em outras dimensões da linguagem e é possível constatar o quanto isso tem força diante de uma diminuição de suas manifestações de fala: quando ele fala menos, ficando mais silencioso e menos verborroso, o corpo sofre mais e, diante de sua condição, esse afetamento do corpo é dobra de angústia, momentos em que se imagina que seu percurso de estruturação está se desatando, momentos em que a língua perde esta função de amarração *sinthomática*. Porém, por vezes, com a entrada da linguagem isto se estabiliza novamente. Um episódio recente é revelador dessa condição e que narro a seguir.

Cadu vem, já a alguns meses, com comportamentos agressivos e invasivos em diferentes lugares. Na escola, quando vai (a avó o leva para que ele se socialize, porém não há ganhos pedagógicos), ele agride os colegas e é agredido também. Em casa cospe nas pessoas e vem demonstrando significativo grau de intolerância quando tem que esperar e quando lhe dizem não. Algumas vezes, durante nossas últimas sessões, ele também me cuspiu. Quando alguém lhe pede para não fazer isso, ele para, olha, sorri, cospe novamente e continua rindo.

⁹⁴ O literal é um recurso persistente em Cadu: A avó me relatou, certa vez, que em uma de suas idas à escola – **“Para se socializar”** – ele levou um coelho de brinquedo e, nesse dia, ela teve que voltar para buscá-lo, pois ele tinha batido com muita força em um colega com esse coelho de brinquedo. Sem o sentido alienante do Outro, ele ainda não consegue estabelece significações, fazer os deslocamentos de sentidos necessários. Há uma alternância entre o literal e maciço e uma espécie de dissociação semântica em sua linguagem, em certos momentos.

A avó relata que esse comportamento se repete na escola e dentro do ônibus. Em casa, a família consegue “**coibi-lo**”, conforme suas palavras. Também, comportamentos como balançar as mãos e a alimentação limitada estão mais frequentes. Segundo a avó, em casa ele não permite que se mexa em seus brinquedos e objetos. A avó, no retorno ao médico geneticista, relata que Cadu foi visto por um neuropediatra que prescreveu medicação para “**aqueles comportamentos**”, para que ele “**fique mais calmo**”.

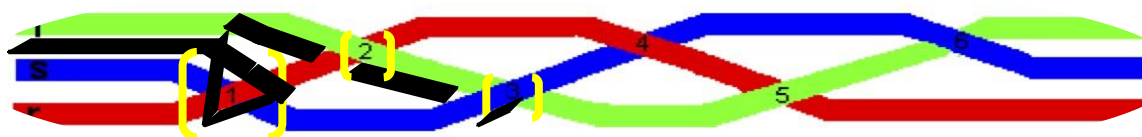
Na sessão seguinte a essa consulta médica, conversamos sobre esses comportamentos e atitudes dele e a importância de quem cuida dele nesses momentos, pois ela se recusou a medicá-lo. Nesse ponto, também é importante o fato que ela o levou a uma fisioterapeuta que trabalha com crianças autistas – em consultório particular – mas, também se recusou a dar a ele a medicação fitoterápica que esta profissional prescreveu ao menino. Ela, também não retornou a outra consulta com ela. Do mesmo modo, não foi à fonoaudióloga e nem ao serviço de equoterapia para o encaminhei várias vezes. Diante disso, sempre lhe chamei a atenção para essa sua dificuldade, que não é apenas de levá-lo a todos esses lugares.

Segundo a avó, nessa sessão depois da consulta com o médico geneticista, os exames (eletro, de sangue, genético, com apenas alteração no metabolismo) não deram nada e que o médico disse que esses comportamentos do menino não são parte do autismo. Conversando com ela, reforço minha posição de que cada criança “autista” é de um jeito (do particular do autismo para o singular do sujeito) e que para ele não há um isolamento total como se espera nessas crianças, mas que ele se relaciona com os outros de outro modo, como antes falava de outro modo, agora ele faz atos. Foi nessa sessão que ela me informou que a mãe irá levá-lo embora, vindo buscá-lo no início do próximo ano para colocá-lo em uma escola integral e que haverá, dessa vez, uma autorização judicial. Frente ao embate que está por vir, pois nesses momentos o pai sempre aparece se recusando a liberá-lo, me atento para o fato – como a avó mesmo diz: “**Ele está assim por que sabe que vai embora**” – de que o “**bebê apavorado**” está presente novamente, e, dessa forma, Cadu retorna ao seu princípio. Porém, outro acontecimento, nesse dia, merece destaque: pela primeira vez vi Cadu tapando os ouvidos quando a avó falava: certamente, era uma recusa ao que a voz desse Outro inscrevia naquele momento.

Assim, foi nesse percurso e, desse modo, que cifrei Cadu, escrevi minha versão de seu paradoxal mito constitutivo em que ele sempre foi recusando o Outro nas vias de seu autismo, mas, nos entremeios de sua apavorada ascensão psicótica, foi aceitando e, por vezes,

subvertendo, o que vinha desse Outro. Com isso, tentei mostrar que o menino que não se comunicava usa sua língualinha para fazer laço social, inscrito no campo da linguagem.

Para encerrar este capítulo, abaixo um esboço da possibilidade de entrada do quarto elemento no trancamento borromeano do sujeito em constituição, nas vias de um autismo. Vale ressaltar que se trata de uma hipótese imaginária e que não é possível o fechamento dessa trança, fazendo o nó de quatro, pois o sujeito ainda está em constituição em um tempo que antecede o tempo desse fechamento, supostamente na adolescência. Esse esboço foi feito considerando a trançagem proposta por Vorcaro (2004).

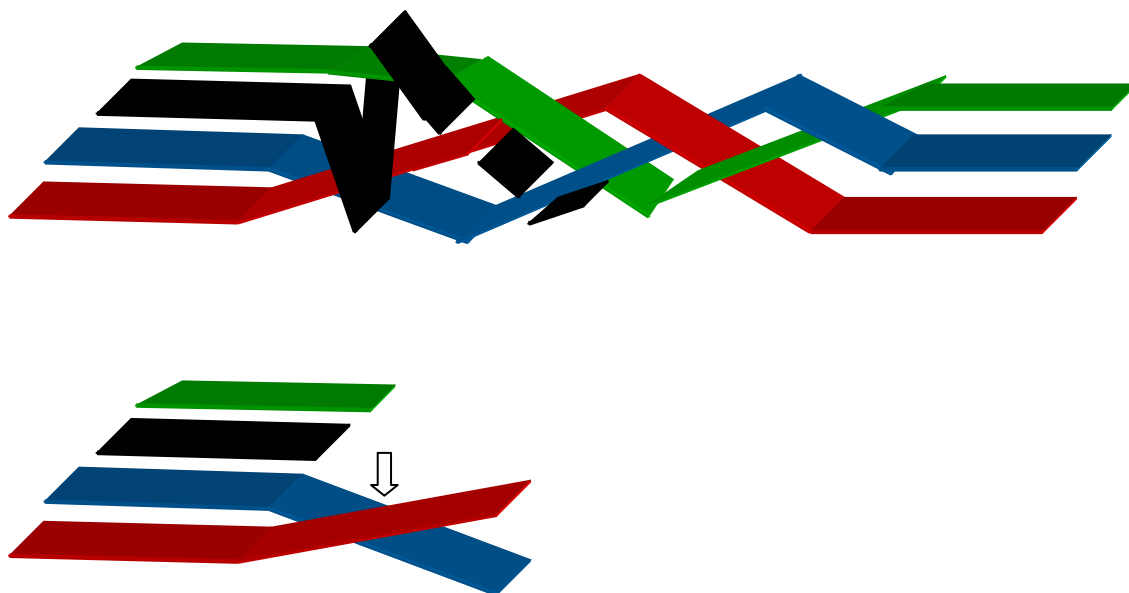


Na linha vermelha, partindo da posição zero, há o Real, na linha vermelha, o Simbólico marcado na cor azul, o Imaginário na cor verde. Nessa posição zero, na alternância tensão/apaziguamento em que, no mito de Cadu, é possível supor a inscrição pela sonoridade e ritmo apavorado e estranho dessa alternância, um traço de um quarto elemento em jogo, a língua, de modo específico, o significante e um traço distintivo que o marca. Em Cadu, são os sons estranhos. Ser estranho remete à falta de significação nessa estrutura, à não inscrição, portanto de uma alteridade. O efeito disso é o impasse no primeiro encontro do Real com o Simbólico em {1}. Sem essa alteridade (os signos não são significados pelo outro, pois são apenas estranhos, não se sabe sobre aquilo, e nem o que é aquilo) o Real se sobrepõe ao Simbólico deixando marcas maciças, portanto, sem furo. Esse quarto elemento (a língualinha de Cadu), que no desenho é apresentado na cor preta, entra jogo de modo maciço e ecológico e vai reparar esse ponto de embaraço no nó, no primeiro movimento. Dessa forma, o efeito é de uma ascensão pela fala alienada ao outro, pois o quarto elemento insistente alçaria esse Imaginário sobre o Real. Essa fala imaginária, agora ecológica e alienante, possibilita a ascensão do Imaginário sobre esse Real em {2}. Ressalto que, de {1} para {2}, há um contorno desse quarto elemento no ponto do impasse, no ponto de lapso dessa trançagem que é ponto do Real sobrepondo-se ao Simbólico.

Nessa ascensão imaginária de {2} pela fala, de modo paradoxal, o pequeno ser passa da ausência do outro para o assujeitamento ao Outro. Assim, pode se supor, em extensão, que é essa amarração do quarto elemento, toda vez que Real se impor de modo maciço sobre o Simbólico, que o sujeito vai lançar mão diante desse impasse. Ainda, por sua vez, na lógica da

distinção pura, o Simbólico vai tocar o Imaginário em {3}, amarrado pelo funcionamento distintivo dessa língua como quarto elemento, instante de engodo de Cadu frente a seu traço distintivo e que pode ser suposto, como o traço apago pela inscrição de uma versão de seu nome no funcionamento de sua. Os efeitos dessa inscrição precisam ainda ser tomados na continuidade de seu percurso, porém foi possível depreender esses movimentos enfrentando o imperativo do Real em sua condição de sujeito em constituição e, diante disso, a pergunta que fica é: Essa trança poderá em algum ponto se fechar em nó? Ou esse quarto elemento permanecerá em função de suplência, sempre como uma tentativa de saber-fazer com a língua?

Para finalizar, as figuras abaixo mostram justamente o contorno do quarto elemento no ponto de articulação do Real (vermelho) sobre Simbólico (azul) e, em continuidade, a ascensão do Imaginário (verde) sobre esse lapso na trançagem e, também, na segunda figura, o exato ponto do lapso.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi uma tentativa de compreender qual a função da língua, para um Cadu verboso, mas que não se comunicava. Acompanhando seu percurso de constituição estrutural nas vias de um autismo, por meio das operações metonímicas e metafóricas, da rigidez estrutural de seu paralelismo sintático, de sua insistência sonora no ritmo de sua fala e, de sua indeterminação pronominal, foi possível constatar que, para esse menino, a função de sua fala não era, a princípio, a de se comunicar, mas era a de ser o suporte imaginário de sua língua e, em extensão, de lalíngua. E, desse modo, é por meio dessa língua é estruturante, por meio do manejo dessas operações que ele foi se inscrevendo como sujeito do inconsciente, nesse percurso.

A língua, como sistema de oposição entre significantes ganhou estatuto não de sintoma de uma dita psicopatologia infantil, pois não se tratava apenas de uma fala sintomática. Mais que isso, ela foi alçada a uma condição de sinthomática, em que a amarração, nesse percurso estrutural, possibilitou ao menino desvencilhar-se de seus emaranhados de significantes em seu percurso de constituição estrutural.

Assim, em seus primeiros movimentos, como sujeito em constituição, Cadu não podia mesmo se comunicar, pois a linguagem (e toda a estrutura que ela comporta com furo) estava a serviço de sua constituição como sujeito do inconsciente, em sua dupla causação (de desejo e de gozo). Ratificada essa possibilidade de constituição, enlaçado à alteridade, ele, agora, pode usar a língua também para se comunicar. Essa foi a transformação que a entrada de Cadu na língua operou nesse sistema: fez dele um elemento constitutivo, fez da língua a linha para cerzir seus buracos e, dessa forma, fazer borda e fazer hiância para o advento de sua possibilidade de sujeito. Como amarração sinthomática, sua língualinha permitiu-lhe nomear-se pelo nome próprio, verter sua nomeação indeterminada e vazia.

Em seu percurso constitutivo, Cadu passou de um “meio de costas”, meio fora do discurso, para uma existência no discurso e, também, nunca esteve de todo fora da linguagem. Em Cadu, o gozo foi articulador no vazio e na indeterminação de sua não-nomeação e, diante disso, manteve-se indeterminado até o encontro com o desejo do Outro.

Também, para esse menininho, é possível que o valor de sua língua tenha se articulado à pura diferença de sua lalíngua tendo como efeito o elemento gozante: sua língualinha,

substância de sua condição de sujeito do inconsciente em constituição. Dele, algo se destacou por acaso, no inaudível ao gravador: um barulhinho de termos, um chiado que ganhou traço, ganhou a função de significante inscrevendo-o no campo da linguagem.

Como se sabe, é preciso se surpreender com uma criança, as surpresas de uma criança mostram que ela vai caminhando sem impasses em seu percurso. Porém Cadu, em resposta a seu impasse constitutivo surpreendeu, melhor dizendo, eu me surpreendi com ele a cada costura com essa sua língua que, também, por muitas vezes lhe serviu para que ele apenas brincasse com ela. Mas, minha maior surpresa foi compreender que a causa para sua condição de sujeito do inconsciente, sua causa perdida, se destacou justamente pela operação do imaginário de sua fala que não servia para ele se comunicar: foi dessa fala, por meio de suas insistências tocando o Simbólico, que dele se destacou, pelo acaso, os resíduos de sua língua.

Do ilegível daquele encaminhamento que chegou às minhas mãos, passando pelo inaudível ao gravador, Cadu se presentificou nos equívocos da língua, sempre tentando fazer traço apagado para a indeterminação de sua nomeação, traço esse, que fazendo cadeia, comportou o significante Cadu para representá-lo. Ilegível, inaudível, indeterminado são termos que marcam, no discurso sobre Cadu, sua condição tão próxima do Real e que faz supor que ele vai, pela vida, enfrentar sempre, porém de um certo modo mais dramático, essa oposição do Real que, para todos nós, nos coloca na condição da impossibilidade certa.

Aliás, esse é o melhor daquele pior ainda proferido por Jacques Lacan: a certeza só vem pela constatação da impossibilidade de completude e de plenitude, de maneira que o êxtase gozoso do sujeito do inconsciente é resposta ante essa constatação. Porém, como Cadu nos mostrou, é possível enfrentar isso costurando os buracos de nosso percurso e, assim, fazendo borda de linguagem, pois sem isso estaríamos mesmo fadados a essa impossibilidade, aos buracos do Real e, ao invés de seres caminhando para a morte, seríamos seres nos lançando para a morte.

Com base nessas constatações sobre o percurso de Cadu, passo, na sequência, aos efeitos das operações desse menino com a língua sobre a Linguística e sobre a clínica psicanalítica com crianças em vias de um autismo.

De início, esse trabalho me fez ver que, certamente, Linguística e Psicanálise não podem constituir um mesmo campo discursivo de saber sustentado por um ideal de completude, em que o saber de um viria suprir a falha no saber do outro sob a égide de uma ciência capaz de chegar a uma verdade única para os homens e sobre os homens. Na lógica da

descontinuidade do inconsciente e, por sua vez, da impossibilidade do Real – este é o não-realizado – é a impossibilidade dessa junção que permite à Linguística trabalhar com a Psicanálise e, vice-versa. Essa impossibilidade de se construir um único campo é efeito do objeto de cada um desses campos, a língua para a Linguística e o inconsciente para a Psicanálise (e sua lalíngua).

No começo, a linguística da língua permitiu a Jacques Lacan estruturar o inconsciente freudiano como uma linguagem. Contudo, desse inconsciente mesmo estruturado algo ainda escapava, algo sobrava dessa estrutura. Do mesmo modo, Saussure, ao se deparar com os mistérios de seus anagramas, constatou que alguma coisa também escapava de seu objeto tão bem estruturado e descrito. Saussure, até onde sei (e realmente não sei ainda muito sobre isso) recuou ante essa impossibilidade de completude de seu sistema de língua. Lacan, por sua vez, enfrentou essa impossibilidade tomando para si o trabalho de fazer uma ciência do Real, uma *práxis* que comportasse esse impossível de se realizar cujo efeito, além de uma incompletude do saber e do sujeito, são tropeços, equívocos, distorções, desconstruções, subversões e versões sobre as questões dos seres de linguagem. Assim, Lacan fez da Psicanálise uma ciência dos restos da ciência e, declarou, algumas vezes, que ciência como toda é uma inútil, pois a condição do Real está sempre aí para fazer valer nossa condição de ser-para-a-morte.

Diante disso, é preciso não misturar Linguística e Psicanálise, mas, no meu ponto de vista, trabalhar no fio daquilo de mais importante que se criou no encontro de Lacan com Saussure: a distinção pura, a distinção da língua e a pureza do Real, como intocável. Assim, um trabalho com essas duas áreas deve contemplar a diferença e isto impõe que se crie a partir do universal e particular de cada campo, chegando, desse modo, a um trabalho absolutamente singular. E, ser singular, no campo discursivo dos saberes estabelecidos, é sustentar o fundamento de cada campo, porém por um caminho (metodológico) único e impossível de se repetir e, ter como efeito um passo além, nesse campo. Pois, se for para ficar repetindo um caminho, um método, uma metodologia, não se dá passo além nenhum, fica-se, quando muito, no mesmo lugar. Também, sustentar que os Estudos Linguísticos podem trabalhar na lógica do inconsciente e com os acontecimentos de linguagem na clínica psicanalítica somente é possível considerando os efeitos disso sobre esse campo – aqueles subversivos – e, ainda, fazer ver que a Linguística pode, ela mesma, trabalhar com seus restos [de linguagem].

Sobre isso, não há perigo para a Linguística se dismantelar como campo científico ao abrir mão da certeza e da completude de seu objeto, a língua. Porque, como nos mostrou Cadu, a língua estabelecida por Saussure funciona sob a tutela do inconsciente, ela aguenta a

investidas do Real pelos arranjos que vai fazendo entre seus elementos. Talvez tenha sido isso que seduziu Lacan. Mas, o passo além dessa língua da Linguística levou a Psicanálise à língua do sujeito, sua lalíngua. E, essa distinção precisa ser mantida, porém, ambas só podem ser tomadas no estabelecimento de uma experiência de linguagem.

Do saber psicanalítico, fica um ponto que não pode ser rechaçado pelos Estudos Linguísticos: é a falta que faz a língua funcionar. E, isto somente é possível depreender pela lógica do inconsciente. A causa para a Psicanálise é causa justamente por ser indeterminada, pois é da ordem de um acaso: qualquer coisa pode ser causa desde que tenha sido perdida como efeito da linguagem sobre o ser. E, é essa coisa perdida (só isso que sabemos mesmo: é perdida) instaura uma condição de falta, de falha, nessa experiência de linguagem. Essa hipótese coloca em xeque a aposta de Saussure de que não há nada anterior à língua. Para Lacan algo ex-siste alhures anterior a todas as coisas e, seria o Real. Mas, a causa das coisas é sempre uma falta, uma falha e, a implicação disso, para a Linguística é que aquilo que escapa às regularidades esperadas da língua, em todos os seus níveis, dos enunciados e dos discursos, não deve ser descartado em nome de um dado linguístico bem recortado. Ao contrário, deve-se trabalhar na falha e no que falta na linguagem e isso deve ser suportado pela apreensão desse dado linguístico. Ou seja, do dado linguístico o que interessa é o que não está prontamente dado.

Em relação à clínica psicanalítica com crianças, alguns breves apontamentos como efeito do trabalho com Cadu.

Primeiramente, com crianças é preciso esperar, é preciso mais tempo, como escrevi na ficha de acolhimento de Cadu. Isto porque se trata, certamente, de um percurso, de um tempo lógico. Porém, como sustentar isso em tempos de imediatismos, de tutela e de matriciamento nos serviços de saúde? Resta fazer como faz o sujeito do inconsciente: subverter essa imposição do discurso contemporâneo justamente pelas vias de uma oposição da ex-sistência do Real em que o ideal de um sofrimento psíquico que justifique essa ou aquela conduta seja rechaçado em nome da amarração sinthomática e dos impasses subjetivos de uma criança.

Também, o tratamento psicanalítico não é um tratamento de resultados e, na atual querela sobre o autismo⁹⁵, a Psicanálise não deve se sujeitar a responder por sua eficácia pela

⁹⁵Essa querela corresponde, de fato, por uma disputa mercadológica visando verbas para pesquisas, escolas especiais para crianças autistas, novos medicamentos e exames genéticos e mercadológicos. Nesse debate fervoroso a Psicanálise, no Brasil, responde por meio do MPASP (Movimento, Psicanálise, Autismo e Saúde Pública). Porém, é preciso não ceder ao engodo dessa disputa em que o psicanalista tem que provar sua eficácia científica no tratamento da criança autista, o que não significa abrir mão da construção epistemológica que é parte do campo. Todavia, há indícios de que a Psicanálise estaria em jogo nessa questão dos autismos: não ser eficaz e não ter resultados para o autismo seria invalidar mais de um século de elaborações sobre o mal-estar da

sistematização de resultados: seu debate deve ser pela defesa do singular e particular dos seres de linguagem, pelo reconhecimento de haver sujeito do inconsciente, de sofrimento e de afeto por conta dos engodos no laço social desse sujeito; seu debate não deve ir na direção de mostrar a eficácia do tratamento psicanalítico como resposta a outras modalidades de tratamento: a Psicanálise deve sair em defesa desse sujeito, falar desse sujeito, repetir sobre esse sujeito como modo do ser enfrentar as impossibilidades da vida. Na Psicanálise trata-se disso pelas vias da subversão.

Tratar sobre os paradoxos da constituição do sujeito do inconsciente é considerar a possibilidade de que o ser de linguagem vai estabelecer uma relação constitutiva de impossibilidade com aquilo que lhe falta, supondo essa possibilidade de falta. Esses paradoxos nos mostram não haver a certeza dessa relação e que esta pode se estabelecer de modo inconsistente em que o sofrimento se instaura na criança: a dor de afeto que é do ser de linguagem em seu mal-estar na relação com sua alteridade.

A Psicanálise não prescinde de uma noção de corpo. Porém, o sujeito que lhe interessa só pode ser abordado pelo atravessamento da linguagem sobre esse corpo: não há sujeito do inconsciente sem corpo e sem linguagem e, ser de linguagem tem consequências, como nesta tese abordei nos paradoxos da constituição do sujeito. Na infância desconsiderar isso é negar o nascimento do sujeito do desejo. Resumir a existência de uma criança dita autista a uma casuística que se diz científica (genética, neurológica) é impedir – de modo perverso – que essas crianças se constituam seres de desejo. Os impasses no corpo neurológico ou genético de uma criança assim não justifica não desejar, não significa não se angustiar, não significa não sofrer por sua própria condição de limite: de estar – por causa própria – limitado ao outro e ao mundo. A questão que faço às ciências que tratam do autismo (e de outros impasses na constituição do sujeito) é a mesma que faço à Linguística: por que destituir de seus estudos o sujeito do inconsciente e os seres falantes? Trabalhar com a Psicanálise, nos Estudos Linguísticos e na clínica, somente é possível no reconhecimento desse sujeito, é tentar saber-fazer com a impossibilidade da existência como completa: o saber é a tentativa de fazer com o fracasso, pelo corpo de linguagem. No caso da criança, essas tentativas direcionam essa clínica.

Nesta pesquisa, as tentativas de Cadu em saber-fazer com a língua me ensinou que a clínica psicanalítica com a criança é uma clínica de paradoxos, de incerteza e inconsistência

diagnóstica, onde se encontra o singular e o particular de um sujeito em vias de se constituir nos entremeios do universal da experiência de linguagem; ensinou, também, que o ser do homem é um ser de linguagem (marcada por uma impossibilidade) ratificando a função da língua e da fala nesse percurso; ainda, ajudou a refutar a proposição de uma condição humana fora da linguagem (a-semântica, a-estrutura) e a perguntar o que se funda nesse buraco, pois o furo é sempre do encontro do Real com o Simbólico; mais ainda, ensinou que uma estrutura que contemple dificuldades de fazer laço, que uma estrutura que se organiza sempre como uma possibilidade eminente de desintegração, não é um fracasso da constituição do sujeito, ou contrário, isto é o sujeito do inconsciente.

Cadu dá indícios de não sair do autismo, porém não se reduziu ao gozo solitário e, com isso, me ensinou que a solidão do ser também é não-toda, que ele usa a língua para fazer laço e que seus *déficits* orgânicos não o definem como ser de linguagem; também me mostrou que há língua em funcionamento para fora das delimitações da Linguística e que é preciso subverter as recomendações técnicas dos Estudos Linguísticos para ver aí isso que funciona e nos diz do sujeito falante e desejante; mostrou, da mesma forma, em seu percurso de constituição, que a cadeia de linguagem funciona a partir do que lhe falta e que a intrínseca relação linguagem e inconsciente, quando tomada como fundamento, deve permitir o singular, apenas.

Foi assim, diante da minha dúvida, que Cadu se deu ao seu processo constitutivo. E se me fazia muitas perguntas, por vezes ficava sem respostas, pois tinha que ficar sem resposta. Tinha que se dar – por nada. Teria que ser. E por nada. Ele se agarrava em si, e eu? Só me restava esperar. No princípio, eu só podia servir-lhe a ele, assim, de silêncio. E, deslumbrada com esse desencontro, escutava chiados de palavras que não eram minhas. Diante de meus olhos fascinados, ali diante de mim, algo dele se destacou, e ele estava se transformando em criança.

Não sem dor. Não sem sua alegria difícil. Não sem seus pedaços. Ele passou devagar a língua pelos lábios finos. (Me ajuda, disse seu corpo em bipartição penosa. Estou ajudando, respondeu minha imobilidade.) A agonia lenta pelo corte de sua divisão, a agonia lenta pelo que acaba de perder.

Já há alguns minutos eu me achava diante de uma criança. Fizera-se a metamorfose.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARISTÓTELES. **Física**. Traducción y notas Guillermo R. De Echandía. Madrid: Editorial Gredos, S.A. 1995.

ARIÉS, P. **História social da infância e da família**. Tradução de D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BALBO, G. A língua que nos causa. In: VORCARO, A. (org.). **Quem fala na língua?** Salvador: Ágalma Psicanálise, 2004, p.123-150.

BARROS, M. de. **Poeminha em Língua de brincar**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **Revista Poesia Sempre**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, n° 21, 2005, 206p.

BENVENISTE, E. A natureza dos Pronomes (1949). Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 277- 283.

_____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1995. p. 247 – 259.

_____. O aparelho formal da enunciação. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 81-90.

BERGÈS, J.; BALBO, G. **Há um infantil da psicose?** Tradução de Conceição Beltrão & Maria N. Folberg. Porto Alegre: CMC Editora, 2003.

BERNARDINO, L. M. F. **As psicoses não decididas da infância: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

CAMPOS, H.de. (1989) O afreudisiaco Lacan na galáxia de lalíngua (Freud, Lacan a escritura). **Afreudite: Psicanálise pura e Aplicada**. V.1, n,1, 2005, p.1-22.

_____. **Galáxias**. São Paulo: Editora 34, 2004.

COSTA, N.C.A. da. Psicanálise e lógica. Entrevista para **Revista Revirão**, n.3. Rio de Janeiro: Aouta, dez.1985. Acessado em 30 de agosto de 2013. http://www.pucsp.br/psilacanise/html/revista01/19_rev_entrevista_01.htm.

DE LEMOS, C.T.G. On Specularity as a Constitutive Process in Dialogue and Language Acquisition". In: CAMAIONI, L. e LEMOS, C.T.G. (orgs). **Questions on social explanation: piagetian themes reconsidered**. Amsterdam, John Benjamins, 1985.

_____. Uma crítica (radical) à noção de desenvolvimento na Aquisição da linguagem. In: LIER-DE-VITO, M.F. & ARANTES, L.(orgs). **Aquisição, patologias e clínica da linguagem**. São Paulo: Editora PUCSP; FAPESP. 2006a, p. 21-32.

_____. Sobre o paralelismo, sua extensão e a disparidade de seus efeitos. In: LIER-DE-VITO, M.F. & ARANTES, L. (orgs). **Aquisição, patologias e clínica da linguagem**. São Paulo: Editora PUCSP; FAPESP. 2006b, p.97-107.

_____. Da angústia na infância. **Revista Literal**. Campinas, SP. Escola de Psicanálise de Campinas, 10, 117-126, 2007.

_____. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas (42): 41-69, jan/jun, 2002.

DUNKER, C. Estruturas clínicas e constituição do sujeito. In: BERNARDINO, L.M.F. (org.). **O que a Psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição**. São Paulo: Escuta, 2006.p.121-139.

FREUD, S. *Carta 52* (1896). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Traduzido do alemão e do inglês sob direção geral de Jayme Salomão Traduzido do alemão e do inglês sob direção geral de Jayme Salomão. V. I. Rio de Janeiro: Imago. 1996, p.281-287.

_____. A interpretação dos sonhos. (1900). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Traduzido do alemão e do inglês sob direção geral de Jayme Salomão Traduzido do alemão e do inglês sob direção geral de Jayme Salomão. V. V. Rio de Janeiro: Imago. 1996.

_____. Três ensaios sobre a teoria sexual (1905). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Traduzido do alemão e do inglês sob direção geral de Jayme Salomão. v. II. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 363 p.

_____. Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico (1911). In: _____. **Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2004, p.63-77.

_____. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: _____. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Traduzido do alemão e do inglês sob direção geral de Jayme Salomão. v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. A pulsão e seus destinos (1915). In: _____. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Coordenação geral e Tradução de Luiz Alberto Hans. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004, p.133-173. (Coleção Obras Psicológicas de Sigmund Freud).

_____. Além do princípio do prazer (1920). In: _____. **Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2004, p.123-198.

_____. Problema Econômico do masoquismo (1924). In: _____. **Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Coordenação geral da tradução de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Construções em análise (1937). In: _____. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, Traduzido do alemão e do inglês sob direção geral de Jayme Salomão. v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FEFERMAN, S. **The nature and significance of Gödel's incompleteness theorems**. Institute for Advanced Study, Princeton. Gödel Centenary Program. Friday, Nov. 17, 2006. Acessado em 20 de fevereiro de 2013 in <http://math.stanford.edu/~feferman/papers/Godel-IAS.pdf>.

GARCIA-ROSA, L.A. **Freud e o inconsciente**. 24 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GRANON-LAFONT, J. **A topologia de Jacques Lacan**. Tradução de Luiz Carlos Miranda e Evany Cardoso. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasias. In: _____. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e João Paulo Paes. 19 ed. São Paulo: Cultrix, 2003, p. 34-62.

_____. Linguística e poética. In: _____. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e João Paulo Paes. 19 ed. São Paulo: Cultrix, 2003, p.118-162.

JERUSALINSKY, A. Psicose e autismo na infância: uma questão de linguagem (Entrevista com Alfredo Jerusalinsky). **APPOA - Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. 9: 62-73. 1993.

_____. Como se constituem as bordas do ponto de vista da linguagem. In: VORCARO, A. (orgs.). **Quem fala na língua?** Salvador: Ágalma Psicanálise Editora, 2004, p. 107-119.

KANNER, I. Autistic disturbances of affective contact (1943). **Acta Paedo-Psychiatrica**, nº 35, p.98-136, 1968.

KRAUSE, D. **A lógica persistente**. 2002. Acessado em <http://www.cfh.ufsc.br/~dkrause/LogicaI/ParaconsistenteSA.htm>.

KOYRÉ, A. **Estudos da história do pensamento científico**. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

LAURANT, É. Alucinação e separação I. In: FELDSTEIN, R.; FINK, B. & J., M. (orgs.). **Para ler o Seminário 11 de Lacan**. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p.29-41.

LACAN, J. Escritos “inspirados”: Esquizografia (1931). Tradução de Débora de Castro Barros. In:_____. **Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade seguido de Primeiros escritos sobre a paranoia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 371-393.

_____. *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade* (1932). Tradução de Aluisio Menezes; Marco Antonio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes Silveira Jr. In:_____. **Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade seguido de Primeiros escritos sobre a paranoia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p.1-367.

_____. O problema do estilo e a concepção psiquiátrica das formas paranoicas da experiência (1933). Tradução de Aluisio Menezes; Marco Antonio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes Silveira Jr. In:_____. **Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade seguido de Primeiros escritos sobre a paranoia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p.395-400.

_____. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada [1945]. In:_____. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.197-213.

_____. Formulações sobre a causalidade psíquica (1946). Tradução de Vera Ribeiro. In:_____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998. p.152-196.

_____. O estádio do espelho como formador da função do eu (1949). Tradução de Vera Ribeiro. In:_____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998, p.96-103.

_____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). Trad. Vera Ribeiro. In:_____. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 238-324.

_____. **O Seminário, Livro 2, O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise** (1954/1955). Tradução de Aluisio Menezes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. **O Seminário, Livro 3, As Psicoses (1955/1956)**. Tradução de Aluisio Menezes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. O Seminário sobre “A carta roubada” (1956). In:_____. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 13-68.

_____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In:_____. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998, p.496-533.

_____. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose (1957/1958). In:_____. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 537-590.

_____. **O Seminário, Livro 5, As formações do inconsciente** (1957-1958). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.

_____. À memória de Ernest Jones: Sobre sua teoria do simbolismo (1959). Tradução de Vera Ribeiro. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p.704-733.

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960). In: _____. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 1998. p.807-842.

_____. **O Seminário, Livro 8, A Transferência** (1960-1961). Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992.

_____. **O Seminário, Livro 9, A identificação** (1961-1962). Publicação não comercial. Centros de Estudos Freudianos do Recife, outubro de 2003.

_____. **O Seminário, Livro 10, A angústia** (1962-1963). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

_____. **O Seminário, Livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** (1964). Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008.

_____. A ciência e a Verdade (1965). Tradução de Vera Ribeiro. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 869-892.

_____. **O Seminário, Livro 16. De um Outro ao outro** (1968-1969). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. (1969). Nota sobre a criança. In: LACAN, J. **Outros Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.369-370.

_____. **O Seminário, Livro 17, O avesso da Psicanálise** (1969-1970). Tradução de Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. **O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante** (1971). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **O Seminário, livro 20: Mais, ainda.** (1972-1973). Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. Televisão (1973). In: _____. **Outros Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p.508-543.

_____. **Les non-dupes errent** (1973/1974). Acessado em 25 de setembro de 2014. <http://gaogoa.free.fr/SeminaireS.htm>.

_____. **O Seminário, livro 22 R.S.I.** (1974/1975). *Tradução livre*. Cópia não editada.

_____. Conferência em Genebra sobre o sintoma. **Opção Lacaniana**. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise, nº 23, dezembro/1998.

_____. **O Seminário, Livro 23: O Sinthoma** (1975-1976). Tradução de Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LAZNIK-PENOT, M.C. Seria a criança psicótica “Carta roubada?”. Tradução Ana Callegari. *et al.* In: SOUZA, A.M.de. (org.). **Psicanálise de crianças. Interrogações clínico/teóricas**. Vol.1. Porto Alegre: 1989, p.47-66.

_____. **Rumo à palavra: três crianças autistas em Psicanálise**. Tradução de Mônica Seincman. São Paulo: Editora Escuta, 1997.

_____. **A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito**. Textos compilados por Daniele Wandereley. Tradução Cláudia Rohenkol *et al.* Salvador: Álgama, 2004.

LE GAUFEY, G. **El sujeto según Lacan**. Córdoba: Ediciones Literales, 2010.

LERNER, R. Relato de casos na clínica psicanalítica e em pesquisas: considerações quanto às condições discursivas. In: LENNER, R. & KUPFER, M.C.M. **Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa** (orgs.). São Paulo: Escuta, 2008, p.173-177.

LIER-De VITTO, M.F. Sobre o sintoma – déficit de linguagem, efeito da fala no outro, ou ainda ...?. In **Letras de hoje**, v.36, n 3. Porto Alegre, EDIPURS, p. 245-253, 2001.

_____. Patologias da linguagem: sobre as “vicissitudes de falas sintomáticas”. In: LIER-DE-VITTO, M.F. & ARANTES, L.(orgs). **Aquisição, patologias e clínica da linguagem**. São Paulo: Editora PUCSP; FAPESP. 2006, p.183-200.

_____. A escuta para falas de crianças: sobre a relação entre efeitos acessíveis e recortes empíricos. **Anais do SILEL**. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.s/p.

_____. Abordagem de falas sintomáticas: sobre a condição intervalar da clínica de linguagem entre a linguística e a psicanálise. In: SILVEIRA, E.M. (org.). **As bordas da linguagem**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

_____. Efeitos do pensamento de Saussure na teorização sobre erros e sintomas na fala. In: FIORIN, J.L.; BARBISAN, L.B.; FLORES, V. do N. (orgs.) **Saussure: a invenção da Linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

LISPECTOR, C. **A legião estrangeira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MALEVAL, J.C. Qual o tratamento para o sujeito autista? Tradução de Paulo Sérgio de Souza Jr. **Interação**. v. 34, n.º 2, 2009, p.1-34.

MACHADO, O.M.R. **A clínica do sinthoma e o sujeito contemporâneo**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGTP, 2005. 207 p.

MILLER, J.A. Jacques Lacan e a voz. **Opção Lacaniana**. Ano 4, n.11, julho de 2013. p.1-13.

MILNER, J.C. **O periplo estructural: figuras e paradigma**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

_____. **O amor da língua**. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

MORAES, C.R. de. Uma história da lógica no Brasil: a era dos pioneiros. **Revista Brasileira de História da Matemática** - Vol. 8 n. 15 (abril/2008 - setembro/2008). p.57-73.

MURTA, A.; CALMON, A.; ROSA, M. (orgs.) **Autismo(s) e atualidade: uma leitura lacaniana**. Belo Horizonte: Scriptum, 2013.

NERUDA, P. **O livro das perguntas**. Porto Alegre: L & PM, 2004.

OLIVEIRA, M.T. de. **Quem fala nessa voz?** Dissertação de mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, PUC – São Paulo. pdf. 2001, 101 p.

PARAVIDINI, J.L.L. **Desenvolvimento emocional infantil precoce: intervenções terapêuticas com crianças em risco de sofrimento psíquico grave**. Relatório final de pesquisa de pós-doutorado, Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, SP, Brasil. 2006.

POE, E. A. A carta roubada. Tradução de Brenno Silveira *et ali*. In: _____. **Histórias Extraordinárias**. Rio de Janeiro: Victor Civita, 1981.

PORGE, É. **Transmitir a clínica psicanalítica: Freud, Lacan, hoje**. Tradução de Viviane Veras e Paulo de Sérgio de Souza Jr. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RAMALHO, R.M. Reescrever ou inventar uma história? In: Narrar- Construir – Interpretar. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre** / Associação Psicanalítica de Porto Alegre. - n° 30, Porto Alegre: APPOA, 2006, p.25-34.

SAINT-EXUPÉRY, A. de. **O pequeno príncipe**. Tradução de Dom Marcos Barbosa. 48 ed. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística geral** (1916). Organizado por Charles Baley e Albert Sechehaye. Tradução de Izidoro Blikstein. 20 ed. São Paulo: Cultrix. 1995.

_____. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

SILVA FILHO, J.I. da. O pensamento e a lógica de Newton C.A. da Costa. **Revista Seleção Documental do GLPA**. N.16, Ano 4, out.nov.dez. 2009, p.08-13.

SILVA, T.R.B.da. **Estados paradoxais, uma clínica possível: contribuições à psicanálise da infância**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, UFU, 2011, 126 p.

SOUZA, C. R. de. O funcionamento linguístico-discursivo da fala da criança psicótica. In: **Estudos Linguísticos**, São Paulo (39), Abril-maio, 2010, p.578-590.

SOUZA, C.R. & PARAVIDINI, J.L.L. Sobre a constituição do sujeito: o impasse subjetivo. **Revista Estilos da Clínica** [online], vol.18, n.1, pp. 107-124. 2013.

VERSION, N. & LEMES NETO, M.C. **Lógica paraconsistente**. Mestrado em Ciência da Computação – 2002. Departamento de Informática e Estatística – INE. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). pdf.

VORCARO, A.M.R & CAPANEMA, C.A. Desastre e acontecimento na realidade psíquica. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 490-504, dez. 2010.

VORCARO, A.M.R. **Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

_____. O estatuto do dado linguístico como articulador de abordagens teóricas e clínicas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas (38), Jan/Jun, 2000, p.131-137.

_____. Linguagem maternante e língua materna: sobre o funcionamento linguístico que precede a fala. In: BERNARDINO, L. M.F. & ROHENKONL, C. M.F. (orgs.). **O bebê e a modernidade: abordagens teórico-clínicas**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002: 65-83.

_____. Os dragões do tempo primordial: a repetição como primeira identificação. In: LEITE, Nina (org.). **Corpolinguagem, gestos e afetos**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.p.215-232.

_____. Sob a clínica: Escritas do caso. **Estilos da Clínica**, 2003, Vol.VIII, Nº 14, p. 90-113.

_____. **A criança na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

_____. **Desastre e acontecimento na estrutura**. Abril de 2008. <http://educacaoemhomofobia.files.wordpress.com/2009/03/desenvolvimento-psicossocial-da-identidade-nuh-ufmg-angela-vorcaro.pdf>. Acessado em 30/06/2010.

_____. Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. KYRILLOS NETO, F. MOREIRA, J. O. (orgs.). **Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade**. Barbacena MG: EdUEMG, 2010, p.11-23. http://eduemg.uemg.br/docs/Pesquisa_em_Psicanalise.pdf. Acessado em 10/01/2011.

VORCARO, A.M.R.; CAPANEMA, C.A. Desastre e acontecimento na realidade psíquica. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 490-504, dez. 2010.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/MODELO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada _____, sob a responsabilidade dos pesquisadores **(nome de todos os pesquisadores)**.

Nesta pesquisa nós estamos buscando entender **(descrever os objetivos do projeto com linguagem simples e sem termos técnicos para que o leigo entenda. Para o caso de pesquisas com coletas de sangue, urina, etc., indicar a quantidade a ser coletada)**.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador **(colocar o nome do pesquisador e explicar o momento e local onde a obtenção será feita)**.

Na sua participação você **(descrever claramente a que o sujeito de pesquisa será submetido. Que tipo de material será coletado, como os mesmos serão analisados. Se o sujeito será submetido a um questionário ou entrevista, etc. Em caso de gravações e filmagens, deve constar no referido termo a informação de que, após a transcrição das gravações para a pesquisa as mesmas serão desgravadas)**.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em **(descrever os possíveis riscos que já foram descritos no corpo do trabalho)**. Os benefícios serão **(descrever os possíveis benefícios que já foram descritos no corpo do trabalho)**.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: **Informar o nome dos pesquisadores com telefones profissionais e endereço da Instituição a qual estão vinculados**. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco J, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-32394131

Uberlândia, ... de de 200.....

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa/Responsável pela criança

ANEXO B - PROTOCOLOS DO COMITÊ DE ÉTICA – APROVAÇÃO DO CEP/UFU

Universidade Federal de Uberlândia

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Avenida João Naves de Ávila, nº. 2160 - Bloco A – Sala 224 - Campus Santa Mônica -
Uberlândia-MG –

CEP 38400-089 - FONE/FAX (34) 3239-4131; e-mail: cep@propp.ufu.br;

www.comissoes.propp.ufu.br

ANÁLISE FINAL Nº. 08/11 DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PARA O
PROTOCOLO REGISTRO CEP/UFU

487/10

Projeto Pesquisa: O funcionamento linguístico-discursivo da fala da criança em psicotização.

Pesquisador Responsável: Eliane Mara Silveira (**Vale ressaltar que foi feita mudança de orientador e comunicado ao CEP**)

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

O CEP/UFU lembra que:

a- segundo a Resolução 196/96, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.

b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.

c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução 196/96/CNS, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Data de entrega do relatório parcial: Dezembro de 2012.

Data de entrega do relatório final: Dezembro de 2013.

SITUAÇÃO: PROTOCOLO APROVADO.

OBS: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA

IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Uberlândia, 12 de janeiro de 2011.

Profa. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado

Coordenadora do CEP/UFU

ANEXO C - AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Autorizamos que os pesquisadores responsáveis (ORIENTADORA) e CIRLANA RODRIGUES DE SOUZA (ORIENTANDA) pelo projeto de pesquisa intitulado O FUNCIONAMENTO LINGUÍSTICO-DISCURSIVO DA FALA DA CRIANÇA EM PSICOTIZAÇÃO, utilizem o espaço da Instituição CLÍNICA DE PSICOLOGIA – CLIPS – do INSTITUTO DE PSICOLOGIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, com o objetivo geral delimitação do funcionamento linguístico-discursivo da fala da criança em psicotização e suas marcas linguísticas-discursivas que possam ser utilizadas na intervenção clínica nessa condição como saídas estruturais à posição de objeto dessa criança.

Profa. Dra. Cláudia Dechichi

Coordenação da Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia

Carimbo do responsável pela Instituição

Data da assinatura.

APÊNDICE

Comunicado ao COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Assunto: PROTOCOLO REGISTRO CEP/UFU 487/10

Projeto Pesquisa: O funcionamento linguístico-discursivo da fala da criança em psicotização.

Venho, por meio deste, informar ao Comitê de Ética e Pesquisa, que o projeto acima mencionado será, também, realizado - em sua etapa de coleta de dados -, na Clínica Psicológica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, conforme autorização já concedida pela instituição supracitada após solicitação de cooperação, também, aqui, apresentada. Tal alteração se justificou devido à especificidade clínica das crianças em acompanhamento, na pesquisa, visando não interferir de qualquer maneira na rotina dessas crianças.

Segue, também, modelo do termo de consentimento livre com o endereço da instituição.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Atenciosamente,

Cirlana Rodrigues de Souza - Orientada/pesquisadora

Uberlândia, 12 de maio de 2011.